



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Centro de Educação e Humanidades**

**Instituto de Letras**

**Gisele de Menezes Surcin**


**Os verbos nas questões do ENADE  
um assunto com múltiplas faces.**

**Rio de Janeiro**

**2020**

Gisele de Menezes Surcin

**Os verbos nas questões do ENADE  
um assunto com múltiplas faces.**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estudos de língua.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S961 Surcin, Gisele de Menezes.  
Os verbos nas questões do ENADE : um assunto com múltiplas  
faces / Gisele de Menezes Surcin. – 2020.  
178 f. : il.

Orientador: Claudio Cezar Henriques.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio  
de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa - Verbos – Teses. 2. Língua portuguesa -  
Exames - Teses. 3. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Teses. I.  
Henriques, Claudio César, 1951-. II. Universidade do Estado do Rio  
de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-541.45

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Gisele de Menezes Surcin

**Os verbos nas questões do ENADE  
um assunto com múltiplas faces**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estudos de língua.

Aprovada em 08 de setembro de 2020.

Orientador:

---

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques  
Instituto de Letras – UERJ

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof. Dr. Luiz Claudio Valente Walker de Medeiros  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

## DEDICATÓRIA

A Esmeralda e Ilton (*in memoriam*)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, o próprio verbo, por ter aberto mais uma porta para o meu crescimento profissional e por ter guiado o meu barco nos momentos mais difíceis da minha vida.

A minha mãe, Scheila, por cuidar de mim e ter orgulho de cada passo que dou.

A meu marido, Vitor, por me incentivar a sonhar e por me apoiar em mais uma etapa, compreendendo as minhas ausências durante o Mestrado.

A meu orientador, Claudio Cezar Henriques, pela oportunidade de desenvolver este trabalho e por ter me conduzido de forma sempre paciente, atenciosa e bem-humorada, compartilhando seus conhecimentos e experiências e fazendo-se sempre presente, tornando tudo mais tranquilo.

Aos professores da banca, por aceitarem o convite e colaborarem para a minha formação.

A minha comandante, a Capitã de Fragata Mônica Fonte, que abraçou a causa e me permitiu conciliar o trabalho com o Mestrado.

A meus “campanhas de farda”, os Oficiais de Marinha Bianca, Mauricio e Stel-la, que representam muito bem os profissionais de Letras e de Pedagogia e que me apoiaram desde o início, não me deixando sozinha durante o cumprimento das “fai-nas” mais complexas a bordo.

Ao professor Marcelo Beauclair, que contribuiu com sua leitura atenta e valio-sas sugestões para o trabalho.

A Tigran Sisson, pela amizade e pelos papos sobre gramática, sobre literatura e sobre a vida.

A Bruna Trindade, amiga de turma na UERJ, que compartilhou comigo as an-gústias do Mestrado.

Aos professores da graduação (UFRJ), em especial a Leonor Werneck, e aos professores da pós-graduação *latu sensu* (Liceu Literário Português), em especial a Rita de Cássia Mérida, por tantos ensinamentos.

A Ricardo Benevides, que, com suas palavras de incentivo, colaborou para que eu tentasse o processo seletivo para o Mestrado.

Aos meus alunos, que tanto me ensinaram quanto aprenderam, deixaram um pouco de si e levaram um pouco de mim.

A Lia, minha filha de quatro patas, que com sua doçura me trouxe paz nos longos momentos de pesquisa.

E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade.

*João 1:14*



## RESUMO

SURCIN, Gisele de Menezes. *Os verbos nas questões do ENADE: um assunto com múltiplas faces*. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

Este trabalho procura descrever e interpretar as questões sobre verbos do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) nas provas destinadas aos formandos de Letras. A proposta de pesquisa utiliza como *corpus* todas as questões já aplicadas – desde 1998, quando o sistema era conhecido como “Prova” – as quais abrangem qualquer aspecto relacionado à categoria dos verbos, classe gramatical que funciona como eixo da oração. Nesse sentido, consideram-se aqui os aspectos morfossintáticos, semântico-estilísticos e pragmático-discursivos, assim como os textos utilizados nas provas, os quais representam gêneros diversos (jornalístico, literário, acadêmico, publicitário, etc.), para ilustrar a base teórica e exemplificar as explicações e comentários sobre as questões. A fundamentação parte das gramáticas tradicionais de referência e das mais recentes teorias linguísticas da área, utilizando como suporte documental os seis volumes da coleção “Português na Prática”, de Claudio Cezar Henriques, obras em cujo Apêndice se transcrevem as questões do ENADE segundo os seis temas nelas abordados: Fonética, Fonologia e Ortografia; Morfologia; Sintaxe; Geo-História; Léxico e Semântica; e Estilística e Discurso.

Palavras-chave: Verbos. ENADE. Letras.

## ABSTRACT

SURCIN, Gisele de Menezes. *Questions related to verbs in the National Student Performance Exam (ENADE): a multifaceted issue*. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

The object of this dissertation is to describe and interpret questions related to verbs in the National Student Performance Exam (ENADE) in the tests assigned to undergraduate students of Language Studies faculties. The corpus used in our research is composed of all the test questions since 1998 when this exam was known as “Provão”. The corpus encompasses any aspects related to verbs, a major word class used as a sentence axis. The morphosyntactic, semantic-stylistic, and pragmatic-discursive aspects of the verbs are considered in this study, as well as the texts used in the exams, which represent journalistic, literary, academic, and advertising text genres to illustrate its theoretical basis, providing explanations and comments on the issues. The theoretical basis of this paper departs from traditional grammar books and the most recent linguistic theories in the area, using the six volumes of the collection “Português na Prática”, by Claudio Cezar Henriques, as documental support. The ENADE questions can be found in the appendix of every issue of this collection, organized according to the six categories: Phonetics, Phonology and Spelling; Morphology; Syntax; Geohistory; Lexicon and Semantics; and Stylistics and Discourse.

Keywords: Verbs. ENADE. Language Studies institutes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Distribuição das questões sobre verbos .....	43
Quadro 2 – Distribuição das questões sobre verbos nesta pesquisa .....	44
Gráfico 1 – Quantidade de questões por tema .....	159
Quadro 3 – Questões contextualizadas e questões descontextualizadas .....	160
Gráfico 2 – Porcentagem de questões contextualizadas e descontextualizadas ....	161

## LISTA DE SIGLAS

CLG	Curso de Linguística Geral
DA	Documento Administrativo
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NGB	Norma Gramatical Brasileira
NODAM	Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na Marinha
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OM	Organização Militar
OTAN	Organização Internacional do Tratado do Atlântico Norte
PB	Português Brasileiro
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PE	Português Europeu
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>BREVE HISTÓRICO DO ENADE</b> .....	14
2	<b>O VERBO</b> .....	22
2.1	<b>O verbo nas gramáticas tradicionais</b> .....	22
2.2	<b>O verbo sob perspectiva textual-discursiva</b> .....	24
2.2.1	Modos de organização discursiva .....	25
2.2.2	Os verbos dicendi .....	28
2.2.3	Os atos de fala .....	30
2.2.4	As vozes verbais .....	34
3	<b>A COBRANÇA</b> .....	40
3.1	<b>O curso de Letras no ENADE</b> .....	40
3.2	<b>A cobrança dos verbos no ENADE e no ENC</b> .....	41
3.2.1	Fonética, Fonologia e Ortografia .....	45
3.2.2	Morfologia .....	59
3.2.3	Sintaxe .....	80
3.2.4	Geo-História .....	112
3.2.5	Semântica (+ Léxico, Estilística e Discurso) .....	134
3.2.6	Análise de dados .....	158
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	162
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	165
	<b>ANEXO A</b> – Artigo de Frances Jones sobre o Provão .....	174
	<b>ANEXO B</b> – Artigo de Claudio de Moura Castro sobre o Provão .....	175
	<b>ANEXO C</b> – Carta do professor Claudio Cezar Henriques sobre o Provão de Letras .....	176
	<b>ANEXO D</b> – Modelo de documento administrativo da Marinha do Brasil .....	177
	<b>ANEXO E</b> – Alfabeto Fonético Internacional .....	178

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um desdobramento da monografia (2016) desenvolvida na pós-graduação *lato sensu* em língua portuguesa do Liceu Literário Português, cujo título foi “Vozes verbais: uma análise acerca de questões de concursos públicos”. A escolha pelo tema desenvolvido à época deveu-se à minha experiência docente em salas de aula de cursinhos preparatórios para concursos públicos, cujas provas continham muitas vezes questões sobre vozes verbais que suscitavam questionamentos. O *corpus*, porém, comprovou que a mais provável intenção na elaboração das questões era eliminar os candidatos, visto que o número de inscritos crescia ano após ano. Nesse sentido, esta nova etapa da pesquisa pretende expandir o tema e utilizar como *corpus* um material que não se subjugue aos interesses de exclusão, os quais priorizam a memorização gratuita, mas solicite uma análise efetiva dos verbos em suas múltiplas faces de uso na língua portuguesa.

Este trabalho investigará a presença dessa classe de palavra no sistema avaliativo oficial do ensino superior, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o qual, diferentemente das provas de concursos públicos seletivos para ingresso em instituições de ensino ou para a obtenção de emprego, não tem o objetivo de eliminar candidatos, mas sim de avaliar as Instituições de Ensino Superior (IES), o que, mesmo merecendo críticas, é importante instrumento de medição.

Essas críticas são publicadas desde o início das avaliações, quando o ENADE ainda era Exame Nacional de Cursos (ENC), vulgarmente chamado de “provão”. Naturalmente, a inserção de um exame que avalia as IES causou preocupação, principalmente para os docentes e para os alunos, e as críticas eram facilmente encontradas em jornais de grande circulação, como o texto do jornalista Frances Jones, publicado em 1998 para a revista *Época*, que deu atenção ao “clima” de cursinhos nas faculdades, conforme Anexo A, o do economista Claudio de Moura Castro, em 2002, para a revista *Veja* (Anexo B), e o do professor Claudio Cezar Henriques, à época Diretor do Instituto de Letras da UERJ, por meio de carta, em 1999 (Anexo C), esta sobre a específica avaliação aplicada ao curso de Letras. Muitas mudanças ocorreram desde a primeira avaliação e até mesmo as críticas passaram a se concentrar em outros aspectos à medida que o exame evoluía.

Nesta pesquisa, a intenção é investigar todas as provas de Letras aplicadas desde o primeiro exame para essa área, em 1998, centralizando a atenção na cobrança da classe gramatical dos verbos em suas várias facetas. Para tanto, utilizaremos como embasamento a organização que consta na *Coleção “Português na Prática”*, de Claudio Cezar Henriques. Essa coleção divide o estudo da língua portuguesa em seis temáticas: Fonética, Fonologia e Ortografia / Morfologia / Sintaxe / Geo-História do Português / Estilística e Discurso / Léxico e Semântica. Em cada livro, a temática é minuciosamente abordada em sua teoria, são propostos exercícios para a compreensão do tema e, ao final de cada obra, há um apêndice que contém questões específicas do ENADE e do ENC sobre o tema de cada livro.

Trataremos neste *corpus* das questões que, de alguma forma, cobraram algum aspecto da classe dos verbos, agrupando-as conforme a divisão feita nos livros da coleção. Para melhor compreensão, será apresentado o histórico das avaliações das IES no país, abordaremos os verbos na sua tradição – a descrição gramatical – e analisaremos sua prática linguística. A pretensão é conseguir definir em qual temática a cobrança de verbos mais se acentua no sistema avaliativo das IES e que contribuições essa avaliação pode trazer para o futuro profissional de Letras.

Devido às várias aplicabilidades do verbo, sabe-se que é um trabalho árduo desenvolver nos alunos o domínio e a capacidade de utilizá-lo como estratégia discursiva, tendo em vista que, no ensino tradicional, essa e todas as outras classes gramaticais são estudadas mais em sua vertente estrutural – morfossintática – do que em sua vertente pragmático-discursiva – semântica, estilística e discurso. Portanto, é propósito deste trabalho concluir se o ENADE mantém a tradição sobre a cobrança morfossintática ou se, por ser um exame direcionado para os futuros profissionais de Letras, volta-se para o aprofundamento da classe no que tange às suas possibilidades discursivas, o que se espera de um profissional da área.

Por conseguinte, a expectativa é encontrar questões que averiguaram não só o domínio teórico e descritivo dos verbos nos campos da fonologia, da ortografia, da morfologia e da sintaxe – componentes bastante explorados em sala de aula –, mas também do léxico, da semântica e da pragmática da língua portuguesa, assim como da variação linguística e da geo-história.

## 1 BREVE HISTÓRICO DO ENADE

A avaliação do processo de aprendizagem escolar surge da necessidade de se diagnosticar se os objetivos estabelecidos previamente foram alcançados. Para o alcance desses objetivos, atividades, métodos, instrumentos, procedimentos, recursos e técnicas são postos em prática; pois, conforme afirma Juracy C. Marques (1976 *apud* SANT'ANNA, 2011, p. 29), avaliar “é um processo contínuo, sistemático, compreensivo, comparativo, cumulativo, informativo e global, que permite avaliar o conhecimento do aluno”. A avaliação não está limitada ao professor, visto que a própria instituição e o Estado também podem determinar processos e objetivos – por meio de legislações e parâmetros curriculares –, e tampouco está limitada ao aluno, porquanto as próprias instituições igualmente podem ser avaliadas por agentes externos. Portanto, avaliações são compostas de esferas micro e macro, e sobre a esfera macro nossa pesquisa se atém à avaliação extrainstitucional – especialmente no contexto dos cursos de graduação –, a qual se propõe, comumente, de acordo com Coelho (2008, p. 230), a se concentrar “no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino”.

Inúmeras pesquisas na área pedagógica analisam os sistemas avaliativos no país, com o propósito de se verificar a eficácia dos modelos vigentes. Muitas críticas negativas são postas com relação a esses modelos, sendo sempre necessário que se aperfeiçoem os métodos. Para Sant'Anna (2011, p. 7), “a avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação (...)”.

No que concerne aos cursos de graduação no Brasil, a história mostra que o primeiro exame a avaliar instituições de educação superior (IES), de forma unificada, foi aplicado em 1996 aos cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil. Em 1997, mais três cursos foram avaliados (Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia). Somente em 1998, o curso de Letras passou a constar do rol das avaliações. O marco legal para o início desse sistema foi a Lei nº 9.131<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 1995, que altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de

---

<sup>1</sup> A Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, posteriormente teve seus artigos terceiro e quarto revogados pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.



1961, e determina que sejam realizadas avaliações periódicas dos cursos de graduação:

Art. 3º Com vistas ao disposto na letra e do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, com a redação dada pela presente Lei, o Ministério da Educação e do Desporto fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º Os procedimentos a serem adotados para as avaliações a que se refere o caput incluirão, necessariamente, a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação.

§ 2º O Ministério da Educação e do Desporto divulgará, anualmente, o resultado das avaliações referidas no caput deste artigo, inclusive dos exames previstos no parágrafo anterior, informando o desempenho de cada curso, sem identificar nominalmente os alunos avaliados.

§ 3º A realização de exame referido no § 1º deste artigo é condição prévia para obtenção do diploma, mas constará do histórico escolar de cada aluno apenas o registro da data em que a ele se submeteu.

§ 4º Os resultados individuais obtidos pelos alunos examinados não serão computados para sua aprovação, mas constarão de documento específico, emitido pelo Ministério da Educação e do Desporto, a ser fornecido exclusivamente a cada aluno.

§ 5º A divulgação dos resultados dos exames, para fins diversos do instituído neste artigo, implicará responsabilidade para o agente, na forma da legislação pertinente.

§ 6º O aluno poderá, sempre que julgar conveniente, submeter-se a novo exame, nos anos subsequentes, fazendo jus a novo documento específico.

§ 7º A introdução dos exames nacionais, como um dos procedimentos para avaliação dos cursos de graduação, será efetuada gradativamente, a partir do ano seguinte à publicação da presente Lei, cabendo ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto determinar os cursos a serem avaliados.

Art. 4º Os resultados das avaliações referidas no § 1º do art. 2º serão, também, utilizados pelo Ministério da Educação e do Desporto para orientar suas ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, principalmente as que visem a elevação da qualificação dos docentes.

Paralelamente, há, no Brasil, um exame individual de avaliação profissional, a prova aplicada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), obrigatória desde 1994 como requisito para que o bacharel em Direito possa advogar. No entanto, essa prova não cumpre o propósito das avaliações unificadas, já que não avalia os discentes do curso de graduação nem as instituições, mas sim cumpre pré-requisito para licenciar o bacharel a tornar-se advogado. Como se sabe, todo advogado é bacharel em Direito, mas nem todo bacharel em Direito é advogado. Para comprovar essas informações, é válido citar os bacharéis que não têm a licença da OAB e, portanto, não podem advogar, mas podem exercer algumas outras atividades relacionadas à

área, como prestar consultoria e participar de concursos públicos com essa área de formação. Conseqüentemente, nem todos os profissionais são avaliados pela Ordem, comprovando que esse exame não cumpre o propósito de se verificar o processo ensino-aprendizagem de forma global, não se caracterizando como um modelo suficiente para oferecer alternativas de melhorias para o ensino da profissão, pois serve única e exclusivamente para um determinado propósito e para um determinado alvo – somente o aluno já graduado e interessado na licença – excluindo-se, portanto, a avaliação institucional, a qual visa

à melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.. (LEI nº 10.861, de 14 de abril de 2004)

Para especificar o processo avaliativo determinado pelo artigo 3º da Lei nº 9.131, foi publicado o Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, que estabelece procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Sobre os cursos de pós-graduação, vale dizer que anteriormente à Lei nº 9.131 já existia, desde a década de 70, sua avaliação pela CAPES, que fez do Brasil o primeiro país da América Latina a avaliar cursos de ensino superior e se tornou uma Fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) nos anos 1990.

O Decreto nº 2026 criou o ENC, com o intuito de acompanhar a qualidade do ensino superior no país, conforme se lê em seu artigo primeiro:

Art. 1º. O processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior compreenderá os seguintes procedimentos:  
 I - análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino;  
 II - avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão;  
 III - avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos;  
 IV - avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área do conhecimento.

O artigo 7º do Decreto mantém sob a CAPES a coordenação dos cursos de mestrado e doutorado e, a respeito dos cursos de graduação, também cita os indicadores de desempenho global – por exemplo “taxas de evasão e de produtividade”, “índices de qualificação do corpo docente” e “despesas públicas por aluno no ensino superior público” –, os aspectos para a avaliação individual das instituições de ensino superior – como a administração acadêmica e a produção científica, cultural e tecnológica – e a análise das condições de oferta pelas instituições, descrita no artigo sexto:

Art. 6º. Para a avaliação dos cursos de graduação, a análise das condições de oferta pelas instituições de ensino superior, referida no inciso III do art. 1º, considerará:

- I - a organização didático-pedagógica;
- II - a adequação das instalações físicas em geral;
- III - a adequação das instalações especiais, tais como laboratórios, oficinas e outros ambientes indispensáveis à execução do currículo;
- IV - a qualificação do corpo docente;
- V - as bibliotecas com atenção para o acervo bibliográfico, inclusive livros e periódicos, regime de funcionamento, modernização dos serviços e adequação ambiental.

Até o ano de 2003, em meio a muitas críticas, mais de 20 cursos haviam entrado na avaliação do “Provão” – nome pelo qual ficou vulgarmente conhecido o ENC. O exame era aplicado a todos os alunos que estavam em final de curso. Cada aluno recebia uma nota individual e tirava-se a média das notas, a qual era conferida como média (variando de A a E) da instituição. A IES que recebesse três notas D ou E consecutivas teria de iniciar o processo de renovação e reconhecimento do curso.

Há de se levar em conta que, ao longo desses anos de aplicação do ENC, as notas baixas nem sempre eram consequência do mau desempenho dos alunos. Estes incentivavam um boicote ao exame – intensamente divulgado pelas mídias jornalísticas. Os discentes alegavam variados motivos, fazendo críticas ao contexto do exame e alegando a pressão psicológica que sofriam por parte de professores e das próprias instituições. O boicote acendeu mais ainda as discussões, inclusive acadêmicas, em torno da validade da prova. Entretanto, em um país com cerca de 2448<sup>2</sup> IES, dentre públicas e privadas, algum tipo de avaliação se faz necessário e adequar as avaliações, chegando-se a um nível de excelência, também se faz necessário,

---

<sup>2</sup> O dado consta do último Censo da Educação Superior publicado até o momento, realizado pelo INEP, em 2017.

assim como preconiza a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação –, em seu artigo nono:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV- A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior

Logo após a eleição do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma comissão foi formada para debater alterações no sistema de avaliação até então vigente, visto que o ENC já era pauta durante a campanha presidencial. O resultado foi a aprovação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a qual institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Iniciativa do Ministro da Educação à época, Tarso Genro, a Lei em seu artigo quinto cria o ENADE:

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

§ 11. A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

No artigo oitavo, a responsabilidade pelas avaliações continua sendo do INEP e, ao longo do texto da Lei, institui-se a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), definem-se penalidades contra as instituições que não cumprirem um protocolo de compromisso após resultado insatisfatório e outorga-se às instituições avaliadas a constituição de uma Comissão Própria de Avaliação.

Com a lei instituída, o ENADE é posto em prática pela primeira vez no mesmo ano (2004), acarretando duas principais mudanças, conforme expõe o texto da lei, em relação ao sistema anterior: o exame passa a ser aplicado ao final do primeiro e do último ano de curso e avalia-se, no máximo, trienalmente cada curso. A primeira mudança citada foi impactante, pois, ao contrário do ENC, passaram a ser avaliados tanto os estudantes ingressantes quanto os concluintes, expondo resultados mais reais e satisfatórios sobre a qualidade do curso, aproximando-se mais de um sistema avaliativo que, pedagogicamente, mensura a qualidade das diversas instituições do país. A partir de 2007, o desenvolvimento de aprendizagem na comparação entre alunos ingressantes e alunos concluintes continuou a ser avaliado, tanto que a inscrição dos dois grupos é obrigatória, porém só realizam o exame os alunos concluintes, visto que a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, prevê a possibilidade de se avaliar o ingressante por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):

Art. 33-F O ENADE será aplicado aos estudantes ingressantes e concluintes de cada curso a ser avaliado, conforme lançados no Cadastro e-MEC, observados os respectivos códigos e os locais de oferta informados.

§ 1º O ENADE será composto de uma prova geral de conhecimentos e uma prova específica de cada área, voltada a aferir as competências, habilidades e conteúdos agregados durante a formação.

§ 2º Os alunos ingressantes participarão apenas da prova geral, que será elaborada com base na matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

§ 3º Os alunos ingressantes que tiverem realizado o ENEM, aplicado com metodologia que permita comparação de resultados entre edições do exame, poderão ser dispensados de realizar a prova geral do ENADE, mediante apresentação do resultado válido.

§ 4º Os alunos concluintes realizarão a prova geral de conhecimentos e a prova específica da área.

Quanto ao conteúdo do exame, o ENADE manteve a estrutura anteriormente aplicada: o estudante realizava o teste e respondia a dois questionários – um de percepção da prova, com o intuito de verificar a avaliação do estudante em relação ao conteúdo cobrado, e outro sobre seu perfil socioeconômico e acadêmico.

Além dessas informações, é importante ressaltar que, conforme afirmam Bertolin & Marcon (2007, p. 2):

em certa medida, os exames se tornaram referência para a elaboração de projetos pedagógicos dos cursos, ou seja, os conteúdos abordados pelos exames se transformaram em “quase diretrizes” curriculares para muitas instituições. Além disso, o próprio governo transformou o ENADE num ins-

trumento de medição da qualidade dos cursos e instituições da Educação Superior brasileira no momento em que vinculou desempenhos mínimos para firmar convênios com instituições, tais como PROUNI e FIES, para possibilitar acesso à base de dados científica ou para disponibilizar recursos do BNDES.

Por conseguinte, o ENADE transformou-se em um parâmetro para além do propósito inicial, alterando – a depender do olhar acadêmico, positiva ou negativamente – o processo avaliativo anteriormente vigente e conferindo aos cursos de graduação novas perspectivas.

## 2 O VERBO

### 2.1 O verbo nas gramáticas tradicionais

Os verbos estão entre as dez<sup>3</sup> classes gramaticais tradicionalmente descritas pelos compêndios normativos, os quais os definem como “a unidade que significa ação ou processo, unidade esta organizada para expressar o modo, o tempo, a pessoa e o número” (BECHARA, 2010, p. 192) ou “uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 379). Tais obras destacam suas características morfológicas e sintáticas, descrevendo, por exemplo, os morfemas, as relações com o sujeito e com os complementos – relações de concordância e de regência –, as desinências de modo, tempo, número e pessoa, a estrutura dos verbos regulares, irregulares, anômalos, defectivos e abundantes, as formas nominais, a estrutura das vozes e das locuções. Quanto aos aspectos fonéticos, há a descrição, por exemplo, das sílabas tônicas das formas rizotônicas e arrizotônicas e os casos de metáfora; quanto aos aspectos semânticos, analisam-se os tempos, os modos, as vozes e os aspectos, relatando-se, por exemplo, a diferença entre os fatos verossímeis do indicativo e os incertos ou hipotéticos do subjuntivo.

Entende-se por MODO, como vimos, a propriedade que tem o verbo de indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia; e, por TEMPO, a de localizar o processo verbal no momento de sua ocorrência, referindo-se seja à pessoa que fala, seja a outro fato em causa. (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 448)

É comum haver também nos compêndios uma lista de paradigmas dos verbos regulares nas três conjugações – primeira, segunda e terceira pessoas – em todos os tempos e modos, incluindo-se as formas compostas. Em relação a esse ponto, faz-se necessário comentar que, em sala de aula, não é raro o ensino dos verbos ser voltado para uma memorização de suas estruturas; o aluno “decora” as flexões dos nove tempos verbais pertencentes ao indicativo e ao subjuntivo, as formas negativa e afirmativa do imperativo e memoriza também as duas estruturas básicas de

<sup>3</sup> Para a NGB, as palavras denotativas não têm uma classificação gramatical específica.



voz passiva: sintética e analítica. Esse procedimento didático só é efetivamente válido se estiver associado a outras abordagens do assunto, que mostrem a presença e a funcionalidade dos verbos em situações concretas da vida real.

Confirmam esse modelo os exercícios propostos pelas gramáticas normativas, os quais privilegiam a memorização de estruturas, consoante Bechara (2010, p. 267, 270):

**13. Assinale, dentro dos parênteses, a única forma verbal que NÃO procede do tema do pretérito perfeito do indicativo:**

- |                   |                             |
|-------------------|-----------------------------|
| 1) ( ) partira    | 6) ( ) partíramos           |
| 2) ( ) partisse   | 7) ( ) partíssemos          |
| 3) ( ) partirdes  | 8) ( ) partires             |
| 4) ( ) partiremos | 9) ( ) partir (fut. Subj..) |
| 5) ( ) partísseis | 10) ( ) partissem           |

**35. Mude os verbos das seguintes orações da voz ativa para a passiva e vice-versa:**

- 1) Tenho sido admoestado.
- 2) É necessário que se criem outras esperanças.
- 3) João, tenho-o elogiado.
- 4) Não se diga que sou preguiçoso.
- 5) A carta fora escrita pelo chefe.
- 6) Urge que se admitam novos funcionários.

Em um primeiro momento, esses exercícios podem ser importantes para que o aluno reconheça o assunto abordado, mas a insistência nessas atividades mecânicas faz com que o discente fixe apenas as estruturas do vocábulo, não compreendendo a importância dos verbos para a prática linguística, porquanto, além dessas possibilidades sintáticas, essa classe gramatical pode ser analisada por meio das dimensões semântica e discursiva, que deveriam ser mais exploradas em sala de aula.

Para iniciarem-se as reflexões sobre a importância do papel semântico-discursivo dos verbos, é necessária a compreensão do posicionamento dessa classe como eixo sintático e semântico da construção do período. Azeredo (2007, p. 119) enaltece o caráter central, servindo-se do exemplo *Uma pequena aranha está construindo a teia nesta roseira* e afirma que

[...] na construção sintática da oração, cabe ao verbo ser a base na qual se apoiam os demais constituintes [...] O verbo é, assim, a garantia formal da existência do predicado, que é a parte mais essencial da oração. Agente, paciente e espaço são papéis semânticos inerentes a verbos como 'construir'. Por ocuparem certas posições e serem submetidos a alterações formais bem definidas, os constituintes que expressam aqueles papéis exercem, em

relação ao verbo, funções sintáticas que chamamos de ‘sujeito’ (*uma pequena aranha*) e de ‘complemento’ (*a teia, nesta roseira*).

Excetuados uns poucos casos que vêm listados em qualquer gramática (cf. o conceito de ‘verbo impessoal’), os verbos ocorrem nas orações ordinariamente acompanhadas de sujeito. Por essa razão, o sujeito é o segundo termo essencial da oração. Noutras palavras, a estrutura típica de uma oração em português consiste na combinação de um sujeito e um predicado. Já os complementos – e é por isso que têm este nome – são partes encaixadas no predicado por exigência dos respectivos verbos ou por simples combinatória lógica com eles.

É inegável o papel central que o verbo exerce na oração e, por isso, o próximo capítulo tratará do seu caráter discursivo e utilizará algumas teorias do discurso.

## 2.2 O verbo sob perspectiva textual-discursiva

O discurso está presente nas relações humanas por meio da linguagem, substancialmente. É formado por uma cadeia de pensamentos que se manifestam na fala, no texto, nos gestos e nas ações e se define, linguisticamente,

como o conjunto de negociações em que se envolvem o locutor e o interlocutor, através das quais (i) se instanciam as pessoas de uma interação e se constroem suas imagens, (ii) se organiza a conversação através da elaboração do tópico do discurso, dos procedimentos de ação sobre o outro ou de exteriorização dos sentimentos; (iii) se reorganiza essa interação através do subsistema de correção sociopragmática; ou (iv) se abandona o ritmo em curso através de digressões e parênteses, que passam a gerar outros centros de interesse. (CASTILHO, 2016, p. 133)

Para Platão (*apud* CARVALHO & KANTHACK, 2011), o *logos*, a expressão do pensamento, é formado por *onoma* e *rhema*; aquele, classe dos nomes<sup>4</sup>, este, dos verbos (o *rhema* também incluía o predicado); portanto, essa reflexão, desenvolvida posteriormente por Aristóteles, traz à baila a importância maior dessas classes perante as outras, visto que alicerçam o discurso.

Nesse contexto, Castilho (2016, p. 455) manifesta que “o substantivo e o verbo constituem as categorias sintáticas de base, sem as quais não se constrói uma

<sup>4</sup> “Substantivos e adjetivos eram reunidos na tradição gramatical sob a designação *nome*, ainda hoje mantida em *sintagma nominal*” (CASTILHO, *ibidem*, p. 455). Na terminologia linguística de Portugal (TLEBS), “substantivo” deu lugar a “nome”.

sentença”, e é importante destacar que o verbo se distingue do substantivo e das demais classes não só “pelo paradigma flexional em que se enquadra (apresenta variação de tempo-modo e número-pessoa)” (AZEREDO, 2001), mas também significa a própria palavra – do latim *verbum* –, a qual identifica na sua classe “a essência mesma de uma língua: um instrumento universal, maleável e funcionalmente versátil, por meio do qual os seres humanos elaboram raciocínios, relatam experiências, narram histórias reais ou fictícias” (AZEREDO, 2012, p. 13).

Sobre a elaboração e a exteriorização de raciocínios, este capítulo pretende explorar algumas possibilidades discursivas dos verbos, investigando a atuação dessa classe na construção de ideologias e/ou adequação vocabular a depender do contexto, por meio da materialização do discurso: o texto.

### 2.2.1 Modos de organização discursiva

Além da fala, uma das mais praticadas materializações do discurso é o texto, o qual se define não só por ser um conjunto de palavras escritas, mas também um conjunto de palavras que se realiza por meio da interação “enunciador-texto-interlocutor”.

Em primeiro lugar (...) um texto resulta da intenção comunicativa de um sujeito, sujeito esse que lineariza uma sequência de elementos linguísticos por forma a cumprir um determinado objectivo junto do interlocutor. A comunicação é efectiva se o interlocutor apreender o plano comunicativo subjacente ao fragmento discursivo/textual em apreço. (LOPES, 2005)

Tendo em vista que o texto não é um aglomerado de frases, existem fatores que caracterizam a textualidade: coerência, coesão, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade e intertextualidade. Desses sete fatores, obviamente é possível identificar algum (ou alguns) que, mesmo não existindo, não tornam o texto um “não texto” – a coerência, por exemplo. No mais, é demasiadamente complexo determinar qual é o número mínimo de fatores que determinam a existência de um texto e se existe o “não texto”.

Em relação à estrutura, um texto pode ser incluído em um determinado modo de organização discursiva (CHARAUDEAU, 2008) – ou *tipo de texto* (MARCUSCHI, 2002) –, que gera importantes pesquisas no meio acadêmico.

Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. (MARCUSCHI, 2002, p. 22)

Para as cinco tipologias citadas por Marcuschi, há, em obras didáticas, uma lista de características estruturais que auxiliam no reconhecimento de cada uma delas, e três delas incluem os verbos de maneira categórica: na narração, há predominância de verbos de ação no tempo pretérito perfeito ou no mais-que-perfeito; na descrição há predominância de verbos de ligação ou de verbos no tempo pretérito imperfeito; na injunção, há presença de verbos no modo imperativo ou na forma nominal infinitiva. Mas, ao se listarem as características linguísticas dos textos argumentativos e expositivos, apesar de constarem, os verbos, em princípio, não têm uma sistematização aparente, visto que os comentários sobre a exposição levam em conta, por exemplo, a não marcação de argumentação explícita<sup>5</sup>, e sobre a argumentação levam em conta, por exemplo, a presença de uma tese e o poder dos conectivos e dos adjetivos na construção argumentativa.

Mesmo não havendo uma sistematização no que se refere ao papel dos verbos nos textos dissertativos, o próprio verbo, por seu papel discursivo, pode demarcar a opinião do enunciador por meio da modalização.

Vale comentar que Weinrich (1964/1968 *apud* CASTILHO, 2016, p. 443) entende as situações comunicativas, diferentemente da visão tripartite “presente, passado, futuro”, por meio dos conceitos de “mundo comentado” e “mundo narrado”. O primeiro está relacionado à dissertação, na qual predominam verbos no presente, e o segundo, à narração, na qual predominam os tempos do passado. Dizer que no mundo comentado predomina o tempo presente está de acordo com o fato de, na dissertação, o presente ter caráter neutro, ao contrário dos tempos do mundo narrado.

---

<sup>5</sup> “A todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia” (KOCH, 2002, p. 19), portanto não trataremos a argumentação como a única tipologia a manifestar o ponto de vista do enunciador, mas a que, no seu modo de organização, manifesta-o de maneira mais explícita.

Ainda teríamos de, no interior do passado, admitir outra vez a posição presente/passado, isto é, uma oposição entre um “presente do passado” (cantava – cantei) e um “passado do passado” (cantara).

Isto significa que o presente, a rigor, se caracteriza pelo traço “negativo” ou “neutral” em relação ao pretérito (passado) e ao futuro, que são termos “positivos”, isto é, aplicados ao ocorrido, o que permite ao presente poder empregar-se, em determinados contextos, “em lugar” do passado e do futuro. Não ocorrendo a neutralização, tais substituições ficam impedidas: *eu agora estarei muito cansado*, se entendermos “agora mesmo”, e não “em seguida”, “depois do momento em que falo” (quando a construção será perfeitamente possível), não se empregará o futuro pelo presente. (BECHARA, 2010, p. 251)

Essa metáfora temporal leva o interlocutor, no mundo comentado, a ter uma recepção mais comprometida com a informação, como as manchetes jornalísticas, um dos maiores exemplos do mundo comentado. Em sentido oposto, no mundo narrado, o interlocutor não se aproxima tanto do discurso, visto que recebe a informação de um fato relatado, sem tanto comprometimento por parte do enunciador, sendo característico o uso do pretérito perfeito simples, do pretérito imperfeito, do pretérito mais-que-perfeito e do futuro do pretérito do indicativo. Ou seja, a visão bipartida do linguista revela que, na narração, predominam os verbos de ação e, no comentário, os de atribuição.

Em termos valenciais, os verbos de ação selecionam dois argumentos, o agente e o alvo, ao passo que os verbos de atribuição exigem um só argumento. (...) a seleção do tipo de verbo e de suas formas temporais é dada discursivamente, e atende ao tipo de texto que pretendemos produzir. O tempo verbal, portanto, é mais um dado do texto do que da representação cronológica. (CASTILHO, 2016, p. 443).

O que nos chama a atenção é o fato de, em geral, a escola não priorizar o texto argumentativo no ensino fundamental, e sim o narrativo e o descritivo, não fazendo os alunos se familiarizarem com a estrutura mais cobrada em redações de vestibulares. Conclui-se que, se a argumentação for pouco trabalhada em sala de aula, obviamente reconhecer a importância dos verbos nesse modo de organização será tarefa difícil de compreender. Sobre esse aspecto, Conforte (2012) afirma que

do ponto de vista da estruturação linguística, o modo argumentativo é o que representa um nível mais complexo de elaboração formal, constatação que apresenta resultados de ordem didático-pedagógica evidentes, como o fato de que é esse, em geral, o último modo a ser ensinado nos livros de redação, além de ser o que efetivamente se cobra nas provas de concursos e

vestibulares. Lembre-se, ainda, que essa maior elaboração se dá não somente no plano da forma, mas, é claro, também do conteúdo, uma vez que, para se argumentar, pelo menos em nível formal, é necessário que o argumentador tenha desenvolvido a capacidade de realizar encadeamentos lógicos que só uma mente bastante amadurecida pode ter atingido.

Por conseguinte, independentemente da visão adotada para os estudos dos modos do discurso, os verbos se fazem presentes, inclusive naqueles casos em que, aparentemente, essa classe gramatical tem menos relevância do que outras classes. Os adjetivos, por exemplo, são o destaque nos textos descritivos. É fato que, até mesmo para se construir um discurso baseado em classes nominais, os verbos precisam assumir posição de quase neutralidade, para que a estrutura se realize.

### 2.2.2 Os verbos dicendi

Podemos mencionar como outra característica verbal discursiva os verbos *dicendi*, introdutores dos discursos direto e indireto, “cuja principal função é indicar o interlocutor que está com a palavra” (GARCIA, 2010, p. 149) e marcar explicitamente uma heterogeneidade discursiva, conceito teórico defendido pela análise do discurso francesa que

propõe o princípio da heterogeneidade, a ideia de que a linguagem é heterogênea, ou seja, de que o discurso é tecido a partir do discurso do outro, que é o "exterior constitutivo" o "já dito" sobre o qual qualquer discurso se constrói. Isso quer dizer que o discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos. (FIORIN, 2004)

Os verbos *dicendi* não são uma categoria ilimitada disponível na língua, visto que sintaticamente, em princípio, devem assentir transitividade e, além de marcarem a heterogeneidade discursiva, permitem um julgamento de valor do enunciador quanto ao discurso citado, como os verbos “protestar”, “reprovar” e “reconhecer”. Vale mencionar que até mesmo a utilização de um verbo *dicendi* de caráter neutro, como o é o verbo “dizer”, é um recurso discursivo que marca o distanciamento, para priorizar o caráter informativo do texto.

Para ratificar a função discursiva dos *dicendi*, abarcando esse fato, vejamos os seguintes enunciados:

- (1) “Presidente **diz** que vai vetar lista tríplice para agências reguladoras”. (O GLOBO, 24.06.2019, grifo nosso)
- (2) “Os partidos **sustentaram** que, com a nova medida provisória, da última quarta (19), Bolsonaro tentou reeditar a MP 870, que transferia a competência para a demarcação de terras indígenas da Funai (Fundação Nacional do Índio) para a Agricultura – mudança derrubada no Congresso. (FOLHA DE SÃO PAULO, 24.06.2019, grifo nosso)

Nota-se, pelos exemplos citados, que há um distanciamento semântico-discursivo entre *dizer* e *sustentar*, porquanto em (1) há neutralidade e em (2) uma demarcação mais discursiva do jornal, porquanto “dizer”, nesse contexto é “expressar por palavras” (AURÉLIO, 1997, p. 116) e “sustentar” é “afirmar categoricamente” ou “defender com argumentos ou razões (AURÉLIO, 1997, p. 300). Para Koch (2003, p. 65):

a pretensa neutralidade de alguns discursos (o científico, o didático, entre outros) é apenas uma máscara, uma forma de representação (teatral): o locutor se representa no texto “como se fosse neutro”, “como se” não tivesse engajado, comprometido, “como se” não estivesse tentando orientar o outro para determinadas conclusões, no sentido de obter dele determinados comportamentos e reações.

Essa pretensa neutralidade não se realiza em (2), que implica um julgamento do enunciador quanto ao caráter do que foi *dito*, na medida em que não são sinônimos “Os partidos disseram que...” e “Os partidos sustentaram que...”. Percebe-se aqui um caráter modalizador<sup>6</sup> do verbo, por meio do qual o locutor denota uma alta adesão em relação ao conteúdo de seu próprio enunciado ou de enunciado de outrem.

Obviamente, não apenas verbos modalizam enunciados, visto que também exercem essa função, principalmente, advérbios, adjetivos e substantivos. Além dos

---

<sup>6</sup> Não está entre os objetivos deste trabalho desenvolver um estudo sobre a polissemia gerada por verbos modalizadores. Também não aprofundaremos, pelo mesmo motivo, a tipologia dos verbos *sentiendi*.

*dicendi*, demarcam a modalização os performativos, que serão tratados ainda neste capítulo, os auxiliares modais e as formas verbais perifrásticas.

### 2.2.3 Os atos de fala

Participa de modo considerável da avaliação enunciativo-discursiva a teoria dos atos de fala, a qual, elaborada inicialmente por J. L. Austin e desenvolvida por John Searle, colabora para a compreensão do funcionamento da língua. Analisando enunciados utilizados cotidianamente, Austin

reconheceu a presença da ação de um locutor em toda a enunciação. Entendida ainda à identificação de uma atividade perlocucional e outra ilocucional, a Teoria dos Atos de Fala envolvia elementos como o contexto, as convenções de uso e as intenções do falante. Desse modo, além da complexidade envolvida na introdução de elementos excluídos dos estudos linguísticos até então, a colaboração de Austin para os estudos discursivos deve-se, principalmente, ao entendimento de que o uso da língua é sempre um ato, passando a linguagem a ser concebida como uma prática social concreta. (DOMINGUEZ, 2013, p. 7)

Sobre ações por meio do dizer é de especial importância para este trabalho o entendimento dos verbos *performativos*, os quais não afirmam nem negam, mas têm a faculdade de realizar ações, porquanto há aquelas que só se realizam através da palavra. “Assim, opondo-se à posição da lógica de que toda proposição é verdadeira ou falsa, a preocupação do referido autor não é mais a busca da verdade na análise da sentença, mas sim da eficácia do ato e do engajamento do falante na interação comunicativa (...)” (DOMINGUEZ, 2013, p. 7).

Austin (1962, p. 24) lista os seguintes exemplos:

- (a) "Aceito (scilicet), esta mulher como minha legítima esposa" - do modo que é proferido no decurso de uma cerimônia de casamentos.
- (b) "Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth" - quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio.
- (c) "Lego a meu irmão este relógio" - tal como ocorre em um testamento.
- (d) "Aposto cem cruzados como vai chover amanhã."

Para o autor,



estes exemplos deixam claro que proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) não é *descrever* o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo. Nenhum dos proferimentos citados é verdadeiro ou falso; considero isto tão óbvio que sequer pretendo justificar. De fato, não é necessário justificar, assim como não é necessário justificar que "Poxa!" não é nem verdadeiro nem falso. Pode ser que estes proferimentos "sirvam para informar", mas isso é muito diferente. Batizar um navio é dizer (nas circunstâncias apropriadas) as palavras "Batizo, etc.". Quando digo, diante do juiz ou no altar, etc., "Aceito", não estou relatando um casamento, estou me casando. (AUSTIN, 1962, p. 24-25)

Assim, há ações que só são construídas por meio de um discurso específico, balizado num uso verbal característico que excede as descrições gramaticais sobre essa classe; mas, para que tenha validade, Austin entendia que há algumas condições para que um enunciado performativo se realize como tal, as chamadas condições de *felicidade*: o enunciador deve ter autoridade para executar/realizar o ato, as circunstâncias em que as palavras são proferidas devem ser oportunas, e o verbo deve ser conjugado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e deve estar na voz ativa.

Essas ações também são representativas do discurso jurídico, que, por meio dos performativos, exerce o poder mandatário, sem, no entanto, seguir exatamente as condições descritas por Austin para que esses verbos se realizem como tal, dado que, no âmbito jurídico, podem se reorientar estruturalmente, mas discursivamente mantêm o intuito performativo.

O ato jurídico é uma conduta ou um comportamento adotado por uma pessoa, é uma manifestação da vontade humana que produz efeitos jurídicos, causando a obtenção, modificação ou extinção de um direito, e o efeito desse ato nasce de um ato de fala por meio de um verbo performativo, cujas condições de realização podem estar em concordância com as condições austinianas ou podem se valer de condições inerentes ao discurso jurídico, por meio da terceira pessoa ou da estrutura passiva, por exemplo.

De fato, no universo jurídico, ações são realizadas por meio da língua de tal modo que a enunciação de um verbo faz nascer e desaparecer entidades, confere poderes, cria compromissos, absolve e condena, celebra a paz e declara a guerra, ordena, permite e proíbe. Nesse universo, o verbo realiza ações ao invés de descrevê-las, e tais ações se constituem em atos jurídicos. Nesse entendimento, dizer é fazer, e o verbo enunciado assume o caráter performativo. (MACIEL, 2008, p. 2)

A respeito das condições para que o ato performativo jurídico se realize, Luiz Alberto Warat (1984, p. 66, *apud* MACIEL, 2008, p. 3) afirma que

os atos de fala jurídicos pressupõem a existência de um órgão dotado de autoridade para significar e de um corpo normativo, que habilita o emprego dos termos, com a função de constituir situações fáticas. Preenchendo tais condições, os atos de fala enunciados são atos jurídicos eficazes, isto é, produzem o efeito que expressam.

Observemos o preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, **promulgamos**, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (grifo nosso)

Fica evidente que a Carta Magna apenas se tornou pública oficialmente e passou a ter efeitos legais mediante um ato de fala que manifestou um ato jurídico com efeito executório, expresso pelo verbo *promulgar* e obedecendo às condições necessárias citadas por Warat: um órgão dotado de autoridade – o Poder Executivo –, que tem voz por meio de seus representados legais, e um corpo normativo – o próprio texto da lei. Também colaboram performativamente para a eficácia de atos de fala jurídicos *decretar, anular, proibir, autorizar, criar, constituir, legar* etc.

Entendemos, por meio da análise do contexto jurídico, que a performatividade dos verbos está inserida no princípio da situacionalidade, a qual, para Marcuschi (2008, p. 129), “é uma forma de o texto se adequar tanto a seus contextos quanto a seus usuários”. Seguindo o mesmo caminho, está o emprego dos verbos utilizados em comunicações escritas nas Forças Armadas, o que acabou sendo levado naquele ambiente para a comunicação oral. Na Marinha do Brasil, as *Normas Sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na Marinha* (NODAM) ajustam o uso dos verbos a depender do cargo hierárquico<sup>7</sup> do enunciador em relação ao receptor e,

<sup>7</sup> “Hierarquia Militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura militar. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação, se faz pela antiguidade no posto ou na graduação”. (Decreto nº 88.545 de 26 de julho de 1983, que aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha e dá outras providências.)

mais do que uma simples escolha vocabular, esses verbos têm uma força ilocucional nos textos, pois declaram, por exemplo, se a ação exteriorizada pelo verbo é uma determinação ou uma consulta/possibilidade. De acordo com a NODAM<sup>8</sup> (2008),

serão usados os seguintes verbos, conforme a posição hierárquica da autoridade que elabora o DA [Documento Administrativo] em relação à autoridade superior ou equivalente - APRESENTAR, consultar, participar, levar ao conhecimento, RESTITUIR, solicitar, transmitir, submeter.  
 autoridade não subordinada - APRESENTAR, consultar, participar, **comunicar**, **informar**, **remeter**, RESTITUIR, solicitar, transmitir, **esclarecer**, encaminhar.  
 autoridade subordinada - APRESENTAR, determinar, recomendar, **comunicar**, **informar**, RESTITUIR, **remeter**, enviar, **esclarecer**.

As formas *apresentar* e *restituir* figuram nas três situações, porém as outras pertencem a um uso específico que não permite equívoco. Tendo em vista o caráter peculiar de tratamento entre autoridades de diferentes níveis de hierarquia nas Forças Armadas, o uso dos verbos não é, como dito anteriormente, uma escolha aleatória do enunciador, mas uma adequação enunciativo-discursiva específica do âmbito militar.

Não obstante *informar* contenha as acepções “dar informe ou parecer sobre; comunicar, participar; dar informações, notícias; inteirar” (AURÉLIO, 1997, p. 179), há discursivamente uma diferença peremptória entre “informar” e seu sinônimo “participar”, que se inclui nas possibilidades da NODAM: nesse discurso específico, o primeiro não espelha o segundo, porquanto manifesta, por meio do léxico utilizado, a identidade de cada interlocutor, uma autoridade inferior *participa* algo a uma superior e vice-versa, mas somente uma autoridade hierarquicamente superior *informa* algo a uma inferior. Neste caso, subentende-se que a adequação leva em conta também o respeito à autoridade superior. Assim também só há a possibilidade de empregar *determinar* a uma autoridade subordinada, visto que, se a autoridade não é subordinada ou é hierarquicamente superior, não há como *determinar*, e sim *consultar*. Destarte, como a língua é prática social, os verbos amparam a construção da identidade na posição de sujeito nessa formação ideológico-discursiva.

---

<sup>8</sup> Para melhor entendimento, grifamos os verbos que aparecem em mais de uma ocorrência da seguinte maneira: em caixa alta, os verbos que aparecem nas três possibilidades de uso, sublinhados os verbos que aparecem tanto em “autoridade superior ou equivalente” quanto em “autoridade não subordinada”, em negrito os verbos que aparecem tanto em “autoridade não subordinada” quanto em “autoridade subordinada”.

Como exemplo concreto, tomemos um documento oficial interno (cf. ANEXO D) do Serviço de Seleção, unidade pertencente à Marinha do Brasil, o qual foi encaminhado por uma Primeiro-Tenente à Chefe do Departamento de Processos Seletivos, atualmente uma Capitão de Fragata – hierarquicamente três postos acima. No documento administrativo (DA), a enunciativa expõe a necessidade de alterar o período de férias já submetido anteriormente à aprovação. Para isso, encaminha uma Comunicação Interna – “DA de correspondência por meio do qual, em uma mesma OM<sup>9</sup>, os Elementos Organizacionais e pessoas comunicam-se, formalmente, entre si podendo ser assinado no impedimento por seu substituto legal” (NODAM, 2008, p. 121) – à Chefe do Departamento do qual a Divisão de Elaboração de Provas faz parte. O verbo “submeter” marca não somente a definição dicionarizada desse item lexical – “reduzir à obediência, à dependência; sujeitar; tornar objeto de; subordinar; oferecer a exame ou apreciação; sujeitar” (AURÉLIO, 1997, p. 297) –, mas também impõe, linguisticamente, a relação hierárquica entre a enunciativa e a interlocutora, visto que, dentro dessa cadeia discursiva, vale a semântica dicionarizada desse verbo de forma tal que, se houver uma troca na posição de enunciação, o mesmo verbo não será utilizado e, caso seja, marcará a desobediência ao pilar da hierarquia. Desse modo, uma resposta para esse documento pode ser estruturada, por exemplo, por “informo que está autorizada a alteração...”.

Por conseguinte, os atos de fala fazem parte do constructo discursivo nas comunicações diárias, e os verbos colaboram com essa concepção pragmática do uso da linguagem, inclusive biblicamente na formação do mundo. Quando não existia nada, Deus criou o mundo – de acordo com o livro de Gênesis, por atos de linguagem em que o verbo era o principal condutor desses atos: “E disse Deus: Faça-se a luz; e a luz foi feita” (Gn, 1:3)

#### 2.2.4 As vozes verbais

Não esgotando outras possibilidades, apresentamos as vozes verbais como característica eminentemente discursiva, não obstante as gramáticas as tratem pri-

---

<sup>9</sup> Organização Militar.

mordialmente como diferentes estruturas para o mesmo sentido. Não é raro, em sala de aula, o aprendizado das vozes ser contextualizado como uma equivalência semântica entre as duas estruturas básicas, ativa e passiva, e entre as duas estruturas da passiva, analítica e sintética. Porém, a escolha por uma construção sintática não se dá de forma aleatória, visto que a intenção comunicativa se faz presente na escolha por uma determinada voz verbal.

Quando as comparamos descontextualizadas, as construções ativa e passiva podem ser tomadas como formas diversas para o mesmo conteúdo objetivo, mas a escolha de uma delas normalmente tem motivações discursivas ou pragmáticas que precisam ser observadas. (AZEREDO, 2018, p. 301)

Sobre essas motivações discursivas, as vozes têm papel fundamental na intenção comunicativa do usuário da língua. No entanto, as regras gramaticais não abrangem todas as possibilidades de uso, pois tratam as vozes apenas em suas três estruturas tradicionais: ativa, passiva, reflexiva, limitando-se a evidenciar os elementos sintáticos característicos de cada uma e deixando, portanto, de dar importância a seu aspecto discursivo – fundamental para a prática linguística.

Há, por exemplo, uma força imperativa na chamada voz passiva sintética que a faz ser usada em diversas propagandas, pois essa voz vai ao encontro do sentido pretendido: mostrar ao público que algo está sendo vendido, alugado etc. As ofertas de serviço constituem ato de fala, não sendo, meramente, uma estrutura passiva, visto que em uma frase como “Prendem-se assaltantes”, há uma diferença discursiva entre o fato de informar que “assaltantes são presos”, em um contexto como “Nesta cidade, a polícia é tão competente que prende assaltante todo dia”, e a notícia de que alguém está ofertando um serviço de prender assaltantes.

Uma frase mal construída pode gerar dúvidas no público e, assim, não alcançar seu objetivo. Todavia, não se pode confundir construção fora dos parâmetros exigidos pela norma-padrão com modificações estruturais para adequação ao discurso, como é o caso de diversos anúncios que aparecem em placas de rua:

Placa no bairro de Marechal Hermes, Rio de Janeiro, RJ



Do ponto de vista informacional, não há indeterminação nesse exemplo, visto que o profissional encarregado do serviço ou da contratação está identificado no cartaz. Semanticamente, porém, a indeterminação acontece, porquanto é possível entender que o enunciador tenha pretendido indeterminar o sujeito para só revelá-lo mais abaixo. Por isso, o verbo não se flexiona no plural, mostrando que não há uma passiva sintética, mas sim uma ativa com sujeito indeterminado. Além disso, pode-se citar a estrutura também como fator relevante na dificuldade em se perceber o sujeito da sentença, visto que esse tipo de frase não aparece na ordem canônica – sujeito, verbo, complementos – e, caso se tente reestruturar a frase, haverá alteração semântica, como mostram os exemplos a seguir:

- (1) Vendeu-se o jogador.
- (2) O jogador vendeu-se.

Por estarem soltas, as duas frases geram entendimentos diferentes, embora as expectativas a esse respeito possam ser hierarquizadas,

Em (2), a percepção que se tem, num primeiro momento, é de uma sentença na voz reflexiva, e não na passiva sintética, o que poderia gerar ambiguidade numa análise mais profunda: o jogador vendeu a si próprio? Por isso, não é comum que, na chamada passiva sintética, o sujeito venha antes do verbo. Portanto, na formação discursiva representada pela placa – formação enraizada e praticada habitualmente pelos usuários da língua –, há uma escolha de voz determinada pela intenção comunicativa, visto que na passiva sintética o agente do processo verbal é, obrigatori-

amente, indeterminado: não se construiria o mesmo efeito por meio da passiva analítica nem por meio da ativa.

Em discurso acadêmico, a construção com *se* também é valorizada, justamente pela indeterminação do agente do processo verbal.

Uma outra forma também bastante adotada nos textos argumentativos, acadêmicos ou não, envolve a presença da partícula *se*, tendo em vista a tendência à linguagem despersonalizada que se observa nos trabalhos científicos. Nesses casos, o *se* ocorre como índice de indeterminação do sujeito ou partícula apassivadora. Tais construções parecem dar mais autoridade ao que se diz, atendendo assim às intenções persuasivas que permeiam esse tipo de texto. É a chamada força perlocutória, que caracteriza o desejo de convencer. Tais construções criam um distanciamento maior do autor em relação a seu texto, transmitindo o grau de objetividade necessário aos trabalhos técnico-científicos (...) (SCHLEE, 2014, p. 79-80.)

Quanto às possibilidades discursivas das outras vozes, podemos citar a ativa como mecanismo jornalístico nas chamadas de notícias. Sabe-se que os textos jornalísticos têm características peculiares, de acordo com o público-alvo e, comumente, técnicas são usadas para a redação desse tipo de texto, levando-se em conta a clareza, a coesão, a coerência e outras características. Squarisi & Salvador (2013, p. 28), profissionais na área jornalística, criaram um manual que afirma que

o verbo tem voz. Mas precisa de alguém que fale por ele. Às vezes é o sujeito. Com ele, a frase fica esperta. Torna-se vigorosa. Enche-se de poder. Daí o nome *voz ativa*. Outras vezes, o sujeito é boa-vida. Preguiçoso, não pratica a ação. A oração fica mole. Parece medrosa. Dá a impressão de que o autor, sem assumir a autoria, transfere a responsabilidade de declarar para o agente da passiva. Compare: *Voz ativa: O ministro escreveu a carta ao presidente. Voz passiva: A carta ao presidente foi escrita pelo ministro*. Percebeu a diferença? A voz ativa tem três vantagens. Uma: é mais curta. Duas: dispensa a praga do verbo *ser*. A última: soa mais direta, vigorosa e concisa que a passiva. Dê-lhe preferência sempre que puder.

Servem como exemplo da técnica utilizada pelas autoras as seguintes manchetes de notícias de jornal:

- (1) “Por US\$ 38 mi, Bill Gates compra rua inteira em cidadezinha da Flórida”. (UOL, 02.07.2016)
- (2) “Bolt inicia tratamento para se garantir nos Jogos Olímpicos”. (Estadão, 02.07.2016)
- (3) “PM detém 30 estudantes após desocupar prédio”. (Estadão, 02.07.2016)

No entanto, deve-se compreender que a obra de Squarisi & Salvador é um manual para iniciantes do meio jornalístico, que apresenta, portanto, um “bizuário” a ser seguido por aqueles que ainda não têm domínio do discurso, portanto as “vantagens” citadas não acontecem em todo e qualquer discurso. A voz passiva também pode ser mecanismo de discurso em textos jornalísticos, mesmo nas chamadas curtas, conforme os exemplos a seguir:

- (1) Brasileiros vindos de Wuhan serão isolados por 18 dias, diz Saúde.  
(G1.Globo.com, 03.02.2020)
- (2) Procurador que tentou matar juíza com facada é encontrado morto em SP.  
(O Globo, 03.02.2020)
- (3) Honda, do Botafogo, fura a quarentena e é flagrado comendo na praia.  
(Meia Hora, 27.04.2020)

Nas três notícias, a voz ativa não foi a escolhida devido ao contexto, porquanto os sujeitos, centros das chamadas, não são sujeitos agentes, além disso o autor não deu importância ao agente das ações de “isolar”, “encontrar” e “flagrar” ou realmente não se sabe devido ao tipo de ação, pois, na primeira chamada, por exemplo, sabe-se que quem irá trazer de volta os brasileiros que estão na China é o país, mas quem exatamente: o Ministério das Relações Exteriores, por exemplo? Na terceira chamada, é possível perceber, antes mesmo de ler a matéria, que possivelmente ainda não se sabe quem é o autor do flagrante, criando, inclusive uma expectativa no leitor quanto a essa autoria. Portanto, mais uma vez, a voz passiva cabe perfeitamente. É bem provável que a forma ativa trouxesse, nesses casos, informações imprecisas para os leitores, embora pudesse ser utilizada em estruturas com sujeitos agentes determinados lexicalmente, mas de caráter semântico indefinido, como “O governo isola brasileiros vindos de Wuhan por 18 dias”, “Alguém encontrou morto em SP o procurador que tentou matar juíza com facada” e “Honda, do Botafogo, fura a quarentena e alguém o flagra comendo na praia”. Além disso, poder-se-ia utilizar a forma ativa em estrutura clássica com sujeito indeterminado: “Isolaram brasileiros vindos de Wuhan por 18 dias”, “Encontraram morto em SP o procurador que tentou matar juíza com facada” e “Flagraram Honda, do Botafogo, furando a quarentena e



comendo na praia”. No entanto, essas formas não estariam de acordo com a intencionalidade dos autores, explicitadas no início deste parágrafo.

Como se vê, a voz verbal é carregada de matizes discursivos, que servem a propósitos específicos e que, a rigor, não se equivalem nem semântica nem estruturalmente. As vozes não são mecanismos de escolha aleatórios no discurso, na medida em que servem a um propósito específico para o enunciador e provocam diferentes leituras por parte do interlocutor.

### **3 A COBRANÇA**

#### **3.1 O curso de Letras no ENADE**

No atual sistema avaliativo do país, uma única prova é aplicada, a cada triênio, a todos os cursos de graduação que fazem parte do grupo pré-determinado pelo INEP. Todos os anos há a aplicação das provas do ENADE, mas a cada ano um grupo de graduações é avaliado, e esse mesmo grupo volta a ser avaliado três anos depois. O curso de Letras é avaliado no que o INEP chama de ano II, dentro do subgrupo Ciências Humanas e junto de outros grupos (Ciências Biológicas, Ciências Exatas etc.). No ano da aplicação, alunos ingressantes e alunos concluintes se inscrevem obrigatoriamente e são avaliados por meio de uma prova que contém 35 questões, divididas em 8 questões múltipla-escolha e 2 discursivas de conhecimento geral, aplicadas a todos os participantes, 22 questões de múltipla-escolha e 3 discursivas específicas da área. Além das questões, ao final da avaliação, há um questionário composto por 9 questões de múltipla-escolha, as quais cobram a percepção que o candidato teve da prova: grau de dificuldade, tempo gasto para a realização e dificuldades encontradas com relação às instruções, por exemplo.

Nesse modelo de avaliação trienal, o curso de Letras foi submetido à avaliação em 2005, 2008, 2011, 2014 e 2017 – a próxima avaliação será em 2020. De 2005 a 2011, apenas uma única prova era aplicada e, dentro do caderno de questões, havia algumas poucas perguntas específicas para Licenciatura e outras para Bacharelado (em 2005 havia também algumas questões para Licenciatura em língua estrangeira). Em 2011, apesar de ainda vigorar o sistema de uma única prova para Bacharelado e Licenciatura, foram cobradas mais questões específicas para cada modalidade de formação, inclusive já delimitadas no sumário da prova. Apenas em 2014 começaram a ser aplicadas 4 provas (Letras Português Bacharelado, Letras Português Licenciatura, Letras Português e Espanhol e Letras Português e Inglês), não obstante continuar havendo questões idênticas nas quatro provas.

No modelo antigo, o famoso Provão, que teve vigência de 1996 a 2003, os cursos eram avaliados todos os anos e, para o curso de Letras, que entrou em 1998, não havia questões específicas para Bacharelado ou Licenciatura. Em todos esses

anos de avaliações, seja no ENC, seja no ENADE, o INEP utilizou parâmetros de cobrança baseados em um currículo comum, porquanto não é possível identificar as peculiaridades das IES no país: a USP, a UFRJ, a UERJ e a Universidade Estácio de Sá, por exemplo, não têm exatamente o mesmo currículo nem a mesma cultura/tradição. Portanto, há um limite na avaliação para que possam ser respeitados os limites e/ou as expansões de cada IES. Mesmo assim, o INEP tem por objetivo avaliar pedagogicamente certos pontos da língua portuguesa e da literatura, e o que se pretende neste trabalho é justamente investigar quais habilidades o graduando precisa ter, no que tange à classe gramatical dos verbos, para ser um futuro profissional na área de Letras, seja professor, revisor, pesquisador, consultor.

### 3.2 A cobrança dos verbos no ENADE e no ENC

O *corpus* deste trabalho reúne as questões de língua portuguesa aplicadas no ENC e no ENADE para os formandos de Letras, desde 1998 até 2017. Ressalte-se, porém, que serão analisadas apenas as 58 que cobram – de forma ampla ou específica – o assunto *verbos*: regência, formação, conjugação, neologismos etc. Essas questões<sup>10</sup> serão divididas em blocos que obedecem aos principais assuntos listados em sumário nas gramáticas tradicionais e nas pesquisas acadêmicas. Como já dissemos, tomamos por base o recorte utilizado por Claudio Cezar Henriques em sua coleção “Português na Prática”, que reúne seis livros sobre os assuntos ministrados na formação dos cursos de graduação em Letras, a saber: Fonética, Fonologia e Ortografia; Morfologia; Sintaxe; Geo-História; Léxico e Semântica; e Estilística e Discurso. Metodologicamente, essa divisão auxiliará na análise feita em nossa pesquisa.

Para que haja melhor entendimento sobre a distribuição das questões conforme a coleção “Português na Prática”<sup>11</sup>, um quadro foi elaborado a fim de demonstrar a quantidade de questões sobre verbos em cada tema, as questões repetidas,

---

<sup>10</sup> As questões foram organizadas de modo a identificar entre parênteses o ano em que a prova foi aplicada e a ordem numérica no original.

<sup>11</sup> Algumas edições não contemplam as questões mais atuais, porém foram disponibilizados pelo autor os arquivos com as questões até 2017, que constarão das próximas edições – no prelo.

as não repetidas e em que tema foram elas incluídas. Para tanto, construímos seis colunas, as quais identificam em seu títulos o tema abordado, assim distribuído: FFO (Fonética, Fonologia e Ortografia), GH (Geo-História), MORFO (Morfologia), SINT (Sintaxe), LS (Léxico e Semântica) e ED (Estilística e Discurso), Dentro de cada coluna, as questões estão discriminadas pelo ano de aplicação e, entre parênteses, pelo número na prova original. Cabe esclarecer que as questões que aparecem em mais de um tema estão negritadas na coluna em que serão analisadas. Quando estiverem sublinhadas, não serão analisadas. As questões que não estão repetidas não têm formatação especial e serão analisadas no tema pertencente à coluna em que aparecem. As questões discursivas estão identificadas com a letra “D” e também haverá identificação quanto à especialidade em que apareceram – a partir de 2004 as provas passaram a ser divididas por subárea na mesma prova (questões exclusivas para Licenciatura e questões exclusivas para Bacharelado). A partir de 2014 começaram a ser elaboradas provas diferentes para Licenciatura, Bacharelado, Espanhol e Inglês – da seguinte maneira: “B” para *bacharel*, “E” para *espanhol* e “L” para Licenciatura. Não foram encontradas na coleção “Português na Prática” questões das provas de Inglês.

No que tange às questões discursivas com mais de uma alternativa, cada opção será considerada como uma questão, visto que pode pertencer a assuntos diferentes dentre os 6 utilizados para esta pesquisa. No quadro, cada opção será identificada conforme a prova original: letra “a”, letra “b” etc. Quanto às questões de múltipla escolha, as opções que não abordarem a temática dos verbos não serão analisadas ou serão comentadas brevemente caso haja necessidade.

Quadro 1 – Distribuição das questões sobre verbos

FFO	MORFO	SINT	GH	LS	ED
99 (18)	98 (02)	98 (07)	<b>99 (02)</b>	98 (04)	<u>98 (19)</u>
00 (19)	98 (03)	98 (08)	<b>00 (10)</b>	99 (04)	98 (01-D)
02 (16)	98 (06)	98 (09)	<b>05 (04-D)</b>	00 (16)	<u>99 (09)</u>
05 (11)	99 (14)	98 (10)	<b>05 (05-D)</b>	02 (12)	99 (12)
05 (12)	03 (08-D)	<b>98 (19)</b>	14 (09-B-L)	02 (13)	<u>00 (15)</u>
<u>05 (04-D)</u>	05 (18)	<u>99 (02)</u>	<b>14 (10-B-L)</b>	<b>08 (12)</b>	<u>14 (14-B-L)</u>
	<u>05 (04-D)</u>	99 (05)	14 (29-B)	<b>14 (14-B-L)</b>	14 (19-E)
	<u>14 (30-E)</u>	99 (07)		<b>14 (19-B-L)</b>	<u>17 (03-D-E-</u>
	<u>17 (03-D-B-</u>	99 (08)		<b>14 (30-E)</b>	<u>letra “b”)</u>
	<u>L-letra “a”)</u>	<b>99 (09)</b>		<b>17 (09-B-L)</b>	
	<u>17 (03-D-B-</u>	99 (13)		<b>17 (03-D-B-</b>	
	<u>L-letra “b”)</u>	00 (02)		<b>L-letra “a”)</b>	
	17 (13-B-L)	<u>00 (10)</u>		<b>17 (03-D-B-</b>	
		<b>00 (15)</b>		<b>L-letra “b”)</b>	
		00 (26)		<b>17 (03-D-E-</b>	
		01 (17)		<b>letra “b”)</b>	
		02 (05)			
		05 (08)			
		<u>05 (05-D)</u>			
		<u>08 (12)</u>			
		11 (19)			
		11 (20)			
		11 (37-B)			
		11 (43-B)			
		11 (44-B)			
		<u>14 (10-B-L)</u>			
		<u>14 (19-B-L)</u>			
		14 (28-B)			
		<u>17 (09-B-L)</u>			
		17 (03-D-E-			
		letra “a”)			

Fonte: O autor, 2020

Tendo em vista que em *Estilística e Discurso* (excluindo-se as questões que, apesar de constarem também nesse tema, serão analisadas em outros tópicos) restaram apenas três questões, optamos – por razões práticas – pela sua incorporação ao grupo de Léxico e Semântica, rebatizando-o como *Semântica* (S). As questões de todos os grupos serão analisadas em ordem cronológica, conforme apresentadas no quadro.

Quadro 2 – Distribuição das questões sobre verbos nesta pesquisa

FFO	MORFO	SINT	GH	S
99 (18)	98 (02)	98 (07)	<b>99 (02)</b>	98 (04)
00 (19)	98 (03)	98 (08)	<b>00 (10)</b>	<u>98 (19)</u>
02 (16)	98 (06)	98 (09)	<b>05 (04-D)</b>	98 (01-D)
05 (11)	99 (14)	98 (10)	<b>05 (05-D)</b>	99 (04)
05 (12)	03 (08-D)	<b>98 (19)</b>	14 (09-B-L)	<u>99 (09)</u>
<u>05 (04-D)</u>	05 (18)	<u>99 (02)</u>	<b>14 (10-B-L)</b>	99 (12)
	<u>05 (04-D)</u>	99 (05)	14 (29-B)	<u>00 (15)</u>
	<u>14 (30-E)</u>	99 (07)		00 (16)
	<u>17 (03-D-B-L- L-letra "a")</u>	99 (08)		02 (12)
	<u>17 (03-D-B-L- L-letra "b")</u>	99 (13)		02 (13)
	17 (13-B-L)	00 (02)		<b>08 (12)</b>
		<u>00 (10)</u>		<b>14 (14-B-L)</b>
		<b>00 (15)</b>		<b>14 (19-B-L)</b>
		00 (26)		14 (19-E)
		01 (17)		<b>14 (30-E)</b>
		02 (05)		<b>17 (09-B-L)</b>
		05 (08)		<b>17 (03-D-B-L- letra "a")</b>
		<u>05 (05-D)</u>		<b>17 (03-D-B-L- letra "b")</b>
		<u>08 (12)</u>		<b>17 (03-D-E- letra "b")</b>
		11 (19)		
		11 (20)		
		11 (37-B)		
		11 (43-B)		
		11 (44-B)		
		<u>14 (10-B-L)</u>		
		<u>14 (19-B-L)</u>		
		14 (28-B)		
		<u>17 (09-B-L)</u>		
		17 (03-D-E- letra "a")		

Fonte: O autor, 2020

Em cada subtítulo, a temática será apresentada utilizando-se gramáticas referenciais e pesquisas linguísticas da área. Serão feitas também comparações entre as obras de referência consultadas e comentários críticos. Em seguida, serão transcritas as questões sobre verbos do referido tema, negritando-se os gabaritos oficiais na própria questão. Posteriormente, analisar-se-ão as questões – cuja numeração seguirá a ordem apresentada no Quadro 2 para cada tema. Eventualmente, poderá ocorrer alguma lacuna sequencial, pois questões que tratem do mesmo assunto serão analisadas, adiante, em conjunto. A pretensão é considerar os pontos de vista gramatical e linguístico, e verificar a adequabilidade das questões para o público-alvo.

### 3.2.1 Fonética, Fonologia e Ortografia

A fonética e a fonologia são ramos de estudo da língua que se ocupam em investigar os sons da fala. Enquanto a primeira analisa os sons em sua realização concreta, na forma como são pronunciados, a segunda se atém ao estudo dos fonemas e aos padrões de som de uma linguagem.

A FONÉTICA estuda os sons da fala; a FONOLOGIA estuda os sons da língua. A fonética descritiva, aproximando-se das ciências físicas e biológicas, interessa-se pelos efeitos acústicos elementares que a nossa audição apreende como unidades sônicas, produzidos pela articulação dos órgãos fonadores.

Para depreender desse contingente de sons da fala o que funciona linguisticamente, a fonologia tem de apoiar-se na fonética, pois é a partir de cada um deles que se depreende o fonema, ou seja, o som vocal dotado de valor linguístico. (HENRIQUES, 2007, p. 6)

Nos compêndios de estudos linguísticos tradicionais utilizados em sala de aula, geralmente é dedicada à fonética e à fonologia, assim como à ortografia, os primeiros capítulos, antes de se iniciarem os estudos da morfologia e da sintaxe. Cunha & Cintra (2001) dão início ao capítulo dedicado ao estudo dos sons da fala listando as condições para a produção dos sons e descrevendo o aparelho fonador e o seu funcionamento. Em seguida, expõem uma distinção entre *som* e *fonema*:

Toda distinção significativa entre duas palavras de uma língua estabelecida pela oposição ou contraste entre dois sons revela que cada um desses sons representa uma unidade mental sonora diferente. Essa unidade de que o som é representação (ou realização) física recebe o nome de FONEMA. (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 27)

A partir desse ponto, os autores listam pré-requisitos que devem ser levados em conta para a descrição fonética da fala: “como eles são produzidos, como eles são transmitidos, como são percebidos” (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 27); apresentam o alfabeto fonético utilizado na língua portuguesa e classificam os sons em vogais, consoantes e semivogais, expondo particularidades como articulação e timbre, e descrevendo os diversos tipos de vogais e consoantes: as vogais orais e nasais e as consoantes palatais e velares (estas classificadas segundo um critério que leva em conta a região de articulação). Os autores abordam os encontros vocálicos, os

encontros consonantais e os dígrafos; tratam também dos estudos da sílaba – classificando as palavras quanto ao número de sílabas –, do acento tônico – incluindo a classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica –, da pronúncia culta de certas palavras – como *Nobel*, *avaro* e *antífrase* (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 56) –, do valor distintivo do acento tônico – exemplificando por meio de *dúvida* e *duvida* (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 57) –, de alguns conceitos específicos – como acento principal e secundário e grupo acentual. Cunha & Cintra finalizam o capítulo abordando os casos de ênclise e de próclise, situações em que uma palavra depende do acento tônico da palavra anterior ou posterior, e do acento de insistência, que realça uma palavra em determinado contexto, atribuindo a ela, por exemplo, uma carga de afetividade ou emoção.

Na contraface da fonética e da fonologia, a ortografia é um conjunto de regras estabelecido convencionalmente, que apresenta a correta maneira de escrever das palavras de uma língua, incluindo, na língua portuguesa, o uso dos sinais gráficos que marcam as sílabas tônicas e o uso do sinal gráfico que marca o fenômeno da crase, além daquele usado para unir palavras compostas ou derivadas, o hífen.

A ortografia não é uma representação pura e simples da fala, antes disso é uma tentativa de transcrição de fonemas que encara irregularidades, decorrentes da evolução histórica da língua – as quais precisam ser fixadas pela memória do falante –, ou decorrentes de variações linguísticas, ou seja, o grafema não é sempre a representação perfeita do fonema.

Tenhamos sempre o cuidado, porém, de não confundir o plano sonoro da língua – seus sons, fonemas e sílabas –, percebido pelo ouvido, com sua representação escrita, que inclui sinais gráficos diversos, como letras e traços (´ em *café*, ^ em *pântano*), percebido pelo olho.

A representação gráfica das palavras é realizada pelo sistema ortográfico, que apresenta peculiaridades responsáveis por frequentes discordâncias entre a forma oral e a forma escrita da língua. Por exemplo, usam-se combinações de letras – chamadas *dígrafos* – para representar um só fonema (cf. *achar* em face de *mexer*, *quilo* em face de *calo*, *carro* em face de *rato*, *santo* em face de *irmã*); usam-se letras diferentes para representar o mesmo fonema (cf. o fonema /z/ em *exato*, *rezar* e *pesar*) ou a mesma letra para representar fonemas distintos (cf. a letra *x* em *próximo*, *exato*, *roxo* e *sexo*); usa-se o mesmo sinal ´ para indicar tanto a maior intensidade de uma sílaba (cf. *fábrica* em face de *fabrica*) quanto a vogal aberta de um ditongo (cf. *anzóis* e *papéis*). (AZEREDO, 2018, p. 413) (grifos do autor)



Na língua portuguesa o alfabeto é composto atualmente por 26 letras e há também as transcrições de pronúncia, que têm por intenção representar o som. De acordo com Henriques (2007, p. 40), em certas ocasiões faz-se

necessário registrar por escrito a chamada TRANSCRIÇÃO FONÉTICA, técnica que registra visualmente a pronúncia de uma palavra. Nesse tipo de transcrição, cada símbolo corresponde rigorosamente a um fonema ou a uma variante de fonema, o que significa que é preciso aumentar o número de “letras” a utilizar, redesenhando-as ou aplicando diacríticos que indiquem precisamente o “som” que cada uma representa.

A TRANSCRIÇÃO FONÉTICA propriamente dita se assinala entre colchetes, pretendendo traduzir fielmente a pronúncia do falante, independente do que se poderia considerar como o registro exemplar de enunciação de um vocábulo. Por seu turno, a TRANSCRIÇÃO FONOLÓGICA se assinala entre barras, reportando-se exclusivamente aos fonemas da língua.

Exemplos:

representação gráfica → bom

representação fonológica → /'bõ/

representações fonéticas → ['bõ] ou ['bõw] ou ['bãw]...

Importa lembrar que, além do conhecido alfabeto fonético internacional, elaborado pela International Phonetic Association (cf. HENRIQUES, 2007, p. 43), existe também um alfabeto fonético estabelecido pela Organização da Aviação Civil Internacional, que garante a precisa comunicação em radiotelefonia. Nesse alfabeto, também adotado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cada letra de uma palavra é soletrada por meio de um código acrofônico, conforme quadro constante no Anexo D, retirado do manual *Fraseologia de Tráfego Aéreo* (2018).

Esse alfabeto não é utilizado somente em tempos de guerra, sendo costume utilizá-lo nas comunicações rotineiras militares das três Forças – Marinha, Exército e Aeronáutica – e das polícias (militar ou civil). Se, por exemplo, um militar pede a outro militar, cujo sobrenome é “Haspel”, que soletre esse sobrenome holandês para preenchimento de um documento, este não soletrará [ag´a], [a], [‘ɛsi], [p´e], [e], [‘ɛli], mas sim “hotel”, “alfa”, “sierra”, “papa”, “echo”, “lima”.

Sobre as discordâncias entre a forma oral e a forma escrita da língua, após a alfabetização, a grafia é apresentada ao aluno do ensino básico principalmente por meio de exercícios que incentivam a memorização; o mais conhecido deles, o ditado. Bechara (2010, p. 630,631) propõe exercício de fixação consoante aos realizados em sala de aula:

**13. Empregue no espaço em branco s, ss, c, ç ou x conforme o caso:**

1) Havia nele a obstina\_\_\_\_\_ão heroica das grandes paixões.

- 2) Sentia minguar-lhe a vida à proporção que essa voz desfalecia.
- 3) A menina travesta era agora uma dama séria e prudente.
- 4) O rapaz pensava nos embaralhamentos que daí podiam surgir.
- 5) Que via ele nesse premeditamento?
- 6) A sua ambição iria devar mundos ignotos.
- 7) Havia nos seus lábios um escasso sorriso de ternura.
- 8) Para que, doçura minha, trouxeste o presente?
- 9) Ingiu com o braço a intura da donzela.
- 10) Para que este disfarce, se não estou disfarçando?
- 11) Um vulto embudo apareceu no terreiro e avançou a paço e paço.

Essa prática, embora muito comum, não deve ser a única adotada. O comentário que se lê nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1997, p. 52) toca nesse ponto.

De modo geral, o ensino da ortografia dá-se por meio da apresentação e repetição verbal de regras, com sentido de “fórmulas”, e da correção que o professor faz de redações e ditados, seguida de uma tarefa onde o aluno copia várias vezes as palavras que escreveu errado. E, apesar do grande investimento feito nesse tipo de atividade, os alunos — se bem que capazes de “recitar” as regras quando solicitados — continuam a escrever errado.

Além disso, “ainda que tenha um forte apelo à memória, a aprendizagem da ortografia não é um processo passivo: trata-se de uma construção individual, para a qual a intervenção pedagógica tem muito a contribuir” (PCN, 1997, p. 52). Para tanto, é necessária a aplicação em sala de aula de alguns “passos” para que a aprendizagem da ortografia tenha evolução:

É importante que as estratégias didáticas para o ensino da ortografia se articulem em torno de dois eixos básicos:

- o da distinção entre o que é “produtivo” e o que é “reprodutivo” na notação da ortografia da língua, permitindo no primeiro caso o descobrimento explícito de regras geradoras de notações corretas e, quando não, a consciência de que não há regras que justifiquem as formas corretas fixadas pela norma; e
- a distinção entre palavras de uso frequente e infrequente na linguagem escrita impressa.

Em função dessas especificidades, o ensino da ortografia deveria organizar-se de modo a favorecer:

- a inferência dos princípios de geração da escrita convencional, a partir da explicitação das regularidades do sistema ortográfico (isso é possível utilizando como ponto de partida a exploração ativa e a observação dessas regularidades: é preciso fazer com que os alunos explicitem suas suposições de como se escrevem as palavras, reflitam sobre possíveis alternativas de grafia, comparem com a escrita convencional e tomem progressivamente consciência do funcionamento da ortografia);
- a tomada de consciência de que existem palavras cuja ortografia não é definida por regras e exigem, portanto, a consulta a fontes autorizadas e o esforço de memorização. (PCN, 1997, p. 52)

Tendo em vista que a ortografia é um sistema convencional, determinado por instituições e leis, muitos estudiosos entendem que ela não é parte da língua nem da gramática, justamente por não ter a dinamicidade da língua e por ser modificada por meio de atos oficiais do governo, como o fez o Novo Acordo Ortográfico, que, em vigor no Brasil desde 2009 e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 54 de 18 de abril de 1995, foi assinado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O Novo Acordo inseriu o tema da ortografia nos meios de comunicação nos últimos anos, sob críticas pesadas. Em entrevista a um jornal de Macau, Henriques (2010) comenta o chamado “empobrecimento da língua”:

Isso foi uma coisa em que houve muita confusão, sobretudo dos não especialistas em língua – jornalistas, escritores. Um membro da Academia Brasileira de Letras deu um pronunciamento num jornal dizendo que era contra o acordo e que não ia seguir, que a editora fizesse o que quisesse com os textos dele. É um depoimento completamente louco, diria até meio irresponsável. Mas justamente porquê? Estava confundindo língua com ortografia. **Ortografia não é língua portuguesa. Ortografia não faz parte da gramática.** (grifo nosso)

É também o que diz Silva (2009, p. 1):

Este é um Acordo meramente ortográfico e, portanto, restringe-se à língua escrita, não afetando nenhum aspecto da língua falada, como tem sido divulgado por alguns veículos de comunicação. Não é um acordo radical, que elimine todas as diferenças ortográficas observadas nos países que têm a língua portuguesa como idioma oficial, mas constitui um passo importante em direção a essa pretendida unificação.

Feitas essas considerações, passemos ao exame das cinco questões encontradas no ENC / ENADE sobre o tema deste subtítulo em relação à cobrança da classe gramatical *verbos*.

A primeira questão exigiu do graduando em Letras o conhecimento nos três eixos temas deste título (fonética, fonologia e ortografia) e tomou as palavras do trecho destacado no enunciado.

01. (1999 - 18)

#### HIPOTRÉLICO

Há o hipotréllico. O termo é novo, de impesquisada origem e ainda sem definição que

Ihe apanhe em todas as pétalas o significado. Sabe-se, só, que vem do bom português. Para a prática, tome-se hipotrélico querendo dizer: antipodático, sengraçante imprizado; ou, talvez, vice-dito: indivíduo pedante, importuno agudo, falta de respeito para com a opinião alheia. Sob mais que, tratando-se de palavra inventada, e, como adiante se verá, embirrando o hipotrélico em não tolerar neologismos, começa ele por se negar nominalmente a própria existência.

Somos todos, neste ponto, um tento ou cento hipotrélicos?

Salvo o excepto, um neologismo contunde, confunde, quase ofende. Perspica-nos a inércia que soneja em cada canto do espírito, e que se refestela com bons hábitos estadados. Se é que um não se assuste: saia todo-o-mundo a empinar vocábulos seus, e aonde é que se vai dar com a língua tida e herdada? Assenta-nos bem a modéstia de achar que o novo não valerá o velho; ajusta-se à melhor prudência relegar o progresso no passado, (...) De acordo, concedemos. Mas sob cláusula: a de que o termo engehado venha tapar um vazio.

(...) O bom português, homem-de-bem e muitíssimo inteligente, mas que, quando ou quando, neologizava, segundo suas necessidades íntimas.

João Guimarães Rosa, *Tutameia - Terceiras estórias*, 1967

Do ponto de vista fonético, fonológico e ortográfico, a sequência *Salvo o excepto, um neologismo contunde, confunde, quase ofende* (2º §) apresenta a seguinte característica:

(A) No jogo sonoro, há uma aliteração do fonema /k/, que aparece unicamente na relação entre as palavras *contunde* e *confunde*.

(B) A inclusão do /p/ no termo *excepto* torna-o, do ponto de vista do significante, um neologismo.

(C) Os termos *contunde*, *confunde*, *ofende* apresentam a oposição fonético-fonológica /t / e /f/, cujo único traço distintivo é a sonoridade.

(D) Os termos *contunde*, *confunde* apresentam a oposição fonético-fonológica /t / e /f/, cujo único traço distintivo é o ponto de articulação.

**(E) Os termos *contunde*, *confunde*, *ofende* aproximam-se, entre outros aspectos, pela assonância constituída por vogais tônicas foneticamente nasais.**

O gabarito, letra “E”, apresenta uma afirmação correta no que se refere aos verbos *contunde*, *confunde* e *ofende*, os quais têm entre si semelhança de sons, marcada pela assonância das vogais nasais na sílaba tônica. As sílabas tônicas “tun”, “fun” e “fen” são formadas por vogais nasais, representadas foneticamente por [ũ], [û] e [ẽ], respectivamente. Portanto, a semelhança entre as vogais acaba relacionando as palavras em que elas ocorrem. Sobre as vogais nasais, Azeredo (2018, p. 421) comenta que

há em português cinco vogais em cuja produção o véu palatino (...) abaixa, permitindo a ressonância na cavidade nasal; são as **vogais nasais** /ã/, /ê/, /ĩ/, /ô/ e /û/, que deduzimos dos seguinte pares mínimos: *prantol/prato*, *senda/seda*, *minto/mito*, *trompa/tropa*, *mundo/mudo*. Além da ressonância nasal, estas vogais distinguem-se das orais em outros dois aspectos: (a) não se diferenciam quanto ao timbre, que é quase sempre fechado, (b) são altas - /ĩ/ e /û/ - ou médias - /ê/, /ô/ e /ã/. (...) (grifo do autor)

Sobre as consoantes, sabe-se que são classificadas tradicionalmente quanto a quatro critérios: modo de articulação, ponto de articulação, papel das cordas vo-

cais e papel das cavidades bucal e nasal. Em relação às formas verbais *contunde* e *confunde*, os fonemas /t/ e /f/ se diferenciam não somente quanto ao ponto de articulação (o primeiro é linguodental, e o segundo, labiodental), mas também quanto ao modo de articulação (o primeiro é oclusivo; o segundo, fricativo). Além disso, a distinção entre os fonemas /t/ e /f/ no trio *contunde*, *confunde* e *ofende* não ocorre no quesito "cordas vocais", visto que ambos são surdos. Por fim, a aliteração do fonema /k/ não aparece unicamente no par *contunde/confunde*, visto que no enunciado há o vocábulo *quase*, que também apresenta o fonema /k/.

Tendo em vista que a inclusão de /p/ na palavra *excepto* não caracteriza um neologismo, por esta palavra ser dicionarizada, o que contraria a opção "B", e levando-se em consideração os comentários feitos sobre as outras opções ("A", "C" e "D"), ratifica-se o gabarito oficial.

A segunda questão deu atenção ao conceito de *vogal epentética*, um som extra inserido entre duas consoantes em certas palavras.

**Instruções:** Para responder à próxima questão, considere o texto abaixo, de Clarice Lispector, do livro *A Hora da Estrela*.

Pretendo, como já insinuei, escrever de modo cada vez mais simples. Aliás o material de que disponho é parco e singelo demais, as informações sobre os personagens são poucas e não muito elucidativas, informações essas que penosamente me vêm de mim para mim mesmo, é trabalho de carpintaria.

Sim, mas não esquecer que para escrever não-importa-o-quê o meu material básico é a palavra. Assim é que esta história será feita de palavras que se agrupam em frases e destas se evola um sentido secreto que ultrapassa palavras e frases. É claro que, como todo escritor, tenho a tentação de usar termos suculentos: conheço adjetivos esplendorosos, carnudos substantivos e verbos tão esguios que atravessam agudos o ar em vias de ação, já que palavra é ação, concordais? Mas não vou enfeitar a palavra pois se eu tocar no pão da moça esse pão se tornará em ouro – e a jovem (ela tem dezenove anos) e a jovem não poderia mordê-lo, morrendo de fome. Tenho então que falar simples para captar a sua delicada e vaga existência. Limito-me a humildemente mas sem fazer estardalhaço de minha humildade que já não seria humilde – limito-me a contar as fracas aventuras de uma moça numa cidade toda feita contra ela. Ela que deveria ter ficado no sertão de Alagoas com vestido de chita e sem nenhuma datilografia, já que escrevia tão mal, só tinha até o terceiro ano primário. Por ser ignorante era obrigada na datilografia a copiar lentamente letra por letra – a tia é que lhe dera um curso ralo de como bater à máquina. E a moça ganhara uma dignidade: era enfim datilógrafa. Embora, ao que parece, não aprovasse na linguagem duas consoantes juntas e copiava a letra linda e redonda do amado chefe a palavra "designar" de modo como em língua falada diria: "desiguinar".

02. (2000 - 19) Segundo o narrador, a personagem diz "desiguinar" porque não aprova duas consoantes juntas. Uma análise fonológica mostra que a explicação para esta pronúncia é outra, qual seja, no português brasileiro a inserção da vogal epentética [i], em palavras com este tipo de estrutura, é condicionada

- (A) pela presença, no núcleo da sílaba anterior, da vogal [i].
- (B) pelo modo de articulação da consoante precedente (oclusiva).

- (C) pelo ponto de articulação da consoante precedente (velar).
- (D) pelo ponto de articulação da consoante seguinte (dental).
- (E) pelo travamento da sílaba por consoante oclusiva.**

Muito utilizada no português brasileiro, a vogal epentética, [i] ou [e], marca presença entre as consoantes de encontros heterossilábicos (encontros consonantais de sílabas diferentes), como “advogado”, “amnésia”, “ritmo” e “pneu”. Câmara Jr. (1982, p. 57) fala da existência de um som vocálico entre as consoantes de palavras de origem erudita, argumentando que

na realidade há entre uma e outra consoante a intercalação de uma vogal, que não parece poder ser fonemicamente desprezada, apesar da tendência a reduzir a sua emissão no registro formal da língua culta. Ela é /i/ na área do Rio de Janeiro e /e/ ([a] neutro em Portugal) (...)  
 (...) Um vocábulo como *rapto* só se distingue de *rápido* pelo caráter surdo e sonoro, respectivamente, da última consoante, e, não, pela redução da prolação menos ou mais reduzida do /i/ penúltimo átomo. (...)

Esse fenômeno acontece no verbo *designar*. A autora do texto que serve de suporte para a questão afirma que uma certa jovem não conseguia escrever *designar*, e sim *desiguinar*, por não aprovar “na linguagem duas consoantes juntas”. Ao inserir o som [i], a jovem também acrescentou a letra “u”, formando o dígrafo *gu*, que representa o fone [g]. A razão para tal fenômeno está explicitada na letra “E”, gabarito da questão: “travamento da sílaba por consoante oclusiva”.

Em relação ao modo de articulação, as consoantes podem ser classificadas em *oclusivas* e *constritivas*. As oclusivas se definem por “uma interrupção momentânea da corrente de ar, determinada pela oclusão da cavidade bucal” (HENRIQUES, 2007, p. 9), como acontece na pronúncia das consoantes [p] e [b].

Essa interrupção momentânea é uma das causas do aparecimento da epêntese vocálica. Cagliari (1981, p. 107, *apud* SILVEIRA, 2007) afirma que no português brasileiro algumas palavras

variam foneticamente, podendo ter uma sílaba a mais ou a menos, dependendo da ocorrência de uma vogal breve e átona, em geral [i], entre **uma oclusiva**, uma nasal bilabial ou uma fricativa alveolar surda por um lado, e uma outra consoante por outro lado.” (grifo nosso)

Logo, em *designar*, devido à presença da consoante oclusiva [g], há um travamento na sílaba que dificulta a pronúncia da palavra. Esse travamento e a inclu-

são da vogal epentética podem ser explicados pelo fato de que no português, assim como em outras línguas, a vogal é o centro da sílaba.

(...) é normalmente a vogal, como o som vocal mais sonoro, de maior força expiratória, de articulação mais aberta e de mais firme tensão muscular, que funciona em todas as línguas como centro de sílaba, embora algumas consoantes (...) não estejam necessariamente excluídas dessa posição. (CÂMARA JR., 1982, p. 53)

Dessa forma, confirma-se o gabarito, visto que a inclusão do som vocálico epentético se dá na língua não padrão, que é o caso do registro descrito no texto, devido à dificuldade na pronúncia (ou não aceitação) do verbo *designar*.

A terceira questão trata de tema já descrito na introdução deste título, a relação entre *grafema* e *fonema*.

03. (2002 - 16)

### AI, SE SESSE!

Se um dia nós se gostasse;  
 Se um dia nós se queresse;  
 Se nós dois se impariasse;  
 Se juntinho nós dois vivesse!  
 Se juntinho nós dois morasse;  
 Se juntinho nós dois drumisse;  
 Se juntinho nós dois morresse!  
 Se pro céu nós assubisse!?  
 Mas porém, se acontecesse,  
 Qui São Pedro não abrisse  
 As porta do céu e fosse,

Te dizê quarqué toulice?  
 E se eu me arriminasse  
 E tu cum eu insistisse,  
 Pra qui eu me arrezorvesse  
 E a minha faca puchasse,  
 E o buxo do céu furasse?...  
 Tarvez qui nós dois ficasse  
 Tarvez qui nós dois caísse,  
 E o céu furado arriasse  
 E as Virge todas fugisse!!!

Severino de Andrade Silva (Zé da Luz)

Fugas à convenção ortográfica como em "*arrezorvesse*" ocorrem na Língua Portuguesa porque: I. a relação biunívoca (termo a termo) entre grafema e fonema

**(A) nem sempre existe; e II. a escrita alfabética elege apenas uma variedade da língua para representar.**

(B) nunca existe; e II. a escrita alfabética elege apenas uma variedade da língua para representar.  
 (C) sempre existe; e II. a escrita alfabética elege apenas uma variedade da língua para representar.

(D) nunca existe; e II. a escrita alfabética elege o maior número de variedades da língua para representar.

(E) nem sempre existe; e II. a escrita alfabética elege o maior número de variedades da língua para representar.

A primeira pessoa do pretérito imperfeito do subjuntivo do verbo *resolver*, grafada oficialmente como *resolvesse*, no poema de Severino de Andrade Silva demonstra a variação linguística presente no português, juntamente com outros verbos e outros termos do texto, como *drumisse*, *puchasse*, *dizê*, *quarquê*, *tarvez*. Esses termos adotados pelo eu-lírico para a construção do texto, bem como do contexto, permitem-nos identificar na temática o universo sertanejo, fala peculiar de regiões interiores do país.

A variação é o modo como a língua se particulariza dentro do seu próprio sistema, identificando diversas realizações, nos vários planos linguísticos (fonético, ortográfico, sintático, semântico etc.), no que tange, por exemplo, ao nível de escolarização, à região, à cultura, à faixa etária, à profissão, à posição social.

As línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas.

Variação e mudança são propriedades linguísticas que não impedem a intercompreensão, porque obedecem a uma sistematicidade e a uma regularidade, comprovadas por pesquisas de sociolinguistas e de linguistas históricos. Entre outras, a teoria da variação e mudança focaliza essa característica das línguas (...) (CASTILHO, 2016, p. 197)

As variações representam as transformações de uma língua tanto em relação à evolução da língua e à sua adaptação ao longo do tempo – uma análise comparativa e diacrônica – quanto em relação às manifestações de um recorte específico, de um dado momento – uma análise descritiva e sincrônica. A partir dos diferentes eixos de variação, pesquisadores da área as agrupam de acordo com níveis. Castilho (2016) agrupa as variações que a língua sofre em cinco níveis: variação geográfica, visto que “há uma correlação entre a região de origem dos falantes e as marcas específicas que eles vão deixando em sua produção linguística” (CASTILHO, 2016, p. 198), variação sociocultural, pois “já se observou que há uma correlação entre fatos linguísticos e o segmento social de onde o falante procede” (CASTILHO, 2016, p. 204), variação individual, marcada por um conjunto de parâmetros, como o registro



(formal e informal), a idade e o sexo (CASTILHO, 2016, p. 211), variação de canal, determinada pelas particularidades da língua falada e da língua escrita, e variação temática, determinada pelas particularidades da língua corrente e da língua técnica, como exemplo:

o paciente procura o médico e diz que está com *dor de cabeça*. O médico prescreve um remédio para *cefalgia*. A dor é a mesma, mas *cefalgia* é como ela é representada na linguagem técnica, ao passo que *dor de cabeça* é uma expressão usada correntemente. Muitas piadas são construídas sobre o jogo "linguagem corrente/linguagem técnica", e você deve conhecer várias. (CASTILHO, 2016, p. 223)

A primeira variação, também conhecida como diatópica, define o verbo co-brado na questão, visto que este modo de falar é marca do sertão brasileiro. No entanto, essa variação não é registrada formalmente pela norma padrão.

Essas variações, já incutidas na fala desde a tenra idade, tendem a se sobressair no momento da aquisição da escrita alfabética ortográfica, uma vez que o conhecimento fonológico do usuário da língua gera formas escritas que vão de encontro aos padrões estabelecidos, o que se torna um fator de complexidade para a aquisição da escrita ortográfica, porquanto esse sistema só admite um registro. Porém, devido ao único registro aceito oficialmente:

é possível esperar que as crianças, cuja fala apresenta maior grau de variação linguística, enfrentem maiores dificuldades no processo de aquisição da linguagem escrita, quando submetidas a práticas interativas e pedagógicas inadequadas baseadas na rejeição de sua linguagem. Poderia resultar num bloqueio da sua expressão oral e escrita (...) (BARRERA & MALUF, 2004)

A questão trata justamente dessas incongruências entre grafema e fonema e entre variação e norma padrão. O gabarito (letra "A") confirma que não existe sempre a correlação perfeita entre grafema e fonema e que o sistema de escrita alfabética (neste caso a ortográfica, visto que o enunciado fala em "convenções ortográficas") aceita apenas uma variedade da língua.

Na quarta questão, um fenômeno fonológico da língua portuguesa bastante recorrente é exemplificado por meio das formas verbais *contá* e *fuçá*, retiradas da fala de uma senhora pouco escolarizada.

04. (2005 - 11)

*O trecho é parte da transcrição de uma entrevista oral, concedida por uma senhora de 84 anos, moradora de Barra Longa (MG). Pertence ao corpus de uma pesquisa realizada, **envolvendo pessoas idosas com pouca ou nenhuma escolaridade e que não habitaram outros lugares. A entrevistada fala sobre a existência da figura folclórica do lobisomem.***

é... eu veju contá qui u... a mulher tava isfreganu ropa... i quanu ea istendeu ropa nu secadó veiu um leitãozim... i pegô a fuçá a ropa dela... ea foi... cua mão chuja di sabão ea deu um tapa assim nu... nu... nu... nu fucim du leitão... u leitão sumiu.... quanu ea veiu i chegô dentru di casa... ea tinha dexadu u mininu nu berçu... quanu ea chegô u mininu tava choranu... eli tava cua marca di sabão.

[Obs. Nessa transcrição, as reticências indicam pausas]  
(Adaptado de Eduardo T. R. Amaral. "A transcrição das fitas: abordagem preliminar")

O conhecimento de categorias e processos fonológicos pode ser útil para o professor conduzir a alfabetização porque alguns desses processos se refletem na escrita. Sempre que o estudante toma como referencial a sua variedade de fala, formas como *contá* e *fuçá* podem surgir tanto nas fases iniciais como em momentos mais avançados da alfabetização. Qual a categoria fonológica afetada no fenômeno que essas formas exemplificam?

**(A) A sílaba e, no seu interior, o fonema de travamento, cuja queda resulta no padrão silábico CV.**

(B) O vocábulo fonológico e, no seu interior, as fricativas em posição de travamento.

(C) O fonema, mais precisamente, os que ocupam o centro de sílaba átona, resultando no padrão silábico CV.

(D) O fonema, mais precisamente, as semivogais de ditongos decrescentes, cuja redução resulta no padrão silábico V.

(E) A sílaba e, no seu interior, o fonema que ocupa o centro da sílaba tônica, cujo enfraquecimento resulta no padrão silábico V.

Esse fenômeno ocorre em formas infinitivas verbais, tanto na fala quanto na escrita, quando o -r em posição final de vocábulo sofre um apagamento. De acordo com Linares, Peixoto & Moreira (2008):

é um fato existente na língua o predomínio do apagamento da consoante final nos infinitivos verbais e essa tendência é observada não apenas no dialeto carioca, mas em quase a totalidade do dialeto brasileiro, devido à dinamicidade que a sociedade requer para a comunicação e à vivacidade que a língua falada possui.

Callou, Moraes & Leite (1998) apresentam os fatos históricos desse fenômeno, ao afirmarem que

o apagamento do **R** em posição de coda, em final de palavra, é um fenômeno antigo no português do Brasil. O processo, em seu início, foi considerado uma característica dos falares incultos e, no século XVI, nas peças de Gil Vicente, era usado para singularizar o linguajar dos escravos. O fenômeno expandiu-se paulatinamente, sendo hoje comum na fala dos vários estratos sociais.

Além disso, há a comprovação da maior incidência do fenômeno na classe dos verbos, principalmente no falar carioca.

A perda do **R** é mais frequente nos verbos: o infinitivo e a primeira e terceira pessoas do futuro do subjuntivo são marcados em português tanto pela presença do **R** final quanto pela tonicidade da sílaba que contém o segmento (comer *versus* come). (CALLOU, MORAES & LEITE, 1998)

Portanto, é comum o infinitivo verbal ser pronunciado, e até mesmo escrito, sem o -r final, como “amá”, “fazê”, “jantá”, “parti”, e esse fato pode ser descrito pela característica silábica marcante da língua portuguesa, e de outras línguas, conforme já explicado, quando utilizamos as palavras de Câmara Jr. para afirmar que a sequência comum é a estrutura consoante-vogal (CV), sendo a vogal o centro da sílaba. Logo, a última sílaba é afetada para formar o par CV, eliminando-se o fonema “a mais”, que a questão chama de “fonema de travamento”. Como consequência, a opção “A” é a que explica corretamente a ocorrência fonológica.

Na quinta e última questão, que utilizou o mesmo texto da anterior, a cobrança de verbos ocorre apenas nas letras “A” e “E”.

05. (2005 - 12) Quanto aos aspectos fônicos e seu estatuto sociolinguístico, é correto afirmar que o falar da senhora entrevistada

(A) exemplifica processos como a supressão de segmentos em *tava*, *contá* e *pegô* que são frequentes em localidades rurais isoladas, mas raros nas variedades linguísticas contemporâneas de outras localidades do Brasil.

**(B) registra alterações presentes em distintas variedades do Português do Brasil como a harmonização vocálica em *mininu* e uma alteração específica a assimilação de ponto de articulação em *chuja*, frequentemente estigmatizada na língua.**

(C) apresenta processos característicos das variedades urbanas cultas como o apagamento de segmentos em *leitão zim* e *ea*.

(D) concentra traços de arcaísmo linguístico condicionados pela idade avançada da senhora – como a nasalização da vogal tônica sucedida por consoante nasal (*quanu*, *isfreganu*).

(E) é inovadora quanto à redução do ditongo /ow/ – *chegô*, *pegô*, *ropa* –, pois esse processo emerge na língua a partir da segunda metade da década de 1980.

Na opção “A”, a cobrança é realizada por meio das formas *cantá* e *pegô*, as quais apresentam apagamento do -r final, cobrado na quarta questão, e redução de ditongo, respectivamente. A redução de ditongo, também conhecida como *monotonização*, é um processo fonético recorrente no português brasileiro que ocorre com ditongos decrescentes. A tendência é o desaparecimento, principalmente na fala, da semivogal, constituindo uma sílaba CV.

Nem na pronúncia normal de Portugal nem na do Brasil se conserva o antigo ditongo [ow], que ainda se mantém vivo em falares regionais do Norte de Portugal e no galego. Na pronúncia normal reduziu-se a [o], desaparecendo assim a distinção de formas como *poupa* / *popa*, *bouba* / *boba*. (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 47)

Logo, o fenômeno da monotongação, assim como o do apagamento do -r final das formas verbais infinitivas, é frequente na língua portuguesa, não só em “localidades rurais isoladas”, excluindo-se, portanto, a letra “A” como opção correta.

A letra “E” emprega como exemplos, além do substantivo *ropa*, as formas verbais *chegô* e *pegô*, dando continuidade ao conceito de redução de ditongo, porém equivocava-se ao afirmar que o falar da senhora em relação a essas formas é inovador, alegando que esse fenômeno surgiu “a partir da segunda metade da década de 1980”.

Comprovando a não inovação da redução de ditongo, Spina (2008, p. 291) tece um comentário sobre características fonéticas presentes na segunda metade do século XVI e sobre o século XVII:

Do ponto de vista fonético, em suma, o que se observa na língua dos escritores dessa época é a frequente alternância *i/e*: *homicídio*, *gingiva*, *missilhão*, *virtude*, *sesudo*, *pilouto*, *tinger*, *encenso*, *mestura*, *dereito*, *dezer*, *mintiroso*, *piqueno*, *atraer*, *contraer*, *milhor*, *emperador* etc.; a alternância *e/a*, *e/o*: *resplendor*, *piadoso*, *menhã*, *antre*, *rezão*, *pera*, *valeroso*, *antão*, *emparro*, *Caterina*, *aventajar*, *manjarona*, *sezão*, *prepósito*, *jentar*, *salvagem*, *somana*, *ventagem* etc.; a redução de ditongos: *embaxador*, *debaxo*, *baxo*, *bejar*, *atono*, *contino*.

Quanto à letra “D”, ao tratar de arcaísmo, equivocava-se ao associar o advérbio “quanu” e o verbo no gerúndio “isfreganu” a palavras em desuso na língua oral. O fenômeno que acontece em ambas as palavras não acontece pela “nasalização da vogal tônica sucedida por consoante nasal”, mas se explica pela redução de palavras terminadas em -ndo, principalmente em formas verbais no gerúndio, o que é um fenômeno cada vez mais recorrente na oralidade do PB e também no PE.

(...) fica constatado que a variação encontra-se apenas no nível fonético, não sendo assimilada como forma lexical e forma não-padrão do gerúndio, pois, em todos os informantes observados, as duas formas se revezam, conforme a tensão do discurso, mostrando que há por parte do falante um relativo grau de consciência de que a forma de gerúndio utilizada no cotidiano diverge da forma admitida na norma padrão da língua portuguesa. (MOTA; NASCIMENTO, 2004, p. 7).

A opção correta, letra “B”, e a letra “C” tratam de processos fonéticos relacionados a classes gramaticais que não são o centro desta pesquisa, portanto os comentários sobre esta última questão limitam-se as opções “A”, “D” e “E”.

Como se viu, as questões do ENC / ENADE sobre fonética, fonologia e ortografia exigiram do graduando, em relação ao tema "verbos", o reconhecimento de fonemas consonantais e vocálicos, principalmente no que se refere às semelhanças de sons e à classificação desses fonemas. Também abordaram a relação entre grafema e fonema, variação linguística e apagamento de som consonantal e redução de ditongo. Tais variações têm relevância nos estudos dos paradigmas verbais.

As questões comprovaram que, apesar de vir à mente a *morfossintaxe* quando o assunto é *verbo*, a fonética, a fonologia e a ortografia têm seu lugar para o estudo dessa classe gramatical, pois O ENC / ENADE abordou o tema de modo produtivo. Citemos como exemplo a quarta questão, de 2005, em que se verificou a ocorrência frequente na língua da queda do *-r* final das formas infinitivas, exigindo do graduando conhecimento mais profundo e atual sobre o assunto. Assim, as avaliações conseguiram inserir o tema, com nível de exigência de mediano a difícil, mesmo com tantas outras possibilidades igualmente importantes.

### 3.2.2 Morfologia

A morfologia se ocupa dos estudos relacionados à estrutura, formação e classificação de palavras. Do grego *morphe* (forma) mais *logia* (estudo), esse campo dos estudos linguísticos analisa as palavras isoladamente, identificando basicamente os constituintes que as compõem – os morfemas –, reconhecendo os processos de formação de palavras e agrupando as palavras em classes gramaticais. O aluno, em geral, aprende primeiramente a analisar o vocábulo dissociado de um contexto, conforme a atividade abaixo, extraída de Bechara (2010, p. 508):

**6. Os vocábulos abaixo foram decompostos em seus elementos mórficos. Em um dos itens há erro. Assinale-o.**

a) ( ) *Ergueu*: ergu- : radical; -e : vogal temática; -u : desinência número-pessoal e modo-temporal.

- b) ( ) *Repetindo*: repet- : radical; -i : vogal temática; -ndo : desinência de gerúndio.  
 c) ( ) *Concluindo*: con- : prefixo; -clu : radical primário; conclu- : radical secundário; -i : vogal temática; -ndo : desinência de gerúndio.  
 d) ( ) *Altíssimo*: alt- : radical; -íssim(o) : sufixo nominal; -o : desinência nominal.  
 e) ( ) *Nascente*: nasc- : radical; -e : vogal temática; -nte : sufixo nominal.

A exemplo desse exercício, é um procedimento rotineiro propor atividades em que o discente identifique a classe gramatical de palavras soltas, geralmente exemplos clássicos da língua, como “bonito”, “inteligente” e “feio” para adjetivos; “casa”, “carro”, “beleza” para substantivos; “chorar”, “amanhecer” e “estudar” para verbos; “meu”, “nosso”, “teu” para pronomes possessivos etc. Às vezes chega-se a oferecer textos para que o aluno, em vez de observar o papel das classes no contexto, quantifique as classes, por meio de perguntas como “quantos substantivos há no texto?”. É lógico que exercícios desse tipo têm sua utilidade. O que criticamos aqui é a supremacia de tais práticas, em detrimento da necessidade de contextualização, já mencionada nesta pesquisa. Como lembra Neves (2018),

o que se vê é que as classes de palavras possuem, na base, uma definição categorial, mas seu funcionamento só se resolve plenamente nas construções. Por exemplo, qualquer substantivo tem algo que o categoriza, em princípio, como substantivo, independentemente de sua ocorrência em um enunciado (ou seja, ele é um substantivo em estado de dicionário), mas a classe se define efetivamente conforme sua distribuição no enunciado e a relação das peças estabelecida no enunciado.

Essa definição da classe conforme sua distribuição no enunciado refere-se ao aspecto sintático, visto que

(...) a forma da palavra também é sensível aos fenômenos sintáticos. Em *Eles estudam juntos*, temos três palavras no plural, mas somente em *Eles* o plural nos dá uma informação sobre a ‘entidade do mundo’, isto é, que se trata de ‘mais de um elemento’; em *estudam* e *juntos* a pluralização expressa uma relação puramente gramatical, de natureza sintática – a concordância. No uso de falantes não escolarizados o normal é *Eles estuda junto*, com indicação de plural apenas no pronome. O plural de *eles* e *junto* é expresso pelo mesmo recurso – a adição de -s – embora tenham motivações, ou funções semióticas, diferentes; o plural em *estudam* é expresso por um recurso privativo dos verbos (cf. *estuda/estudam*). (AZEREDO, 2018, p. 136)

A morfologia é, portanto, o campo de estudo da palavra, e o que vai além dela é de responsabilidade dos estudos sintáticos, não obstante haver análises que requerem a atenção de ambas, resultando em um estudo morfossintático.

A unidade léxico-gramatical que chamamos de ‘palavra’ é o fundamento da distinção tradicional entre **morfologia** – que analisa e explica a ‘transparência’ (relação motivada entre forma e sentido) das palavras e – a **sintaxe**, que analisa e explica a ‘transparência’ (relação motivada entre forma e sentido) das orações. A palavra é o limite entre esses dois domínios: morfologia vai até ela, a sintaxe começa nela e termina na oração.

A morfologia, segundo sua conceituação tradicional, trata, portanto, de fatos que dizem respeito ora ao léxico, ora à sintaxe. Ao primeiro ela auxilia com os conceitos de derivação, composição e classes de palavras (ver sexto e sétimos capítulos); à segunda, com o conceito de flexão (ver sétimo capítulo). As variações da forma da palavra devidas às condições sintáticas de seu emprego na frase dizem respeito à **morfossintaxe**. O objeto próprio da morfologia é a estrutura mórfica da palavra quando a consideramos de um ponto de vista estritamente paradigmático (ver 5.3), compreendendo os conceitos de afixo, radical, vogal temática, tema, desinência (...). (AZEREDO, 2018, p. 136,137) (grifos do autor)

Cunha & Cintra (2001) apresentam, a respeito da morfologia, um capítulo denominado *Classe, estrutura e formação de palavras*, no qual dividem em seções os assuntos *Palavra e morfema*, *Estrutura das palavras*, *Formação de palavras* e *Famílias das palavras*. O capítulo seguinte é dedicado a *Derivação e Composição*, e, somente após o capítulo *Frase, oração, período*, o qual trata dos aspectos sintáticos, os autores dedicam um capítulo para cada classe gramatical, totalizando 10 classes. Cunha & Cintra primeiramente diferenciam *palavra* e *morfema*, subdividindo em classes consideradas como *morfemas gramaticais* e as consideradas como *morfemas lexicais*.

São morfemas lexicais os substantivos, os adjetivos, os verbos e os advérbios de modo. São morfemas gramaticais os artigos, os pronomes, os numerais, as preposições, as conjunções e os demais advérbios, bem como as formas indicadoras e número, gênero, tempo, modo ou aspecto verbal.

As classes de palavras podem ser também agrupadas em VARIÁVEIS e INVARIÁVEIS, de acordo com a possibilidade ou a impossibilidade de se combinarem com os morfemas flexionais ou desinências. (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 77,78)

A seguir, os autores destacam as estruturas das palavras, descrevendo radical, desinência, afixo, vogal temática, vogal e consoante de ligação, e finalizam esse capítulo diferenciando *palavras primitivas* e *palavras derivadas*, *palavras simples* e *palavras compostas*, além de apresentarem *famílias de palavras*, que é “o conjunto de todas as palavras que se agrupam em torno de um radical comum, do qual se formaram pelos processos de derivação ou de composição (...)” (CUNHA & CINTRA,

2001, p. 82). O capítulo *Derivação e Composição* dedica espaço à derivação prefixal – demonstrando, inclusive, por meio de dois quadros, os prefixos de origem latina e os de origem grega –, à derivação sufixal, à derivação parassintética, à derivação regressiva, à derivação imprópria, à composição por justaposição, à composição por aglutinação, aos radicais eruditos, à recomposição, ao hibridismo, à onomatopeia e à abreviação vocabular, em especial às siglas.

De forma um pouco diferente, Bechara (2010) organiza a morfologia apresentando primeiramente as classes gramaticais – após os capítulos sobre sintaxe –, divididas por capítulo, assim como Cunha & Cintra, com o mesmo quantitativo (10 classes), em um agrupamento denominado *Parte 2 - As unidades do enunciado: formas e emprego*. O autor só apresenta a estrutura das palavras na unidade denominada *Parte 5 – Estrutura das unidades*, dividida em três capítulos: *Elementos estruturais das palavras*, *Renovação do léxico* e *Lexemática*. Compõem o primeiro (a) os tipos de morfema (radical e afixos), (b) a vogal temática (c) os morfemas livres e presos, (d) as palavras indivisíveis e as divisíveis, (e) as palavras divisíveis simples e as compostas, (f) os constituintes imediatos, (g) o conceito de radical primário, (h) as palavras cognatas (família de palavras), (i) a base lexical real e a teórica, (j) os afixos (sufixos, prefixos e interfixos), (k) as vogais e as consoantes de ligação, (l) as alterações de forma na junção de elementos mórficos – como a haplologia e a supressão de algum elemento, (m) o morfema zero, (n) a acumulação de elementos mórficos, (o) a neutralização e o sincretismo (o primeiro refere-se ao oposto da acumulação de elementos mórficos), (p) a intensidade, a quantidade, o timbre e os elementos mórficos, (q) a suplementação nos elementos mórficos, (r) a parassíntese, (s) e o hibridismo. Entendemos que Bechara se predispôs a tentar detalhar mais os elementos estruturais das palavras, assim como o faz em *Renovação do léxico*, visto que apresenta o conceito de *lexia*, a que chama de um tipo especial de composição. Ademais, apresenta os conceitos clássicos de formação de palavras: a própria composição, a derivação, a formação regressiva, a abreviação, a reduplicação, a conversão, a intensificação e a combinação. O autor finaliza esse capítulo com um extenso quadro de radicais gregos usados em língua portuguesa.

Ao finalizar o bloco de estrutura das palavras com um capítulo sobre lexicemática, Bechara dá especial atenção à significação, principalmente no que se refere ao conceito de lexema, e descreve conceitos como polissemia, homonímia, sinonímia e paronímia.



Não são todas as palavras da língua que constituem objeto de estudo da lexicologia. Só os lexemas ou palavras lexicológicas entram nesse campo, porque só elas são “estruturáveis”, isto é, só elas, em geral, se manifestam sob a forma de substantivos, adjetivos, verbos e alguns advérbios. Cabe explicar a expressão “estruturáveis”. Diz-se que duas ou mais unidades são estruturáveis quando se opõem por traços distintivos. Assim, *navio*, *mesa*, e *cadeira* não constituem uma série estruturável entre si; mas se colocarmos *navio* na série *navio – barco – rebocador – baleeira – transatlântico – barca*, já poderemos dizer que todas se referem a “meios de transporte marítimo”, tendo cada um traço ou traços distintivos que diferenciam umas das outras, por poderem ser alinhados pelos traços ‘movimentados a remo’, ‘a motor’, ‘esportivos’, ‘tamanho’ etc.; (...) (BECHARA, 2010, p. 543)

Na coleção “Português na Prática”, que serviu como base de dados para esta pesquisa, esses conceitos são vistos no livro *Léxico e Semântica*.

Tendo em vista que, em alguns momentos, há uma linha tênue entre morfologia e sintaxe, utilizaremos a organização realizada por Claudio Cezar Henriques, em *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*, o qual leva em conta para os estudos de morfologia do português os morfemas – incluindo um capítulo voltado para os morfemas dos verbos –, as classes gramaticais, dedicando um capítulo para a classe dos nomes – substantivos, adjetivos e advérbios – e outro para os morfemas das demais classes – numerais, pronomes, artigos, preposições, conjunções e interjeições –, e os processos de formação de palavras. O autor transfere para a sua obra *Sintaxe* (2018) as análises relacionadas ao reconhecimento das classes gramaticais, agrupando-as nos estudos da morfossintaxe.

As questões cobradas no ENC e no ENADE sobre morfologia que foram selecionadas para constarem neste item estão abaixo relacionadas. O total de sete questões está a seguir transcrito e comentado de forma isolada ou combinada, conforme seu conteúdo. As três primeiras questões deste grupo são de 1998.

01. (1998 - 02) Observe a lista de "definições" abaixo, propostas para algumas palavras da língua portuguesa:

Comensal – Se alimentam com cloreto de sódio.  
 Dogmatizar – Misturar cães ingleses.  
 Paisagem – Progenitores atuam.  
 Vergastar – Assistir a uma pessoa fazendo despesas.

(Millôr Fernandes)

É correto afirmar que o autor dessas "definições" consegue provocar o riso porque

(A) cria palavras inexistentes na língua a partir da combinação de radicais efetivamente existentes.

- (B) utiliza-se do processo de composição lexical denominado hibridismo, como se verifica no exemplo "dogmatizar".
- (C) faz uso de consoantes de ligação ao criar novas palavras, como exemplificado por "comensal".
- (D) identifica mais de um radical em palavras constituídas de apenas um, atribuindo-lhes um conteúdo semântico inesperado.**
- (E) cria neologismos bem formados, com a finalidade de obter maior expressividade.

A primeira questão, que também explora um conteúdo de semântica, cita um texto de Millôr Fernandes com novas “definições” para palavras já existentes na língua portuguesa. As palavras apresentadas – um substantivo/adjetivo, um substantivo e dois verbos – são formadas, originalmente, por apenas um radical, mas, no contexto inserido, o autor as ressignifica atribuindo-lhes mais um radical. Henriques (2014, p. 17) define radical de um ponto de vista sincrônico e afirma que

considerada a inadequação (...) de se buscar, no sentido histórico, a raiz de uma palavra e entendido como radical o elemento comum destacado através da comparação de uma série de palavras com uma base idêntica de significação, pode-se estabelecer uma equivalência, sincrônica, entre raiz e radical primário.

Numa série como “triste, tristeza, tristonho, entristecer, contristar”, observa-se um elemento comum aos cinco vocábulos: “trist”. Esse é o radical. No entanto, em “entristecer e contristar”, tem-se também um radical secundário, “entristec-“ e “contrist-“. Assim, o radical primário (irreduzível) na série, “trist”, pode ser apontado como a raiz, elemento que encerra a significação fundamental de todo o conjunto, chamado *família léxica* ou *família de palavras* ou *cognatos*.

Levando-se em conta que o radical primário é equivalente à raiz da palavra, têm-se nos verbos *dogmatizar* e *vergastar* a raiz *dogma-*, de origem grega, a qual significa “ponto fundamental e indiscutível de doutrina religiosa e, por extensão, de qualquer doutrina ou sistema” (AURÉLIO, 1997, p. 116), e a raiz *vergasta*, nos constituintes imediatos, que, por sua vez, tem a raiz *verga-*, as quais significam “pequena verga” e “ripa”, respectivamente. Para a formação dos verbos, acrescentou-se aos substantivos *-ar*, (vogal temática “a” mais sufixo verbal “r”, caracterizador de infinitivo), além disso, para a formação do primeiro verbo, e outros casos parecidos, Cunha & Cintra (2001, p. 100) explicam que,

por vezes, a vogal temática *-a-* liga-se não ao radical propriamente dito, mas a uma forma dele derivada, ou, melhor dizendo, ao radical com a adição de um sufixo. É o caso, por exemplo, dos verbos: *afug-ent-ar*, *lamb-isc-ar*, *ded-ilh-ar*, *salt-it-ar*, *bord-ej-ar*, *culp-inh-ar*, *depen-ic-ar*, *amen-iz-ar* (...)

Millôr Fernandes, para construir o humor no texto, cria mais um radical em cada palavra a partir de significados já existentes na língua – portuguesa ou estrangeira. Para o verbo *dogmatizar*, o autor identifica no vocábulo a palavra inglesa *dog* (cachorro) e o verbo *matizar*, que em português denota “misturar cores”, formando o significado “misturar cães ingleses”, e quanto ao verbo *vergastar*, identifica no vocábulo dois verbos da língua portuguesa: “ver” e “gastar”, formando “assistir a uma pessoa fazendo despesas”.

A resposta oficial (“D”) demonstra a originalidade das definições apresentadas, e a partir da análise realizada é possível identificar os erros de explanação nas outras opções, visto que, primeiramente, as palavras selecionadas existem na língua, o que contradiz a letra “A”. A letra “B” apresenta uma explanação que pode confundir o graduando, principalmente em relação ao primeiro verbo, porque o hibridismo é uma formação de palavra resultante da junção de vocábulos de duas ou mais línguas, contudo, mais especificamente, essa formação de palavra contém radicais que, apesar da proveniência em língua estrangeira, já têm significação na língua portuguesa, o que não é o caso da palavra inglesa “dog”. A letra “C” traz o conceito de “consoante de ligação”, que, assim como as “vogais de ligação”, nas palavras de Cunha & Cintra (2001, p. 81), é um elemento mórfico insignificativo, o qual serve para evitar dissonâncias, ou seja, facilitar a pronúncia das palavras, como a letra “o” da palavra *gasômetro*, que serve apenas para ligar os radicais *gás-* e *-metro*, caso contrário a pronúncia seria “gasmetro”. Os próprios autores, porém, fazem uma ressalva, afirmando que se observa

na linguística moderna a tendência generalizada de não isolar tais elementos na análise mórfica, preferindo-se considera-los como parte do radical ou do afixo, que, então, se apresentariam sob a forma de variantes (ou ALO-MORFES) relativamente a outras ocorrências suas em contextos diversos. Com efeito, à semelhança dos fonemas, os morfemas podem apresentar variantes em sua forma, embora se mantenham semântica e funcionalmente inalterados. Assim, do prefixo *in-* (*im-*) há uma variante *i-*, fonologicamente condicionada, porquanto ocorre tão-somente antes de consoante nasal, lateral e vibrante: *infeliz*, *imbatível*, mas *imoral*, *ilegal*, *irregular*. (CUNHA & CINTRA, 2001, p. 81)

Não obstante haver essa polêmica em relação a existir ou não o morfema chamado de “elemento de ligação” na língua portuguesa, ele não está presente no substantivo *comensal*.

Por fim, a letra “E” afirma erroneamente que o autor “cria neologismos bem formados, com a finalidade de se obter maior expressividade”, conforme explicado na letra “A”, visto que as palavras já existem na língua portuguesa. Por conseguinte, a questão explorou, de forma original, alguns conceitos sobre estrutura e formação de palavras: radical, hibridismo, elemento de ligação, neologismo.

A segunda questão deste grupo trata, basicamente, dos conceitos de *morfema* e de *tempo verbal primitivo*.

02. (1998 - 03) Observe a frase:

A desconfiança só será vencida e totalmente superada quando os empresários **perceberem** o verdadeiro sentido do Mercosul.

Analisando a forma verbal destacada, verifica-se que a sequência -rem

**(A) segmenta-se em um morfema modo-temporal e um morfema número-pessoal.**

(B) não é morfema, porque não tem contraparte de significado.

(C) é um só morfema, porque é uma unidade mínima significativa, em um tempo verbal primitivo.

(D) é um morfema modo-temporal, porque se trata de um tempo verbal derivado.

(E) corresponde a duas unidades mínimas significativas, em um tempo verbal primitivo.

Com relação a *morfema*, vale levar em conta as palavras de Azeredo (2018, p. 154):

já sabemos que uma palavra – entendida como equivalente e vocábulo – é uma unidade autônoma constituída de um ou de vários morfemas. Um deles serve necessariamente de base mórfica – ou raiz – da palavra e responde pelo seu núcleo semântico. Os demais ocupam posição periférica. Algumas palavras são constituídas de um único morfema aparente, que lhes serve de base: *mar*, *capim*, *feliz*, *capuz*. Comparadas com estas, *marinho*, *capinzal*, *infeliz* e *encapuzar* revelam morfemas periféricos: *(mar)inho*, *(capin)zal*, *in(feliz)*, *en(capuz)ar*.

Sobre os morfemas, tanto os que ocupam posição nuclear quanto os que ocupam posição periférica, pode-se afirmar que são unidades de menor significado em uma palavra. Para Rocha Lima (2006, p. 192), “chamam-se morfemas: *raiz*, *radical*, *desinência*, *vogal temática*, *tema*, *afixo* (*prefixo* e *sufixo*)”. Além disso, os morfemas dividem-se em *lexicais* e *gramaticais*, o primeiro com significação “externa” à palavra, relacionando-se, portanto, ao mundo extralinguístico, e ao qual novos elementos podem ser adicionados; o segundo tem significação “interna” à palavra, pois é simplesmente um auxiliar e pode também ligar vocábulos numa frase, como as preposições. Como exemplo, observa-se que

*menina* e *meninice* permitem-nos, respectivamente, os seguintes desdobramentos: *menin+a* e *menin+ice*.

Vemos, então, que o morfema *menin-* encerra a significação básica da palavra, enquanto ao morfema *a* (de *menin-a*) cabe o papel de indicar a noção gramatical de gênero feminino, e ao morfema *ice* (de *menin-ice*) o ofício de formar uma palavra nova.

Ao morfema *menin-* denomina-se RADICAL (ou, em outras terminologias, semantema, lexema, ou morfema lexical); àquele *a* denotador de gênero feminino, DESINÊNCIA (ou, em outra terminologia, *sufixo flexional*); àquele *ice* criador de uma nova palavra, SUFIXO (ou, em outra terminologia, *sufixo derivacional*). (ROCHA LIMA, 2006, p. 192)

Quanto à sequência *-rem* da forma verbal destacada no enunciado da questão, seu papel no verbo é demarcar o modo, o tempo, o número e a pessoa, respectivamente *subjuntivo, futuro, plural* e *terceira pessoa*. Assim, é correto afirmar que “as desinências são morfemas flexionais, indicadores das categorias de tempo, modo, número e pessoa (para os verbos) e de gênero e número (para os nomes)” (HENRIQUES, 2014, p. 18).

Com relação ao segundo conceito, *tempo verbal primitivo / tempo verbal derivado*, a explicação vem do latim, visto que os tempos verbais já existentes nessa língua são classificados como *tempos primitivos*, os quais são o presente do indicativo, o pretérito perfeito do indicativo e o infinitivo impessoal. A essas formas, conforme afirma Azeredo (2018, p. 197,198), foram acrescentadas desinências modo-temporais ou número-pessoais para formar as demais. Assim, há os tempos derivados do presente do indicativo – o pretérito imperfeito do indicativo, o imperativo afirmativo e o presente do subjuntivo –, os derivados do pretérito perfeito do indicativo – o pretérito mais-que-perfeito do indicativo, o pretérito imperfeito do subjuntivo e o futuro do subjuntivo – e os derivados do infinitivo não flexionado – o futuro do presente e o futuro do pretérito. Sendo assim, o verbo destacado – *perceberem* – é um verbo derivado do pretérito perfeito do indicativo.

Não apresentam respaldo: a letra “B”, já que a desinência *-rem* é um morfema; a letra “C”, pois *perceberem* é um tempo verbal derivado; a letra “D”, porquanto está incompleta (o morfema não é somente modo-temporal, mas também número-pessoal); nem a letra “E”, por não corresponder a duas unidades mínimas significativas, e sim a uma única, cumulativa, e, como já dito, o tempo verbal é derivado. Portanto, o gabarito correto é a letra “A”.

A terceira e a sexta questões, transcritas adiante, dão continuidade ao assunto tratado na questão anterior (desinência). Além disso, abordam a aquisição da linguagem. Portanto, serão tratadas em conjunto e, mais à frente, analisaremos a quarta questão.

03. (1998 - 06) O texto da tirinha abaixo pretende representar uma situação de interação bastante comum entre mãe e criança em um determinado momento da aquisição da linguagem oral:



Das afirmativas a seguir, a única INCORRETA é:

- (A) A maneira como o diálogo foi redigido não é a mais adequada, porque nessa situação específica de interação a primeira fala da mãe normalmente seria "desenhei", e não "você".
- (B) A resposta da criança, no último quadrinho, faz supor que ela já consegue distinguir adequadamente as pessoas do discurso.
- (C) Nesse momento da aquisição da linguagem a criança está mais voltada para a marcação das pessoas do discurso do que para a correlação entre os pronomes pessoais e a flexão verbal.
- (D) O autor da tirinha supôs que a criança tem mais problemas com a escolha dos pronomes pessoais do que com a flexão de pessoa nos verbos.
- (E) As crianças, durante a aquisição da linguagem, não costumam dizer "eu desenhou", pois guiam-se exclusivamente pelo que ouvem na fala dos adultos com quem interagem.**

06. (2005 - 18)

Na produção das primeiras palavras e frases (incorporadas como um bloco do discurso do interlocutor básico), (...) a criança incorpora, junto com a sequência fônica, o contexto específico que deu origem àquele enunciado, como se vê no exemplo a seguir, selecionado da fala de uma criança de 1 ano e 7 meses: "Tatente" ("tá quente") para denotar café.

Assim, as formas maduras aparecem, num primeiro momento, em contexto de especularidade imediata de algum item da fala adulta. Num momento posterior, ou a forma desaparece para reaparecer adaptada ao sistema fonológico da criança muito tempo depois, ou sua forma "menos madura", variável, percorrerá vários meses de mudança até se tornar estável. A forma "desviante" indica reorganizações que a criança empreende na sua trajetória linguística.

(Adaptado de E. M. Scarpa, *Aquisição de Linguagem*.)

Considerando o exemplo oferecido no texto, afirma-se corretamente que a criança

- (A) reconhece tá e quente como unidades morfológicas distintas.

**(B) produz uma reorganização linguística (como "tatente") que exemplifica uma divergência com as categorias da linguagem adulta.**

(C) emprega um item lexical que, embora distinto do previsto, não apresenta divergência com as categorias que a ele correspondem na linguagem adulta.

(D) interpreta uma estrutura verbal como nominal, baseando-se unicamente na vogal temática.

(E) empreende uma reorganização da linguagem adulta que se deve à exposição a certas palavras descoladas de seu contexto de uso.

A terceira questão cobrou mais especificamente a aquisição das desinências verbais e o reconhecimento das pessoas do discurso. Para Befi-Lopes, Cáceres & Araújo (2007):

ao analisar o desenvolvimento gramatical das crianças e a ampliação de seu vocabulário é necessário considerar que substantivos e verbos possuem características distintas. De forma bem sucinta, o substantivo geralmente corresponde ao nome que se dá a algo (ou alguém) e frequentemente funciona como argumento, ao contrário do verbo que costuma expressar ações e processos e ter como característica funcionar como predicado. Os verbos possuem grande variedade semântica e gramatical o que impede sua rápida generalização; logo, as crianças precisam ser expostas muitas vezes ao mesmo verbo para aprenderem suas propriedades. Ele consiste, portanto, numa palavra cujo referente não é tão claro quanto o do substantivo; assim, sua aquisição costuma ocorrer de forma mais gradual.

Entende-se que a aquisição do paradigma dos verbos ocorre de forma mais gradual para as crianças e que, nas desinências verbais, será preciso mais tempo. Ocorre que, mesmo reconhecendo as pessoas do discurso (1ª, 2ª, 3ª), a criança não marca, de início, a pessoa do discurso no verbo; essa marcação é realizada “apenas” por meio dos pronomes pessoais mais básicos: *eu, você, ele*.

Pode-se concluir, pois, que há um equívoco na elaboração do texto do quadrinho, visto que o comum seria a mãe corrigir a flexão verbal, e não o pronome pessoal, pois a criança utilizou adequadamente a pessoa do discurso; a fala da mãe no segundo quadrinho deveria ser “desenhei”, e não “você”, o que torna a explicação da letra “A” correta. A letra “B” também traz uma afirmação correta, como já comentado anteriormente, a dificuldade na enunciação infantil está mais para a construção verbal do que para a identificação da pessoa do discurso, o que é justamente a explicação da letra “C”: “Nesse momento da aquisição da linguagem, a criança está mais voltada para a marcação das pessoas do discurso do que para a correlação entre os pronomes pessoais e a flexão verbal”. A letra “D” traz a explicação para a confusão feita no quadrinho, visto que o autor do texto “trocou” a dificuldade com a facilidade na enunciação infantil: era para ser o verbo, e não o pronome. Em contra-

partida, a letra “E” afirma que as crianças não costumam dizer “eu desenhou” e que as crianças “guiam-se exclusivamente pelo que ouvem na fala dos adultos com quem interagem”. No entanto, “eu desenhou” não é incomum na fala das crianças, pela explicação já dada em relação à dificuldade sobre a aquisição dos verbos e é possível afirmar que as crianças não se guiam exclusivamente pela fala dos adultos com quem interagem, porquanto já nascem com um “mecanismo” gramatical inato e interagem não só com adultos, mas com outras crianças também.

(...) alguns autores buscando comprovar que a aquisição da linguagem baseia-se em estruturas inatas, realizaram um estudo sobre a aquisição sintática e, a partir de seus resultados, concluíram que desde o início da combinação de palavras as crianças já possuem uma rica estrutura sintática – incompatível com a possibilidade de ser decorrente da exposição à língua. Assim, supõem haver na mente representações que guiam a estruturação dos estímulos de forma a tornar a aquisição possível. (BEFI-LOPES, CÂ-CERES & ARAÚJO, 2007)

Logo, como a questão pede a opção incorreta, o gabarito é a letra “E”.

Na questão, que fornece o texto de Scarpa, é possível entender que a criança reorganiza as unidades morfológicas, reduzindo o verbo “está” a uma única sílaba, alterando no adjetivo “quente” o fonema /q/ para /t/ e, então, unindo essas duas classes em uma só, formando *tatente*, que difere da linguagem adulta, visto que nesta há o reconhecimento de ambas as unidades morfológicas. Portanto, o gabarito é a letra “B”.

A quarta questão selecionada cobrou o conceito de *neologismo*, utilizando textos para contextualizar esse processo de formação.

04. (1999 - 14)

#### TEXTO 1

#### HIPOTRÉLICO

Há o hipotrélico. O termo é novo, de impesquisada origem e ainda sem definição que lhe apanhe em todas as pétalas o significado. Sabe-se, só, que vem do bom português. Para a prática, tome-se hipotrélico querendo dizer: antipodático, sengraçante imprizado; ou, talvez, vice-dito: indivíduo pedante, importuno agudo, falta de respeito para com a opinião alheia. Sob mais que, tratando-se de palavra inventada, e, como adiante se verá, embirrando o hipotrélico em não tolerar neologismos, começa ele por se negar nominalmente a própria existência.

Somos todos, neste ponto, um tento ou cento hipotrélicos?

Salvo o excepto, um neologismo contunde, confunde, quase ofende. Perspica-nos a inércia que soneja em cada canto do espírito, e que se refestela com bons hábitos estadados. Se é que um não se assuste: saia todo-o-mundo a empinar vocábulos seus, e aonde é que se vai dar com a língua tida e herdada? Assenta-nos bem a modéstia de achar que o novo não



valerá o velho; ajusta-se à melhor prudência relegar o progresso no passado, (...) De acordo, concedemos. Mas sob cláusula: a de que o termo engenhado venha tapar um vazio.

(...) O bom português, homem-de-bem e muitíssimo inteligente, mas que, quando ou quando, neologizava, segundo suas necessidades íntimas.

(João Guimarães Rosa, *Tutameia - Terceiras estórias*, 1967)

## TEXTO 2

### NEOLOGISMO

Forjam-se neologismos todos os dias, e pior é que nem sempre se podem gabar de felizes as novas criações. Topa-se agora com frequência nos noticiários do jornalismo o desgraçoso verbo solucionar. Escreve um localista numa folha séria, sisuda, circunspecta e grave: "No propósito de solucionar simultaneamente a questão em todos os seus prismas, parece conveniente que o Congresso autorize o Governo a confiar o estudo deste assunto a um jurisconsulto de reconhecida competência..." (*Jornal do Commercio-RJ*: 04-05-1914)

Esquecendo-se de que existe o verbo "resolver", e não percebendo que entre solução e resolver há parentesco de forma (são palavras de uma mesma família), os noticiários inventam "solucionar", que não vale mais nem diz mais do que a velha palavra. Se vamos neste caminho ou descaminho de criar palavras novas, por pura preguiça, para não nos darmos ao trabalho de a buscar, a palavra própria, ordinária, e já existente; se por espírito tolo de novidade, e não por precisão, adotamos como bom modelo de solucionar, dentro em pouco veremos os substantivos produzirem uma porção de verbos não menos inúteis e não menos extraordinários. Segundo o tipo do inestético solucionar, teremos invenções como estas: pretensionar, subscricionar, comocionar, desilusionar, traicionar, proteccionar, conversacionar, contusionar, mobilizacionar... Uma orgia de termos novos.

(Mário Barreto, *Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa*, 1914)

## TEXTO 3

### LÍNGUA MORTA

Uma nova ameaça paira sobre a língua portuguesa. Depois de os economistas e cientistas poluírem a última flor do Lácio com termos estrangeiros de necessidade duvidosa, vêm agora os especialistas em informática com expressões como "deletar", "resetar" (com um ou dois esses?), "backup" "et caetera". Por que não usar os simples e portugueses equivalentes "apagar", "religar" e "cópia de segurança"?

É evidente que as línguas evoluem recebendo influências umas das outras. De outro modo, o próprio português não existiria, e nós ainda estaríamos falando o indo-europeu. Sem cair no extremo xenófobo dos franceses que, por força da lei, pretendem eliminar os anglicismos, há que se reconhecer que devem existir certos limites para a incorporação de termos de outros idiomas. Em primeiro lugar, é preciso que não exista um equivalente vernáculo, ou seja, que a nova palavra de fato enriqueça a língua e não a deturpe dando-lhe apenas um sotaque estrangeiro.

(...) A batalha contra o "informatiquês" deve ser travada enquanto é tempo, ou o idioma português correrá o sério risco de tornar-se a mais viva das línguas mortas.

(Folha de S. Paulo, Opinião: 03/03/96)

Atente para a maneira como o tema é desenvolvido em cada um dos fragmentos textuais e considere as seguintes afirmações:

- I. O texto 1 conduz a discussão de forma a explorar, ironicamente, o uso de termos novos, contrastando formas de intolerância e possibilidades reais de uso.
- II. O texto 2 conduz a discussão de forma a demonstrar a inutilidade de qualquer criação linguística, exemplificando com o ocioso processo de formação que produz solucionar.
- III. O texto 3 conduz a discussão de forma a demonstrar que os estrangeirismos ameaçam a identidade de uma língua, fundamentando-se na história da evolução linguística.

É correto APENAS o que se afirma em

- (A) I
- (B) II
- (C) I e II
- (D) I e III
- (E) II e III

O neologismo é um tipo de ampliação do léxico que forma novos significantes ou dá novos significados a significantes já existentes na língua, por meio da “aceitação” dos usuários da língua e do sistema linguístico. O verbo “googlar”, proveniente do substantivo “google”, é um exemplo de neologismo na língua portuguesa, que significa “pesquisar algo na internet por meio do sítio de buscas *google*”. Esse termo é bastante utilizado por usuários de informática e seu significado é bastante conhecido.

Para que uma palavra deixe de ser considerada neológica, um critério objetivo é ela estar dicionarizada, o que ocorre devido à socialização da palavra ou do significado. Exemplos atuais de neologismos dicionarizados são, em maioria, da área de tecnologia, como “blogue” e “bug (HOUAISS, p. 300,335)

Mas não é fácil a identificação desse “atestado lexical” (a dicionarização). Como exemplo, podemos citar a atividade que Valente (2005) propõe sobre reconhecimento de neologismos verbais e seu valor semântico-discursivo contextual:

O Jornal do Brasil aproveita este 1º de Maio para agradecer a todos que escreveram, redigiram, editaram, colunaram, criticaram, analisaram, titularam, comentaram, cronicaram, editoriam, reportaram, redacionaram, corresponderam, sucursaram, copidescaram, revisaram, fotografaram, revelaram, copiaram, ampliaram, retocaram, desenharam, chargearam, diagramaram, montaram, linotiparam, clichetearam, fotolitaram, calandraram, rotativaram, estagiaram, focaram, assistiram, dirigiram, supervisionaram, chefiam, recepcionaram, secretariaram, datilografaram, telefonaram, arquivaram, mensagearam, cafezinharam, classificaram, balconizaram, contataram, propagandearam, comercializaram, faturaram, contabilizaram, somaram, cobraram, pagaram, contrataram, advogaram, marketizaram, compilaram, pesquisaram, microfilmaram, controlaram, estocaram, almoxarifaram, distribuíram, carregaram, guardaram, portariaram, assessoraram, ascensoraram, faxineiraram, garçoniam, cozinharam, motoristaram, manutencionaram, mecanizaram, lubrificaram, tijolaram, maçaram, pintaram, encanaram, eletrificaram, suaram, sorriram, incentivaram, discutiram, pensaram, concluíram, animaram, ambientaram e noitesviraram muito.  
E que, acima de tudo, Jornaldobrasilearam  
Estes últimos 90 anos.

(JORNAL DO BRASIL)

Não só nos textos rosianos há termos que parecem neologismos. No anúncio acima, poucas palavras têm valor neológico e algumas até lembram G. Rosa. Destaque no texto, usando como corpus de exclusão o Aurélio e/ou o Houaiss, os neologismos e comente seu valor semântico-discursivo no texto.

Se o exercício exigisse a confirmação de quais palavras são neologismos apenas pelo conhecimento de mundo do usuário da língua, seria difícil ter certeza sobre a natureza de todas as palavras; algumas até parecem realmente um neologismo, como “marketizaram”, devido ao seu radical inglês, e “noitesviraram”, devido à justaposição de um substantivo mais um verbo, ambas realmente neologismos; outras gerariam dúvida por serem específicas de uma área profissional, como as já dicionarizadas “colunaram”, “copidescaram” e “fotolitaram” (HOUAISS, p. 497,546,922).

Os três textos utilizados pelo ENC abordam a mesma temática dos neologismos, utilizando-se de exemplos de adjetivo (*hipotrérico*), verbos, (*solucionar, pretensionar, subscricionar, comocionar, desilusionar, traicionar, proteger, conversacionar, contusionar, mobilizar, deletar, ressetar*) e substantivo (*backup*). O primeiro e o segundo textos apresentam posicionamento mais reticente em relação ao uso de neologismos. Por outro lado, o terceiro texto apresenta posicionamento mais favorável ao uso desse tipo de formação de palavra, mas com ressalvas, principalmente no que tange a neologismos que encontram palavras já existentes na língua portuguesa que satisfazem a necessidade comunicacional.

A questão apresenta três afirmativas para que o avaliado verifique se há veracidade. A primeira sentença afirma que o texto (I) é irônico em relação ao uso dos neologismos, o que pode ser comprovado no trecho “Sob mais que, tratando-se de palavra inventada, e, como adiante se verá, embirrando o hipotrérico em não tolerar neologismos, começa ele por se negar nominalmente a própria existência”, e afirma também que o texto contrasta “formas de intolerância e possibilidades reais de uso”, o que pode ser comprovado, por exemplo, pelos trechos “Salvo o excepto, um neologismo contunde, confunde, quase ofende” e “De acordo, concedemos. Mas sob cláusula: a de que o termo engenhado venha tapar um vazio”.

A segunda sentença está incorreta, visto que o segundo texto não descarta todo e qualquer processo de formação linguística, mas apenas entende que parte é formada “por pura preguiça, para não nos darmos ao trabalho de a buscar, a palavra própria, ordinária, e já existente”, o que pode ser comprovado pelo trecho “nem sempre se podem gabar de felizes as novas criações”. A terceira sentença também está incorreta, porquanto o terceiro texto não afirma que os neologismos afetam a identidade da língua, mas sim pretende alertar para os excessos, principalmente os

advindos de palavras que encontram equivalente já existente na língua, conforme confirma o trecho “há que se reconhecer que devem existir certos limites para a incorporação de termos de outros idiomas”. Devido a essas informações, confirma-se que o gabarito da quarta questão é a letra “A”.

Quatro anos depois, o aspecto verbal foi cobrado em uma questão sobre modo de organização discursiva.

05. (2003 - QUESTÃO DISCURSIVA 08) Considere o fragmento de uma narrativa de Moacyr Scliar, abaixo transcrito.

### SONHO EM GREGO

Cansado depois de um exaustivo dia de trabalho, o varredor de rua que falava grego adormeceu e teve um sonho. Estava de novo na mesma avenida que havia varrido só que, por um ato maligno, o lixo que ele recolhera havia voltado: as sarjetas estavam cheias de papéis, de garrafas vazias, de restos de comida. Desanimado, ele olhava aquilo sem saber o que fazer quando de repente avistou, saindo das sombras da noite, três vultos. Três homens vestindo túnicas gregas, o que, fora do período carnavalesco, não deixava de chamar a atenção. O primeiro impulso do varredor foi sair correndo.

Estudiosos do uso de formas verbais têm mostrado certas afinidades entre tempos verbais e situações comunicativas, o que justifica não ser aleatória a escolha das formas de pretérito perfeito e pretérito imperfeito do indicativo no texto acima. Assim, as formas de pretérito perfeito e imperfeito são escolhidas de maneira decisiva quando os falantes de língua portuguesa narram eventos passados, razão pela qual podemos dizer que essas formas assumem valores e têm funções específicas no texto narrativo.

Com base nesses pressupostos, pergunta-se: Qual o valor aspectual de cada uma dessas formas e qual a sua função no que diz respeito à ordenação dos eventos na narrativa? Apoie sua explicação em formas utilizadas no texto.

Essa questão, discursiva, requereu do estudante de Letras o reconhecimento do valor aspectual do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito do indicativo para a sequência de ações do texto dado e a citação de exemplos retirados do próprio texto para embasar a tese. O aspecto verbal refere-se à duração do processo verbal: (a) se está concluído ou não; (b) se não concluído, se está no início da ação, no desenvolvimento dela ou no fim.

É ao aspecto que os autores se referem quando explicam, por exemplo, a diferença entre *ser* e *estar* em exemplos como ‘Beatriz é loura’ e ‘Beatriz está loura’, bem como a distinção de sentidos expressa pela variação do verbo *comer* em ‘Paulo *comeu* dois pães no café da manhã’ (ação perfectiva, concluída e eventual) e ‘Paulo *comia* dois pães no café da manhã’ (ação imperfectiva, não concluída e habitual) (AZEREDO, 2018, p. 230)

O aspecto verbal é de suma importância para a construção dos eventos na modalidade discursiva *narração*, na qual os tempos pretéritos costumam estar presentes, identificando aspectos diferentes no contexto. O pretérito perfeito do indicativo pode indicar, por exemplo, processo já concluído, como em “Flamengo *ganhou* vários títulos este ano”. Ou ainda um processo que se prolonga até o presente, como no uso do tempo composto, como em “*Tenho visto* muita violência no Rio de Janeiro”. No modo de organização *narração*, o pretérito perfeito tem especial relevância, pois:

o amplo uso do pretérito perfeito no discurso narrativo é favorecido, antes de mais nada, por sua associação com o aspecto concluso do processo. Obviamente, o que é visto como consumado no momento da enunciação pertence cronologicamente ao passado. Mas enquanto uma frase como *Seu filho nasceu* pode reportar um fato coincidente com o ME, *Seu filho nascia* necessariamente o distancia desse momento. Com o pretérito perfeito, esse distanciamento tem de ser explicitado numa circunstância adverbial: *Seu filho nasceu ontem*. A prevalência do aspecto sobre o tempo fica patente em expressões coloquiais como *Bateu, levou, achou, ganhou*, assim como em enunciados informais do tipo *Quando você chegar lá, a chuva já parou*. (AZEREDO, 2018, p. 396,397) (grifo do autor)

O imperfeito do indicativo pode descrever, por exemplo, um processo habitual no passado, como “Naquela época eu *andava* de bicicleta todos os dias”, ou ações simultâneas no passado, como “Eu *tocava* piano quando minha mãe entrou”, e até mesmo para, no processo da narrativa, dar uma “pausa” na sequência de ações a fim de contextualizar cenários e personagens, como as ocorrências do verbo *estar* no seguinte trecho de *Alice no país das maravilhas*:

Alice não estava nem um pouco machucada, e pôde saltar sobre os pés num instante: olhou para cima, mas estava tudo escuro sobre sua cabeça, diante dela havia outro grande túnel e o Coelho Branco ainda estava à vista, apressado.

Alice estava bem atrás dele quando dobrou a esquina, mas ainda era possível avistar o coelho. A menina encontrou-se, então, em um comprido e baixo aposento, que era iluminado por uma fileira de lâmpadas penduradas no teto.

Havia portas por toda volta do aposento, mas estavam todas trancadas, e depois que Alice percorreu uma a uma, tentando cada porta sem sucesso, ela voltou tristemente para o centro do quarto, pensando sobre como sairia daquela.

Logo, a questão exigia o reconhecimento de que as formas *adormeceu, teve, avistou* e *foi*, no pretérito perfeito, compõem a sequência de eventos que constroem o princípio de uma narrativa, e que os verbos *falava, estava, estavam, olhava, dei-*

*xava* e *faltava*, no imperfeito do indicativo, representam a ocorrência de ações que ocorrem simultaneamente, a fim de compor o “pano de fundo” da narrativa, conforme gabarito divulgado pela banca:

Numa narrativa em língua portuguesa, as formas de pretérito perfeito (adormeceu, teve, avistou, foi) correspondem aos eventos singulares que compõem o núcleo da narrativa e que se sucedem uns aos outros, compondo o primeiro plano da narrativa. Assim, a sequenciação é indicada por formas de perfectivo. Quanto ao seu valor aspectual, trata-se de forma perfectiva, pois representa eventos passados vistos como concluídos no presente, enquanto momento de referência. A situação expressa pelo verbo é considerada completa. Quanto às formas de pretérito imperfeito (*falava*, *estava*, *estavam*, *olhava*, *deixava*, *faltava*) servem para compor o segundo plano da narrativa. Os eventos por elas representados não se apresentam ordenados em sequência, mas ocorrem simultaneamente, compondo o plano de fundo da narrativa. O não sequenciamento e a simultaneidade de eventos no passado são indicadas pelo pretérito imperfeito. Têm valor aspectual de imperfectivo (ou durativo), pois sugerem eventos não concluídos no passado, situações vistas como incompletas.

A sétima e última questão analisada neste item refere-se aos conceitos de diacronia e sincronia, os quais permeiam os estudos de história da língua, incluindo os de morfologia.

07. (2017 - 13, B+L)

#### TEXTO 1

Ao discutir os aspectos da diacronia e da sincronia na língua, Saussure apresenta-os como duas perspectivas distintas, ou seja, caracteriza-os de forma dicotômica. Segundo o autor, diacrônico relaciona-se ao que tem duração no tempo e é dinâmico; e sincrônico, ao que é momentâneo e estático. Jakobson, por sua vez, mapeia quatro combinações possíveis entre essas dicotomias: a) fatos sincrônicos e estáticos; b) fatos sincrônicos e dinâmicos; c) fatos diacrônicos e estáticos; d) fatos diacrônicos e dinâmicos.

CHAGAS, P. A mudança linguística. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à Linguística*. São Paulo: Contexto, 2003 (adaptado).

#### TEXTO 2

Os morfemas classificatórios têm como função enquadrar os vocábulos nas classes dos nomes e dos verbos. São as vogais temáticas nominais (-a, -e, -o) e verbais (-a, -e, -i). Nos nomes *terr-a*, *pent-e* e *livr-o*, são as vogais átonas finais que classificam essas formas na classe dos nomes. Já as formas verbais *cant-a-r*, *vend-e-r* e *part-i-r* têm como elemento caracterizador da conjugação as vogais -a, -e, -i. As formas linguísticas desprovidas desse elemento mórfico são chamadas de *atemáticas*. No caso dos nomes, são *atemáticos* os terminados por consoante (*mar*, *fóssil*, *revólver*) ou por vogal tônica (*cajá*, *café*, *cipó*). São exemplos de formas verbais *atemáticas* a primeira pessoa do presente indicativo (*canto*, *vendo* e *parto*), todas as pessoas do presente do subjuntivo (*cante*, *cantes*, *cante*, *cantemos*, *canteis*, *cantem*) entre outras formas.

RIBEIRO, M. G. C. *Morfologia da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://biblioteca.virtual.ufpb.br>>. Acesso em: 15 jul. 2017 (adaptado).

## TEXTO 3



Disponível em: <<http://kdimagens.com>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

A partir dos textos apresentados, avalie as afirmações a seguir.

- I. A substituição atual e gradativa do uso do pronome pessoal de primeira pessoa do plural “nós” pela expressão “a gente” exemplifica o que Jakobson denomina fato sincrônico e dinâmico.
- II. A perspectiva saussureana filia-se a um trabalho linguístico de ordem diacrônica, ou seja, descreve a língua por meio da observação dos aspectos históricos de variação e mudança.
- III. Um exemplo de fato diacrônico e estático é a existência permanente de três conjugações verbais no português.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.**
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Os estudos sincrônicos apontam para uma relação simultânea entre os fatos da língua, enquanto os estudos diacrônicos apontam para fatos comparados de sincronias diferentes, o que permite o entendimento real da língua, não obstante a perspectiva sincrônica ajude-nos a entender a natureza gramatical de um momento específico. Para Henriques (2014, p. 1):

sendo a língua um sistema que está em funcionamento num determinado estágio de tempo, é através do confronto de pelo menos dois desses estágios que se poderão verificar dados históricos e evolutivos do idioma em questão. Cada um desses estágios corresponde a uma sincronia, ao passo que, com as várias sincronias, obtêm-se as diacronias. Cabe, contudo, acrescentar que a linguística geral (ou teórica) e o teorizador da linguagem situam-se num plano inteiramente atemporal – numa perspectiva acrônica (...)

A questão trata também da perspectiva de Jakobson sobre diacronia e sincronia. O autor particulariza os dois eventos em *estáticos* e *dinâmicos*, portanto vai além dos estudos saussurianos, que associam fatos sincrônicos a estáticos e fatos diacrônicos a dinâmicos. Jakobson, sobre a dicotomia sincronia/diacronia ignora

passagens do CLG<sup>12</sup> que obstariam sua interpretação segundo a qual essa separação seria absoluta e, se Saussure, acertadamente, por um lado, ‘previa e anunciava um método novo, estrutural, aplicável à sincronia linguística’, por outro, erroneamente, ‘seguia o velho dogma atomista dos neogramáticos em linguística histórica’. (CRUZ, 2017)

O linguista russo reorganiza os fatos sincrônicos em *sincrônicos e estáticos* e *sincrônicos e dinâmicos*. Estes sem perspectiva de alteração num determinado momento; aqueles com indício de, num determinado momento, estarem em processo de mudança. Também reorganiza os fatos diacrônicos em *diacrônicos e estáticos* e *diacrônicos e dinâmicos*. Estes não apresentam, ao longo do tempo, mudanças e também não dão indícios de que sofrerão mudanças no futuro; aqueles sofreram mudança ao longo do tempo ou dão indícios de que sofrerão mudanças no futuro. Para esclarecer melhor essa teoria, Jakobson (1969 [1960], p. 27, *apud* MARIANI, 2015) explica do seguinte modo como o tempo interfere tanto nos fatos diacrônicos quanto nos sincrônicos:

Tomarei como exemplo uma mudança que pude observar já em minha infância: trata-se de uma mudança notável ocorrida nos sistema vocálico do russo corrente. Em posição inacentuada, especialmente pretônica, os dois fonemas /e/ e /i/ eram distinguidos pela geração de nossos avós em Moscou. No linguajar de nossa geração e no de nossos filhos, esses dois fonemas fundiram-se num /i/. Para a geração intermediária, a de nossos pais, a distinção era facultativa. (...) Assim, durante certo tempo, o ponto de partida e o remate da mutação coexistem sob a forma de duas camadas estilísticas diferentes; além disso, quando o fator temporal entra em jogo num sistema de valores simbólicos como a linguagem, ele próprio se torna um símbolo e pode ser utilizado como recurso estilístico. Por exemplo, quando falamos de maneira mais conservadora, empregamos as formas mais arcaicas. Em russo moscovita, a geração de nossos pais não empregava a distinção entre /e/ e /i/ inacentuados na conversação familiar; preferivelmente, seguia a nova moda de fundir os dois fonemas par dar a impressão de ser mais jovem do que era realmente (...)

Analisaremos então a sentença (III), a qual se distingue das duas outras sentenças por tratar de um assunto sobre verbos, classe que é centro desta pesquisa. Ao afirmar que “Um exemplo de fato diacrônico e estático é a existência permanente de três conjugações verbais no português”, a sentença aponta para as classes morfológicas da língua portuguesa as quais pertencem os verbos, a saber, conforme explica Azeredo (2018, p. 193):

---

<sup>12</sup> Curso de Linguística Geral.



- 1) a primeira conjugação, caracterizada pelo tema (radical + vogal temática) em *-a* da maioria de suas formas (*tapar, tapasse, taparam; olhar, olhasse, olharam*);
- 2) a segunda conjugação, caracterizada pelo tema em *-e* da maioria de suas formas (*beber, bebesse, beberam; vencer, vencesse, venceram*); e
- 3) a terceira conjugação, caracterizada pelo tema em *-i* da maioria de suas formas (*partir, partisse, partiram*). (grifos do autor)

As três conjugações verbais servem de base para a conjugação dos verbos regulares, os quais não apresentam alterações nos radicais e nas terminações quando conjugados. Além disso, as conjugações verbais em língua portuguesa são originárias do latim, que apresentava quatro conjugações: a primeira (tema em *-a*), a segunda (tema em *-e*, vogal longa), a terceira (tema em *-e*, vogal breve) e a quarta (tema em *-i*). Devido a alterações fonológicas já no latim vulgar, no português o sistema verbal é composto por três conjugações e, apesar de haver verbos irregulares, o sistema permanece. Essa é uma análise diacrônica da língua, que demonstra que até a atualidade não houve mudança desse padrão na língua portuguesa. Temos, portanto, na visão de Jakobson, um fato *diacrônico e estático*, porquanto não houve mudança ao longo do tempo nem indícios de que haverá mudança, o que torna a sentença (III) verdadeira. Na medida em que a única sentença falsa é a (II), o gabarito é a letra “C”.

Em síntese, as questões de morfologia sobre verbos impostas aos ingressantes e concluintes de cursos de Letras abrangeram alguns tópicos relevantes da língua: morfemas (radical e desinência), neologismos, aspecto verbal, formação de palavras e aquisição da linguagem infantil, trazendo à baila uma boa diversidade de assuntos no que se refere ao tema.

O nível de cobrança da quarta questão exigiu do aluno apenas a interpretação dos textos selecionados, não exigindo dele um conhecimento linguístico maior, já que a resposta estava nos próprios textos. As questões 01 e 02 necessitavam de um conhecimento prévio, o qual faz parte do currículo do ensino médio – morfemas –, item que precisa ser trabalhado em sala de aula de forma eficaz. Algumas questões exigiram um conhecimento adquirido ao longo da graduação, como a questão 07, que trata dos conceitos de diacronia e sincronia.

Além disso, pode-se observar que as questões apresentaram, ao longo dos anos, uma evolução no que tange ao nível de cobrança, visto que em 1998, por exemplo, havia na mesma prova três questões sobre morfologia, duas inclusive sobre morfemas, o que prejudicou a diversificação de assuntos. No entanto, na ques-

tão discursiva de 2003, abordou-se um tema de grande importância para o futuro profissional de Letras, o valor aspectual dos verbos.

Em suma, as questões apresentaram equilíbrio em relação ao conteúdo de morfologia dos verbos, que, apesar de extenso, tem tópicos de relevância para a carreira de Letras.

### 3.2.3 Sintaxe

“Sintaxe” é uma palavra de construção grega que significa ordem, organização, que era usada para descrever uma cidade-Estado, um império, uma instituição e também a estrutura de um texto, oração ou frase (cf. DEONÍSIO DA SILVA, 2014, p. 431). A palavra vem se referindo explicitamente às questões discursivas, por via do francês, desde o século XVIII, sendo ela apresentada por outro nome muito comum nos manuais: *sintagma*. (A. G. CUNHA, 2010, p. 599)

Esse campo de estudo vem se ocupando sobretudo em estudar as palavras já dispostas na frase, no discurso. Enquanto o campo da Morfologia pode se ocupar em estudá-las separadamente, a Sintaxe só pode fazê-lo quando elas estão em reunião (*syn*, reunião) no discurso. Deve-se considerar que a língua, como organismo vivo, permite então que elas se combinem de múltiplas formas, o que torna tal campo de estudo amplo e profícuo para conhecer matizes discursivos – muito embora não se deva abrir mão do entendimento de que os fatores de coesão e de coerência estão sempre presentes nesse processo.

A Sintaxe congrega, numa análise geral das gramáticas da língua portuguesa, quatro eixos: termos e orações, concordância, regência e colocação. A princípio todos eles se envolvem com as funções das palavras em relação a cada contexto, bem como com as regras que comandam esse contato, o que incorpora um conteúdo paralelo, a pontuação<sup>13</sup>. Em alguns manuais didáticos, a importância do estudo da Sintaxe é tão grande que o tema ocupa boa parte do compêndio, e sua preocupação

---

<sup>13</sup> A pontuação, mais do que os demais itens, apresenta a especificidade de não pertencer tão somente a esse campo de estudo, podendo também ser abordada pela estilística e pela fonologia. Como diz Nina Catach (1994, p. 7 *apud* HENRIQUES, 2018, p. 21), a pontuação é um “sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Esses sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas”.

maior geralmente são as chamadas “funções sintáticas”.

À guisa de exemplos, se considerarmos a *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2010), percebe-se, já no sumário, uma orientação de estudo, sendo o campo das funções sintáticas apresentado antes de concordância, regência, colocação e pontuação, colocado justo no início do livro. Cunha & Cintra (2001) adotam uma outra organização. No seu índice, concordância e regência verbais também são apresentadas depois das funções sintáticas, porém não em capítulos à parte. Por serem temas que dependem da sintaxe do verbo, encontram-se dentro desse capítulo.

A Sintaxe vem a ser beneficiada pelo estudo da Morfologia, conforme já explicitado no item 3.2.2, sobretudo no que concerne ao campo das classes gramaticais. Essa interseção é muito respeitada nos concursos atualmente – sejam eles para nível fundamental, médio ou superior – a ponto de ser muito mais comum encontrar-se nos livros de concurso a palavra *morfossintaxe* do que a separação de ambas, morfologia e sintaxe. Cláudio Cezar Henriques, no volume de sintaxe da coleção “Português na Prática”, deixa isso bem claro desde o primeiro parágrafo da (por ele chamada de “brevíssima”) introdução, ao anunciar, por meio de uma concessão oracional, enfatizadora de um processo existente, que “as classes gramaticais e as funções sintáticas podem ser estudadas em separado (...) embora na teoria e na prática se encontrem em muitos pontos.” (p. 3).

O **primeiro eixo** é campo das funções sintáticas, costumeiramente dividido em período simples e composto. Embora estejam ambas em diálogo constante, nas gramáticas tradicionais, curiosamente só se encontram quando se estudam as orações substantivas, isso porque levam o nome das próprias funções sintáticas, enquanto as orações adjetivas e adverbiais ganham nomes semânticos, promovendo uma confusão teórica já anunciada por Mattoso Câmara, em *Estrutura da Língua Portuguesa*. Uma das consequências dessa confusão é o fato de o estudo do período simples ser chamado de “análise sintática”, enquanto o estudo do período composto ser lembrado pelos nomes “subordinação” e “coordenação”, como se tanto um quanto o outro não estudassem o mesmo constructo mas em níveis diferentes – um com períodos de uma oração e outro com períodos de duas orações ou mais.

O **segundo eixo** é o campo da sintaxe de concordância, que estuda as múltiplas formas de entrelaçamento e entendimento na relação entre as funções de sujeito e predicado. Conforme afirma Bechara (2010, p. 416), “em português, a *concor-*

*dância* consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada”. Trata-se de uma seção em que muitas regras são apresentadas, com um elenco grande de situações da chamada “concordância rígida” ou “gramatical”. Apesar disso, após anunciar que verbo e sujeito concordam entre si, ainda é necessário reconhecer muitos casos de concordância atrativa, ideológica e afetiva.

O **terceiro eixo** é o campo da sintaxe de regência, que estuda os veículos de ligação entre termos de uma oração, veículos denominados “preposição” (sua presença ou ausência). Trata-se de um campo que estuda também efeitos colaterais, já que os termos regidos por preposição podem ser representados por pronomes. Ademais, isso interfere também na questão da voz verbal, pois alguns complementos permitem transformação de voz ativa em passiva e outros não. Nesta pesquisa daremos atenção à relação entre verbos e complementos, ou seja, à regência verbal.

O **quarto eixo** é o campo da sintaxe de colocação, que parece um capítulo à parte no processo de entendimento da sintaxe já que, nos manuais consultados, raramente ou nunca se menciona qualquer questão sintática que envolva o posicionamento dos termos ou orações. Em geral, só se trata dos casos em que o pronome oblíquo está antes, no meio ou depois do verbo.

Enfim, a Sintaxe é um campo de estudo em que o verbo tem primazia. E, se se considerar o campo sintático de estudo, a sua participação prolifera de tal forma que as cobranças dos exames não só aumentam em quantidade como também em variantes subtemáticas. As questões cobradas no ENC e no ENADE sobre Sintaxe selecionadas para constarem neste título foram as que tiveram número mais elevado e estão abaixo relacionadas, totalizando 23 questões.

Cabe ainda comentar que a análise das questões mostrará que nem todas tratam dos temas separadamente, ou seja, algumas são mistas, permeando mais de um eixo de análise. Como nosso intuito aqui é descritivo, preferimos integrar cada uma delas forçosamente em algum eixo para que a discussão se efetivasse.

Para o **primeiro eixo** – o campo das funções sintáticas, seja em período simples ou composto, as cinco questões selecionadas (01, 03, 16, 10, 19) apresentam facetas diferenciadas: a primeira exige certo conhecimento de pontuação e semântica das orações chamadas adjetivas; a de número 03 requer conhecimento de nomenclatura; a 15 preocupa-se mais com o relacionamento de ideias entre as pala-

vras do que com algum aspecto formal sintático; a 10 envolve o campo teórico, mas sem maior aprofundamento; e a 19, trata da proficiência no uso do pronome da função de sujeito.

A primeira questão pretende fazer uma análise de um fragmento jornalístico por meio do entendimento do uso das vírgulas – que, como dito no início deste tópico, é um tema importante para o estudo da Sintaxe.

01. (1998 - 07) Leia este trecho de notícia de jornal:

Professores, sobrecarregados com mais de um trabalho e acuados com a violência e o desrespeito dos alunos, dificilmente terão disposição para mais essa tarefa.

Nessa frase, as vírgulas

- (A) permitem entender que *dificilmente terão disposição* é predicado de *professores* (todos, sem exceção).**  
 (B) estão mal empregadas, porque não têm função.  
 (C) são dispensáveis, uma vez que não produzem efeito de sentido.  
 (D) levam à interpretação de que *dificilmente terão disposição* predica *professores* (alguns, apenas).  
 (E) representam uma incorreção, porque separam o sujeito do verbo.

Nesse caso, o estudante precisaria primeiramente saber o estado desses sinais: se são corretos ou incorretos (opções “B” e “E”), se são dispensáveis ou não (opção “C”) ou se, estando corretas e sendo essenciais, interferem no sentido do trecho (opções “A” e “D”). A questão se aproveita de dois típicos estereótipos do conteúdo “pontuação”: a separação entre sujeito e verbo e entre substantivo e adjetivo, ou seja, o entendimento da questão precisa reflexões morfossintáticas.

Ainda que não esteja diretamente cobrado, o conhecimento de orações subordinadas é crucial para a resolução, dado o fato de haver um adjetivo participial. Considerando esse prisma de observação, a opção “A” fica, de saída, bastante clara.

Nesse sentido, pode-se inferir que o segmento entre vírgulas serve como atributo do termo antecedente caracterizando-o, mas trazendo uma característica que pertence a todos do grupo, e não somente a alguns – e, por isso, ela viria entre vírgulas e poderia ser retirada da estrutura.

Sobre as orações reduzidas, Bechara (2010, p. 394) afirma que

as orações reduzidas são subordinadas e quase sempre se podem desdobrar em orações desenvolvidas. O emprego de reduzidas por desenvolvidas e vice-versa, quando feito com arte e bom gosto, permite ao escritor variados modos de tornar o estilo conciso, não acumulado de quês e outros transpositores, enfim, elegante.

Dessa forma, a opção “A” é o gabarito – indiretamente dizendo que a oração causal contém um predicativo para “eles” (os professores); a opção “B” está incorreta – já que as vírgulas são relevantes para indicar que são todos os professores, e não parte deles; a opção “C” é eliminável devido à condição já exposta na “A” e na “B”; a opção “D” revela não só o contrário da “A” (pelo uso de “alguns”) como ainda revelaria o erro da “E”, já que sim se trata de relação verbo e sujeito, mas não foi usada uma vírgula só, e sim duas, concretizando que a separação núcleo do sujeito e verbo foi bem realizada.

A segunda questão selecionada é bem característica dos antigos exames em que a cobrança da nomenclatura gramatical aparece: trata-se de um questão em que não só o conhecimento sintático é relevante, mas a terminologia de suporte deve ser usada.

03. (1998 - 09) Observe esta frase de uma notícia de jornal: A equipe procurou convencer os membros das gangues que a relação com as escolas poderia ser outra.

A construção dessa frase tem as seguintes características:

- (A) Há dois objetos diretos, fato que ocorre com todos os verbos transitivos.
- (B) O segundo dos dois complementos deveria ser um objeto direto.
- (C) O segundo complemento, que é objeto indireto, está sem preposição.**
- (D) Há apenas um complemento verbal, sob forma composta.
- (E) Falta a preposição do primeiro complemento, para que a construção fique correta.

Novamente a prova retira o questionamento de um fragmento jornalístico, mas dessa vez pretende enxergá-lo somente pelo viés formal da construção, não cobrando nada do ponto de vista semântico ou sobre seu efeito de sentido.

A novidade, que depois aparecerá como um elemento importante sobretudo nas questões de sintaxe de concordância, é o aspecto da variação linguística, que está implícito na questão: o estudante precisou reconhecer que uma preposição essencial fora retirada (já que o verbo “convencer” rege o uso da preposição “de” para o segundo complemento do verbo). No entanto, o tema da variação ainda está bem tímido e, portanto, pouco nítido para quem responde à pergunta.

Outra característica da questão é a fusão de cobrança entre período simples e composto, o que pode ser a vitória ou o fracasso do participante. No primeiro caso, o estudante já deveria perceber que a função de objeto aparece tanto na forma nominal quanto na forma verbal; no segundo caso, o estudante se confundiria e não sa-

beria que o termo objeto poderia estar se referindo a orações subordinadas.

Excetuando a opção “D”, uma chave de resolução da questão para o estudante seria o conteúdo de regência e, colateralmente, a questão da preposição “de” já mencionada. Sabido isso, a opção “A” estaria errada – já que há objeto direto e indireto (deveria haver uma preposição antes do “que”); a opção “B” estaria errada – já que o segundo dos complementos é precisamente o objeto indireto; a opção “E” estaria errada também – já que falta preposição no segundo complemento, não no primeiro. Portanto, a opção “C” é a correta.

Não obstante já termos analisado todas as opções, faz-se necessário mencionar que a opção “D” pode ter outro entendimento. Ao usar a palavra “composto”, a opção entra no limite do terreno morfológico e, portanto, morfossintático. “Composto” seria o termo sintático com dois ou mais núcleos, o que aconteceria se houvesse simplificada dois objetos diretos (ou seja, a equipe teria procurado convencer os membros e mais algum grupo). Nesse caso, a composição, como constructo teórico de coesão apresentaria a necessidade do uso da conjunção “e”, o que não aconteceu. Nesse sentido, essa seria também uma opção errada e descartável.

A próxima questão revela uma cobrança que pode parecer bem mais refinada, dado o fato de que a denominação da oração adjetiva ganha o jargão acadêmico (oração relativa), além de trazer a ideia de que o comportamento sintático de uma estrutura deve estar atrelado a algum efeito semântico.

16. (2005 - 08)

**POEMA DO BECO**

Que importa a paisagem, a Glória, a baía, a linha do horizonte?  
– O que eu vejo é o beco.

No último verso, o poeta

- I. desdobra a oração em duas partes, valendo-se de uma construção relativa.
- II. privilegia, com base na relação tópico/comentário, a visão do beco, considerando os elementos fornecidos pelo co-texto.
- III. utiliza uma construção em que não há correspondência entre estrutura sintática e efeito semântico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II
- (B) III.
- (C) I e II**
- (D) I e III
- (E) II e III

As orações relativas – assim chamadas por conta da presença explícita ou implícita dos *pronomes relativos* – evidenciam um domínio refinado dos recursos disponíveis não só na língua portuguesa. No inglês, por exemplo, as *relative clauses* se comportam de maneira muito parecida, são estruturas complexas até mesmo para os falantes da língua materna, visto que agrupam informações em um só período e têm força discursiva altamente marcada a depender dos dois tipos semânticos existentes (assim como no português): a *non-defining clause* ou *non-essential clause* (explicativa) e a *defining clause* (restritiva).

No poema, “que eu vejo” é uma relativa iniciada pelo pronome relativo “que”, cuja posição na frase assume intercalação com a oração principal, oração esta cujo sujeito é pronome demonstrativo “o”, à primeira vista difícil de reconhecer. Assim sendo, a afirmativa (I) é verdadeira.

Sobre a afirmativa (III), é importante reafirmar que as relativas não são meras estruturas, porquanto demarcam o discurso do enunciador. Tendo em vista que o autor do texto aproveita a construção do final do poema para resumir seu foco sobre as informações dadas anteriormente, a relativa restritiva *que eu vejo* demarca um conteúdo “relevante para a identificação da entidade, ser ou objeto a que se refere o antecedente do pronome relativo” (AZEREDO, 2018, p. 349), o qual é o *beco*, portanto “há correspondência entre estrutura sintática e efeito semântico”, o que faz a afirmativa (III) ser falsa.

A afirmativa (II) traz conceitos linguísticos também mais acadêmicos, a *relação* (ou *estrutura*) *tópico-comentário* e o *cotexto*, cujas características são, resumida e respectivamente, “ser uma construção marcada, em que se coloca em evidência um elemento, chamado de tópico, e faz-se sobre esse tópico um comentário” (A. S. C. da CUNHA, 2010) e

dar conta da intervenção das unidades verbais que fixam a significação das outras formas linguísticas presentes num mesmo texto. O cotexto é portanto um dos principais processos de solução das eventuais ambiguidades ou da heterogeneidade de sentido dos enunciados. Distingue-se da noção de contexto, utilizada para designar as instâncias enunciativas e os elementos extralinguísticos relevantes para a compreensão de um texto ou de um discurso. (RODRIGUES, 2009)

Ambos os conceitos explicam a realização estrutural dada na frase final do poema e atribuem à questão *status* diferenciado entre tantas analisadas neste item.



Sendo assim, a afirmativa (II) é verdadeira, e o gabarito é a letra “C”.

Sobre a estrutura desta questão, cabe mencionar o que vem sendo percebido desde os dois itens anteriores (*Fonética, Fonologia e Ortografia e Morfologia*). Em vez de serem formatadas somente com enunciados declarativos, em que o estudante precisa saber qual afirmação está correta, a banca enumera afirmações (I), (II) e (III) em diversas questões e faz um jogo combinatório nas opções. Ou seja, além de ter de perceber que declarações estão corretas, o estudante não pode se confundir em passar esse conhecimento para a opção, que só apresenta algarismo. Diga-se ainda que se trata de um modelo de enunciado que facilita a inferência por parte do respondente (o famoso “chute”), já que, por exemplo, ao saber que a afirmação (I) está correta – desde que o aluno saiba da oração relativa – ele só fica com duas opções possíveis, a “C” e a “D”. Em suma, é uma questão que requer conhecimento linguístico, mas que adota um modelo ultrapassado, impróprio para as provas de linguagem (muito comum em provas de ciências exatas, humanas ou da natureza) e injusto (baseado mais em perspicácia do que conhecimento científico).

A questão seguinte, baseada, de acordo com o ENC, em um texto “produzido por um aluno da última série do Ensino Médio, a partir de proposta de elaboração de um texto narrativo”, é muito mais uma questão de leitura e compreensão do que de conhecimento teórico.

10. (1999 - 13)

#### ILUSÕES DO AMOR

Lukas Carlé era um homem muito respeitado no estabelecimento de ensino, pela sua forma de alfabetização. Muito conservador exigia a perfeição de seus alunos, e quando um saía de suas normas, era motivo para a palmatória.

Para os pais de Inácia, Lukas Carlé era o homem ideal p/ o casamento de vossa filha. E assim sendo o noivado fora marcado.

Lukas Carlé vivia sua vida normal, no ensino, visitava a casa da senhorita Inácia, a qual levaria aquela situação do casamento encomendado sem poder dizer uma palavra contra, afinal era costume da época. Pois ela não achava muito as qualidades de Lukas adequadas p/ seu casamento.

Um dia antes do casamento Lukas Carlé, se exaltou na castigação de um aluno, quebrando-lhe a mão, tal exaltação vinha das lembranças da infância, quando sua mãe foi pega cometendo o adultério. Mas essa lembrança ele carrega p/ si, não se abre com ninguém. Lukas naturalmente foi advertido a não usar mais a palmatória.

O casamento realizou-se em um pequeno espaço de tempo desde o dia em que foi marcado. Não houve grandes comemorações, apenas uma cerimônia normal entre familiares. Lukas Carlé com seu temperamento não muito estável quis a cerimônia finalizada. Inácia esperava ansiosa a grande noite de sua vida, mas tanta ansiedade em vão, Lukas pegou-lhe pelo cabelo deu-lhe um tapa e jogou-a na cama como se fosse um objeto qualquer. Para Inácia suas esperanças de encontrar um homem honrado acabaria naquele momento.

Os dias passavam e a rotina se estabelecia, tapas, grosserias e falta de diálogo adequado a um casal normal. Inácia se sentia abalada emocionalmente e ao mesmo tempo fragi-

lizada, sentindo a falta de um ombro p/ soltar suas mágoas.

Tal situação de Inácia estava prestes a dar uma virada em sua vida com o aparecimento de um novo funcionário da prefeitura, o senhor Manoel, bonito, jovem e educado. Não demorou muito tempo e os dois já faziam amizade e se encontravam as escondidas.

Lukas Carlé nada desconfiava, pressupondo que seria ousadia demais por parte de Inácia; até que ele começou a receber umas cartas anônimas, insinuando tal relacionamento, Lukas infurecido aumentava suas doses de castidade. Inácia então resolveu abandoná-lo, o que foi a demonstração mais forte de falta de respeito. Lukas não se conformava, e isso levou-o a persegui-la de todas as formas, desmoralizando-a diante de toda a comunidade e seus pais, não bastando o senhor Manoel vendo tal situação fugiu e a deixou só. Inácia estava desesperada, não via solução p/ tal vexame, Lukas no teor mais alto de seu ódio queimou seu rosto com brasa, deixando cicatrizes profundas. Inácia viu-se desmoralizada com tal situação, e se martirizou o resto de seus dias em um convento.

Considere a construção *ela não achava muito as qualidades de Lukas adequadas p/ seu casamento* [3]. Nesse trecho constata-se que:

- I. Dada a colocação sintática, o termo **achar** está dentro do escopo (alcance) do advérbio **muito**.
- II. Dada a colocação sintática, o termo **qualidades** está dentro do escopo do advérbio **muito**.
- III. Do ponto de vista do sentido, o termo **adequadas** está dentro do escopo do advérbio **muito**.

É correto o que se afirma em

- (A) I apenas.
- (B) I e III apenas.**
- (C) II apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I, II e III.

A nomenclatura usada nas afirmações poderia estar em xeque – mas a verdade é que não está já que em todas o vocábulo “muito” é caracterizado como advérbio. Assim, o que poderia ser talvez uma questão teórica com alguma dose de morfossintaxe deixou de sê-lo pela falta de contrastes entre as afirmações.

A chave da resolução requer sobretudo capacidade de leitura e compreensão – uma leitura com boa entonação já poderia deixar clara a ambiguidade do *muito*, que modifica tanto o verbo quanto o adjetivo “adequadas”, processo típico de um advérbio (modificar verbos, adjetivos e advérbios). Portanto, a letra “B” é a opção correta.

A última questão desse eixo parece um capítulo à parte no *modus operandi* desse exame ao longo de sua história.

19. (2011 - 37 - B)

Comecei a fazer um tratamento com um medicamento muito forte à base de corticoide. Para quem nunca tomou medicamento mais forte que uma Aspirina ou um Tilenol, vocês podem imaginar como foi difícil para mim tomar esta medida.

Considerando o texto apresentado e as restrições naturais ao emprego do pronome oblíquo "mim" em português, avalie as asserções que se seguem.

No texto acima, o pronome oblíquo está colocado antes do verbo e empregado de acordo com a norma culta.

**PORQUE**

O fato de o pronome "mim" estar em posição imediatamente anterior ao verbo não indica, necessariamente, que ele seja o seu sujeito da oração, como ocorre no texto apresentado acima.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

**(A) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.**

(B) As duas asserções são proposições verdadeiras, mas segunda não é uma justificativa correta da primeira.

(C) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda, uma proposição falsa.

(D) A primeira asserção é uma proposição falsa, e a segunda, uma proposição verdadeira.

(E) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

A cobrança aqui é híbrida – não cobra só sintaxe, mas também a forma de argumentar sobre um fenômeno linguístico e, para tal, se influencia por linguagem própria do método científico-filosófico: “asserção” e “proposição” e a relação entre as duas.

Primeiramente, é imprescindível que o estudante tenha a proficiência de perceber a ambiguidade no uso do pronome “mim” – a princípio podendo ou não se relacionar como sujeito de “tomar”. Percebido isso, ele seria capaz de entender que o “mim” não está incorreto. Isso já seria suficiente para se concluir, portanto, que a opção “A” é a recomendável.

Esse tipo de construção faz “cair por terra” as fórmulas incansavelmente ensinadas em turmas preparatórias para concursos públicos, quando o aluno aprende que o pronome *mim* não pode anteceder um verbo, visto que “*pronomes oblíquos* não podem ser sujeitos de verbos”. Muitas vezes, o aluno internaliza essa “chave” sem compreender o funcionamento dos pronomes pessoais na língua portuguesa e sem compreender também como se dá a colocação dos termos nos períodos. Se o aluno não perceber a ordem direta (“como tomar esta medida foi difícil para mim”) da frase será mais uma vítima dessas “pegadinhas”.

Para o **segundo eixo**, a sintaxe de concordância, devem-se considerar não somente as questões de concordância verbal, entre sujeito e verbo, mas todas aquelas que remetem à flexão verbal e à harmonia entre modos e tempos dos verbos de mesmo período ou não. Nesse sentido, cabe lembrar a lição de Cunha & Cintra, que

apresentam o conteúdo de concordância verbal dentro do capítulo “Verbo”. No entanto, o que os autores fizeram é incomum entre as gramáticas tradicionais, mas sabe-se que é importante ampliar o conceito de concordância para uma situação de harmonia de formas verbais. Dessa forma, as catorze questões a serem analisadas aqui abrangem os temas “concordância” (propriamente dita), “tipos de sujeito, uso do pronome se”, “tipos de discurso (direto e indireto) e “paralelismo verbal”. Serão abordadas na seguinte ordem: 04, 07, 08, 18, 20, 02, 22, 05, 09, 12, 21, 06, 14 e 15.

O assunto “concordância verbal” é um dos mais explorados nas obras de referência e, como tal, costuma ser subdividido em vários pequenos capítulos para que o estudante acompanhe a quantidade de sutilezas e exceções admitidas, dentre elas algumas muito interessantes do ponto de vista semântico, como a silepse e, como aponta Said Ali, a sínese. No entanto, os exames pouco abordaram a regra pela regra – e isso é muito positivo – e, na maior parte das vezes, consideraram o tema pelo viés da variedade linguística, bem no clima contemporâneo de respeito à diversidade. Das cinco questões destacadas sobre o tema, apenas a quarta aponta a concordância pelo prisma do certo/errado, enquanto as outras alimentam a possibilidade de amplitude discursiva e pela identidade de alguns grupos.

A questão 04, bem na atmosfera da prova de 1998, que se apoia em trechos curtos jornalísticos, apresenta um tema bem explícito de relação desarmônica entre sujeito e predicado, mas é preciso que o estudante repare que o verbo “decidir” vem afastado do núcleo do sujeito, “chancelaria”.

04. (1998 - 10) Esta é uma submanchete de jornal: O argentino prêmio Nobel da Paz acha que a chancelaria dos dois países **decidirão** o problema.

A forma verbal destacada nessa frase representa uma concordância que

- (A) é a única possível.
- (B) é uma de duas possíveis, mas é a mais correta.
- (C) é a única correta, porque o adjunto adnominal que a precede está no plural.
- (D) não é correta, porque chancelaria é singular.**
- (E) não é correta, porque o sujeito de decidirão é o mesmo de acha.

O enunciado já aponta o caminho para o fato de que a situação de concordância é peculiar, tanto que as opções “A”, “B” e “C” admitem, indiretamente, pelas palavras “única” e “uma” que o processo, algumas vezes, tem dupla possibilidade. A dificuldade maior que essa questão apresenta está, portanto, entre as opções “B”, “C” e “D”, já que provavelmente um estudante da área vai reconhecer situações em

que o verbo admite concordar com o adjunto adnominal devido à sua proximidade. No entanto, esses casos são muito específicos e só ocorrem quando o núcleo tem significado muito próximo da ideia de partitividade. Os casos apontados geralmente remetem a expressões partitivas: “a maioria”, “a maior parte de”, “uma porção”. Então, uma frase como “a maioria das pessoas decidirão o problema” faria o estudante ter de pensar mais cautelosamente sobre o processo discursivo. Mas “chancelaria” é um núcleo que não se enquadra semanticamente nos casos “especiais”, o que leva à conclusão de que houve erro de concordância. Logo, a opção “D” é a correta. Vale, para terminar a questão, considerar que a letra “E” explora a possibilidade de o estudante não reparar que os sujeitos dos verbos são diferentes: “acha” tem como núcleo do sujeito o substantivo “argentino” – muito difícil ser “chancelaria” até devido à posição do vocábulo após a conjunção integrante “que”, marcando a subordinação dessa oração à anterior.

As questões 07 e 08 remetem ao mesmo texto, o que já vem a ser uma modificação no estilo de construção da prova, usando-se textos mais longos para permitir uma variedade maior de cobrança.

### **A PRAIA DE FRENTE PRA CASA DA VÓ**

Eu queria surfar. Então vamo nessa: a praia ideal que eu idealizo no caso particularizado de minha pessoa, em primeiramente, seria de frente para a casa da vó, com vista para o meu quarto. Ia ter uma plantaçozinha de água de coco e, invés de chão ser de areia, eu botava uns gramadão presidente. Assim eu, o Zé e os cara não fica grudando quando vai dar os rolê de Corcel 1!

Na minha praia dos meus sonhos, ia rolar vááárias vós e uma pá de tia Anastácia fazendo umas merenda nervosa! Uns sorvetão sarado! Uns mingauzão federal! Umas vitaminas servida! X-tudo! X-Calabresa Cebola Frita! Xister Mc Tony's e gemada à vontade pros brother e pras neneca! Tudo de grátis! As mina, exclusive, ia idrolatar surfistas chamados Peterson Ronaldo Foca (conhecidentemente como no caso da figura particularizada da minha pessoa, por exemplo). Pra ganhar as deusa, o xaveco campeão seria... o meu: "E aís, Nina (feminina)? Qual teu C.E.P.?"

Tua tia já teve catapora? E teu tio? E tua avó? Uhu!! Já ganhei!!" E se ela falasse: "Vai procurar a tua turma!", minha turma estaria bem do meu lado, pra eu não ficar procurando muito!

Exclusive, eu queria surfar, mas na praia ideal dos meus sonho (aquela que eu desacreditei, rachei o bico e falei "nooossa!"). Não haveriam tubarões. (Haveriam porque é vários tubarões!). A "Eu, o Zé e os Cara, Paineiros and Friends Association" ia encarregar o colocamento de placas aleatórias com os dizeres: "Sai fora, tubarão! Cê num sabe quem cê é!" E os bicho ia dar área rapidinho! Cê acha, jovem?! Nós num quer ficar que nem um colega meu, O Cachorrão, da Associação dos Surfistas de Pernambuco, umas entidade sem pé nem cabeça! Então vamo nessa: na praia dos sonhos que eu falei "É o soonho!", teria menas água salgada! (Menas porque água é feminina!) Eu ia conseguir ficar em pé na minha triqui-lha tigrada, sair do back side, subir no lip, trabalhar a espuma, iiihaa!! Meus pés ia grudar na parafina e eu ia ficar só lá: dropando os tubo e fazendo pose pras tiete, dando umas piscada de rabo de olho e rasgando umas onda de 30 metros (tudo bem, vai! Um metro e meio...). Mesmo sem abrir a boca, eu ia ser o centro das atenções e os repórter ia me focalizar com neon, luz estetoscópica robotizada e uns show de raio lazer!! De 18 concorrentes, eu ia sagrar décimo sétimo, porque um esqueceu a prancha. (Tamém, o cara marcou!) E as mina só

lá: "Uhu!! Foca é animal!! Focaliza o Foca!! O cara é o próprio galã de Óliud!"

Exclusivamente, eu queria surfar, daí os carinha da República me pediram pra falar na revista, a vó tirou um pelo de mim: "Cê nunca vai falar na revista, Peterson Ronaldo!" Daí eu falei: "Artigo?? Eu? É comigo? Tá limpo!". Eu já apareço no rádio! Por que eu não posso falar na revista?! Então vamo nessa de novo: eu queria pensar, mas eu nem tô ligado nesses lance de utopia... Dormir na pia... Supermetropia! Esses lance aí quem pensa é o Zé! Eu queria escrever! Em sùmula: eu parei de pensar, agora eu só surfo! Consequentemente, Peterson Foca.

Peterson Foca, personagem cult de "Sobrinhos do Ataíde", programa que revolucionou o humorismo do rádio brasileiro. O programa "Sobrinhos do Ataíde", criação de Felipe Xavier, Marco Bianchi e Paulo Bonfá, é veiculado pela rádio 89,1 FM de São Paulo, e em outras cidades do Brasil. **República**, Ano 1, nº 2.

07. (1999 - 07) Sobre as explicações entre parênteses *Haveriam porque é vários tubarões e Menas porque água é feminina*, é correto afirmar que os autores do texto,

- (A) embora procurem representar um jargão de surfistas, preocupam-se em fazer uso correto das regras de concordância verbal e nominal da língua portuguesa.
- (B) ao produzirem erros de concordância, caracterizam a personagem Peterson Foca como falante de uma variedade do português associada somente a surfistas.
- (C) ao proporem tais explicações, fornecem os motivos que levam muitas pessoas a flexionar, nesses contextos, o verbo haver e o advérbio menos.**
- (D) ao atribuírem erros de concordância a um suposto surfista, procuram associar aos surfistas em geral a imagem de não escolarizados.
- (E) ao empregarem as formas *haveriam* e *menas*, os autores do texto evidenciam seu desconhecimento das regras de concordância verbal e nominal da língua portuguesa.

08. (1999 - 08) Analisando construções como:

Na minha praia dos meus sonhos [1] e Na praia ideal dos meus sonho [2]  
 Uns mingaução federal! [1] e Umas vitaminas servida! [1]  
 Meus pés ia grudar na parafina [2] e Os carinha da República me pediram pra falar na revista [3]

e considerando que os estudos de sociolinguística demonstram que há variação no uso de regras de concordância verbal e nominal, observa-se que:

- I. Os autores do texto são inconsistentes na maneira de representar o funcionamento das regras de concordância nominal e verbal no jargão que eles associam aos surfistas.
- II. Os autores do texto variam intencionalmente a maneira de representar o funcionamento das regras de concordância nominal e verbal, porque assim falariam os surfistas.
- III. Os autores do texto propõem uma regra consistente de marcação da variação de número, flexionando apenas um elemento do sintagma.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.**
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Ambas as questões colocam em destaque uma atitude do narrador de revelar variantes de concordância, sejam elas referentes à relação sujeito e verbo (a con-

cordância verbal) ou à relação nome e adjunto (a concordância nominal).

A primeira tenta, provavelmente, contribuir com o fato de o graduando ter de saber que a concordância, como fenômeno discursivo, marca identidades sociais e, por isso mesmo, pode acabar sendo estereotipada pelo discurso de uma elite acadêmica. No entanto, aquele que pensou nisso como lógica errou fatalmente a questão. As opções “B” e “D” evidenciam esse tipo de ótica, sendo o erro da “B” considerar que isso pertence “somente” aos surfistas, e o erro da “D” considerar que isso tem relação com a “não escolarização”. A opção “E” parece derivada desse pensamento preconceituoso, mas agora apontando como vítima “os autores do texto”, os quais evidenciariam, não sabemos por quê, o desconhecimento das regras, como se eles com isso não tentassem provocar qualquer efeito – o texto estaria sendo, então, produzido pela via altamente inconsciente, sem qualquer revisão. Ou seja, trata-se de uma opção ingênua. A opção “A” deve ser descartada, mas não pela questão do preconceito ou estereótipo, e sim porque afirma que a concordância – se vista pela perspectiva do “certo-errado” – estaria correta, o que seria equivocados. Por fim, a opção “C” é mais coerente porque não só considera que houve um erro, mas considera que houve um motivo bem lógico e coerente para que isso acontecesse, dando estatuto de validade a esse tipo de processo discursivo e sendo, portanto, o gabarito oficial.

A segunda passa a ser um pouco “mais do mesmo”, mas agora sob a tutela do ponto de vista da sociolinguística. A afirmativa (I), por tudo que foi dito, soa preconceituosa, declarando uma inconsistência dos autores do texto, e a afirmativa (III), apesar de optar por informar sobre a validade desse tipo de concordância dentro do organismo vivo que é a língua, considera que apenas “um” elemento do sintagma variou, o que não é verdade – veem-se, por exemplo, no mesmo sintagma, artigos e pronomes variando em conjunto, menos o núcleo ou o adjunto adnominal. Portanto, só a afirmativa (II) deve ser pensada como correta.

A questão 18 trabalhou a possibilidade de concordância por aproximação ou pela ideia coletiva carregada pelo núcleo de um sintagma.

18. (2011 - 20)

De ordinário, quando se diz que certo termo deve concordar com outro, tem-se em vista a forma gramatical do termo de referência. Dúzia, povo, embora exprimam pluralidade e multidão de seres, consideram-se, por causa da forma, como nomes no singular. Há, contudo, condições em que se despreza o critério da forma e, atendendo apenas à ideia representa-

da pela palavra, se faz a concordância com aquilo que se tem em mente. Consiste a sínese em fazer a concordância de uma palavra não diretamente com outra palavra, mas com a ideia que esta última sugere.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971 (com adaptações).

A definição extraída de Said Ali, reproduzida acima, apresenta uma figura de sintaxe, a sínese, identificada, na maioria das vezes, em variantes mais populares da língua. Assinale a opção que apresenta um exemplo desse tipo de fenômeno sintático.

- (A) A maioria dos porcos ainda estava sendo recolhidos naquela hora.
- (B) Ao pobre homem mesquinho, basta-lhe um burrico e uma cangalha.
- (C) Chegaram o pai, a irmã e o cunhado com uma pressa que assustava.
- (D) Pretendia implantar um monopólio exclusivo de café e tabaco na região.
- (E) No fundo, a multidão se consolava. Para isso, pensavam em nós mesmos.**

Said Ali é o autor do texto-base que, nesse caso, se refere ao segundo processo mencionado. Trata-se de uma questão em que o estudante deve compreender o texto e ver na prática aquilo que a teoria descreve. Tendo isso em vista, as opções que se aproximam do evento descrito por Said Ali são “A” e “E”. As opções “B” e “C” tratam de outro caso de concordância verbal, que não tem relação com o descrito (é o caso de um sujeito composto posposto ao verbo), ao passo que a “D” nem é uma questão de concordância, parecendo estar ali apenas para o reconhecimento de que o estudante não compreendeu mesmo do que se tratava. A letra “A” não chega a configurar a sínese porque vem a ser a questão da concordância atrativa, pela proximidade do plural do adjunto adnominal. A sínese é uma concordância que as gramáticas tradicionais chamam de silepse (ou concordância ideológica): concorda-se com o que se tem em mente (a ideia de coletividade), e não com uma palavra escrita no singular (ou no plural).

Por conseguinte, o gabarito é a letra “E”, o qual apresenta corretamente um exemplo de sínese, visto que o verbo da segunda oração (“pensavam”) se refere ao sujeito da primeira oração (“multidão”). Esse tipo de construção é comum, principalmente na fala, visto que, já distante do seu referente, perde-se a “noção” de concordância.

A questão 20 dá continuidade ao tema da variação linguística, mas desta vez com destaque para a fala infantil, processo já explorado no item *Morfologia*.

20. (2011 - 43 - B)

Os pais aproximam-se de um táxi e a filhinha de dois anos e meio se dirige ao motorista dizendo: "Eu também vai".



Na situação descrita,

- (A) o pronome e a forma verbal no enunciado são elementos de coesão textual.
- (B) a criança não tem o português como língua materna, o que fica claro no seu enunciado.
- (C) a criança ainda não tem competência para assumir o piso de fala diante de interlocutor desconhecido.
- (D) a criança ainda não demonstra competência comunicativa para usar, em sua fala, pronomes pessoais.
- (E) a fala da criança indica que a aquisição da forma verbal de terceira pessoa verbal precedeu a de primeira pessoa.**

Diferentemente da questão anterior, esta tem vínculo com a psicolinguística, revelando muito mais o caminho de aprendizado infantil da concordância do que as regras ou erros e acertos de um processo de concordância verbal. A opção “A” não deixa de ser verdadeira, mas não tem relação com o que aconteceu na frase da criança. As opções “B”, “C” e “D” vão na esteira vocabular da ciência linguística (com palavras como “língua materna” e “competência”), mas que no fundo revelam um certo preconceito sobre o falar da criança, já que revelam o aspecto negativo da não concordância entre sujeito e verbo, ao passo que a letra “E”, gabarito da questão, descreve um processo de aprendizado.

Dando continuidade às questões inseridas neste eixo, o reconhecimento do pronome SE em situações de concordância é um diferencial importante no que toca à formação do estudante na área de Letras. Além de ser um elemento crucial na identificação do sujeito, o tema está na base do reconhecimento da voz verbal utilizada no discurso. Das duas questões consideradas a seguir, a primeira, da prova de 1998, se prende primariamente à questão sintática que a envolve, deixando-se nortear tão somente por sua classificação. Já a segunda, da prova de 2014, amplia um pouco mais o que há por trás do seu uso.

A primeira, de fato, é híbrida. Caberia muito bem analisá-la como parte do eixo 1 – o de funções sintáticas, mas preferimos colocá-la no eixo 2 dado que o seu gabarito remete à questão do tipo de sujeito. Entretanto, o fato é que se trata de uma questão mista.

02. (1998 - 08) Observe os empregos do pronome **se** neste trecho de artigo de revista:

O que se quer é atribuir ao elevador seu justo peso. Que não se esqueça dele, quando se fizer o balanço dos engenhos e artes que deram ao século XX o rosto que tem.

A afirmação correta a respeito dessas construções com o pronome **se** é:

- (A) Nos três casos o **se** tem emprego semelhante, mas em apenas um deles tem função sintática.
- (B) No segundo caso, usou-se o se para indeterminar o sujeito de um verbo que, se-**

**gundo a gramática normativa, já devia ser pronominal.**

(C) No segundo caso e no terceiro, as construções com **se** são de voz passiva, o que não é possível dentro de uma mesma frase.

(D) Nenhuma das três construções com **se** é passiva, porque todos os verbos são transitivos indiretos.

(E) O sujeito de quando **se** fizer o balanço não pode ser encontrado na oração, porque está elíptico.

A opção “A” afirma que os três “se” têm emprego semelhante, fato que não é impossível de entender, mas a afirmação que se segue é que é problemática ao afirmar que apenas um deles tem função sintática. Ora, dos pronomes “se” que se envolvem com tipo de sujeito e voz verbal, apenas o “se” da voz reflexiva é que tem função sintática, enquanto os outros trabalham como moduladores da voz verbal. Dado o fato de que não há voz reflexiva no trecho, a opção “A” é inválida. A opção “B” está correta, pois se aproveita da ambiguidade de um dos pronomes e trata de fazer com que o estudante perceba que o segundo “se”, o envolvido com o verbo “esquecer”, atua tanto como indeterminador – e só é possível perceber isso pelo paralelismo indeterminador dos outros verbos – quanto como parte do verbo “esquecer-se”, o que é possível pela regência da preposição “de” em “dele”. As opções “C” e “D” atuam na questão da voz verbal diretamente – a voz passiva só é possível com transitivos diretos (o primeiro e o terceiro verbos), o que faz dessas opções equivocadas. A opção “E” parece ser daquelas que investe no desconhecimento do estudante sobre o uso do pronome ‘se’ na voz passiva – pensando dessa forma que o sujeito estaria elíptico em vez de posposto ao verbo. Enfim, é também uma opção errada, confirmando a validade da letra “B”.

A questão 22 também trabalhou na esteira da variação linguística, ainda que de forma bem tímida.

22. (2014 - 28, B)

**A CADA UM MINUTO, QUATRO COISAS VENDEM**

Considerando a estrutura sintática e o valor semântico desse *slogan* publicitário, avalie as afirmações a seguir.

I. Ao introduzir o pronome “se” no *slogan* - *A cada 1 minuto, quatro coisas se vendem* - o único valor semântico possível é o de uma construção passiva.

II. O valor semântico do *slogan* corresponde ao de uma construção passiva, embora não se verifiquem os padrões sintáticos descritos na tradição gramatical – voz passiva sintética e voz passiva analítica.

III. Em *vende-se casas*, verifica-se uma construção passiva com presença de sujeito paciente, embora não se observe a concordância verbal exigida pelo padrão gramatical.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.**

O tema da variação constou das afirmações (I), que faz perceber que o pronome “se” fora retirado da propaganda, e (II), que praticamente complementa a (I) apresentando o fato dinâmico em que o pronome pode não estar no enunciado, mas o sentido o revela. Ao se destacar o acerto dessas duas afirmações, já é possível marcar a opção “E”. No entanto, vale considerar o desvio que a afirmação (III) faz: ela só se relaciona com o “slogan” por analogia, dando a entender um “regrismo” que nada acrescenta à questão a não ser o fato de o estudante talvez perceber que a propaganda teria acertado apesar de ter se “esquecido” do pronome “se”. Ademais, é importante ressaltar que a opção (III) só aceitou uma única linha de pensamento, a qual é majoritária até hoje em provas de concursos públicos que não são elaboradas para profissionais de Letras: a de que em construções desse tipo, o SE é um pronome apassivador e, portanto, o verbo tem de concordar com o sujeito, que está explícito na frase. Porém, a não concordância do verbo com o “sujeito” pode ter uma outra interpretação, visto que o falante depreende, conforme visto no item 2.2.4, que há uma indeterminação do agente, parecendo lógico não se fazer a concordância com o substantivo da oração, pois “o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo com o verbo” (AGUIAR, 1971 p. 131 *apud* BECHARA, 2019, p. 195)<sup>14</sup>. Nesse entendimento, que deveria ter sido levado em conta pela banca, a afirmação (III) é incorreta, a questão não teria gabarito e poderia ter sido anulada.

Incluir o assunto “tipo de discurso” neste eixo pode ser discutível, não porque precariamente se relaciona ao tema, mas porque a forma de cobrança tenha sido banal, buscando explicitamente o reconhecimento superficial do discurso. Das três questões selecionadas, só a última cobra a transposição de um tipo de discurso para outro, revelando a possibilidade de medir se o graduando consegue ver “concordância” semântica entre tempos verbais distintos, como presente do indicativo e preté-

<sup>14</sup> A informação consta nas seguintes edições de Bechara: 37ª ed., 1999, p. 178; 38ª ed., 2015, p. 185,186; 39ª ed., 2019, p. 195.

to perfeito do indicativo. As duas primeiras apenas remetem à teoria do evento.

05. (1998 - 19)

Algum tempo atrás eu disse num programa de televisão que a música popular era o meu radar. Outro dia, no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, uma senhora me perguntou o que eu queria dizer com aquilo. Expliquei a ela que por meio da música popular eu percebia para onde as coisas estavam indo e que isso era fundamental para a minha vida e para o meu trabalho. Ela então me perguntou se isso tinha a ver com gosto ou preferências. Respondi que tinha a ver principalmente com não ter preconceito. "É fundamental ouvir de tudo", observei.

Considere as formas pelas quais se fez o relato de um discurso proferido por outra pessoa ou pelo próprio narrador:

- I. eu disse que... / Expliquei a ela que... / Respondi que...
- II. uma senhora me perguntou o que.../ ela então me perguntou se...
- III. "É fundamental ouvir de tudo", observei.

É correto afirmar que as formas compreendidas

**(A) em I e II indicam discurso indireto; em III, discurso direto.**

(B) em I indicam discurso indireto; em II, discurso indireto livre; em III, discurso direto.

(C) em I e III indicam discurso indireto; em II, discurso direto interrogativo.

(D) em I indicam discurso direto; em II, discurso indireto interrogativo; em III, discurso indireto.

(E) em II e III indicam discurso indireto livre; em I, discurso direto.

09. (1999 - 09)

Localize as sequências 1, 2, 3 e 4 no contexto em que ocorrem.

- 1. Vai procurar a tua turma! [1]
- 2. Sai fora, tubarão! Cê num sabe quem cê é! [2]
- 3. Me pediram pra falar na revista... [3]
- 4. Cê nunca vai falar na revista, Peterson Ronaldo [3]

Considere as seguintes afirmações:

- I. 1, 2 e 4 são exemplos de discurso direto.
- II. 2 e 3 são exemplos de discurso indireto.
- III. 1, 3 e 4 são exemplos de discurso direto.

É correto o que se afirma APENAS em

**(A) I**

(B) I e II

(C) I e III

(D) II e III

(E) III

12. (2000 - 15) O autor menciona que um colega questionara a autoria da composição. Considerando essa informação, é correto afirmar que o trecho "eu devia ter copiado aquilo de algum almanaque" é um caso de

(A) discurso indireto, que, em discurso direto, equivaleria a "eu devo ter copiado isso de algum almanaque".

(B) discurso direto, que, em discurso indireto, equivaleria a "você deve ter copiado aquilo de algum almanaque".

**(C) discurso indireto, que, em discurso direto, equivaleria a "você deve ter copiado isso de algum almanaque".**

(D) discurso direto, que, em discurso indireto, equivaleria a "eu deveria ter copiado isso de algum almanaque".

(E) discurso indireto livre, que, em discurso direto, equivaleria a "você deve ter copiado aquilo de algum almanaque".

21. (2011 - 44, B)

Atendente: Vou passar seu pedido ao gerente. Assim que ele dispuser de tempo e poder tratar do seu caso, faremos contato com o senhor.

Nessa fala,

**(A) verifica-se uma regra de variação sintática.**

(B) o atendente demonstra familiaridade com seu interlocutor.

(C) a alternância no uso da primeira pessoa do singular e da primeira do plural deve-se a questão de referência.

(D) ocorre paralelismo sintático, pois a segunda forma verbal subjuntiva sofre influência da anterior no que diz respeito à prescrição gramatical.

(E) constata-se adequação às exigências do estilo monitorado que o atendente adquiriu por força de suas tarefas comunicativas.

A quinta e a nona questões se resolvem a partir da percepção dos marcadores típicos de um ou outro discurso. Para Garcia (2010, p. 147), os discursos direto e indireto são “técnicas do diálogo”, as quais têm a função de “transmitir pensamento expresso por personagem real ou imaginária, o narrador pode servir-se do *discurso direto* ou do *indireto*, e, às vezes, de uma contaminação de ambos – o chamado *discurso indireto livre* ou *misto* ou *semi-indireto*”.

Na quinta questão, isso fica bem explícito já que tanto o direto quanto o indireto vêm com seus marcadores revelados: o primeiro aparece com a fala do personagem entre aspas; o segundo aparece com a conjunção integrante precedida do verbo *dicensi*. A nona questão traz a pequena dificuldade de se valer de falas do personagem, mas, como as opções foram descontextualizadas, o estudante teria o trabalho de voltar ao texto para confirmar isso.

A quinta questão menciona o discurso interrogativo e o indireto livre. Não é comum encontrar nas obras de referência a denominação discurso direto ou indireto interrogativo, embora seja possível que o participante perceba que se trata de um período em que o verbo principal traz o significado de uma ação de perguntar, o que faria do trecho (II) um bom candidato a ser entendido dessa forma. No entanto, é comum que o indireto-livre seja entendido como uma mistura do direto (já que carrega a carga entonada da fala do personagem) com o indireto (já que é o narrador que assume essa carga do personagem retratado por ele). Sendo assim, o gabarito ofi-

cial nas duas questões é a letra “A”.

A questão 12, da prova de 2000, remete a um texto maior, sendo ele também utilizado para outra questão. Embora o estudante precisasse retornar ao texto para conferir se o discurso é direto ou indireto, a transposição não necessitaria disso, bastando tão somente transpor o pretérito imperfeito do indicativo para o presente, e mudar o pronome “eu” para “você”.

Para finalizarmos o segundo eixo, trataremos de uma questão de paralelismo, a questão 21, que sugere que verbos podem “concordar” entre si (flexionarem-se semanticamente em harmonia), não em número e pessoa, mas em tempo e modo.

Na coordenação de ideias, o verbo “poder” deveria estar conjugado igualmente ao verbo anterior, pois ele é aditivo – ou seja, deveria estar no futuro do subjuntivo, o que não aconteceu. A percepção disso faz eliminar a opção “D”. As outras opções vão pelo caminho de tentar perceber o efeito que essa falta de paralelismo provoca, embora nenhuma delas acerte e a “C” esteja no limite implícito de um preconceito já aludido em questões anteriores. A opção “A”, portanto, é a mais adequada, muito embora apresente a palavra “regra” para explicitar, quase que contraditoriamente, a ideia de variação.

O **terceiro eixo**, o da sintaxe de regência, é abordado geralmente nas gramáticas de três maneiras, que se interpenetram: (a) o uso da preposição regida por verbos e nomes (daí os nomes regência verbal e nominal, respectivamente); (b) o uso dos pronomes oblíquos átonos *o/a* e *lhe* na função de objeto; e (c) a capacidade, no caso do verbo, de ser transposto para a voz passiva. Tais maneiras se interpenetram de tal forma que o entendimento da preposição pode ser a chave de compreender o uso dos oblíquos referidos e a capacidade de mudança de voz. No entanto, vale considerar que, apesar de ser um conteúdo bem amplo e proveitoso na produção textual, sobretudo no que toca às questões de reescritura, nesse anos todos de exames apenas três questões se utilizaram desse tema e, ainda assim, por meio do primeiro item, o uso da preposição, a princípio nada reflexivo e sim puramente mecânico.

06. (1999 - 05) Considerando, da perspectiva da regência, as sequências:

- I. A música que ele gosta é a que toca no rádio todos os dias e faz o maior sucesso.
- II. Não deixa de ser surpreendente o fato de que o Brasil sobreviva à crise.
- III. Antônio afirmou várias vezes de que seria inútil vender o casarão.

É correto afirmar que

- (A) nenhuma das sequências segue a regência padrão, suprimida pela linguagem oral.
- (B) II segue a regência padrão.**
- (C) II e III seguem a regência padrão.
- (D) I e II estão formadas a partir da regência padrão.
- (E) I, II e III estão construídas a partir da regência padrão.

14. (2001 - 17)

### LÓGICA & LINGUAGEM

Alguém já se lembrou de fazer um estudo sobre a estilística dos provérbios? Este, por exemplo, "Quem cospe para o céu, na cara lhe cai". Tal desarranjo sintático faria a antiga análise lógica perder de súbito a razão.

Mas que movimento, que vida, que economia de músculos: a gente chega a acompanhar com a cabeça a trajetória da frase!

Espero que a análise lógica do meu tempo tenha sido substituída por uma análise psicológica. Ah! aquela preocupação dos velhos lentes, de nos mandarem pôr os Lusíadas na ordem direta... Vai-se ver, eles inconfessavelmente deviam estar tentando corrigir o Velho Bruxo!

Quem cospe para o céu, na cara lhe cai.

Ao referir-se ao provérbio acima, o autor menciona um "desarranjo sintático". Pode-se apontar como "desarranjo sintático":

- (A) o pronome **lhe** não se liga a nenhum outro termo da sentença.
- (B) a elipse do sujeito da 2ª oração não tem nenhum elemento linguístico como antecedente.**
- (C) a sentença começa por **quem**, pronome interrogativo, mas não pergunta nada.
- (D) viola-se a regência do 2º verbo, que exige um complemento direto.
- (E) a oração subordinada não foi introduzida pela conjunção adequada.

15. (2002 - 05) A oração relativa assinalada em *Lembrando o conselho **que me deu certa vez um amigo boêmio*** (linha 08) é pouco sujeita a variação em virtude de o pronome relativo ser objeto direto na subordinada. Já as construções relativas cujo pronome é regido por preposição estão sujeitas à seguinte variação:

- relativa padrão: Lembrando o conselho a que eu me referi anteriormente.
- relativa cortadora: Lembrando o conselho que eu me referi anteriormente.
- relativa copiadora: Lembrando o conselho que eu me referi a ele anteriormente.

Sobre esse processo sintático, é correto afirmar que a relativa cortadora é

- (A) conservadora e estigmatizada em relação à padrão, que é inovadora e prestigiada.
- (B) conservadora e prestigiada, tanto quanto a variante padrão.
- (C) conservadora e prestigiada em oposição à variante copiadora, que é inovadora e estigmatizada.
- (D) inovadora e prestigiada em relação à variante copiadora, que é conservadora e estigmatizada.**
- (E) inovadora e prestigiada em oposição à construção padrão, que é conservadora e neutra.

A sexta questão, assim como as outras dessa fase, faz uma cobrança bem mecânica, muito embora já se tenha mencionado que se trata de regência padrão,

fato muito comum em outros concursos públicos da década. Novamente se utiliza um modelo de questão em que as opções dão um resultado para as afirmações, só que nesse caso, diferente desse mesmo modelo em questões anteriores, a inferência não é tão óbvia, já que o conteúdo – o uso da preposição – precisa ser sabido para que o graduando consiga julgar as afirmações por via da regência. Numa atmosfera costumeiramente chamada “gramatiqureira”, as frases são soltas, sem contextualização, e isso aponta bem para o fato de que a cobrança da gramática ainda estava, em 1999, isolada da proficiência da leitura e da escrita.

De forma bem simplória, podemos dizer que as afirmações (I), (II) e (III) são fruto de uma necessidade da banca de cobrar a regência em três situações diversas. A (I) ressalta a cobrança dentro de uma oração adjetiva; a (II) cobra a regência nominal; a (III) o faz de forma linear numa relação verbo e objeto. A (II) e a (III), por serem lineares – ou seja, sem inversões da ordem padrão dos termos –, provavelmente apresentariam menos dificuldades para o estudante: a (II) está correta já que a preposição “de” introduz o complemento do nome “fato” e a (III) está incorreta já que a preposição “de” introduz um objeto direto na forma de oração (o verbo “afirmar”, nesse caso, é transitivo direto). Isso elimina, portanto, as opções “A”, “C” e “E”.

O período que está em (I) não é linear, dada a presença da oração adjetiva, que obriga o pronome relativo a estar próximo do seu antecedente. Para um estudante com proficiência precária em leitura e, conseqüentemente, em sintaxe, pode ser que não seja percebido o fato de que o pronome “que” é o objeto indireto do verbo gostar, dada a inversão dos termos da oração. Nesse ponto, a banca perdeu uma ótima oportunidade de fazer com que a letra “A” pudesse ser o objetivo maior desse tipo de questão, colocando o estudante na situação de enxergar que a oralidade reconstrói a regência, sobretudo como resultado da espontaneidade e imediatismo do discurso. No entanto, esse não é o foco das questões dessa época – a variedade e o preconceito linguísticos – então não se poderia esperar outra situação que não a resposta “B”: a banca quer apenas que o estudante perceba e reproduza o padrão, que era o novo nome para “certo”, “correto”.

A questão 14, que se baseou em texto de Mario Quintana e foi cobrada apenas dois anos após a anterior, apesar de mista em relação aos assuntos de cada opção apresentada, foi inserida neste eixo devido ao conteúdo da opção “B”, que apresenta uma informação errônea, não obstante mais complexa para o usuário da língua, tendo em vista que associamos em um primeiro momento o pronome *lhe* ao objeto indi-



reto. Nesse caso, em provas de concursos públicos (excetuando-se as voltadas para profissionais de Letras) a interpretação é a de que o pronome liga-se ao substantivo “cara”, assumindo, portanto, a função de “adjunto adnominal”. Porém, essa análise não encontra apoio em todas as gramáticas, pois considerar adjunto adnominal o pronome pessoal átono que indica posse não caracteriza uma equivalência sintática entre “na cara *lhe* cai” e “cai na cara de quem cospe para o céu” (“cai na cara dele”). Conforme afirma A. G. Kury (1972, p. 55 *apud* HENRIQUES, 2018, p. 56), que usa o exemplo “Beijou-*lhe* as mãos”:

em primeiro lugar, essa equivalência de sentido não é perfeita, e nunca se deve analisar um equivalente, mas a forma usada; segundo, o caráter de complemento verbal é mórfica e fonicamente nítido: um pronome pessoal átono, subordinado foneticamente a um verbo, em próclise, ênclise ou mesóclise; terceiro, é possível usar tanto a preposição **a** como a preposição **de**: e há diferença entre “beijar as mãos dela” (adj. adnom.) e “beijar as mãos a ela” (obj. indir.).

Ainda assim, essa análise não dá conta da função sintática desse “*lhe*”, pois, levando-se em consideração tanto a sintaxe quanto a semântica (posse), o pronome não pode ser adjunto adnominal nem objeto indireto e não havendo nos compêndios nenhuma denominação que abranja tal situação – algo como complemento terminativo<sup>15</sup>, por exemplo. Entendemos, portanto, que tenha sido esse o motivo para a questão não cobrar a função sintática do *lhe*.

Na letra “A” o pronome *lhe* aparece mais claramente, em uma cobrança que dá mais atenção aos aspectos coesivos da sentença. Não se pode afirmar que o pronome não se liga a nenhum termo, visto que, semanticamente, está se referindo a todo o trecho “Quem cospe para o céu”. A letra “C” não pode ser o gabarito, pois o pronome “quem” na sentença não é interrogativo; assim como a letra “D” não pode ser considerada desarranjada sintaticamente, visto que não há nessa oração subordinada considerada justaposta a possibilidade de inserir uma conjunção.

O gabarito oficial, letra “B”, apresenta o fato de não haver um elemento linguístico como antecedente para o sujeito implícito do verbo “cair”. O que ocorre é que o sujeito elíptico só pode ser retomado, nesse caso, semanticamente, por meio da “pista” que o verbo “cuspir” dá, portanto infere-se que o sujeito é “cuspe”. O verbo se fez presente não só na opção “D”, que mais claramente o expôs, mas também nas

---

<sup>15</sup> A denominação foi sugerida por Claudio Cezar Henriques em aula no curso de pós-graduação da UERJ, 2020.

opções “E” e “B”, nesta última essencial para as “pistas” semânticas.

Já a questão de 2002, que parece ter sido feita com outra intenção, avisa desde o princípio que existe uma oração relativa, deixando inferir que o pronome relativo – por ser objeto direto na subordinada – estaria deslocado na sua posição padrão com relação ao verbo “dar”, além de já ter sido afirmado que é objeto direto, portanto, não preposicionado. Assim, poder-se-ia deduzir que a questão caminharia por uma outra via, mais reflexiva, necessitando de mais proficiência de leitura e escrita do estudante.

No entanto, as opções se baseiam num maniqueísmo precário entre conservador e inovador, que o próprio vocábulo “padrão” já responderia para um estudante iniciante: o que é padrão é conservador; portanto, o cortador é inovador. Por essa perspectiva, a questão se enfraquece, sugerindo que o estudante apenas médio já pensasse nas letras “D” e “E” como respostas possíveis, sem ter lido toda a frase das alternativas.

Agora surge o ponto positivo da questão: embora a relativa padrão seja entendida como conservadora – dado o fato de que a preposição “a” aparece como regenciada pelo verbo “referir-se” –, era necessário que o estudante entendesse ou o que é estigma – e aqui o tema do preconceito linguístico aparece timidamente, mas aparece – ou o que é neutro – e aqui é importante citar um ensinamento foucaultiano no âmbito da linguagem: nenhuma construção é neutra, só não reconhecemos o seu substrato ideológico. A letra “D”, inegavelmente, é a opção correta.

O **quarto eixo**, o da colocação pronominal, como já mencionado, parece um conteúdo à parte dentro das questões sintáticas, já que as gramáticas tradicionais não relacionam a posição dos pronomes a nenhum outro eixo. No entanto, ela é uma questão sintática no sentido mais etimológico do termo – ou seja, é uma questão de posição de vocábulos dentro de um contexto, mostrando que as palavras se relacionam. Entretanto, o conteúdo continua bem precário, pois a posição do pronome atende a regras que talvez só façam sentido para aqueles que conhecem a história da língua – como entender uma mesóclise se não souber isso, por exemplo? Não houve nenhuma cobrança desse eixo nas provas analisadas no que tange à nossa distribuição, visto que, apesar de na coleção “Português na Prática” haver questões sobre colocação inseridas em *Sintaxe*, estas também estão inseridas em outras obras, como por exemplo em *Geo-História do Português*. Ocorre que, devido às particularidades cobradas nas questões sobre esse assunto, não obstante cobra-

rem *sintaxe*, prevaleceram outras temas, assim este eixo ficou vazio.

Contudo, a sintaxe não para por aí: ela vai açambarcando outras questões discursivas dada a possibilidade de tudo dentro do discurso estar envolvido com a relação entre termos e ideias. Com isso, destacamos aqui as quatro últimas questões das 23 selecionadas: uma sobre vícios de linguagem; uma sobre a expressão “é que”; uma híbrida, de foco disperso, e a última sobre uma inovação linguística.

17. (2011 - 19)

No meio do meu descanso, toca o telefone: "Boa tarde, senhor. Aqui é da Mega Plus Internacional, que, por sua boa relação como cliente, vai estar disponibilizando, totalmente grátis, sem nenhum custo adicional, o Ultra Mega Plus Card, com todas as vantagens do programa especial Mega Plus Services. Vai estar também oferecendo..." Pronto, já me perdi no gerúndio desnecessário dela. Respondo: "Obrigado pela oferta, mas não vou estar querendo, já tenho outro" "Mas, senhor...", insiste a atendente, "que vantagens o seu cartão já oferece?" Respondo: "Não oferece vantagem nenhuma, mas o que rola entre a gente é uma relação sem interesse, é só amor mesmo...sabe aquele não querer mais que bem querer de Camões. A atendente de *telemarketing* se despede, mas não sem antes rir do outro lado da linha.

Disponível em: <[www.sacodefilo.com](http://www.sacodefilo.com)>. Acesso em: 03 ago. 2011 (com adaptações).

Em casos como o do texto acima, o uso do gerúndio constitui mais o que a descrição tradicional chamaria de vício de linguagem do que propriamente uso incorreto do ponto de vista da norma padrão. Dessa forma, esse uso fere mais aspectos estilísticos que estruturais da norma.

Nessa perspectiva, assinale a opção em que o enunciado apresenta o mesmo tipo de inadequação linguística.

**(A) O Mário, ele vive dizendo que não gosta de ir ao cinema.**

(B) Você sabe que tenho ainda todas as tuas anotações do caso.

(C) Eu, naquele momento de susto, se senti confuso e atordoado.

(D) Pediu para que seje visto o caso com maior atenção possível.

(E) A vítima do estupro deu queixas na delegacia de sua cidade.

Em relação a essa questão sobre solecismo, um dos vícios de linguagem citados nas gramáticas tradicionais, o estudante precisava captar a insinuação do enunciado: “esse uso fere mais aspectos estilísticos que estruturais da norma”. Ou seja, a norma foi “ferida”, não por uma questão de “falta de conhecimento”, que bate à porta do preconceito linguístico, mas por necessidade, por um imperativo no estilo do emissor, que provavelmente toma uma decisão de expressar um fenômeno de dada forma e não de outra.

As opções “D” e “E” são erros certamente estruturais já que “ferem” conjugação verbal e ortografia (ortoépia), dois conteúdos regrados e, portanto, limitados a normas – o esperado era “seja” e “estupro”. As opções “B” e “C” exigem que o estudante perceba, em “B”, a uniformidade no uso dos pronomes: “você” e “tua”, não harmô-

nicos para o mesmo emissor e, em “C”, que o pronome “se” não serve para designar o emissor no sentido reflexivo. Dessa forma, a opção “A” é a única que pode representar a ferida “estilística” e não “estrutural”, isso porque ela não se caracteriza nem mesmo como um erro, mas como “anacoluto”: fenômeno em que o período começa por algum termo, que, por motivos contextuais, não continua a evoluir sintaticamente, embora coesivamente ele volte a aparecer retomado.

A questão do “é que”, retirada de texto presente na obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, prova que nenhum termo sintático é fortuito: ele está na frase para produzir algum efeito. É o que nas obras tradicionais se indica como partícula expletiva, de realce.

13. (2000 - 26)

#### CAPÍTULO XIV

##### A INSCRIÇÃO

Tudo o que contei no fim do outro capítulo foi obra de um instante. O que se lhe seguiu foi ainda mais rápido. Dei um pulo, e antes que ela raspasse o muro, li estes dois nomes, abertos ao prego, e assim dispostos:

Bento

Capitolina

Voltei-me para ela; Capitu tinha os olhos no chão. Ergueu-os logo, e ficamos a olhar um para o outro... Confissão de crianças, tu valias bem duas ou três páginas, mas quero ser poupado. Em verdade, não falamos nada; o muro falou por nós. Não nos movemos, as mãos é que se estenderam pouco a pouco, todas quatro, pegando-se, apertando-se, fundindo-se. Não marquei a hora exata daquele gesto. Devia tê-la marcado; sinto a falta de uma nota escrita naquela mesma noite, e que eu poria aqui com os erros de ortografia que trouxesse, mas não traria nenhum, tal era a diferença entre o estudante e o adolescente. Conhecia as regras do escrever, sem suspeitar as do amar; tinha orgias de latim e era virgem de mulheres.

Não soltamos as mãos, nem elas se deixaram cair de cansadas ou de esquecidas. Os olhos fitavam-se e desfitavam-se, e depois de vagarem ao perto, tornavam-se a meter-se uns pelos outros... Padre futuro, estava assim diante dela como de um altar, sendo uma das faces a Epístola e a outra o Evangelho. A boca podia ser o cálix, os lábios a patena. Faltava dizer a missa nova, por um latim que ninguém aprende, e é a língua católica dos homens. Não me tenhas por sacrílego, leitora minha devota; a limpeza da intenção lava o que puder haver menos curial no estilo. Estávamos ali com o céu em nós. As mãos, unindo os nervos, faziam das duas criaturas uma só, mas uma só criatura seráfica. Os olhos continuaram a dizer coisas infinitas, as palavras de boca é que nem tentavam sair, tornavam ao coração caladas como vinham...

Considere a sintaxe do trecho "... as mãos é que se estenderam pouco a pouco" (linha 4). A expressão "é que"

**(A) acentua a função de tópico de "as mãos", o que salienta ainda mais o fato de o restante do corpo não se ter movido.**

(B) não tem função alguma na oração, que teria exatamente o mesmo sentido, no texto, se a expressão fosse eliminada.

(C) garante o mesmo sentido da oração original na alternativa sintática "é que as mãos se estenderam pouco a pouco".

(D) garante o mesmo sentido da oração original na alternativa sintática "pouco a pouco é que

as mãos se estenderam".

(E) teria função sintática e expressiva se o trecho imediatamente anterior fosse afirmativo ao invés de negativo.

Em relação a esse assunto, Henriques (2018, p. 122) explica que “onde ocorre desmembramento dessa expressão, além de ser possível a contaminação de concordância, também se pode observar uma modificação no tempo do verdadeiro verbo da oração”, comprovando, assim, que há partículas expletivas que não são meras estruturas “descartáveis”, podendo a sua retirada prejudicar a estrutura e o sentido. Como exemplo, o autor cita “Embora *sejam* os amigos *que* me expulsam, sinto tristeza” (HENRIQUES, 2018, p. 122).

Nesse sentido, as opções “B”, “C” e “D” já não atendem à expectativa: não ter função alguma ou garantir o mesmo sentido é algo que no processo sintático-discursivo não existe. A opção “A”, portanto, atende à compreensão do trecho, abrindo espaço para que as provas dos próximos exames pudessem finalmente fazer cobranças sintáticas envolvidas com a compreensão de texto, não obstante esta seja uma questão relativamente simples de ser resolvida.

A terceira questão deste item se vale, de acordo com o ENC, de uma carta, escrita por um estudante e enviada a um “especialista em língua portuguesa que assina uma coluna em um órgão da imprensa”.

11. (2000 - 02)

Belo Atrizível, 26 de outubro de 1999.

Ilmo. Senhor,

ASSUNTO: Uso de "a gente" como pronome do caso reto eu e nós.

Muito timidamente, algumas figuras no cenário da gramática normativa tem se expressado desfavorável ao uso do "a gente" como pronome do caso reto.

Os professores concordam que dentro do diálogo entre pessoas é possível exprimir-se sem maiores complicações. No entanto, são visceralmente contra grafar, na redação, estes dois vocábulos. Segundo eles, constitui-se erro mesmo.

Assistindo ao Bom Dia São Paulo, 25/10/99, perdi a conta de tantos "a gente" pronunciados no trabalho da repórter. Salvo engano, ela falou umas vinte vezes. (...)

Como estudante, estou preocupado. Se os expoentes máximos deixaram-se levar por esta onda antigramatical, não estaríamos caminhando para a deteriorização da gramática normativa? Estaríamos vivendo uma nova contrarreforma?

Foi através das primeiras aulas de gramática do vestibulando bem como das aulas de gramática do Telecurso 2000, que a incidência tornou-se aparente (os professores comportam-se como verdadeiros gramáticos. Logo após, desandam a destruir o que propuseram).

(...) Sua manifestação será uma enorme chance para eu conhecer mais sobre a mobilidade do nosso idioma.

Atenciosamente,  
O. F.

Que a língua portuguesa não é imutável está apresentado como um fato na expressão

- (A) estaríamos vivendo uma nova contrarreforma? – hipótese expressa pelo futuro do pretérito.
- (B) a mobilidade do nosso idioma – pressuposição expressa por nominalização.**
- (C) o contexto da matéria está carregado do famoso "a gente" – fato expresso pelo verbo "estar".
- (D) a mobilidade de nosso idioma – pressuposição expressa pelo artigo definido.
- (E) estaríamos vivendo uma nova contrarreforma? – discurso indireto expresso pelo futuro.

Trata-se de uma questão híbrida, que de alguma forma passeia por situações sintáticas que envolvem a classe dos verbos. O ponto forte dessa questão é trabalhar o conceito de que uma ideia pode ser mais bem compreendida se entendida por meio da sintaxe. As opções “A” e “E” não seriam adequadas a expressar um fato, porque o futuro do pretérito, como bem apontaram Cunha & Cintra (2001, p. 462,463), denota “ações posteriores à época de que se fala”, “incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre fatos passados”, “forma polida de presente, em geral denotativa de desejo”, “em certas frases interrogativas e exclamativas, (...) surpresa ou indignação”, “nas afirmações condicionadas, (...) fatos que não se realizaram e que, provavelmente, não se realizarão”. A opção “C” também é inadequada porque o verbo “estar” é diferente do verbo “ser” na apresentação substancial de um evento, denotando uma permanência somente transitória. As opções “B” e “D” tratam da mesma expressão, o que já é uma indicação para o estudante de que a resposta seria uma dessas duas. A diferença está no fato de que o artigo, por ser uma palavra de determinação, pode colaborar com a pressuposição, mas não é ele que pressupõe, mas sim o núcleo da expressão, o substantivo *mobilidade*. Portanto, o gabarito é a letra “B”.

A última questão trouxe uma inovação linguística, pertencente a uma imagem que aparecerá novamente no item 3.2.5, visto que foi necessário analisar aqui o primeiro item, encaixado na coleção “Português na Prática” no tema de Sintaxe, e analisar em Semântica o segundo item, encaixado na mesma coleção nos temas Léxico e Semântica e Estilística e Discurso. Na prova, essa ilustração foi utilizada para formular duas questões.

23. (2017 - QUESTÃO DISCURSIVA 03 - LETRA A - E) A imagem a seguir foi criada para a divulgação de um documentário brasileiro em que a cartunista Laerte Coutinho narra sua trajetória de mudança de gênero e os conflitos enfrentados por ela em sua autoaceitação como mulher, após 60 anos vivendo como homem. São temáticas fortemente abordadas no documentário: preconceito contra transgêneros, sexualidade, liberdades individuais e transfobia.



Fonte: Disponível em: <https://www.netflix.com/search?q=laerte-se>. Acesso em: 30 jun. 2017 (adaptado).

A partícula "se" contida na expressão "Laerte-se" é um pronome reflexivo, que também pode ser observado em formas como "sente-se", "divirta-se" e "sirva-se".

Com base nas informações apresentadas, faça o que se pede no item a seguir:

- a) Explique, à luz do conceito de inovação linguística, a diferença entre a construção da expressão-título do documentário e de formas como "sente-se", "divirta-se" e "sirva-se".

A expressão “Laerte-se” inova, na medida em que apresenta um pronome reflexivo ligado a um substantivo, e não a um verbo. O graduando deveria identificar essa formação estrutural, comparando-a com as formas “sente-se”, “divirta-se” e “sirva-se”, ou seja, precisaria reconhecer que a charge havia criado o verbo neológico “laertar”.

O gabarito oficial apresentou a seguinte resposta:

O estudante deve responder que, no caso da expressão "Laerte-se", o pronome reflexivo "se" está conectado a um substantivo (o nome próprio da cartunista), enquanto nas expressões "Sente-se", "Divirta-se" e "Sirva-se" esse pronome conecta-se a verbos. Casos como esse constituem inovação linguística porque extrapolam um uso convencional da língua em favorecimento de um projeto argumentativo, por exemplo, ou estilístico. A inovação linguística está na junção do pronome a um substantivo, que leva a uma expressão imperativa.

Cabe aqui acrescentar comentários em relação ao gabarito oficial: primeiramente, o substantivo próprio assumiu a função de verbo, supostamente “laertar”, de primeira conjugação e com a desinência modo-temporal –e. Esse neologismo deveria, pois, ser escrito com inicial minúscula, e não com maiúscula como consta, equivocadamente, no gabarito (na charge, a palavra está escrita em caixa-alta).

Além disso, poderíamos argumentar que o padrão de respostas é, pelo menos, ambíguo quando diz que “casos como esse constituem inovação linguística”, justificando essa inovação pela “junção do pronome a um substantivo”. A rigor, porém, a

inovação linguística não ocorre pela presença do pronome, pois é um uso comum na língua a junção de um pronome reflexivo a um verbo, mesmo quando, costumeiramente, o verbo não é acompanhado do reflexivo. É o que ocorre com verbos transitivos diretos que só empregam o pronome reflexivo em razão de um “projeto argumentativo ou estilístico” (como escreve a banca). Por isso, diz-se “eu me comi no esquecimento”, “eu me dormi em seu peito”, “eu me pipoquei de rir”, “eu me martelava mentalmente”<sup>16</sup>. A inovação, portanto, está na passagem do substantivo “Laerte” ao verbo “laertar”, processo chamado de conversão ou derivação imprópria nos compêndios escolares. Ou seja, a inovação não é linguística, mas lexical, embora seja muito comum substantivos próprios virarem verbos: “Eles **lularam** na reta final”, “Os pefelistas já **brizolaram**”, “Não pense Vossa Excelência que eu **malufei**”, “A manobra de **collorir** de verde e amarelo o documento”. Logo, pode-se afirmar que o gabarito incorre em erro ao dizer que “o pronome reflexivo ‘se’ está conectado a um substantivo”, quando o correto seria dizer que está conectado a um verbo.

Feita essa ressalva, concordamos com o gabarito oficial quanto à classificação morfológica do SE (pronome reflexivo), tanto o que acompanha a forma “laertar” quanto o que acompanha os verbos citados (“sentar”, “divertir” e “servir”), não obstante ser de nosso conhecimento que há análises linguísticas que preferem considerar o SE de “sentar-se” como parte integrante do verbo, conforme se vê em diversas questões de língua portuguesa aplicadas em concursos públicos para obtenção de emprego. Foi o que ocorreu na que transcrevemos a seguir, do Instituto Brasileiro de Apoio e Desenvolvimento Executivo, aplicada em um concurso para o Instituto Federal de Rondônia, para cargos de nível superior: pedagogo, bibliotecário etc.:

“Viu a Rita Baiana, que fora trocar o vestido por uma saia, surgir de ombros e braços nus, para dançar. A Lua destoldara-se nesse momento, envolvendo-a na sua cama de prata, a cujo refulgir os meneios da mestiça melhor se acentuavam, cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher.

Ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboleando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal, num requebrado luxurioso que a punha ofegante; já correndo de barriga empinada; já recuando de braços estendidos, a tremer toda, como se se fosse afundando num prazer grosso que nem azeite, em que se não toma pé e nunca se encontra fundo. Depois, como se voltasse à vida, soltava um gemido prolongado, estalando os dedos no ar e vergando as pernas, descendo, subindo, sem nunca parar com os quadris, e em seguida sapateava, miúdo e cerrado, freneticamente, erguendo e abaixando os braços, que dobrava, ora um, ora outro, sobre a nuca, enquanto a carne lhe fervia toda, fibra por fibra, tirilando.”

O cortiço, Aluísio de Azevedo.

<sup>16</sup> Esses quatro exemplos e os próximos quatro foram encontrados em páginas da internet.



Em “como se se fosse afundando, num prazer grosso que nem azeite”, é correto afirmar que:

A) o termo “que” é um pronome relativo e funciona como sujeito.  
 B) em “como SE SE fosse afundando”, têm-se, respectivamente, uma conjunção subordinativa de natureza condicional e uma partícula integrante do verbo.  
 C) a expressão “que nem” é uma locução conjuntiva coordenativa aditiva.  
 D) em “como se se fosse afundando”, o primeiro “se” é partícula apassivadora, enquanto o segundo “se” é um pronome clítico.  
 E) o termo “num” é uma combinação, entre a preposição “em” e o artigo definido “um”, que apresenta caráter informal na língua portuguesa.

O gabarito dessa questão é a letra “B”, ou seja, a banca considerou o segundo SE (de “afundar-se”) uma partícula integrante do verbo. Não é esse o nosso entendimento. Esse SE é reflexivo, pois não é exigido pelo verbo, o que se comprova em construções como “Aquele rapaz não sabe dirigir o próprio carro. Acabou afundando-o no rio”, em que o pronome O é um objeto direto, assim como o pronome SE de “como se se fosse afundando” também é um objeto direto, com a diferença morfossemântica de ser reflexivo.

Retomando a questão do ENADE, que cita o verbo “sentar-se”, é preciso registrar análises que consideram o SE de “sentar-se” como expletivo. Bechara (2010, p. 197) faz observações a esse respeito logo após o parágrafo em que afirma que “alguns gramáticos chamam ao pronome oblíquo, nestas últimas circunstâncias, *pronome de realce*” – ele se refere ao caso em que “o pronome oblíquo empresta maior expressividade à mensagem” e “não se expressa a ação reflexa”, citando “ir-se”, “partir-se” e “servir-se”.

O mencionado parágrafo, que transcreveremos a seguir, embora não explicitamente, parece indicar que o autor considera o SE de “sentar-se” um pronome de realce, visto que fala em “aspectos estilísticos”:

Muitos verbos normalmente não pronominais se acompanham de pronome átono para **exprimirem aspectos estilísticos**, como a mudança lenta de estado ou processo lento: *agonizar-se, delirar-se, desmaiar-se, enfiar-se, envelhecer-se, estalar-se, esvoaçar-se, palpitar-se, peregrinar-se, repousar-se, **sentar-se**, tresnoitar-se.* (grifos nossos)

Entretanto, como o objetivo da questão não foi desenvolver uma análise comparativa entre pronome reflexivo, partícula integrante do verbo e partícula de realce, mas sim identificar a estrutura chamada pela banca de inovadora, atemo-nos em reafirmar a nossa concordância com o gabarito oficial, pois entendemos que há pronome reflexivo (complemento do verbo) toda vez que há identidade ocasional, e não

obrigatória, entre as pessoas do sujeito e do complemento. Assim, em “sente-se”, há reflexo, pois é possível empregar-se um pronome de outra pessoa como seu complemento. É o que temos em “Eles me sentaram no banquinho do réu”. Casos como esse não caracterizam os chamados verbos pronominais<sup>17</sup>, aqui entendidos como verbos que se acompanham obrigatoriamente de pronomes oblíquos que espelham a pessoa do sujeito: queixar-se / suicidar-se / lembrar-se.

Sendo assim, após a análise das 23 questões selecionadas, conclui-se que o tema da sintaxe vem evoluindo paulatinamente prova após prova. Observou-se uma cobrança mais superficial no primeiros anos, relacionada, portanto, ao ENC, como as questões de 1998 – não obstante ser esse o modelo ainda praticado em provas de português de concursos públicos, onde prevalece a já mencionada “decoreba” nomenclatural das funções sintáticas, por exemplo. Esse tipo de questão é facilmente resolvido por estudantes de cursinhos preparatórios, em que a memorização é a estrela da sala de aula.

Os anos passaram e começaram a surgir, ainda que timidamente, questões de sintaxe que exigiam um conhecimento mais profundo sobre o assunto, inclusive no que tange ao papel discursivo das estruturas, obviamente modelos voltados para os graduandos concluintes. Nesse escopo, ficamos com a lição de Bechara (2013, p. 13) sobre o papel da sintaxe em sala de aula:

Todos os bons mestres das ciências da linguagem e da pedagogia sempre insistiram em que a análise sintática é um meio e não um fim, mediante a qual os alunos devem compreender como as palavras se relacionam entre si na construção das frases, e as frases na construção do discurso.

#### 3.2.4 Geo-História

À linguística histórica cabe a missão de estudar principalmente o desenvolvimento de uma língua, suas origens, as influências que sofreu. Nesse tipo de estudo,

---

<sup>17</sup> Ou o verbo não existe sem o pronome (de mesma pessoa do sujeito), assim como o clássico exemplo “suicidar-se”, ou o verbo, com o pronome, muda sua predicação, como no par “Nós nos utilizamos da sedução” (VTI) e “Nós utilizamos a sedução” (VTD), ou o verbo, com o pronome, muda sua significação, como em “Agora me acho sentado diante do computador” (= estar) e “Agora não acho nenhum filme para ver” (encontrar). (cf. HENRIQUES, 2018, p. 54,55).

na tentativa de se encontrar a “mãe” de todas as línguas, surgiram algumas teorias, e uma das mais debatidas no meio acadêmico é a das “protolínguas”, que aponta o “indo-europeu” como origem comum para muitas línguas e dialetos falados hoje na Europa e na Ásia.

Na base das pesquisas sobre a história das línguas e sobre o indo-europeu, estão documentos que sugerem a existência de uma origem comum para diversas línguas dentre as faladas hoje no mundo, as quais somam mais de seis mil línguas catalogadas pelo Ethnologue<sup>18</sup>.

No caminho para se encontrar uma explicação para tantas línguas, até mesmo a bíblia tem a sua justificativa por meio do famoso mito da Torre de Babel, o qual, descrito no livro *Gênesis*, explica que no princípio a humanidade, formada após o dilúvio por meio dos descendentes de Noé, falava uma única língua, mas que, quando decide construir uma torre para alcançar o céu, suas vozes são misturadas por Deus para que não houvesse mais compreensão e assim o projeto da torre não fosse concluído. É interessante compreender que possivelmente a diversidade das línguas caracterizou-se como uma forma de se evitar a centralização do poder e que “Babel”, no hebraico, significa *confusão*.

Eia, desçamos e confundamos ali a sua língua, para que não entenda um a língua do outro.

Assim, o Senhor os espalhou dali sobre a face de toda a terra; e cessaram de edificar a cidade.

Por isso, se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o Senhor a língua de toda a terra e dali os espalhou o Senhor sobre a face de toda a terra. (GN, 11:7-9)

Pelo exposto, é demasiado complexo determinar um ponto inicial para as línguas do mundo, porquanto

a monogênese linguística é, todavia, bíblica, e a ciência moderna ainda não renunciou à pretensão de descobrir se houve uma língua primitiva, da qual teriam derivado as línguas atuais. O fato é que, pela falta de documentos que permitam uma base sólida à indução pré-histórica, as doutrinas do poligenismo e do monogenismo, racial e linguístico, atravessam os tempos, deixando sempre respostas hipotéticas e divergentes (SPINA, 2008, p. 22)

---

<sup>18</sup> “Ethnologue: languages of the world” é o maior catálogo linguístico do mundo. Fundado por Richard S. Pittman, o inventário cataloga, desde 1951, as línguas faladas e teve início com o intuito de fornecer material traduzido da bíblia a línguas minoritárias.

No entanto, é possível estabelecer a origem das línguas “modernas”, como a língua portuguesa, cuja história perpassa a expansão do Império Romano (27 a.C – 476 d.C) e a formação da monarquia portuguesa. O latim era dividido em duas formas, o clássico, falado pelas classes dominantes (poetas, filósofos etc.), e o vulgar<sup>19</sup>, falado pelas pessoas comuns, a plebe. Dela se originou a língua portuguesa. Nesse ínterim entre o latim vulgar e a língua portuguesa, várias etapas foram percorridas, devido à junção do latim – por imposição do domínio do Império Romano na Península Ibérica – às línguas já existentes.

O latim vulgar, imposto aos povos subjugados, também era falado pelo exército romano, que se espalhou durante séculos ao longo do domínio do Império Romano. Com o enfraquecimento do Império, numerosos reinos foram se formando, e o latim vulgar foi se transformando devido ao tempo e ao espaço, às políticas de dominação e à presença dos substratos e dos superestratos.

O substrato e o superestrato se definem por serem respectivamente, na composição de novos dialetos e novas línguas, os vestígios linguísticos dos povos conquistados e a língua dos invasores. Em nível de importância, o substrato, historicamente, trouxe mais contribuições linguísticas para a formação dos dialetos derivados do latim. Além desses dois níveis, há o adstrato, conforme afirma Henriques (2019, p. 42):

Quando duas línguas convivem no mesmo território ou em territórios vizinhos, “mas se influenciam reciprocamente” (cf. Vidos: 1996, p. 177), temos o **adstrato**. É o caso das regiões fronteiriças do Brasil com outros países sul-americanos, em que convivem o português e o espanhol. Ou de casos como o da Bélgica, onde o francês e o holandês têm o mesmo *status*, ou de Hong-Kong, onde o cantonês, o inglês e o mandarim têm *status* similar. Há aí exemplos de adstratos mútuos. (grifo do autor)

Após séculos de dominação muçulmana, a reconquista dos territórios pelos povos cristãos iniciou a fundação de pequenos reinos, com destaque para as regiões da Galícia e do Condado Portucalense, as quais tinham entre si um pacto político. Porém, por desentendimentos familiares, Dom Afonso Henriques destrona a pró-

<sup>19</sup> “O latim vulgar não existe como língua; existem somente textos latinos nos quais aparecem vulgarismos, ou seja, em que aparece o latim falado. Não existe um só texto que nos represente o autêntico latim vulgar, inclusive nos testemunhos dos gramáticos latinos, como no famoso *Appendix Probi*, que remonta ao século III de nossa era e no qual se apresentam 227 expressões condenadas pelo uso latino correto, não propriamente textos, mas apenas formas vulgares desaprovadas.” (BENEDEK VIDOS, 1996, p. 164,165 *apud* HENRIQUES, 2019, p. 37)

pria mãe, Dona Teresa, e o Condado Portucalense se torna reino independente da Galícia.

Ou seja, na evolução da língua portuguesa, destacam-se fatos históricos e geográficos – como a invasão de germânicos e árabes à Península Ibérica, a expulsão dos árabes pelos cristãos etc. – que levaram à formação do *galego-português*, o qual, por questões geográficas, começou a se subdividir, no século XVI, e a formar separadamente o galego e o português. Por fim, a língua portuguesa se firmou como língua oficial lusitana, e o galego se restringiu à Galícia. Sobre a evolução do latim em várias línguas neolatinas (portuguesa, galega, italiana, francesa, espanhola, romena, rética, dalmática e sarda), Spina (2008, p. 27) esclarece que

vários fatores concorreram para essa ebulição linguística, para a dialeção românica, para o aparecimento das línguas neolatinas: o tempo, a política de dominação dos romanos, a vastíssima extensão geográfica do Império e sua fragmentação política e, principalmente, a ação do substrato e do superestrato.

Como língua falada, o latim vulgar evidentemente se transformou com o tempo; entre uma conquista e outra muitas vezes decorriam séculos, e a língua imposta nas diversas regiões se apresentava, com certeza, distinta. Assim, o latim levado para a Península Ibérica, por exemplo, em 197 a.C. mais ou menos, deve ter sido mais arcaico que o levado para a Dácia em 107 d.C.

Esses fatos históricos sobre a formação do reino de Portugal, oficialmente reconhecido no ano de 1143, tiveram influência decisiva na formação do português europeu, o qual também pode ser dividido em múltiplos momentos de sua evolução.

Adotando-se critérios objetivos, pode-se dizer que a língua portuguesa dá partida a sua história nos princípios do século XIII, período a que os filólogos denominam português arcaico. Como sabemos, qualquer sugestão de divisão da história é arbitrária e, a rigor, apenas ilusória, pois o tempo é um fluxo e nunca haverá exatidão nas chamadas “marcas” cronológicas” que o dividem em faixas ou fases. (SPINA, 2008, p. 46.).

Quanto à expansão do Português Europeu (PE) para além do velho continente, as Grandes Navegações têm extrema relevância, inclusive no que tange ao português falado em países africanos, por exemplo Angola e Moçambique. Esse período da história mundial teve início na transição da Idade Média para a Idade Moderna, cujas causas remontam, principalmente, ao início das relações capitalistas – a exemplo do mercantilismo –, que motivaram novas conquistas por parte do homem

européu. Pioneiros nessa expansão, Espanha e Portugal buscaram no mar o acúmulo de riquezas.

De início, com o olhar voltado para as Índias, as duas nações investiram na construção de embarcações para adquirir produtos (as especiarias) de alto valor comercial, e, como é sabido de todos que frequentaram os bancos escolares nas aulas de história dos ensinos fundamental e médio, a mudança de rota das navegações – devido a questões políticas, já que a Itália dominava a rota de mais fácil acesso ao mediterrâneo – fez o navegador Cristóvão Colombo, que pensava ter chegado à Índia, descobrir o continente americano, em 1492.

Oito anos depois, em 1500, devido aos mesmos interesses por especiaria e ouro, a coroa portuguesa enviou ao continente recém-descoberto uma frota comandada por Pedro Álvares Cabral. Sobre esse ponto, há uma discussão acadêmica em relação à novidade, pois muitos historiadores afirmam que diversos navegantes já sabiam desta terra nova, batizada posteriormente de *Terra de Vera Cruz*, antes do nome atual, *Brasil*. Devido a essas descobertas, Espanha e Portugal dividiram a América entre si, num acordo conhecido como *Tratado de Tordesilhas*, o que gerou a colonização e exploração de diversos povos. Como Portugal adquiriu o Brasil e o ocupou oficialmente a partir de 1530, impôs aqui sua cultura, sua língua e sua dominação.

A partir de então, portugueses de diversas regiões lusitanas vieram para a nova terra, trazendo consigo seus falares típicos, “colidindo” aqui com as línguas indígenas<sup>20</sup>; por volta de 1790, a língua portuguesa se sobressaía ao tupi antigo, conforme afirma Castilho (2016, p. 174).

Devido a outros fatores históricos e geográficos, como a influência das línguas africanas, a migração de europeus e o tipo de ocupação do território brasileiro, o PB foi se moldando e adquirindo “status” diferente do PE.

O português atual mostra muitas diferenças entre o PB e o PE, que são explicitadas por Castilho (2016, p. 192,193) em um quadro que se subdivide em “fonética e fonologia”, “morfologia e sintaxe”. Dentre essas descrições, há diferenças no que tange à classe gramatical fundamento deste trabalho, como o uso de preposição com verbos de movimento (*em* no PB, *a* no PE); o uso do verbo *ter* no lugar de *haver*, somente no PB, em construções que indicam existência; a anteposição do sujei-

---

<sup>20</sup> “À chegada dos portugueses, entre 1 e 6 milhões de indígenas povoavam o território, falando cerca de 300 línguas diferentes, de que sobreviveram hoje cerca de 160”. (CASTILHO, 2016, p. 177)

to ao verbo e a posposição do objeto direto ao verbo, no PB, quando topicalizado no início da frase, o objeto direto não vem retomado por um clítico, o que não acontece da mesma maneira no PE, em que se encontram mais comumente estruturas com o sujeito posposto ao verbo, e o objeto direto, quando topicalizado no início da frase, vir retomado por um clítico etc.

No que se refere à formalização da língua portuguesa e à sua defesa perante o latim, é importante comentar brevemente sobre as primeiras gramáticas e os primeiros dicionários. De acordo com Spina (2008, p. 287), foi de autoria de Fernão de Oliveira, datada de 1536, a primeira gramática da língua portuguesa, denominada *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, a qual relatava aspectos da história da linguagem, sintaxe e aspectos sonoros, e de autoria de Jerônimo Cardoso o primeiro dicionário, denominado *Dictionariam Latino-Lusitanicum et vice-versa*, datado de 1570.

Das questões cobradas no ENC / ENADE sobre o assunto em tela, a geohistória do português, sete estão relacionadas a verbos, a seguir exploradas. Dentre as questões, três tratam dos clíticos pronominais (questões 01, 02 e 06), cuja evolução histórica na língua trouxe sensíveis mudanças na estrutura da oração.

Os clíticos pronominais, mais conhecidos nas gramáticas tradicionais por *pronomes oblíquos átonos*, correspondem às formas dos pronomes pessoais do caso reto quando em posição de complemento verbal. De acordo com Azeredo (2018, p. 284):

o funcionamento dos pronomes oblíquos átonos está sujeito a um conjunto complexo de fatores. O único traço que todos têm em comum é o posicionamento obrigatório junto a uma forma verbal. As formas *o/a/os/as* ocorrem obrigatoriamente junto a verbos transitivos diretos, a que servem de complemento. As formas *me/te/nos/vos*, por sua vez, podem desempenhar função acusativa (complemento de verbo transitivo direto) ou função dativa (na expressão dos papéis semânticos de destinatário – *Ela **me** devolverá o livro* -, e de experienciador ou ser afetado – *Ocorreu-**nos** uma dúvida / Nasceu-**lhe** então a segunda filha*).

As formas *lhe/lhes* têm função dativa na escrita formal, referindo-se tanto à pessoa de quem se fala quanto à pessoa do interlocutor; no uso coloquial em geral e na escrita informal, porém, são empregadas, via de regra, para indicar a pessoa do interlocutor – *você/vocês* – e podem, além da função dativa (correspondendo a *a você/a vocês*), assumir ainda a função acusativa (*Não **lhe** conheço / Quero **lhes** convidar para uma festa*, como alternativa às construções *Não conheço **você** / Quero convidar **vocês** para uma festa*). (grifos do autor)

Essas formas são mais conhecidas em sala de aula e nas provas de português de concursos públicos por sua colocação na frase em relação ao verbo, e as formas *lhe* e *lhes* usadas como objetos diretos, conforme exemplos citados por Azeredo, não são aceitas pela norma padrão, sendo portanto estruturas não aceitas também em provas de concursos públicos.

Sobre o posicionamento dos clíticos em relação aos verbos, há três possibilidades: a ênclise, a próclise e a mesóclise (tmese), as quais são determinadas por fatores de três ordens: sintática, prosódica e sociocomunicativa” (AZEREDO, 2018, p. 285). “Ao longo da história do português, observou-se certa mobilidade de colocação dos clíticos predominando inicialmente a ênclise, até o século XIV, começando então o domínio da próclise, até o século XVI” (CASTILHO, 2016, p. 483). Sabe-se que, atualmente, por motivos prosódicos, no PB coloca-se o pronome, comumente, antes do verbo, vigorando a próclise na fala, mesmo em situações de não próclise previstas pela gramática normativa, como a regra mais tradicional de não se iniciarem períodos com pronomes oblíquos. Na fala do PB, portanto, não é comum dizer-se *Empresta-me um livro*, e sim *Me empresta um livro*. Na escrita monitorada, prevalece porém a ênclise.

Outra colocação dos clíticos em relação ao verbo causa desconforto ao usuário comum da língua: a posição mesoclítica, prevista pela tradição somente quando o verbo está conjugado no futuro do presente ou no futuro de pretérito, sem qualquer palavra “atrativa” de próclise. A forma mesoclítica é considerada deveras culta, tão culta que, dependendo do contexto, pode ser considerada pedante. Graciliano Ramos, em *Infância*<sup>21</sup>, comprova o estranhamento em relação a essa construção:

*(...) meti-me na soletração, guiado por Mocinha. (...) Gaguejei sílabas um mês. No fim da carta, elas se reuniam, formavam sentenças graves, atravessadas, que me atordoavam. (...) Eu não lia direito, mas, arfando penosamente, conseguia mastigar conceitos sisudos: “A preguiça é a chave da pobreza – Quem não ouve conselhos raras vezes acerta- Fala pouco e **ter-te-ão** por alguém.”*

*Esse **Terteão**, para mim, era um homem, e não pude saber que fazia ele na carta. (...)*

*-Mocinha, quem é **Terteão**?*

*Mocinha estranhou a pergunta. Não havia pensado que **Terteão** era homem. Talvez fosse. (...)*

*-Mocinha, que quer dizer isso?*

*Ela me confessou honestamente que não conhecia **Terteão**. E eu fiquei triste, remoendo a promessa de meu pai, aguardando novas decepções. (grifos nossos)*

<sup>21</sup> RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1995.



O excerto comprova que a mesóclise não é reconhecida pelo personagem. Sua estrutura pouco conhecida dificulta o reconhecimento dos morfemas e, portanto, das classes gramaticais que a compõem. No trecho, o interlocutor identificou a estrutura “verbo + pronome” como substantivo terminado em *ÃO*, por conta de seu desconhecimento do aspecto formal, associando a palavra a antropônimos como Tonhão, João, Gastão...

(...) De fato, mesmo não sendo totalmente “átonos” (como no Brasil), esses pronomes têm a tendência de inclinar-se pra algum lado do enunciado, em busca de apoio sonoro. É verdade que a melodia das construções vai distribuindo focos de força que fazem que essas palavrinhas sem peso de tonicidade se encaixem mais eufonicamente em certas posições do enunciado, mas não se trata de regras que possam ser formalizadas em termos simplesmente gramaticais, e, especialmente, não é possível instituir que determinadas palavras, desvinculadas de um contexto sonoro, sejam tidas como possuidoras de força de ímã. (NEVES, 2018, p. 509,510)

Além dos clíticos que se apresentam com verbos em posição de complemento, há aqueles que formam com os verbos categorias únicas, porquanto fazem parte da estrutura verbal, integrando a sua natureza. Esses verbos, conhecidos como *pronominais*, são acompanhados por pronomes oblíquos da mesma pessoa do pronome reto, o que pode causar confusão em relação aos verbos acompanhados de pronomes reflexivos, não obstante os pronomes com papel reflexivo desempenharem função sintática dentro da oração, e os integrantes aos verbos, não.

Já tratamos desse assunto no item anterior, mas não custa retomá-lo, brevemente. Existem verbos, a saber, que são essencialmente pronominais, como o caso de *queixar-se*, e outros que são pronominais a depender do contexto. Mesmo com essas diferenciações em relação aos outros clíticos, é importante frisar que tanto os que funcionam como parte integrante do verbo quanto os que exercem papel reflexivo se submetem às normas de colocação da língua portuguesa.

A primeira questão trata de uma estrutura presente em um texto do século XVIII, escrito em PE, a qual não é mais tão comum em textos da atualidade.

01. (1999 - 02)

#### EL REY

Prostrado aospêz de V.Magd., Pedro Bueno Cacunda, manifesto que aggregando ássua companhia os primeyros povoadores da cidade de Sam Paulo, indios naturaes do

destricto damesma Cidade, cômessárão as conquistas daquellas terras, esertoens; e dos proprios Indios aggregados senoticiarão de duas nasçoens gentilicas, huma chamada Coroados, que senhorea o Ryo de Itapeba, esuas vertentes; eoutra chamada Puriz, que senhorea o Ryo de Mayguassu, e tambem suas vertentes; destas duas nasçoens seaggregarão depois tambem alguns Indios, os quaes seachavão possuidores demuitas folhetas de ouro, que lhes servirão dechumbadas das linhas com que pescavão; ejuntamente de enfeites com que seornavão suas molheres: einquirindo, os dittos povoadores, estes mesmos Indios, de onde colhiam aquellas folhetas, dezião, que havia naquelle sertão, Ribeyros que com ainundação das agoas sedesbarrancavão as suas beyradas, enellas, diminuidas asmesmas agoas, áflor da terra as colhião, não fazendo cazo da abundancia de Ouro empô, por lhenão ter aquelle ministerio que lhestinhão asfolhetas.

Carta de Pedro Bueno Cacunda ao Rei, Arraial de Sancta Anna, em 08 de setembro de 1734.  
Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Com relação ao trecho "por lhenão ter aquelle ministerio que lhestinhão asfolhetas" (texto I):

- I. Existe uma ocorrência de interpolação sintática da negação na construção clítico pronominal + verbo.
- II. As construções com essa interpolação sintática não são empregadas no português brasileiro contemporâneo.
- III. Essa interpolação sintática é empregada apenas como recurso estilístico no português brasileiro contemporâneo.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.**

Em uma das regras de atração de próclise na língua portuguesa, está a palavra negativa (*não, nunca, jamais*) que, presente na oração, “atrai” o clítico para antes do verbo, mas, no texto apresentado, o pronome átono se posicionou antes do advérbio *não*, formando uma estrutura atípica no português contemporâneo: *lhenão*. Essa estrutura, conhecida como *interpolação*, tem origem histórica, conforme afirma Namiuti-Temponi (2011): “no período que abrange o final do século XV, os séculos XVI, XVII e o início do XVIII, é a próclise que predomina nos textos escritos, com a possibilidade de interpolação da negação nos mesmos contextos sintáticos da variação verbo-clítico ~ clítico-verbo”.

Portanto, esse comentário ratifica serem verdadeiras as afirmações do item (I) e do item (III), visto que, justamente por não ser uma estrutura comum, apenas é usada como recurso estilístico, e corrobora a incorreção do item (II), porquanto não se pode afirmar categoricamente que esse tipo de construção, geralmente realizada com a presença da palavra negativa, não é mais utilizada no português atual, mas que apenas é incomum. Logo, o gabarito é a letra “E”.

Dando continuidade ao tema dos clíticos, a segunda questão solicita o conhecimento de qual fenômeno dentre as opções apresentadas marca uma diferença entre o português falado no Brasil e o falado em Portugal, com base no texto apresentado.

02. (2000 - 10)

### SELVA SELVAGGIA

De repente um terror me sacode. Penetrei distraído e sinto que estou perdido na terrível floresta da linguagem do Roberto Campos. Ignorando a estrada sintática, ele me trouxe a zonas praticamente intransponíveis. Sem querer me entregar ao medo, vou tropeçando em anglicismos, latinismos, barbarismos e idiotismos de linguagem, quando ouço o silvar de vocábulos paragógicos. Caio no areal dos solecismos e sou mordido por vários anacolutos. A custo, afastando duas redundâncias e esmagando um horrendo pleonasma, escorregando em sinistras hipérboles, agarro-me a um verbo auxiliar e a um complemento essencial. Porém, hibridismos me barram o caminho. Ensurdecido por rotacismos e lambdacismos, arranhado por orações anfibológicas, recuo para cair no terrível cipoal da regência robertiana, de onde poucos escapam com vida. Galhos de corruptelas me cortam o rosto, enquanto sufoco com o cheiro dos defectivos. Ponho o pé num nome próprio que acho seguro, mas logo seis substantivos deverbais saltam sobre mim. Não tendo fuga, me protejo com uma próclise, evitando duas espantosas mesóclises e aproveito um advérbio de negação para atrair três pronomes relativos colocados em posições ameaçadoras. Estou esgotado: felizmente coisa rara nesse tremedal! – surge a clareira de um parágrafo.

Voltar não é mais possível. Avanço pois, abrindo parêntesis, onde enfio arcaísmos, anacronismos, expressões chulas e ambivalentes. Uma silepse espera-me mais à frente. Desvio-me com uma vírgula, engano uma prosopopeia, sou envolvido por diversos parequemas a que logo se juntam odiosas ressonâncias verbais. Descanso sobre as reticências quando ouço o tantã das interjeições pejorativas emitidas por sujeitos ocultos por elipse. Apócopes! Escapo pela picada do eufemismo e paro para respirar no fim de um período simples. Avanço pela pedreira dos metaplasmos, luto com apofonias, salto o pantanal dos cacófatos, esbarro em cacografias, empurro cacologias, me arrasto pela cacoépia. Estou sufocado de exaustão diante de uma centena de substantivos promíscuos, já desespero, quando percebo o ponto final.

Estou salvo – Roberto Campos acaba sempre num lugar comum.

(Millôr Fernandes)

Um dos fatos gramaticais explorados por Millôr aparece com muita frequência em seu texto e costuma ser apontado como uma das marcantes diferenças que hoje distinguem o português brasileiro daquele falado em Portugal. Tal fenômeno diz respeito à

- (A) flexão verbal.
- (B) concordância nominal.
- (C) regência verbal.
- (D) colocação pronominal.**
- (E) linguagem figurada.

Consoante as informações já apresentadas neste título sobre os clíticos, é correto afirmar que a colocação desses pronomes tem marcante diferença entre o PB e o PE, confirmando a letra “D” como resposta. Além disso, Millôr apresenta o tema da colocação no trecho “Não tendo fuga, me protejo com uma próclise, evitan-

do duas espantosas mesóclises e aproveito um advérbio de negação para atrair três pronomes relativos colocados em posições ameaçadoras” e faz uso desse fenômeno, como nos trechos “agarro-me a um verbo auxiliar” e “Uma silepse espera-me mais à frente”.

A sexta questão, e última sobre os clíticos, apresenta duas afirmativas, sendo a segunda justificativa da primeira, devido à conjunção *porque* que as conecta.

06. (2014 - 10, B+L) Considerando a linguagem utilizada no texto "Restos", avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

A utilização do pronome oblíquo átono antes do verbo (próclise) no trecho "Me deu até tontura" é característica do português brasileiro, mas não abonada, para a língua escrita, pela gramática normativa.

PORQUE

As regras normatizadas de colocação pronominal não correspondem às tendências fonológicas do português brasileiro.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.  
 (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.  
 (C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.  
 (D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.  
 (E) As asserções I e II são proposições falsas.

A primeira afirmativa, “A utilização do pronome oblíquo átono antes do verbo (próclise) no trecho ‘Me deu até tontura’ é característica do português brasileiro, mas não abonada, para a língua escrita, pela gramática normativa”, confirma, mais uma vez, as informações apresentadas sobre as diferenças entre PB e PE no que tange à colocação dos clíticos. Mas, apesar de, no PB haver a tendência proclítica, as gramáticas normativas não abonam essa colocação em início de frase ou depois de uma pausa interna no período, conforme afirma Rocha Lima (2006, p. 450):

- 1) A posição normal dos pronomes átonos é *depois* do verbo (*ênclise*). Tal fato se dá:  
 a) Quando o verbo abrir o período, ou encetar qualquer das orações que o compõem:  
*Ordeno-lhe* que saia imediatamente.  
*Criei-o, dei-lhe* o meu nome, *tornei-o* um cidadão útil à sociedade.

Assim, a primeira é correta e encontra na segunda, “As regras normatizadas de colocação pronominal não correspondem às tendências fonológicas do português

brasileiro”, a sua causa, visto que a norma mantém distância da realidade linguística. O gabarito da questão, portanto, da questão é a letra A.

Dando continuidade aos assuntos relacionados à geo-história, para além dos clíticos, vejamos as quatro outras questões selecionadas. A primeira delas aborda o conceito da não arbitrariedade para a variação linguística.

### 03. (2005 - QUESTÃO DISCURSIVA 04)

Nem é preciso ser especialista para verificar que as condições da variação linguística não estão sujeitas ao acaso, nem ao livre arbítrio do falante. Muito pelo contrário, acham-se fortemente marcadas por motivações emanadas do próprio sistema linguístico que o falante é constrangido a seguir sem escolha.

Adaptado de Roberto Gomes Camacho, "Sociolinguística Parte II".

Ilustre, com dois exemplos extraídos dos enunciados abaixo, a afirmação de que o sistema impõe direções para a variação linguística. Justifique a sua escolha.

- i) Pinchá fora pão traiz miséria e erguê o que cai não se deve: é das arma.  
[Jogar fora pão traz miséria e apanhar o que cai não se deve: é das almas.]
- ii) Juntá pauzinho de forfe que cai no chão dá a disga.  
[Apanhar palito de fósforo que cai no chão resulta em desgraça.]

Adaptado de Cornélio Pires, "Abusões".

Saussure, ao descrever os signos linguísticos, tratou-os como arbitrários na língua, pois a relação que une *significante* e *significado* é imotivada, tanto que cada idioma tem seu próprio signo para indicar, por exemplo, a ideia de “menino”: *boy*, em inglês, *ragazzo*, em italiano, *niño*, em espanhol etc. E, ainda, dentro do mesmo idioma, pode haver outros significantes para o mesmo significado: em português, *menino*, *garoto*, *guri*, ainda que não sinônimos<sup>22</sup> perfeitos.

A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico); queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. (SAUSSURE, 2012, p. 109)

A afirmação de que “não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico” nos leva ao

<sup>22</sup> “Como tudo na vida, a sinonímia é uma coisa muito relativa. Para fazer a escolha da melhor palavra ou expressão, é preciso avaliar todos os fatores envolvidos no processo de comunicação.” (HENRIQUES, 2011, p. 81)

caráter *convencional* da língua, o qual enfatiza a “aceitação” por parte da sociedade ou de um grupo social para a continuidade do léxico criado.

Saussure (2012, p. 180) entende que há também o significante arbitrário relativo, quando apenas parte desse significante é motivada, afirmando que

*vinte* é imotivado, mas *dezenove* não o é no mesmo grau, porque evoca os termos dos quais se compõe e outros que lhe estão associados, por exemplo, *dez*, *nove*, *vinte e nove*, *dezoito*, *setenta* etc.; tomados separadamente, *dez* e *nove* estão nas mesmas condições que *vinte*, mas *dezenove* apresenta um caso de motivação relativa. O mesmo acontece com *pereira*, que lembra a palavra simples *pera* e cujo sufixo *-eira* faz pensar em *cerejeira*, *macieira* etc. (...)

No entanto, há teóricos que não consideram essas relações imotivadas ou parcialmente imotivadas. Para Benveniste, a relação imotivada que une significante e significado muda de caráter, do ponto vista lógico, na medida em que, se não fosse necessária, não existiria signo.

De acordo com Benveniste, o arbitrário explica a variação, no tempo e no espaço, das expressões. Portanto, Benveniste não recusa o princípio da arbitrariedade. Ele contesta, no entanto, que o elo entre significante e significado seja arbitrário para o locutor. Assim, do ponto de vista do locutor, o arbitrário refere-se à relação entre o signo e o objeto produzido pela língua. É a própria explicação saussuriana que impele Benveniste a considerar que a associação significante e significado é necessária para que haja signo linguístico e o locutor possa, assim, reconhecê-lo. Nesse sentido, o significado, na condição de genérico e distintivo, torna-se o ponto de ancoragem do sentido e da referência, quando o valor puro é relativizado por valores sócio-históricos. Assim, sentido e referência determinam o signo linguístico, tornando-o social e, por isso, parte da língua em circulação. É essa relação necessária que tira o signo linguístico da condição de latência, de pura diferença e de possibilidade. Essa relação é que lhe dá concretude e existência. (AGUSTINI & RODRIGUES, 2018)

Nesse aspecto, podemos incluir a variação linguística como fenômeno motivado, na medida em que se submete a fatores como tempo, espaço e nível sociocultural. O excerto do enunciado da questão 03 confirma que nada é por acaso nas variações que a língua apresenta, e tem por base a *sociolinguística variacionista*, ou *sociolinguística laboviana*, que, por exemplo, teoriza a relação entre língua e sociedade e analisa variáveis motivadas por fatores linguísticos e extralinguísticos. Ou seja, a língua é passível de variação, contudo sistematizada, portanto observável.

Camacho (2016) exemplifica a sistematização da variação da seguinte forma:

(...) o processo de concordância de número no predicativo é considerado regra obrigatória, quando o predicado vier precedido de um SN sujeito no plural. Como a concordância implica a reiteração de marcas com a mesma informação de número em pontos diversos da cadeia sintagmática, é necessariamente redundante a variante reconhecida como correta pela norma padrão.

Vista, por outro lado, sob a perspectiva do uso, a concordância de número é uma regra variável, ou seja, um processo de variação motivado por condições emanadas de traços da identidade social do falante e do contexto social. Esses traços são, por sua vez, o resultado do compartilhamento de valores simbólicos de estigmatização e de prestígio que compõem o imaginário da comunidade social.

Uma motivação potencialmente relevante para a não aplicação da regra de concordância nominal é o baixo nível de escolarização, que torna certas pessoas imunes, e outras mesmo avessas, à pressão normativa exercida pelo sistema escolar em consonância com os valores de prestígio. Outra ainda é a situação estilística: é bem provável que nem mesmo falantes com alta escolaridade apliquem consistentemente a regra de concordância nominal em todas as circunstâncias de uso. Ainda que evitem empregá-la, por exemplo, numa situação social mais distensa, dela não abrem mão em situações mais formais.

Por conseguinte, o texto cobrado na questão apresenta exemplos, inclusive de verbos, relacionados a essa asseveração de que “o sistema impõe direções para a variação linguística” e nela se inclui o tema dos metaplasmos.

As formas *Pinchá*, *ergué* e *juntá* apresentam motivações já explicadas no item 3.2.1 deste trabalho: no nível fônico, o apagamento no *-r* final das formas nominais infinitivas, fenômeno antigo no português brasileiro. Motivado pelo travamento silábico para formar o padrão CV, o fenômeno se estende a outras classes gramaticais, tal como *ventiladô* (substantivo) e *melhó* (adjetivo). A forma *traiz* apresenta o fenômeno da ditongação, que acrescenta à sílaba uma semivogal, e, como a *monotongação*, é recorrente na fala popular. A ditongação ocorre em sílabas anteriores a fonemas comumente sibilantes (/s, z, ʃ, ʒ/), como nos exemplos *naisceu*, *trêis* e *bandeija*, os quais comprovam uma sistematização para essa variação fonética.

Além disso, as variantes relacionadas aos verbos podem ser analisadas no nível semântico, como *pinchá*. O verbo *pinchar* (*arremessar*) é uma variante pouco utilizada no Rio de Janeiro, por exemplo, principalmente na variante culta.

Confirmando essas informações, as seguintes opções de resposta foram publicadas oficialmente pelo INEP:

O examinando deverá escolher duas variantes linguísticas, acompanhadas das respectivas justificativas. Ligada a processos sistêmicos do português, a motivação linguística da variação pode ser exemplificada, preferencialmente, nos planos fônico e morfossintático dos enunciados

oferecidos para análise, não se excluindo, contudo, a possibilidade de observações sobre o plano lexical.

Seguem algumas indicações possíveis e suas respectivas justificativas:

PLANO FÔNICO: a. pinchá, juntá, erguê = queda do travamento silábico nos infinitivos (relacionada ao plano morfossintático), variação que vem sendo generalizada para palavras oxítonas terminadas em /r/ de outras classes gramaticais, resultando em sílaba final de padrão consoante-vogal. // b. traziz = tendência de ditongação dos monossílabos e sílabas finais terminadas por travamento representado por uma fricativa. // c. arma = rotacismo, como tendência da língua portuguesa (no caso, em posição de travamento silábico). // d. forfe. = tendência a reduzir as proparoxítonas em paroxítonas em virtude de o acento lexical preferencial do português recair na penúltima sílaba e de serem as proparoxítonas de origem erudita (fator ligado à história externa), razão pela qual se apresentam em pequeno número na língua.

PLANO MORFOSSINTÁTICO: Ex.: as arma = plural não redundante na concordância nominal, evidenciando a tendência a registrar as marcas de número na primeira posição (mais à esquerda) do sintagma nominal.

PLANO LEXICAL (e SEMÂNTICO): a. "pinchá fora" = expressão utilizada em várias partes do país, mas menos comum na variedade urbana culta, fato que mostra a correlação dessa variante com fatores sociais. Segundo Houaiss, o verbo "pinchar" é de origem obscura e anterior à forma atestada no espanhol, no século XVIII. // b. "erguê (o que cai)" = uso pouco comum na variedade urbana culta, fato que mostra a correlação dessa variante com fatores sociais. Nem Houaiss, nem A. G. Cunha registram o uso no sentido de "apanhar do chão". // c. "juntá" = forma menos comum do que "pegar" e "apanhar" na variedade culta, fato que mostra a correlação dessa variante com fatores sociais. // d. "pauzinho de forfe" = expressão pouco comum na variedade urbana culta, fato que mostra a correlação dessa variante com fatores sociais. // e. "disga" = variante popular reduzida de "desgraça" (uso eufemístico).

Sendo assim, havia um leque de possibilidades de exemplos para a construção da resposta discursiva, inclusive no que tange à classe gramatical "verbo" e aos diversos níveis de variação linguística: fônico, morfossintático e lexical. O gabarito apresentou mais detalhes sobre as variantes encontradas no texto, esclarecendo, por exemplo, que as formas são menos utilizadas na variante culta e que, por isso, marcam a correlação com fatores sociais, comprovando o direcionamento para a variedade linguística. Era necessário, portanto, um conhecimento mais amplo sobre o assunto para, não só reconhecer as formas que representam as variações, mas também explicá-las.

Na próxima questão, testa-se o conhecimento dos graduandos sobre os verbos *estar* e *andar* em construções nas quais ambos vêm acompanhados de outros verbos no gerúndio.

#### 04. (2005 - QUESTÃO DISCURSIVA 05)

Leia o texto e analise os dados linguísticos que o seguem.



## ESTAR E ANDAR + GERÚNDIO

No período arcaico esses verbos seguidos de gerúndio podem ocorrer semanticamente plenos, com significado lexical etimológico: estar (lat. stare) "estar de pé"; andar (lat. ambicare) "deslocar-se com os pés". Na documentação arcaica, em muitos contextos, fica-se na dúvida se nas sequências desses verbos com gerúndio se tem uma locução verbal ou duas orações com um desses verbos como principal e o gerúndio como uma subordinada reduzida temporal.

Exemplos:

1. No dia da sa morte estando os homens bõos da cidade onde el era bispo fazendo gram chanto sobre el...

[No dia da sua morte, estando de pé os homens bons da cidade onde ele era bispo, fazendo... ou No dia de sua morte, estando os homens bons da cidade onde ele era bispo fazendo...]

2. Andava per muitas cidades e per muitas vilas e per muitos castelos e pelas ruas e pelas casas dos homês dizendo muitas santas paravoas.

[Caminhava por muitas cidades e por muitas vilas e por muitos castelos e pelas ruas e pelas casas dos homens dizendo.... ou Estava dizendo por muitas cidades e por muitas vilas e por muitos castelos e pelas ruas e pelas casas dos homens...]

Adaptado de R. V. Mattos e Silva, *O Português Arcaico*.

A dúvida sobre o Português Arcaico, explicitada por Mattos e Silva, mantém-se nas construções com *estar* e com *andar* seguidos de gerúndio do Português Contemporâneo do Brasil? Explique e dê um exemplo de construção com cada um desses verbos para confirmar sua hipótese.

Conforme afirma a questão, *estar* e *andar*, no período arcaico, poderiam ocorrer "semanticamente plenos", quando é possível entender seu sentido etimológico, por isso a dúvida se esses verbos construíam com o gerúndio uma locução verbal ou duas orações em relação de subordinação.

Os verbos *estar* e *andar* sofreram, em uma perspectiva diacrônica, gramaticalização no que tange ao aspecto semântico. A gramaticalização, conforme afirma Castilho (2016, p. 138):

é habitualmente definida como um conjunto de processos por que passa uma palavra, durante as quais (i) ela ganha novas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e **semânticas**; (ii) transforma-se numa forma presa; (iii) e pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema. (...) (grifo nosso)

Castilho cita como exemplo a evolução de *verbo pleno* para *verbo funcional* e, por último, para *verbo auxiliar*, nessa ordem de escala evolutiva. Enquanto plenos, *estar* e *andar* têm as acepções de "estar de pé" e "deslocar-se com os pés", conforme os próprios exemplos utilizados na questão; enquanto funcionais, transferem seu papel de núcleo ao termo adjacente, em construções como "Ela *está* feliz", "Ele *está* aqui", "A menina *anda* meio triste".

*Verbos funcionais* são os que transferem esse papel aos constituintes à sua direita, geralmente sintagmas nominais, sintagmas adjetivais, sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais, reduzindo-se a portadores de marcas morfológicas e especializando-se na constituição de sentenças apresentacionais, atributivas e equativas (...) (CASTILHO, 2016, p. 397)

E, por último, enquanto verbos auxiliares, acompanham verbos plenos em formas nominais (infinitivo, gerúndio, particípio), formando uma locução<sup>23</sup> verbal na oração, por exemplo a estrutura “*estou* fazendo o almoço” em PB ou “*estou* a fazer o almoço” em PE.

No português contemporâneo, o verbo *estar* apresenta marcas semânticas e estruturais claras que diferenciam as categorias funcional e auxiliar, e, de acordo com Castilho (2016, p. 399), o verbo *estar* como pleno “deve ter desaparecido no século XIV”. Apesar disso, há estruturas, mais raras, em que o verbo pleno se recupera e pode causar confusão na comparação com o verbo auxiliar. Essa situação ocorre quando há expressões entre o *estar* e o gerúndio, em frases como “Ela *estava* na cozinha *preparando* um bolo”, pois entende-se que ao mesmo tempo que o sujeito estava na cozinha, preparava um bolo, o que sugere que o gerúndio é um modalizador do verbo anterior. Conforme Castilho (2016, p. 401), ao se juntar com o gerúndio, o verbo *estar* formou uma perífrase aspectual de gerúndio, uma gramaticalização das estruturas modais.

Com o verbo *andar*, a situação é diferente, pois o seu papel pleno ainda vigora na língua. Para muitos pesquisadores, *andar* não assume o papel de *auxiliar*, e sim de *semiauxiliar*, por estar ainda em processo de gramaticalização, e, assim, tentam “resolver” a dúvida que ainda paira no português contemporâneo.

Verbos semi ou quase-auxiliares ou auxiliares semânticos, que chamamos assim porque, além de “carregarem” as categorias verbais acrescentam ao verbo que acompanham uma série de noções semânticas mais gerais, abstratas ou relacionais que são nuances semânticas (geralmente não ligadas ao mundo biopsicofísicossocial) que se aplicam à situação indicada por outro verbo e que não se destinam à indicação de situações que caracterizariam um sentido mais nocional, expressando situações do mundo biopsicofísicossocial, atendendo o princípio de gramaticalização de perda de conteúdo semântico ou troca por outro mais abstrato ou gramaticais (TRAVAGLIA, 2003, p. 108).

<sup>23</sup> Esta pesquisa não se aterá às controvérsias existentes entre *locução verbal* e *perífrase*.

O gabarito oficialmente divulgado apresentou o verbo auxiliar (ou semiauxiliar) como *verbo auxiliar semanticamente esvaziado*:

A dúvida ainda existe no Português Contemporâneo do Brasil em relação a *andar*, mas não existe em todas as construções em que se emprega o verbo *estar*. Explicação: A preservação da ambiguidade nas construções com *andar* deve-se ao fato de que esse verbo pode ser empregado com significado etimológico e também como verbo auxiliar semanticamente esvaziado. No caso de *estar*, o significado etimológico não se mantém. Além disso, se a adjacência entre *estar* + gerúndio é preservada, o verbo só pode ser interpretado como integrante da locução, isto é, como verbo auxiliar semanticamente esvaziado. No entanto, a ambiguidade reaparece, ainda que com alteração do significado etimológico, quando a adjacência é rompida (*estar* + ... + gerúndio). Nesse caso, *estar* pode ser interpretado como tendo a função de verbo principal ou de verbo auxiliar no Português Contemporâneo do Brasil. Exemplos possíveis: Ele andava cantando músicas obscenas. OU Ele andava, havia meses, cantando músicas obscenas. [em ambos os contextos, interpretação semanticamente plena/esvaziada] // Ele estava cantando para o filho dormir. [interpretação semanticamente esvaziada quando a adjacência é preservada] OU Ele estava no quarto cantando para o filho dormir. [interpretação semanticamente plena/esvaziada quando a adjacência é rompida].

O verbo *andar* mantém a dúvida iniciada no português arcaico em estruturas nas quais vem acompanhado de um verbo no gerúndio, visto que podem exercer papel de auxiliar e ao mesmo tempo apresentar carga de verbo pleno, enquanto o verbo *estar* quase não permite mais essa objeção, visto que na maioria das estruturas ou está claro o seu papel auxiliar ou o seu papel funcional. Destarte, o gabarito oficial da questão é válido, na medida em que explica claramente as diferenças sincrônicas entre os dois verbos, mesmo que diferindo de outros teóricos ao perceber o verbo *semiauxiliar* como *auxiliar semanticamente esvaziado*.

A penúltima questão selecionada pôs em destaque uma formação de palavras típica do verbo *estar* e o fenômeno do *metaplasmo*.

05. (2014 - 09 - B+L)

### RESTOS

Minha Nossa Senhora do Bom Parto! O caminhão do lixo já deve ter passado! Eu juro, seu poliça, foi nessa lixeira aqui! Nessa mesminha! Eu vim catar verdura, sempre acho umas tomate, umas cenoura, uns pimentão por aqui. Tudo bonzinho, é só lavar e cortar os pedaço podre, que dá pra comer... Aí quando eu puxei umas folha de alface, levei o maior susto.

Quase desmaiei, até.

Eu, uma mulher assim fornida que nem o seu poliça tá vendo, imagine: fiquei de pernas bambas. Me deu até tontura. Acho que também por causa do fedor... Uma carniça que só o senhor cheirando, pra saber. Mas eu juro por tudo que é mais sagrado! Tinha sim um anjinho morto nessa lixeira! Nessa aqui! Coitadinho... Deve ter se esgoelado de tanto chorar.

A gente via pela sua carinha de sofrimento. Ele tava com a boquinha aberta, cheinha de

tapuru. Eu nem reparei se era menino ou menina, porque eu fiquei morrendo de pena... E de medo, também... Os olho... É do que mais me alembro... Ebugalhados, mas com a bola preta virada pra dentro, sabe? Ai! Soltei um berro e saí correndo.

SERAFIM, Luciano. Restos. In: SOUTO, Anderson. *Varição Linguística e Texto Literário: perspectivas para o ensino*. Cadernos do CNLF, v. XIV, n. 4, t. 4, 2010, p. 3310 (adaptado).

Considerando a variedade linguística utilizada pela personagem do texto, avalie as afirmações a seguir.

I. A redução do verbo "estar", como em "tá" e "tava", é uma característica evidenciada na fala de sujeitos escolarizados e não escolarizados.

II. A eliminação da marca de plural, como em "os pedaço" e "pernas bamba", é um traço das variedades linguísticas populares faladas e escritas.

III. A prótese do fonema /a/ em "alembro" é uma característica associada à história da língua portuguesa.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.**

No português contemporâneo, principalmente no PB, há uma tendência em reduzir-se os vocábulos “por comodidade expressiva ou comunicativa” (HENRIQUES, 2014, p. 132). É o que ocorre com o verbo *estar*, que, há muito, vem perdendo sua sílaba inicial, sendo exemplo disso as formas do presente do indicativo<sup>24</sup> eu *tô*, tu *tá*, ele (você) *tá*, nós *tamo*, eles (vocês) *tão*. A redução desse verbo é tão marcante que, por vezes, causa confusão, a depender do contexto, porquanto adquire igual forma do verbo *ter*:

- (1) Se ele **tiver** doente, não virá ao trabalho amanhã.
- (2) Se ele **tiver** dor de cabeça, não virá ao trabalho amanhã.

Além disso, conforme afirma Castilho (2016, p. 402), há casos em que a redução em locuções gera como consequência a transformação do auxiliar *estar* em sufixo no PB:

- (1) Ele **taficano** doente.
- (2) Não precisa repetir, pois **tafalado**.

<sup>24</sup> Não inserimos a segunda pessoa do plural porque é pouco utilizada no PB, portanto não apresenta marcas de redução.

Esses dois fenômenos, redução e gramaticalização, não ocorrem somente na fala de sujeitos não escolarizados. Mendes (1999, *apud* CASTILHO, 2016, p. 402) afirma que “quase 80% de *estar* no PB falado culto ocorrem com a perda da primeira sílaba e proclitização ao termo que se segue”, o que abona a afirmativa (I) da questão.

Sobre a (III), é correto afirmar que ocorre um metaplasmo (mudança de forma) no verbo *lembrar*.

A gramática normativa usou este termo, desde a época greco-latina, quando na língua literária existe uma forma variante do vocábulo, em contraste com outra, considerada a normal; assim, em português: *perla* : *pérola*; *mármos* : *mármore*; *desvairo* : *desvario*; *imigo* : *inimigo*. O metaplasmo, neste sentido, indica uma forma que não é normal, mas é admissível, e os que a empregam, ou a encontram, logo a associam à forma normal. A variante e a forma normal constituem assim formas sincréticas dentro de um estado de língua; ou seja: dentro da língua literária, o metaplasmo estabelece uma variante em face de uma forma básica. (CÂMARA JR., 1981, p. 167, *apud* HENRIQUES, 2019, p. 190)

Os metaplasmos podem ser subdivididos, de acordo com Henriques (2019, p. 193), em metaplasmos por adição, por subtração, por transposição e por transformação. No verbo destacado em (III), ocorre o acréscimo de um fonema, portanto um metaplasmo por adição; além disso, os metaplasmos por adição podem subdividir-se em *prótese*, *epêntese* e *paragoge* (ou *epítese*), e em *alembro* ocorre o primeiro caso, a prótese, visto que o fonema /a/ é acrescido no início do verbo, o mesmo ocorre em *arrezorvesse*, verbo analisado na questão 03 do item 3.2.1.

Assim, a terceira afirmativa, como a segunda afirmativa, que trata da pluralização marcada apenas no primeiro termo da expressão, apesar de serem flexionáveis ambos os termos, também é correta, visto que é “um traço das variedades linguísticas populares faladas e escritas”. Assim, o gabarito é a letra “E”.

A última questão deste item cobrou o tema “verbo” apenas em uma das afirmativas, a qual destacou os conceitos de *diacronia* e *sincronia*, já explorados, no item 3.2.2.

07. (2014 - 29, B)

Diferentemente dos estudos linguísticos hegemônicos nos séculos XVII e XVIII, que abordavam a língua como uma realidade estável, atemporal e organizada segundo princípios da lógica (assumidos como necessariamente universais e não históricos); e diferentemente do pensamento linguístico predominante no século XIX, que enfocava a língua como uma realidade em transformação, entendendo a ciência da linguagem como apenas e

necessariamente histórica, Saussure estabeleceu que o estudo linguístico comportava, na verdade, duas dimensões: uma histórica (chamada diacrônica) e outra estática (chamada sincrônica).

Na primeira, o centro das atenções são as mudanças por que passa uma língua no tempo; na segunda, são as características da língua vista como um sistema estável num espaço de tempo aparentemente fixo. Em outras palavras, pode-se dizer que o pressuposto da análise diacrônica é a mutabilidade das línguas no tempo, enquanto o pressuposto da análise sincrônica é a relativa imutabilidade das línguas.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2005, p. 95 (adaptado).

A partir da leitura do texto, avalie as afirmações a seguir.

I. É característica da atual sincronia do português brasileiro a variação fonológica do /r/ final de sílaba, que pode ser realizado de maneira aspirada (variante carioca) ou como uma vibrante simples (variante paulista). Essa distinção não poderia ser explicada se utilizados os pressupostos dos estudos de linguagem produzidos nos séculos XVII e XVIII, pois o enfoque desses estudos não recobria a heterogeneidade regular e constitutiva das línguas.

II. São fenômenos históricos de mudança linguística: o verbo *clamare*, do latim, deu origem aos verbos *llamar*, do espanhol, e *chamar*, do português. O substantivo *clave*, do latim, deu origem aos substantivos *llave*, do espanhol, e *chave*, do português. Essas mudanças, de caráter diacrônico, poderiam ser explicadas se utilizados os pressupostos dos estudos de linguagem produzidos no século XIX, essencialmente voltados para a história das línguas.

III. São fenômenos sincrônicos de variação lexical: as palavras *abóbora* e *jerimum* designam o mesmo alimento, assim como as palavras *soga* e *corda* designam o mesmo objeto; o primeiro elemento de cada par é a forma comumente empregada no sul do Brasil, enquanto o segundo é a forma comumente empregada no nordeste do país. Essas diferenças poderiam ser explicadas se utilizados os pressupostos dos estudos de linguagem produzidos a partir do século XX, por abarcarem a investigação de recortes temporais específicos da realidade linguística.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.**

Na evolução fonética do latim para o Espanhol e para o Português, ocorreram metaplasmos nos verbos destacados na afirmativa (II) da questão. Não obstante o conceito de metaplasmo ser sincrônico, pois refere-se à forma de uma palavra e suas variantes, há uma ampliação desse conceito, abrangendo também as alterações fonéticas no âmbito diacrônico.

Os fones [pl], [kl] e [fl] se palatalizaram<sup>25</sup> e passaram a ser pronunciados como uma fricativa surda, [ʃ], já no galego-português, enquanto no Espanhol os mesmos fones também se palatalizaram, mas passaram a ser pronunciados como uma lateral sonora, [ʎ]. Em decorrência dessa transformação fonética que ocorreu ao

<sup>25</sup> “No latim não havia consoantes palatais: os fonemas portugueses [ɲ], [ʎ], [ʃ] e [ʒ] são decorrentes de mudanças fonológicas que se processaram na passagem do latim vulgar para o português arcaico”. (HENRIQUES, 2012, p. 14)

longo da história da língua portuguesa, é correto afirmar que esses fenômenos se caracterizam como fato diacrônico. Mas, além de afirmar que essa evolução tem caráter diacrônico, a afirmativa também trata dos “pressupostos dos estudos de linguagem produzidos no século XIX”, os quais, diferentemente do pensamento saussureano, estudavam a língua em seu caráter histórico.

No pensamento pré-saussureano, vigorava a *linguística histórica* ou *linguística comparada* (ou *gramática comparada*) – iniciada pelo alemão Franz Bopp (1771 – 1867) –, a qual buscava similaridades entre duas ou mais línguas, tentando compreender como elas evoluem, isto é, pondo em destaque o caráter diacrônico. A evolução desses estudos levou ao entendimento de que as línguas derivam de uma *proto-língua*, língua ancestral, real ou hipotética, que originou todas as línguas ou uma “família” linguística.

Em contrapartida, Saussure deu origem ao estruturalismo como forma de estudar a língua, visto que, para ele, a língua é um sistema na qual um elemento só pode ser definido se comparado a outros elementos do mesmo sistema, ou seja, por relações de equivalência ou oposição. O linguista suíço avançou nos estudos da linguagem do século XIX, afirmando que o fator histórico não era a única vertente para se entenderem os mecanismos de uma língua. Embora não desprezasse a diacronia, Saussure adotou para objeto de seu estudo (a língua) o eixo sincrônico.

A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado. Também o linguista que queira compreender esse estado deve fazer *tabula rasa*<sup>26</sup> de tudo quanto produziu e ignorar a diacronia. Ele só pode penetrar na consciência dos indivíduos que falam suprimindo o passado. A intervenção da história apenas lhe falsearia o julgamento. Seria absurdo desenhar um panorama dos Alpes focalizando-o simultaneamente de vários picos do Jura<sup>27</sup>; um panorama deve ser focalizado de um só ponto. O mesmo para a língua: não podemos descrevê-la nem fixar normas para o seu uso sem nos colocarmos num estado determinado. Quando o linguista segue a evolução da língua, semelha o observador em movimento, que vai de uma a outra extremidade do Jura para anotar os deslocamentos da perspectiva. (SAUSSURE, 2016, p. 123)

Apesar de haver diferenças entre o pai do estruturalismo e as correntes advindas anteriormente, a sentença (III) da questão aborda um fator comum entre am-

<sup>26</sup> Expressão latina que significa “tábua raspada”, com o sentido de “folha em branco”.

<sup>27</sup> Cadeia de montanhas situada ao norte dos Alpes, entre a França e a Suíça.

bos: o aspecto histórico da evolução do verbo *clamare* e da evolução do substantivo *clave*, e, na medida em que as outras sentenças, (I) e (II), estão corretas, pois de fato revelam exemplos sincrônicos, o gabarito é a letra “E”.

Por fim, em relação ao conteúdo de geo-história da língua portuguesa cobrado no ENC / ENADE, os graduandos foram postos à prova em questões com nível de dificuldade de mediano a difícil, tendo em vista o caráter mais avançado de assuntos não vistos nem no ensino fundamental nem no ensino médio. As questões diversificaram o tema da geo-história do português cobrando no geral conhecimentos profundos sobre os clíticos, principalmente quanto à diferença entre o PB e o PE, a variação linguística quanto à sua sistematização, a gramaticalização de alguns verbos em locuções com gerúndio, alguns processos fonológicos e fonéticos, como a redução e os metaplasmos e a diacronia e a sincronia, incluindo a evolução histórica da própria linguística. Ou seja, o ENC / ENADE conseguiu até o momento explorar suficientemente o tema, atravessando conceitos linguísticos, sintáticos, morfológicos e fonológicos. No entanto, essas questões possivelmente causaram dificuldade para os alunos ingressantes.

### 3.2.5 Semântica (+ Léxico, Estilística e Discurso)

Os estudos da significação, embora não tenha sido dedicada a eles boa parte do tempo nos bancos escolares<sup>28</sup>, são o fim para o estudo das outras temáticas mais exploradas em sala de aula, como a fonética e a fonologia, a morfologia e a sintaxe, porquanto a semântica atravessa todas as atividades da linguagem.

A análise etimológica é semântica. A análise sintática é semântica. A análise morfológica é semântica. A análise fonológica é semântica. A análise do discurso é semântica. Até a lição ortográfica é semântica. Placas, avisos, letras de música, o carro do pão (ou da pamonha), a prescrição médica ou o triste formulário do Imposto de Renda... Tudo depende de um “estalo”, uma chave. (HENRIQUES, 2011, p. XVI)

<sup>28</sup> Na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a palavra “semântica” não é citada: a gramática é dividida em “Fonética”, “Morfologia” e “Sintaxe”. No apêndice, a semântica é identificada, indiretamente, apenas no item “significação das palavras: antônimo, homônimo, sinônimo, sentido figurado”.



A semântica permeia as diversas vertentes dos estudos linguísticos por estar presente nas comunicações do dia a dia, visto que os interlocutores estabelecem relações de sentido para que a palavra, a frase, o texto sejam entendidos em um determinado contexto, o que depende de diversos fatores: nível de escolaridade, espaço geográfico, nível social, idade, conhecimento de mundo etc. Por isso, a semântica está intimamente ligada ao signo, o qual associa o significante ao significado, este a imagem psíquica que se forma na mente do interlocutor, gerando a compreensão do signo linguístico.

Nesse contexto, dentro deste item sobre os estudos da significação, incluem-se o estudo do léxico, do discurso e da estilística. O primeiro, o conjunto de palavras existentes em um determinado idioma, tem rico papel de significação no discurso, comumente estudado em sala de aula apenas por meio dos conceitos de sinonímia e antonímia, homonímia e paronímia e polissemia, comparando-se palavras descontextualizadas mediante listas ou quadros. No entanto, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998, p. 83),

o trabalho com o léxico não se reduz a apresentar sinônimos de um conjunto de palavras desconhecidas pelo aluno. Isolando a palavra e associando-a a outra apresentada como idêntica, acaba-se por tratar a palavra como portadora de significado absoluto, e não como índice para a construção do sentido, já que as propriedades semânticas das palavras projetam restrições seletivas.

Faz-se necessário, portanto, direcionar o estudo do léxico a contextos, uma vez que

considerando a densidade lexical dos universos especializados, em que a carga de sentidos novos supera a capacidade do receptor de processá-los, o domínio de amplo vocabulário cumpre papel essencial entre as habilidades do leitor proficiente. A escola deve, portanto, organizar situações didáticas para que o aluno possa aprender novas palavras e empregá-las com propriedade. (PCN, 1998, p. 84)

Com base nessa conjuntura, principiemos o assunto *discurso*, que é “um ato de linguagem, é um tipo de sentido” (HENRIQUES, 2011, p. 4), e por ser ato de linguagem necessita de “mecanismos” que o fazem atingir o objetivo, qual seja, do enunciador. Para tanto, a escolha do léxico é essencial para a realização discursiva, porquanto

parece não restar dúvida de que, dispondo de palavras suficientes e adequadas à expressão do pensamento de maneira clara, fiel e precisa, estamos em melhores condições de assimilar conceitos, de refletir, de escolher, de julgar, do que outros cujo acervo léxico seja insuficiente ou medíocre para a tarefa vital da comunicação (GARCIA, 2010, p. 173)

Assim, o léxico constrói o discurso na medida em que não é somente a representação do mundo, mas também a representação que o enunciador faz do mundo, e, dentro dessa representação, há a “forma”, “a maneira” como o enunciador produz o seu discurso, o que os estudos linguísticos denominam de *estilo*, que pode ser definido como “o modo pelo qual um indivíduo usa os recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais, semânticos, discursivos da língua para expressar, oralmente ou por escrito, pensamentos, sentimentos, opiniões, etc.” (HENRIQUES, 2011, p. 27).

Portanto, a *estilística*, ramo da linguagem que estuda o estilo, investiga particularidades sintático-semânticas que determinam o “lugar” de um discurso, incluindo a estética, a escolha lexical, o modo de disposição das estruturas sintáticas, a formalidade ou informalidade, a função da linguagem predominante, a utilização ou não de figuras de linguagem e um sem-número de características que particularizam discursos.

Henriques divide a estilística em *fônica*, *lexical*, *sintática* e *da enunciação*. A primeira com enfoque no ritmo, na intensidade, na entonação e na prosódia; a segunda, nas escolhas do léxico, cujos aspectos expressivos / impressivos, de acordo com o autor (2011, p. 104,105), “têm ligações com os valores semânticos, morfossintáticos e contextuais em que elas atuam”; a terceira, na ordenação da frase e nos tópicos que a ela damos; e a quarta, na individualidade do enunciador, pois “o enunciado é individual, sendo perfeitamente natural que reflita os traços, gostos e preferências de quem escreve ou fala – qualquer que seja a situação de comunicação por meio de palavras” (HENRIQUES, 2011, p. 116).

Dando enfoque à classe gramatical estudada nesta pesquisa, é relevante comentar que o verbo pode ser usado como recurso estilístico em diversas situações de comunicação. Como exemplo, Carvalho (2004), usufruindo do enfoque sintático, afirma que

o campo da concordância é rico em recursos expressivos. Aprecie-se este passo de Vieira: “Muito *trabalhou* o diabo e seus ministros para que eu não viesse a Portugal”. Deixando no singular o verbo anteposto ao sujeito com-

posto, o grande orador teve a intenção de carregar sobre o diabo, pondo-o em primeiro plano e relegando a condição secundária os ajudantes do coisa ruim. Mesmo com o verbo posposto, em sua posição usual, é possível deixá-lo invariável quando a intenção estilística é valorizar cada núcleo do sujeito composto: “Mas nem a lisonja, nem a razão, nem o exemplo, nem a esperança *bastava* a lhe moderar as ânsias” (Vieira).

Outro recurso estilístico relacionado ao uso de verbo, nesse caso no enfoque lexical, está presente na parábola do semeador (Mt, 13). A própria parábola é um gênero que marca um estilo, e esse estilo intenciona transmitir um ensinamento por meio de uma analogia. Nessa parábola, Jesus utiliza como recurso estilístico o verbo *semear* em lugar do verbo *pregar*, assim como utiliza o substantivo *semeador* em lugar de *pregador*, a fim de fazer entender a toda a multidão que a semente é a palavra de Deus e que o semeador é aquele que semeia a palavra. Então, o ato de *semear* é espalhar os ensinamentos divinos, conforme trecho da parábola adaptado e transcrito a seguir:

Naquele mesmo dia, Jesus saiu de casa e assentou-se à beira-mar. Reuniu-se ao seu redor uma multidão tão grande que, por isso, ele entrou num barco e assentou-se. Ao povo reunido na praia Jesus falou muitas coisas por parábolas, dizendo: "O semeador saiu a semear. Enquanto lançava a semente, parte dela caiu à beira do caminho, e as aves vieram e a comeram. Parte dela caiu em terreno pedregoso, onde não havia muita terra, e logo brotou, porque a terra não era profunda. Mas, quando saiu o sol, as plantas se queimaram e secaram, porque não tinham raiz. Outra parte caiu no meio dos espinhos, que cresceram e sufocaram as plantas. Outra ainda caiu em boa terra, deu boa colheita, a cem, sessenta e trinta por um. Aquele que tem ouvidos para ouvir, ouça!

Por conseguinte, a junção de *léxico*, *semântica*, *estilística* e *discurso* em um mesmo item reúne conceitos que no geral se referem à semântica. Além disso, a pouca quantidade de questões sobre verbos que constam apenas no item “Estilística e Discurso” não justifica a produção de um capítulo só para esse tema. Neste grupo, foram encontradas dezesseis questões<sup>29</sup> que envolvem o conhecimento sobre *verbos*.

A primeira questão, cujo gabarito é a letra “C”, cobrou do graduando em Letras o reconhecimento morfossintático da oração apresentada.

<sup>29</sup> Dispostas em ordem cronológica, de acordo com o quadro apresentado no item 3.2, e identificadas com as siglas L&S para as questões incluídas em *Léxico e Semântica* e E&D para as questões incluídas em *Estilística e Discurso*, ambos da coleção “Português na Prática”.

01. (1998 - 04 - L&S) Leia esta manchete de jornal:

INADIMPLENTE PROGRAMA COMPRA

A frase está

(A) incorreta, porque as três palavras que a compõem podem pertencer a mais de uma categoria gramatical.

(B) ambígua, porque nela ocorrem simultaneamente dois verbos, "programa" e "compra".

**(C) inteligível, porque a ordem de colocação das palavras permite identificar-lhes a função sintática.**

(D) ininteligível, porque traz um adjetivo na função de sujeito.

(E) incorreta, porque não traz determinante junto do substantivo.

Apesar de truncada semanticamente, é plausível a leitura da frase por meio da ordem apresentada, que, deduz-se, está na feição canônica (sujeito e predicado), sendo possível perceber, ao contrário do que analisou a banca, duas possibilidades de leitura.

Na primeira, reconhecemos as classes *adjetivo*, *substantivo* e *verbo*. Isso é possível a partir do reconhecimento da palavra *compra* como verbo (“comprar”), e não como substantivo. O leitor identifica o núcleo da predicação – o verbo – e, conseqüentemente, os termos que se relacionam com ele, entendendo que um “inadimplente programa” (sujeito) realiza uma “compra” (predicado). Não obstante os adjetivos classificadores, como é o caso do adjetivo “inadimplente”, não serem dispostos, tradicionalmente, antes do substantivo, há sim a possibilidade de se perceber “inadimplente” como adjetivo, num contexto possível – até porque a frase truncada não tem contexto. Nessa interpretação, o verbo comprar é tomado intransitivamente, em sentido amplo, como o “ato de comprar”.

Na segunda possibilidade de interpretação, reconhecemos as classes *substantivo*, *verbo* e *substantivo*. Isso é possível quando se interpreta a palavra “programa” como verbo, e, a partir dessa percepção, identificamos “inadimplente” como sujeito e “compra” como objeto direto, interpretando que uma pessoa “inadimplente” faz planos para alguma “compra”, ou seja, o predicado é “programa compra”.

Essa análise comprova que o verbo é o eixo da oração, visto que a partir do reconhecimento dessa classe as outras serão identificadas. A dúvida foi gerada por não haver uma correta contextualização da frase dada, que foi retirada de uma manchete de jornal, a qual, obviamente, era seguida por uma matéria explicativa.

Sendo assim, embora exista a possibilidade de reconhecer dois verbos, a letra “B” (ambígua, porque nela ocorrem simultaneamente dois verbos, "programa" e

"compra") não é aceitável, pois esse entendimento não é concomitante. Só há um verbo em cada interpretação da frase solta.

Comprovando a necessidade de se contextualizar a oração utilizada na questão, os PCN (2000, p. 75) dizem que o currículo do Ensino Médio deve se pautar em algumas diretrizes e uma delas é a de “tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contexto para dar significado ao aprendido, estimular o protagonismo do aluno e estimulá-lo a ter autonomia intelectual”.

No mesmo ano, o ENC elaborou uma questão com enfoque nos modos de organização discursiva, assunto explorado nos item 2.2.1 e 3.2.2. Além disso, denominou-os também de *tipos*, abrangendo, assim, as teorias sobre estruturação dos textos e evitando o embate “modo-tipo”.

02. (1998 - QUESTÃO DISCURSIVA 01 - E&D) Leia e compare os fragmentos abaixo. Identifique e caracterize, da perspectiva linguístico-discursiva, cada um deles, quanto ao seu modo (ou tipo) de organização textual. Justifique seu ponto de vista com dados dos próprios textos.

I. A seca no Nordeste é um problema antigo, cujos registros remontam aos tempos da colônia e do império. É um fenômeno da natureza, inevitável como os terremotos, os vendavais e as enchentes. O mesmo não se pode dizer da fome nas regiões do semiárido brasileiro. Ao contrário da seca, a fome é um problema evitável. A solução depende apenas de medidas adequadas tomadas na hora certa. (Veja, 06/05/98)

II. Vejo claramente como se estivessem saindo agora, vivos, da moldura oval – o rosto e o busto meio virados para a esquerda. Vejo o pescoço curto, o porte imperioso da cabeça, os bandós grisalhos realçados pelas rendas da capota de viúva. Os olhos puxados e o olhar perspicaz. O aquilino brusco do nariz, as maçãs salientes, o queixo forte. (Pedro Nava, *Baú de Ossos*)

III. Piano tomou o machado emprestado de Seu Joaquim e tafulhou no mato. Foi feliz porque trouxe mel de jataí, que é o mais gostoso e o mais sadio. Mel, porém, é coisa que ninguém compra: todo mundo quer de graça. O homem andou de porta em porta e mal deu conta de vender uma garrafinha, apurando mil-réis. Ia continuar oferecendo, mas Seu Elpídio cercou ele no largo do cemitério. (Bernardo Élis, "A Enxada")

Dentre as diversas características que compõem a estruturação de cada modo de organização discursiva, o verbo tem papel fundamental para que se faça esse reconhecimento. Assim, o graduando deveria reconhecer nos textos o modo de organização e comprovar sua resposta por meio de características linguístico-discursivas.

O texto (I) apresenta uma sequência de informações sobre a seca no nordeste marcada por algumas características salientes aos olhos do leitor, que são, principalmente, a presença da opinião do autor, por meio, por exemplo, do adjetivo “inevi-

tável” e do advérbio “apenas”, e de verbos no presente do indicativo, os quais, nesse contexto, não significam a ação ocorrida no momento da enunciação, mas sim a atemporalidade dos fatos apresentados, como no trecho “É um fenômeno da natureza”, determinando a “verdade” que o autor quer transmitir ao enunciador. Essas peculiaridades do texto o inserem no modo de organização *dissertação*.

O texto (II), não obstante apresentar verbos também no presente do indicativo, constrói uma sequência de características que descrevem alguém ou alguma coisa. A forma *vejo* não é utilizada para enunciar um fato atemporal, mas sim para, ao mesmo tempo em que demonstra uma ação que ocorre no momento da enunciação, dar suporte e atenção às características de uma pessoa, características estas declaradas por meio de frases nominais, mormente aquelas em que o adjetivo é o marcador do discurso, conforme os trechos “Os olhos puxados e o olhar perspicaz” e “as maçãs salientes, o queixo forte”.

Na contramão dos anteriores, o texto (III) apresenta uma sucessão de ações determinadas por verbos conhecidos nos ensinamentos fundamental e médio como verbos nocionais (“tomou”, “tafulhou”, “andou” etc.). Essa sucessão de ações, acompanhada de outros traços da estrutura do texto, como presença de personagem, identificação do local das ações e enredo, auxilia-nos a perceber a estrutura narrativa, a qual tem no verbo o seu principal suporte. Dessa forma, há, respectivamente, uma dissertação (argumentativa), uma descrição e uma narração, conforme a primeira possibilidade de gabarito divulgado pela banca:

*Primeira resposta possível:* Identificação: I. Dissertativo, II. Descritivo, III. Narrativo. Elementos para caracterização e justificativa: I. Exposição, explicação ou interpretação de fatos e dados da realidade; visão crítica do autor sobre a seca e a fome no Nordeste; uso de verbos no presente determinando o caráter geral das explicações (atemporalidade); estabelecimento de relações lógicas entre as ideias (a seca é um problema antigo e inevitável porque é um fenômeno da natureza, mas a fome é evitável porque depende apenas de medidas adequadas tomadas no momento certo). II. Reconstrução, por meio da palavra, das feições de uma mulher; apresentação de um determinado estado; enumeração de características, qualidade; presença de intensa adjetivação (pescoço curto, porte imperioso da cabeça, bandós grisalhos, olhos puxados, olhar perspicaz, aquilino brusco do nariz, maçãs salientes, queixo forte); verbo no presente indica simultaneidade em relação ao momento da enunciação; não há, entre os elementos descritos, relação de anterioridade, posterioridade ou causalidade. III. Apresentação de uma sequência de fatos; presença de verbos de ação (tomou, tafulho, trouxe, etc.); presença de personagens (Piano, Seu Joaquim, Seu Elpídio); definição de um espaço (o mato, a cidade, o largo do cemitério).

A banca também apresentou uma outra possibilidade de resposta, que abranje as respostas ilustradas no gabarito anterior com algumas diferenciações ou informações a mais, como “linguagem denotativa” para o texto (I), “foco narrativo em 1ª pessoa: relação de proximidade como o narrado” e “linguagem conotativa” para o texto (II) e “Foco narrativo em 3ª pessoa: distanciamento do narrado” e “maior liberdade linguística”. Por meio dessas características, o graduando poderá responder – em vez de “dissertativo”, “descritivo” e “narrativo” – “jornalístico”, “literário” e “literário”, respectivamente, conforme o gabarito oficial:

*Segunda resposta possível:* Identificação: I. Jornalístico, II. Literário, III. Literário. Caracterização e justificativa: I. Apresentação de informações e interpretação de fatos da realidade; visão crítica do autor sobre a seca e a fome no Nordeste; estabelecimento de relações lógicas entre as ideias (a seca é um problema antigo e inevitável porque é um fenômeno da natureza, mas a fome é evitável porque depende apenas de medidas adequadas tomadas no momento certo); linguagem denotativa. II. Reconstrução, a partir da memória, das feições de uma mulher (“Vejo, como se estivessem saindo agora, vivos, da moldura oval”); foco narrativo em 1ª pessoa: relação de proximidade como o narrado; presença de intensa adjetivação (pescoço curto, porte imperioso da cabeça, bandós grisalhos, olhos puxados, olhar perspicaz, aquilino brusco do nariz, maçãs salientes, queixo forte); verbo no presente indica simultaneidade em relação ao momento da enunciação; linguagem conotativa. III. Foco narrativo em 3ª pessoa: distanciamento do narrado; presença de verbos de ação (tomou, tafulho, trouxe, etc.); presença de personagens (Piano, Seu Joaquim, Seu Elpídio); definição de um espaço (o mato, a cidade, o largo do cemitério); maior liberdade linguística (“Seu Elpídio cercou ele no largo do cemitério”).

O texto literário tem valor estético, apresenta marcas de subjetividade – sendo comum o uso de figuras de linguagem –, pode subverter as regras gramaticais e tem na narrativa um de seus principais representantes.

Como transcrição da realidade, a literatura não precisa necessariamente estar *presa* a ela. Tanto o escritor quanto o leitor fazem uso de sua imaginação: o artista recria livremente a realidade, assim como o leitor recria livremente o texto literário que lê.

Modernamente, os escritores e os críticos literários têm insistido bastante na *abertura* da obra literária, isto é, nas várias possibilidades de leitura que um mesmo texto literário pode oferecer. O leitor, em vez de ser considerado como passivo, alguém que simplesmente recebe o texto, tem sido visto como participante, porque também usa sua imaginação para ler o texto e, dessa forma, recria-o. (...) (CEREJA & MAGALHÃES, 1995, p. 12)

O texto jornalístico não tem, via de regra, valor estético, apresenta marcas de objetividade, linguagem simples e clara. Ao contrário do texto literário, que pode se

apresentar em prosa ou poesia, o jornalístico é uma linguagem predominantemente estruturada em prosa. Dessa forma, o texto dissertativo é um texto essencialmente jornalístico, enquanto o narrativo e o descritivo, literários.

É possível entender, portanto, que a banca enquadrou os textos literário e jornalístico em *tipos* de texto e os conceitos *dissertação*, *descrição* e *narração* em *modos*.

A terceira, a quinta e a sexta questões serão analisadas em conjunto, devido à semelhança em relação à cobrança.

03. (1999 - 04 - L&S) Considere as sequências 1, 2 e 3 e o fenômeno da pressuposição:

1. Marta deixou de fumar / Marta continua fumando
2. Marta começou a trabalhar / Marta passou a trabalhar
3. Lamento que Jorge tenha sido demitido

É correto afirmar que

- (A) "tenha sido" é o marcador de pressuposição do fragmento 3.
- (B) em 2, o conteúdo pressuposto é introduzido pelo verbo "trabalhar".
- (C) "lamento" é o marcador de pressuposição do fragmento 3.**
- (D) em 1, o conteúdo pressuposto é introduzido pelo verbo "fumar".
- (E) "demitido" é o marcador de pressuposição do fragmento 3.

**Instruções:** Para responder à próxima questão, considere o texto abaixo de Rubem Braga, do livro *Ai de Ti, Copacabana*.

"Quando a alma vibra, atormentada..."

Tremi de emoção ao ver essas palavras impressas. E lá estava o meu nome, que pela primeira vez eu via em letra de forma. O jornal era "O Itapemirim", órgão oficial do "Grêmio Domingos Martins", dos alunos do Colégio Pedro Palácios, de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

O professor de Português passara uma composição: "A lágrima". Não tive dúvidas: peguei a pena e me pus a dizer coisas sublimes. Ganhei 10, e ainda por cima a composição foi publicada no jornalzinho do colégio. Não era para menos:

"Quando a alma vibra, atormentada, às pulsações de um coração amargurado pelo peso da desgraça, este, numa explosão irremediável, num desabafo sincero de infortúnios, angústias e mágoas indefiníveis, externa-se, oprimido, por uma gota de água ardente como o desejo e consoladora como a esperança; e esta pérola de amargura arrebatada pela dor ao oceano tumultuoso da alma dilacerada é a própria essência do sofrimento: é a lágrima".

É claro que eu não parava aí. Vêm, depois, outras belezas; eu chamo a lágrima de "traidora inconsciente dos segredos d'alma", descubro que ela "amolece os corações mais duros" e também (o que é mais estranho) "endurece os corações mais moles". E acabo com certo exagero dizendo que ela foi "sempre, através da História, a realizadora dos maiores empreendimentos, a salvadora miraculosa de cidades e nações, talismã encantado de vingança e crime, de brandura e perdão".

Sim, eu era um pouco exagerado; hoje não me arriscaria a afirmar tantas coisas. Mas o importante é que minha composição abafara e tanto que não faltou um colega despeitado que pusesse em dúvida a sua autoria: eu devia ter copiado aquilo de algum almanaque.

05. (2000 - 16 - L&S) Em "eu devia ter copiado aquilo...", o modal "dever" implica

- (A) certeza.
- (B) probabilidade.**
- (C) possibilidade.



- (D) dúvida.  
(E) improbabilidade.

**Instruções:** Para responder às próximas questões, considere os textos abaixo, de Bárbara Virgínia.

**PODER PODE... MAS NÃO DEVE!**

... falar de um único assunto, ou sobre coisas que não interessam às outras pessoas. (...)  
... insistir em falar na beleza de pessoas ausentes, na riqueza das casas de outras pessoas.

**SABER FALAR**

**SABER CONVERSAR... SABER OUVIR**

É importante falar-se num tom natural, mas sempre nos observando. É errado construir-se mal as frases. Ex.: Você tem visto a Antônia? "Vi ela hoje".

(...) Nunca se deve dizer: "Hoje vou oferecer uma janta"; o certo é um jantar.  
É importante saber ouvir e falar.

06. (2002 - 12 - L&S) A modalidade é uma propriedade pragmática da linguagem mediante a qual é possível registrar a atitude do falante sobre o estado de coisas verbalizado. No enunciado Poder pode... mas não deve! há dois casos de auxiliares modais em português. Sobre esse enunciado é correto afirmar que

- (A) os dois auxiliares modais manifestam uma atitude epistêmica, relacionada à improbabilidade dos eventos.  
(B) Poder manifesta uma atitude epistêmica, relacionada à possibilidade do evento, e dever, uma atitude deontica, relacionada à certeza do evento.  
(C) Poder manifesta atitude epistêmica, relacionada à improbabilidade do evento, e dever, atitude deontica, relacionada à obrigatoriedade do evento.  
**(D) os dois auxiliares são modais deonticos: poder se relaciona à permissão do evento e dever, à obrigação.**  
(E) os dois auxiliares modais manifestam uma atitude epistêmica, relacionada à probabilidade do evento.

A terceira questão solicitou o reconhecimento de informações implícitas relacionadas às ações verbais. Por meio dos pressupostos, o leitor deveria identificar as informações verdadeiras e irrefutáveis das orações selecionadas, aquelas que, para Ducrot (1977, p. 109), estão implicadas na "organização interna do enunciado". Mais especificamente, o graduando deveria perceber quais são os verbos marcadores de pressuposição, ou seja, aqueles que reforçam a pressuposição no período.

O pressuposto é compartilhado, é deduzido logicamente, conforme observam Platão & Fiorin (1994, p. 241):

Que são pressupostos? São aquelas ideias não expressas de maneira explícita, mas que o leitor pode perceber a partir de certas palavras ou expressões, contidas na frase.

Assim, quando se diz "O tempo continua chuvoso", comunica-se de maneira explícita que no momento da fala o tempo é de chuva, mas, ao mesmo tem-

po, o verbo “continuar” deixa perceber a informação implícita de que antes o tempo já estava chuvoso.

O pressuposto pode dar a entender uma informação que não se quer expressar claramente, mas recuperável pelo receptor da mensagem, como exemplo a frase “Maria parou de fumar”, cujo pressuposto é “Maria fumava”.

Para Ilari (2001, p. 85), “diz-se que uma informação é pressuposta quando ela se mantém mesmo que neguemos a sentença que a veicula. (...) Sempre que um certo conteúdo está presente tanto na sentença como em sua negação, dizemos que a sentença pressupõe esse conteúdo”. Nesse sentido, o exemplo da negação de “Maria parou de fumar”, que é “Maria não parou de fumar”, realmente não refuta o pressuposto “Maria fumava”. No entanto, assim como a questão anterior, não houve contextualização das frases selecionadas, que, “soltas”, permitem interpretações vagas.

No exemplo usado por Platão & Fiorin, o marcador de pressuposição é o verbo *continuar*. Da mesma maneira, na questão do ENC, em cada período, o marcador é um verbo, bastando ao leitor identifica-lo. A opção que apresenta o marcador correto é a letra “C”, visto que, por meio do modalizador *lamento*, identificamos um posicionamento do enunciador. As letras “A” e “E” contradizem o gabarito em relação ao item 3. Na letra “B”, o correto seria “em 2, o conteúdo pressuposto é introduzido pelos verbos “começar” e “passar”; e na letra “D”, “em 1, o conteúdo pressuposto é introduzido pelos verbos “deixar” e “continuar”.

A quinta e a sexta questões também cobraram marcadores pressupostos verbais, mas mais especificamente em relação às peculiaridades dos modalizadores. Ambas deram destaque aos auxiliares verbais e ao entendimento semântico em relação à atitude do enunciador sobre seu próprio enunciado.

Considerando que os modalizadores podem ser avaliados epistêmica ou deonticamente, o graduando deveria perceber a diferenciação entre essas modalidades, visto que, enquanto modalidade epistêmica, o verbo refere-se ao eixo do saber, indicando certeza ou probabilidade. Já enquanto modalidade deontica, o verbo refere-se ao eixo da conduta, indicando obrigatoriedade ou permissibilidade. Sobre essa diferenciação semântica, os auxiliares *dever* e *poder* “passeiam” pelos dois eixos a depender do contexto.

Essa possibilidade de marcar o ponto de vista do enunciador por meio do verbo é conhecida como *modus*, “atitude ou ponto de vista o enunciador relativamente ao objeto de sua comunicação” (AZEREDO, 2019, p. 234). O *modus* pode ser realizado de algumas maneiras:

Uma delas consiste em variar a entonação da frase para exprimir certeza, admiração, dúvida, ceticismo etc. Também se pode recorrer a verbos que expressam atitudes, como *saber*, *duvidar* e *supor*, e advérbios, como *talvez*, *sinceramente*, *obviamente* etc. Trata-se de recursos de modalização ou modalidade.

Ao produzir um enunciado, o falante inscreve nele, portanto, algumas marcas que servem para balizar a compreensão a ser realizada pelo interlocutor, como na diferença entre: Vocês *podem* sair agora (permissão) e Vocês *precisam* sair agora (obrigatoriedade).

Estas duas frases se distinguem quanto à modalidade. A análise clássica da modalidade distingue quatro pares de conteúdos contrastantes: possível/impossível, certo/contestável, obrigatório/facultativo, permitido/proibido. (AZEREDO, 2019, p. 234)

Na quinta questão, o auxiliar *dever* insere-se semanticamente na modalidade epistêmica, indicando o grau de conhecimento do enunciador em relação ao que é exposto. Nesse caso, a probabilidade – qualidade do que é provável –, que é o gabarito correto da questão (letra “B”), está marcada no enunciado.

Na sexta questão, cujo gabarito é a letra “D”, os auxiliares *dever* e *poder* não estão mais no campo epistêmico, e sim no deontico, indicando o eixo da conduta, respectivamente “permissão” e “obrigação”, porquanto o sentido da frase do enunciado (“Poder pode... mas não deve”) manifesta proibições sobre atitudes relacionadas a comportamento, o que comprova a diferença semântica entre o *dever* desta questão e o *dever* da questão anterior.

A próxima questão (nº 4), que ficou de fora do “bloco anterior” por cobrar outro assunto, utilizou como embasamento um texto produzido por um aluno da última série do Ensino Médio, como proposta de desenvolvimento de uma narração.

04. (1999 - 12 - E&D)

### ILUSÕES DO AMOR

Lukas Carlé era um homem muito respeitado no estabelecimento de ensino, pela sua forma de alfabetização. Muito conservador exigia a perfeição de seus alunos, e quando um saía de suas normas, era motivo para a palmatória.

Para os pais de Inácia, Lukas Carlé era o homem ideal p/ o casamento de vossa filha. E assim sendo o noivado fora marcado.

Lukas Carlé vivia sua vida normal, no ensino, visitava a casa da senhorita Inácia, a qual levaria aquela situação do casamento encomendado sem poder dizer uma palavra contra, afinal era costume da época. Pois ela não achava muito as qualidades de Lukas adequadas p/ seu casamento.

Um dia antes do casamento Lukas Carlé, se exaltou na castigação de um aluno, quebrando-lhe a mão, tal exaltação vinha das lembranças da infância, quando sua mãe foi pega cometendo o adultério. Mas essa lembrança ele carrega p/ si, não se abre com ninguém. Lukas naturalmente foi advertido a não usar mais a palmatória.

O casamento realizou-se em um pequeno espaço de tempo desde o dia em que foi marcado. Não houve grandes comemorações, apenas uma cerimônia normal entre familiares. Lukas Carlé com seu temperamento não muito estável quis a cerimônia finalizada. Inácia esperava ansiosa a grande noite de sua vida, mas tanta ansiedade em vão, Lukas pegou-lhe pelo cabelo deu-lhe um tapa e jogou-a na cama como se fosse um objeto qualquer. Para Inácia suas esperanças de encontrar um homem honrado acabaria naquele momento.

Os dias passavam e a rotina se estabelecia, tapas, grosserias e falta de diálogo adequado a um casal normal. Inácia se sentia abalada emocionalmente e ao mesmo tempo fragilizada, sentindo a falta de um ombro p/ soltar suas mágoas.

Tal situação de Inácia estava prestes a dar uma virada em sua vida com o aparecimento de um novo funcionário da prefeitura, o senhor Manoel, bonito, jovem e educado. Não demorou muito tempo e os dois já faziam amizade e se encontravam as escondidas.

Lukas Carlé nada desconfiava, pressupondo que seria ousadia demais por parte de Inácia; até que ele começou a receber umas cartas anônimas, insinuando tal relacionamento, Lukas infurecido alimentava suas doses de castidade. Inácia então resolveu abandoná-lo, o que foi a demonstração mais forte de falta de respeito. Lukas não se conformava, e isso levou-o a persegui-la de todas as formas, desmoralizando-a diante de toda a comunidade e seus pais, não bastando o senhor Manoel vendo tal situação fugiu e a deixou só. Inácia estava desesperada, não via solução p/ tal vexame, Lukas no teor mais alto de seu ódio queimou seu rosto com brasa, deixando cicatrizes profundas. Inácia viu-se desmoralizada com tal situação, e se martirizou o resto de seus dias em um convento.

Ao avaliar a articulação entre as várias ações e motivações de um texto narrativo, temos condições de observar como se dá a coerência textual. Na redação analisada, nota-se que:

- I. Entre *quando sua mãe foi pega cometendo o adultério* [4] e a ação violenta de Lukas Carlé estabelece-se uma relação de causa e efeito.
- II. O trecho *O casamento realizou-se em um pequeno espaço de tempo desde o dia em que foi marcado* [5] provoca estranhamento por introduzir o aspecto durativo em uma ação pontual.
- III. O trecho *Para Inácia suas esperanças de encontrar um homem honrado acabaria naquele momento* [5] entra em contradição com o que se afirma em [7].

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III apenas.
- (E) I, apenas.

O papel do aspecto mais uma vez é ressaltado na construção de um texto narrativo. A sentença (II) afirma que o trecho destacado causa estranhamento tendo em vista a intenção durativa marcada em uma ação pontual. Isso ocorreu devido ao uso do pretérito perfeito do indicativo numa construção em que o que se segue é o trecho “em um pequeno espaço de tempo” e a locução conjuntiva “desde que”.

Conforme analisado na quinta questão do item 3.2.2, o pretérito perfeito pode, a depender do contexto, ter caráter pontual (processo já concluído) ou caráter durativo, em estruturas compostas. O verbo do trecho destacado na sentença (II) denota uma ação pontual concluída no passado, porém inserida em contexto com marcadores temporais que indicam a prolongação dessa ação, portanto a afirmação é verdadeira. Porque são verdadeiras também as sentenças (I) e (III) sobre relação de causa e efeito e sobre informações contraditórias, o gabarito é a letra “A”.

Vale ressaltar que a questão propôs o reconhecimento de estruturas falhas em um texto elaborado por um aluno do Ensino Médio, adequando, assim, o conteúdo proposto à realidade que o graduando pode vivenciar em sua futura carreira.

Na questão selecionada seguinte, reencontramos o tema da variação linguística, agora baseada num aspecto histórico-semântico da língua.

07. (2002 - 13 - L&S) A palavra "janta" aparece dicionarizada em 1880, na 1ª edição do dicionário Caldas Aulete. Considerando este fato e focalizando a língua de um ponto de vista descritivo, diferentemente da atitude normativa, expressa em "Nunca se deve dizer: Hoje vou oferecer uma janta, o certo é um jantar", tal prescrição

(A) justifica-se em parte: por um lado, a palavra "janta" nunca aparece na língua escrita, sendo de uso restrito e estigmatizado; por outro, obedece a um padrão lexical geral que faz corresponder a um grande número de verbos ("jantar", por exemplo) uma contraparte nominal ("janta", por exemplo).

(B) justifica-se, pois o uso da palavra "janta" é fortemente estigmatizado por caracterizar a fala de pessoas analfabetas ou semialfabetizadas, embora seja aceitável do ponto de vista de seu processo de derivação.

(C) prova que o uso da palavra "janta" causa estranhamento aos falantes da zona urbana, pois se restringe à população rural e decorre de uma simplificação dos padrões de derivação da língua.

(D) não se justifica, pois a palavra "janta" vem se difundindo em todo o país a partir da região sul, onde é usada em todos os registros, podendo, por isso, ser considerada um regionalismo formado por analogia.

**(E) evidencia o preconceito contra o uso cada vez mais generalizado da palavra "janta" em obediência a um padrão lexical geral, segundo o qual, para um grande número de verbos ("jantar", por exemplo), deverá existir uma contraparte nominal ("janta", por exemplo).**

Diacronicamente, é comum haver para os verbos um léxico equivalente em forma de nome; assim como para o verbo *amar* há o substantivo *amor* e, para o verbo *martelar*, há o substantivo *martelo*, o usuário da língua entende que para o verbo *jantar* deve haver o equivalente substantivo *janta*. Essas equivalências são reconhecidas na língua como *palavras cognatas*, e, não há equivalência somente entre verbos e substantivos, há também entre verbos, substantivos e adjetivos, como os trios “empobrecer”, “pobreza” e “pobre”; “simpatizar”, “simpatia” e “simpático”; “equilibrar”, “equilíbrio” e “equilibrista”. As palavras cognatas, do latim *cognatus*, significam “pa-

rente”, “semelhante”, indicando, portanto, que um grupo de palavras pertence à mesma família, conceito apresentado no item 3.2.2.

É comum que o usuário da língua faça associações e “crie” palavras cognatas para inúmeros verbos da língua, formando neologismos. Dessa forma, o gabarito, letra “E”, expõe corretamente a variedade em confronto com a norma gramatical.

A oitava e a décima sexta questões serão analisadas em conjunto, pois inserem em sua cobrança a noção de voz verbal. Com isso, a questão nº 9 só será analisada posteriormente.

08. (2008 - 12 - L&S)



Shirley Paes Leme tem no desenho a alma de sua obra. Os galhos retorcidos e enegrecidos pela fumaça são seus traços a lápis, que ela articula ora em feixes escultóricos, ora em instalações. Produz também delicados desenhos com a sinuosidade da fumaça. Para fazer a peça em homenagem à companhia de dança goiana Quasar, Shirley conta ter se inspirado na grande concentração de energia no espaço necessária para que um espetáculo de dança se realize. "A ideia da coreografia só consegue ser concretizada com movimento porque todos ficam antenados para um trabalho conjunto", diz. A obra de Shirley tem linhas-galhos que se movem em tempos diferentes, impulsionadas por motores ocultos.

*Território Expandido. Catálogo da Exposição em homenagem aos indicados ao Prêmio Estadão, 1999, p. 12-3 (com adaptações).*

Qual é a opção INCORRETA a respeito das relações semânticas do texto verbal?

- (A) Mudando-se o foco da ênfase, que está na autora, "Shirley Paes Leme" (linha 1), para a ênfase na obra, "desenho" (linha 1), a alteração da primeira oração do texto ficaria adequada da seguinte forma: Está no desenho a alma da obra de Shirley Paes Leme.
- (B) Na linha 3 a preposição "com" tem a função semântica de introduzir uma característica para "delicados desenhos".
- (C) Depreende-se do emprego do conector "ora (...) ora" em "ora em feixes escultóricos, ora em instalações" (linha 2), que "feixes escultóricos" se transformam em "instalações" e "instalações" se transformam em "feixes escultóricos".**
- (D) A noção de reflexividade, ou seja, a de que agente e paciente de um verbo reportam-se ao mesmo referente, está presente tanto em "Shirley conta ter se inspirado" (linha 4) como em "linhas-galhos que se movem" (linha 7).

(E) O desenvolvimento do texto permite depreender o significado da palavra "linhas-galhos" (linha 7) a partir dos significados de "galho" e de "linha".

16. (2017 - QUESTÃO DISCURSIVA 03 - LETRA "B" - E - L&S) A imagem a seguir foi criada para a divulgação de um documentário brasileiro em que a cartunista Laerte Coutinho narra sua trajetória de mudança de gênero e os conflitos enfrentados por ela em sua autoaceitação como mulher, após 60 anos vivendo como homem. São temáticas fortemente abordadas no documentário: preconceito contra transgêneros, sexualidade, liberdades individuais e transfo-  
bia.



Fonte: Disponível em: <https://www.netflix.com/search?q=laerte-se>. Acesso em: 30j un. 2017 (adaptado).

A partícula "se" contida na expressão "Laerte-se" é um pronome reflexivo, que também pode ser observado em formas como "sente-se", "divirta-se" e "sirva-se".

Com base nas informações apresentadas, faça o que se pede no item a seguir:

b) Discorra acerca do efeito de sentido que se busca provocar no interlocutor pelo uso da expressão "Laerte-se".

Na oitava questão, apesar de no gabarito constar o conhecimento sobre conectores, uma das opções trouxe como análise o conceito de reflexividade. O graduando deveria compreender a diferença entre reflexo e passividade, porquanto na oração "Shirley conta ter se inspirado" a reflexividade é inegável, enquanto em "linhas-galhos que se movem", há também a noção de passividade ("linhas-galhos que são movidas"), pois a possível reflexividade de "linhas-galhos que movem a si mesmas" só cabe se houver um caso de animização.

Na questão 16<sup>30</sup>, há também a cobrança sobre reflexividade, mas agora de forma mais direta e discursiva, demandando uma análise um pouco mais aprofundada dos efeitos da reflexividade por meio do pronome SE. A banca apresentou, após a aplicação da prova, o seguinte texto orientador para gabarito:

<sup>30</sup> O outro item da questão, a letra "a", propunha que o avaliado explicasse a diferença de construção entre o título e formas como "sente-se", "divirta-se" e "sirva-se". Esse item foi analisado no capítulo 3.2.3.

O estudante deve abordar o valor argumentativo que o pronome reflexivo ganha no contexto de produção da expressão "Laerte-se", levando o interlocutor do texto a se reconhecer como parte do processo de constituição dos sentidos. O interlocutor do texto é interpelado a também superar suas dificuldades, enfrentar seus dilemas, lutar por suas transformações. Não se trata de parafrasear essa função apelativa como "torne-se a Laerte", essa interpretação está equivocada. Trata-se de interpretar essa função apelativa com expressões como "torne-se alguém que se assume", "liberte-se" e outras que indiquem o caráter de mudança e de enfrentamento social.

Nota-se, por meio do próprio gabarito oficial, o aprofundamento em relação ao conteúdo da voz verbal reflexiva: para além da simples memorização sobre a estrutura ou sobre a carga semântica apresentada na questão anterior ("agente e paciente de um verbo reportam-se ao mesmo referente"), era necessário perceber o caráter argumentativo dessa voz verbal.

Dando continuidade à ordem das questões, voltamos à nona, em que apenas uma afirmativa permeou o conteúdo sobre verbo, abordando o caráter semântico da subjetividade, marcado pela primeira pessoa.

09. (2014 - 14 - B+L - L&S)

#### TEXTO I

Toco a sua boca com um dedo, toco o contorno da sua boca, vou desenhando essa boca como se estivesse saindo da minha mão, como se, pela primeira vez, a sua boca entreabrisse, e basta-me fechar os olhos para desfazer tudo e recomeçar. (...) Você me olha, de perto me olha, cada vez mais de perto (...) as bocas encontram-se e lutam debilmente, mordendo-se com os lábios, apoiando ligeiramente a língua nos dentes, brincando nas suas cavernas, onde um ar pesado vai e vem, com um perfume antigo e um grande silêncio. (...) E se nos mordemos, a dor é doce; e se nos afogamos num breve e terrível absorver simultâneo de fôlego, essa instantânea morte é bela.

CORTÁZAR, J. *O Jogo da Amarelinha*. Trad. Fernando Castro Ferro. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (adaptado).

#### TEXTO II

##### CIÊNCIA COMPROVA A IMPORTÂNCIA DO BEIJO

Alguns dentistas acreditam que a união dos lábios evoluiu porque facilita a seleção de parceiros. "O beijo envolve uma troca bem complicada de informações – olfativa, tátil e de ajustes de postura – que costuma acionar mecanismos neurológicos sofisticados e também inconscientes, o que permite às pessoas determinar subjetivamente até que grau elas são geneticamente incompatíveis", afirma o psicólogo evolucionista Gordon G. Gallup, professor da Universidade de Albany e da Universidade do Estado de Nova York. (...)

Dos 12 ou 13 nervos cranianos que afetam a função cerebral, cinco estão em ação quando beijamos e carregam mensagens de nossos lábios, língua, bochechas e nariz para o cérebro – que capta informações sobre temperatura, sabor, cheiro e movimentos de toda a situação. Parte dessa informação chega ao córtex somatossensorial, faixa de tecido na superfície cerebral responsável pela leitura das informações vindas do corpo.



Os textos 1 e 2 apresentam, sob diferentes perspectivas, a temática do beijo. Nesse contexto, avalie as afirmativas a seguir.

I. A utilização de palavras de cunho científico no texto 2, como "córtex somatossensorial", dificulta o entendimento do texto pelo público leitor.

II. A expressão "a dor é doce", no texto 1, é incoerente, uma vez que os vocábulos "dor" e "doce" estão relacionados a percepções sensoriais diferentes.

III. A presença de apenas uma citação, no texto 2, é prejudicial à argumentação do texto, que, por isso, perde credibilidade.

IV. O uso constante de palavras que se referem a 1ª pessoa, no texto 1, reforça a subjetividade própria de um texto literário.

É correto apenas o que se afirma em

(A) I

**(B) IV**

(C) I e III

(D) II e III

(E) II e IV

Recorrendo aos verbos “toco”, “vou”, “mordemos” e “afogamos” e aos pronomes “minha” e “me”, o autor do texto estabelece a não objetividade típica de textos literários, os quais prezam a expressividade e a subjetividade, características definidas no texto da questão, principalmente pela inclusão do enunciador.

Os textos não literários podem apresentar marcas de impessoalidade no discurso, garantidas por meio de alguns recursos, tais como o uso da primeira pessoa do plural, do sujeito oracional (em construções do tipo “É preciso reconhecer a desigualdade mundial”), do sujeito indeterminado em construções com partícula SE, do sujeito generalizante (em construções como “As autoridades devem tomar uma atitude”, “A diretoria da ONG deve eleger um candidato competente”) e inclusive da voz passiva (em construções sem agente da passiva).

Por não haver outras sentenças verdadeiras, porquanto as expressões científicas não dificultam o entendimento do texto II, não há incoerência na expressão “a dor é doce” do texto I, visto que indica uma figura de linguagem (metáfora) coerente com o contexto, e a presença de apenas uma citação não descredibiliza o texto II, o qual utiliza de outras estratégias para embasar as afirmações. Portanto, o gabarito é a letra “B”.

Inserindo outro recorte semântico em suas provas, o ENADE aplicou a temática da ambiguidade, representada na décima e na décima terceira questões. Com isso, deixamos a questão nº 11 para adiante.

10. (2014 - 19 - B+L - L&S) Os casos de interpretação ambígua em textos jornalísticos ocorrem muitas vezes porque o leitor só lê a manchete, não o texto total.

Considerando o exposto, avalie as manchetes transcritas a seguir.

- I. Jovem tenta assaltar PM com arma de brinquedo e é baleado na zona sul de SP. (<http://noticias.r7.com>)
- II. A ONU está à procura de um técnico para ocupar o cargo de diretor daquele centro de estudos sobre a pobreza que vai instalar no Rio. (<http://pagina20.uol.com.br>)
- III. Macarrão levou Eliza Samudio para ser morta por amar Bruno, diz advogado do goleiro. (<http://noticias.uol.com.br>)
- IV. Governo inclui vacina contra hepatite A no calendário de vacinação do SUS. (<http://gl.globo.com>)

É correto afirmar que há ambiguidade apenas em

- (A) I e IV
- (B) II e III
- (C) III e IV
- (D) I, II e III**
- (E) I, II e IV

13. (2017 - 09 - B+L - L&S) A noção de nível para Émile Benveniste revela-se fundamental para os procedimentos de análise linguística, pois, segundo o autor, Só o nível pode dar conta "da natureza articulada da linguagem". Tendo por base a noção de níveis de análise linguística e considerando a arquitetura sintática que compõe o enunciado "Os alunos assistiram ao acidente na calçada", avalie as afirmações a seguir.

- I. A ambiguidade presente na estrutura sintática do enunciado deve-se ao fato de ser possível interpretar o enunciado de duas formas: 1. o acidente ocorreu na calçada e os alunos assistiram a ele de outro local; e 2. os alunos estavam na calçada e assistiram ao acidente que ocorria em outro lugar.
- II. Tratando-se da linguagem coloquial, ao se suprimir a preposição que rege o complemento do verbo "assistir" (originalmente, com a acepção de presenciar, ver), muda-se o nível sintático do enunciado, mas não se altera a semântica projetada pela língua.
- III. Assim como em "João pediu a José para sair", ocorre, no enunciado em questão, ambiguidade no nível lexical, já que a Significação emerge das possibilidades interpretativas que os elementos léxicos implicam.
- IV. Conforme a tradição gramatical, a regência do verbo "assistir" (acepção de presenciar, ver) é a mesma do verbo "aspirar" (acepção de desejar); ambos admitem, também, o emprego transitivo direto, havendo alteração no nível sintático em função da semântica projetada pela língua.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I e III
- (B) II e III
- (C) II e IV
- (D) I, II e IV**
- (E) I, III e IV

Como já dito anteriormente, o verbo é o eixo sintático e semântico do enunciado, a duplicidade de sentido geralmente recai sobre ele. Na questão 10, excluindo o item (I), cuja ambiguidade está presente no trecho "com arma de brinquedo", há ambiguidade em relação aos verbos presentes em (II) e (III), visto que em (II) o pronome relativo *que* gerou uma ambiguidade que recai na locução "vai instalar", pois o que vai ser instalado no Rio pode ser a pobreza ou o centro de estudos, e em (III) o

sujeito da ação de amar pode ser Eliza ou Macarrão. Em (IV) não há ambiguidade. Confirma-se o gabarito (letra “D”).

Na questão 13, a ambiguidade presente na frase do enunciado está perfeitamente explicada em (I), visto que a dúvida é se a expressão “na calçada” está ligada a “acidente” ou está ligada ao verbo *assistir*. Em (III), há uma explicação errônea tanto para o exemplo “João pediu a José para sair” quanto para a oração destacada no enunciado: ambos têm a ambiguidade marcada por um “defeito” estrutural, e não pelo duplo sentido de um significante. Henriques (2011, p. 87) organiza a ambiguidade da seguinte forma: “enunciado com duplo sentido em um significante (LEXICAL), um sintagma (GRAMATICAL) ou na totalidade do próprio enunciado (FRASAL)”. Por conseguinte, na caracterização de Henriques, a ambiguidade relatada em (III) pode ser incluída no tipo “frasal”.

Além da temática da ambiguidade, essa questão cobrou também a carga semântica relacionada à regência do verbo *assistir*. Em (II), comprova-se que, apesar de a tradição exigir a preposição “a” para o complemento quando o verbo *assistir* indica “ver”, ao se retirar essa preposição, o interlocutor continuará percebendo a acepção de “presenciar/ver”, devido ao contexto. Em (IV), há a explanação correta sobre a diferenciação no nível semântico causada pela alteração no nível sintático, já que, ao admitirem o emprego transitivo direto, os verbos *assistir* e *aspirar* podem passar a indicar “dar auxílio/cuidar” e “cheirar, sentir”, respectivamente. Portanto, o gabarito é a letra “D”.

Retomando a ordem das questões, veremos a 11<sup>a</sup>, aplicada somente para graduandos em português-espanhol<sup>31</sup>

11. (2014 - 19 - E - E&D) Em um anúncio publicitário de um site de vendas, veiculado amplamente pela internet e pela televisão, enuncia-se:

A CADA UM MINUTO, QUATRO COISAS VENDEM

Considerando esse anúncio publicitário, avalie as afirmações a seguir.

I. O referido enunciado, embora não esteja construído na estrutura passiva canônica, deve ser interpretado como “A cada um minuto, quatro coisas são vendidas”, pois o contexto de emprego do enunciado permite inferir que o sintagma nominal (quatro coisas) denota a entidade afetada pelo evento de vender, e não a entidade desencadeadora do evento.

II. Trata-se de construção inovadora na língua, tendo em vista que o verbo “vender” não ocorre preferencialmente em estruturas sintáticas com um argumento que seja um

<sup>31</sup> A mesma frase publicitária usada nessa questão foi incluída também na prova de bacharelado de 2014. Lá, o objetivo era abordar a tipologia do pronome SE – cf. item 3.2.3.

paciente. O uso de formas inovadoras como essa é mais frequente na fala que na escrita, tendo em vista o caráter conservador desta.

III. No anúncio publicitário, gênero textual que comporta o emprego de formas inovadoras da língua, a função apelativa está associado à tentativa de aproximação com o interlocutor, para que ele se identifique com a empresa que anuncia, com o produto ou com o serviço vendido. Assim, o emprego da forma inovadora "A cada 1 minuto, 4 coisas vendem" resulta em interpelação direta e imperativa do interlocutor.

IV. Embora o anúncio publicitário apresentado tenha um registro escrito e tenha sido produzido para circular também na modalidade escrita da língua, sua estrutura linguística se aproxima da gramática da fala. Essa aproximação é construída pelo emprego de linguagem menos formal, a exemplo de usos característicos de registros escritos informais e de situações informais de fala.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I e III
- b) I e IV
- c) II e III
- d) I, II e IV**
- e) II, III e IV

A sentença (I) afirma corretamente ser possível compreender que a estrutura está na voz passiva, mesmo conteúdo cobrado nas sentenças (I) e (II) da questão da prova de Bacharel: "Ao introduzir o pronome "se" no *slogan* - *A cada 1 minuto, quatro coisas se vendem* – o único valor semântico possível é o de uma construção passiva" e "O valor semântico do *slogan* corresponde ao de uma construção passiva, embora não se verifiquem os padrões sintáticos descritos na tradição gramatical – voz passiva sintética e voz passiva analítica".

É fato que, por mais que a oração do enunciado não esteja estruturada de acordo os cânones linguísticos, é possível perceber que, por meio do nosso conhecimento de mundo, o sintagma "quatro coisas" não pode ter papel ativo.

A sentença (II), apesar de ser considerada integralmente correta pela banca, pode ter causado, em um primeiro momento, confusão, visto que, embora realmente a estrutura apresentada não seja usual na língua, tendo em vista que as estruturas que fogem ao padrão formal geralmente são construídas com o pronome SE, afirmar que não é usual empregar o verbo *vender* em estruturas com argumento não paciente não explica corretamente a questão. O que não é usual é empregar o verbo em uma forma ativa com um argumento paciente, pois pode-se levar a crer que o verbo *vender* não pertencerá a nenhuma estrutura com argumento paciente, nem mesmo quando está numa locução ou acompanhado de um pronome SE apassivador.

A sentença (III) explica de forma errônea o papel da estrutura apresentada, tendo em vista que "a cada um minuto, quatro coisas vendem" não "resulta em interpelação direta e imperativa do interlocutor". A função apelativa, também conhecida

como *conativa*, coloca o *receptor* da mensagem em destaque e, quando interpela diretamente o interlocutor, utiliza como principal recurso a forma imperativa do verbo na segunda ou na terceira pessoa, neste caso concordando com o pronome de tratamento  *você* , o que não ocorre na frase avaliada na questão.

A sentença (IV) apresenta corretamente dois fatos sobre a frase: o fato de ser característica da língua falada, embora tenha sido usada em veículo escrito, e o fato de pertencer à linguagem informal, visto que essa estrutura inovadora não é amparada pela gramática normativa. Não obstante apresentar uma pequena falha na sentença (II), o gabarito oficial é a letra “D”.

É importante comentar que a diferença entre ambas as questões está na perspectiva, enquanto aquela inserida em *sintaxe* cobra um eixo mais estrutural, apesar de falar em *semântica*, esta cobra um eixo mais discursivo ao falar, por exemplo, em “entidade afetada pelo evento” e “entidade desencadeadora do evento”, “formas inovadoras”, “gênero textual”, “função apelativa”, “linguagem menos formal”. Esses conceitos vão além da cobrança que difere a estrutura passiva da ativa, incluindo o papel discursivo que essas estruturas podem acrescentar ao contexto.

Para finalizamos as análises, a décima segunda questão será tratada aqui em conjunto com a décima quarta e a décima quinta (estas duas últimas são questões discursivas que compartilham o mesmo texto), visto que apresentaram a temática do neologismo, representada pelos verbos “desassenhorar(se)”, “estetizar”, “blacktaiar” e “smokar(se)”.

12. (2014 - 30 - E - L&S)

#### TEXTO I



Fonte: LAERTE. *Piratas do Tietê*. Disponível em: <http://f.i.uol.com.br>. Acesso em: 29 jul. 2014.

## TEXTO II

A afixação é um título geral que recobre tradicionalmente dois processos na formação das palavras: a prefixação e a sufixação. Embora, em teorias morfológicas mais recentes, os dois processos sejam considerados rótulos de generalizações descritivas, a tradição morfológica os tem tratado como distintos. O ponto de distinção diretamente observável é que os prefixos se colocam antes da base lexical a que se afixam e os sufixos, depois. Outro ponto largamente apontado na tradição é que os sufixos têm a propriedade de mudar a classe das palavras, enquanto os prefixos não fazem isso.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; MIOTO, Carlos.  
"Considerações sobre a Prefixação". *ReVEL*, v.7, n.12, 2009, p. 1 (adaptado).

A partir da análise da tira Piratas do Tietê, de Laerte, e do Texto II, avalie as afirmações a seguir.

- I. O último quadrinho da tira contém um item lexical que pode ser considerado neologismo, uma vez que o verbo "desassenhorar" não integra regularmente o inventário lexical do português brasileiro.
- II. O verbo "desassenhorar" pode ser facilmente reconhecido como palavra do português, pois segue regras de formação de palavra da língua e sua estrutura silábica é adequada.
- III. A formação do verbo "desassenhorar(se)" segue processos de prefixação e sufixação e não deriva diretamente de senhor, mas de assenhorar(se), pois o prefixo des- é aplicado a verbos, não a pronomes.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.**

14. (2017 - QUESTÃO DISCURSIVA 03 - LETRA "A" - B+L - L&S)

### **ESTETICAR (Estética do Plágio)**

Tom Zé

Pense que eu sou um caboclo tolo boboca  
Um tipo de mico cabeça-oca

Raquítico típico jeca-tatu

Um mero número zero um zé à esquerda  
Pateta patético lesma lerda

Autômato pato panaca jacu

Penso dispenso a mula da sua ótica  
Ora vá me lamber tradução inter-semiótica

Se segura milord aí que o mulato baião  
(tá se blacktaiando)  
Smoka-se todo na estética do arrastão  
[...]

Com base no trecho da letra da música, faça o que se pede nos itens a seguir.

Explique a formação dos neologismos "esteticar", "blacktaiando" e "smoka-se".

## 15. (2017 - QUESTÃO DISCURSIVA 03 - LETRA “B” - B+L - L&amp;S)

Explique o modo como a formação dos neologismos contribui para a construção de sentidos na letra da música.

Pelo caráter formador de palavras, o neologismo é incluído pelas gramáticas no capítulo de morfologia e obedece a diversas bases: fonológica, sintática, semântica, por empréstimo (estrangeirismos) etc. Em todas elas, a semântica está presente, como em “cocó”, palavra formada por associação ao som produzido pelas galinhas. Essa associação, de base fonológica, é uma associação semântica, tendo em vista que o falante compreende, por seu conhecimento de mundo, que esse é o som daquele animal.

O primeiro neologismo, “desassenhorar(se)”, encontra explicações verdadeiras em todas as afirmativas presentes na questão 09: não há registro no léxico oficial do português brasileiro; segue as regras de formação de palavra, por meio de uma derivação prefixal, sendo possível reconhecer nesse neologismo um verbo na terceira pessoa do plural do imperativo afirmativo; e apresenta dois constituintes imediatos registrados no léxico oficial, “senhor” e “assenhorar”. Este, que é um caso de parassíntese, tem um circunfixo (-a e -ar).

Ademais, as questões 14 e 15, discursivas, exigiram, respectivamente, uma explanação sobre a formação dos três neologismos e sobre a contribuição desses neologismos para a construção de sentido da música. A resposta para essas perguntas foi apresentada pela banca da seguinte forma:

O estudante deve apontar que "blacktaiando" e "smoka-se" possuem bases emprestadas, enquanto a base de "esteticar" é da língua portuguesa. O estudante deve, ainda, descrever uma dentre as seguintes possibilidades de explicação para a formação dos neologismos: A – o processo de sufixação – (i) esteticar = estética + sufixo verbal, (ii) blacktaiando = blacktie + sufixo verbal + gerúndio e (iii) smoka-se = smoking + sufixo verbal; B – a mudança de classe gramatical – de substantivo para verbo.

O estudante deve apresentar um dos seguintes aspectos: apropriação da cultura estrangeira pelo uso de bases de origem estrangeira; valorização da cultura local/regional (jeca-tatu, caboclo, etc.); adaptação da cultura estrangeira à cultura local; alteração semântica para expressão de ação a partir do verbo. O estudante deve, ainda, desenvolver um dos seguintes desdobramentos para a explicação: ironia, imperialismo, aculturação, etc.

Observa-se que, colaborando com a escolha da inclusão dos neologismos neste item de *semântica*, a resposta da banca comprova a importância da signifi-

ção para o estudo desse tipo de formação de palavras, visto que, para o primeiro questionamento, era importante reconhecer as bases de língua estrangeira e as bases de língua portuguesa, e, para o segundo questionamento, era importante compreender o auxílio desses neologismos para a força argumentativa do texto.

Em resumo, as questões indicam a cobrança de alguns recortes: classes gramaticais e ordem canônica das frases, pressupostos, modalizadores, formação de palavras, vozes verbais, aspecto, marca de impessoalidade, ambiguidade, neologismos, modos verbais, modo de organização discursiva e tipos de texto. Constatase, a partir das questões analisadas, a importância dos verbos como recurso estilístico, como um fator lexical e discursivo relevante para a construção de sentido do enunciado e entende-se que é improvável um processo de avaliação conseguir cobrar todos os assuntos pertinentes ao vastíssimo campo da semântica.

### 3.2.6 Análise de dados

Foram selecionadas ao total 58 questões do ENC e do ENADE para constarem nesta pesquisa, e a análise dessas questões pôde comprovar algumas peculiaridades das provas de todos esses anos de aplicação do sistema (de 1998 a 2017) no que concerne ao perfil de cobrança sobre as múltiplas facetas dos verbos.

16 provas foram aplicadas até o momento para a área de Letras, lembrando que em 2004 não houve prova para esse curso, que a partir de 2005 cada curso começou a ser avaliado trienalmente e que, a partir de 2014, as provas de Letras passaram a ser desmembradas em quatro categorias: Bacharel, Licenciatura, Inglês e Espanhol.

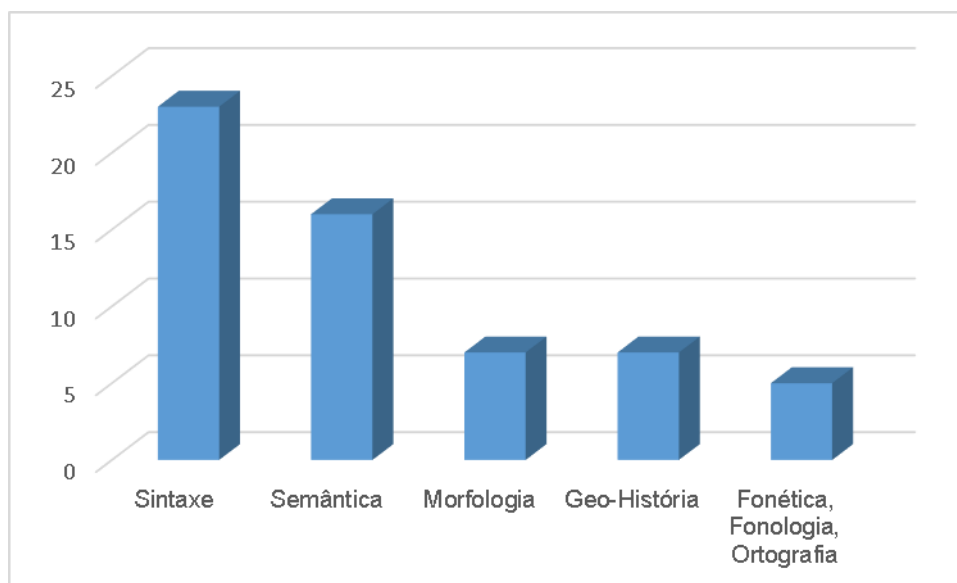
Ao longo desses 23 anos de avaliações, das cinco temáticas exploradas neste trabalho, a mais presente foi a sintaxe, com o total de 23 questões relacionadas a verbos, seguida da semântica, com 16 questões<sup>32</sup>, da morfologia e da geo-história, ambas com 7 questões, e, por último, da fonética, fonologia e ortografia, com apenas 5 questões, conforme gráfico a seguir:

---

<sup>32</sup> São 13 questões de “Léxico e Semântica” e 3 de “Estilística e Discurso”. A junção dessas questões em um único “bloco” se deu por motivos justificados nos itens 3.2 e 3.2.5.



Gráfico 1 – Quantidade de questões por tema



Fonte: O autor, 2020

No que concerne às questões contextualizadas – consideradas aquelas em que a cobrança do assunto foi pautada em um texto, ao contrário daquelas em que a cobrança do assunto não foi pautada em um texto ou foi pautada em apenas uma sentença ou em mais sentenças soltas sem autoria (provavelmente inventadas pela banca a fim de servirem de motivo para a cobrança de alguns assuntos) –, foram encontradas 45 questões.

É notório que há casos em que o texto é utilizado como pretexto para a cobrança de algum assunto, e isso acontece claramente em algumas questões analisadas neste trabalho. Como exemplo, podemos citar a sétima questão do capítulo *Morfologia*, cujos três textos “motivadores” não são necessários para responder à questão. Os textos “motivadores”, neste caso, não motivam, pelo contrário, fazem o respondente perder mais tempo, pois só se descobre que não haveria a necessidade de ler os textos quando as opções são analisadas. Porém, necessitar-se-ia de uma análise muito mais aprofundada para definirmos os textos que são claramente motivadores, os que não o são e os que no meio termo, o que não é propósito desse trabalho. Para tanto, aqui levaremos em conta as questões descontextualizadas aquelas que nem se propuseram a inserir um texto. Cabe acrescentar que também consideramos texto as tirinhas, charges e outros tipos de ilustração utilizadas nas provas do INEP.

Já as descontextualizadas estão representadas por 13 questões, a maioria da época do ENC (de 1998 a 2003), no total de 8 – o que comprova uma mudança no

perfil das provas e uma certa evolução no que tange ao contexto. Quanto ao tema, a maioria foi sobre sintaxe, o mesmo tema que prevaleceu dentre os cinco analisados, no total de 9, incluindo questões mais atuais (anos 1998, 1999, 2011 e 2014). Como exemplo de questões descontextualizadas, tem-se a questão 22 de sintaxe e a 15 de semântica, ambas utilizam a mesma frase, “A cada minuto, quatro coisas vendem”, e afirmam ser retirada de uma propaganda, porém, para ser contextualizada, a imagem dessa propaganda deveria também ser inserida na questão. Outro exemplo é a questão 3 de semântica, que utiliza frases soltas, aparentemente inventadas pela banca: “Marta deixou de fumar”, “Marta continua fumando”, “Marta começou a trabalhar”, “Marta passou a trabalhar”, “Lamento que Jorge tenha sido demitido”. Tais características são comuns em manuais de português, livros didáticos e gramáticas com exercícios. O contexto, nesses casos, deve ser considerado pelos elaboradores como algo palpável e depreensível. Mesclar a tipologia de questões é sempre um bom caminho.

Para melhor visualização, o quadro a seguir apresenta negritadas as questões descontextualizadas de cada tema. As contextualizadas não estão formatadas.

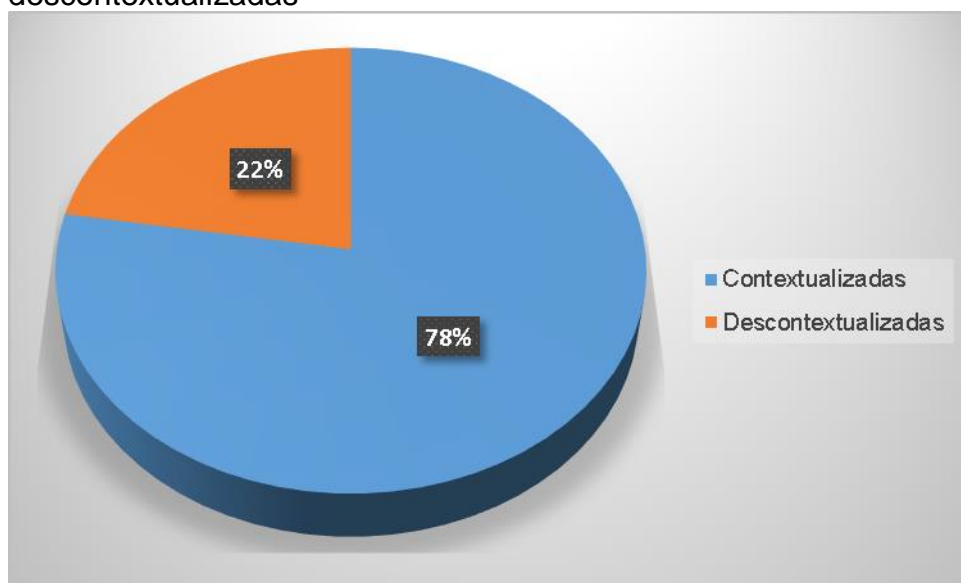
Quadro 3 – Questões contextualizadas e questões descontextualizadas

FFO	MORFO	SINT	GH	S
99 (18)	98 (02)	<b>98 (07)</b>	99 (02)	<b>98 (04)</b>
00 (19)	<b>98 (03)</b>	<b>98 (08)</b>	00 (10)	98 (01-D)
02 (16)	98 (06)	<b>98 (09)</b>	05 (04-D)	<b>99 (04)</b>
05 (11)	99 (14)	<b>98 (10)</b>	05 (05-D)	99 (12)
05 (12)	03 (08-D)	98 (19)	14 (09-B-L)	00 (16)
	05 (18)	<b>99 (05)</b>	14 (10-B-L)	02 (12)
	17 (13-B-L)	99 (07)	14 (29-B)	02 (13)
		99 (08)		08 (12)
		99 (09)		14 (14-B-L)
		99 (13)		14 (19-B-L)
		00 (02)		<b>14 (19-E)</b>
		00 (15)		14 (30-E)
		00 (26)		17 (09-B-L)
		01 (17)		17 (03-D-B-L- letra “a”)
		02 (05)		17 (03-D-B-L- letra “b”)
		05 (08)		17 (03-D-E- letra “b”)
		11 (19)		
		11 (20)		
		<b>11 (37-B)</b>		
		<b>11 (43-B)</b>		
		<b>11 (44-B)</b>		
		<b>14 (28-B)</b>		
		17 (03-D-E- letra “a”)		

O quadro comprova uma preferência das avaliações pela sintaxe, assunto também muito explorado em sala de aula nos ensinos fundamental e médio, não obstante o conjunto de semântica tenha ficado à frente de outro tema bastante explorado na escola, a morfologia.

Quanto ao impacto das questões descontextualizadas, o gráfico a seguir ilustra a distribuição percentualmente.

Gráfico 2 – Porcentagem de questões contextualizadas e descontextualizadas



Fonte: O autor, 2020

As análises comprovaram, além de uma evolução na elaboração das questões, que os verbos têm inúmeras facetas e que é possível tratar de uma grande variedade de usos dessa classe gramatical. O graduando precisa ter um conhecimento amplo, não só sobre a morfossintaxe, mas também sobre as perspectivas textuais e discursivas. Apesar de ser um campo vasto e de “competir” com outras classes gramaticais e outras temáticas de estudos da língua portuguesa, não houve ano em que a cobrança de verbo não tenha marcado expressiva presença.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou traçar um perfil das provas do ENADE da área de Letras, desde a época do ENC, selecionando as questões sobre a classe gramatical dos verbos em suas várias possibilidades de uso e seu papel como eixo sintático-semântico, para a construção das orações.

O questionamento surgiu da necessidade de investigar os objetivos desse sistema de avaliação para a formação do concluinte da graduação em Letras, tendo em vista as múltiplas opções de mercado de trabalho para o profissional da área: magistério, revisão, consultoria, tradução etc. O que se esperava, conforme dito na introdução, era uma maior concentração nas vertentes pragmático-discursiva e linguístico-gramatical, referenciada pelas obras da coleção “Português na Prática”, de Claudio Cezar Henriques, que abordam os assuntos que fazem parte dos currículos dos cursos de graduação em Letras, a saber: *Léxico e Semântica – Estilística e Discurso – Sintaxe – Morfologia – Fonética, Fonologia e Ortografia – Geo-História do Português*.

As questões pragmático-discursivas estão presentes em todo o âmbito da língua portuguesa, inclusive nos estudos que dão atenção ao viés estrutural, representado sobretudo pela morfossintaxe, mas entendemos que as que se concentram no âmbito semântico comprovam mais satisfatoriamente a cobrança da classe gramatical estudada.

Optamos por descrever o verbo seguindo inicialmente a tradição gramatical e buscamos apresentar as teorias linguísticas que pudessem contribuir para este trabalho, em especial as que tratam dos modos de organização discursiva e as que estudam os atos de fala.

Agrupamos as questões selecionadas de acordo com a divisão realizada nas obras utilizadas, tendo o cuidado de escolher um único grupo para aquelas questões que poderiam ser classificadas em mais de um dos assuntos selecionados. Empenhamo-nos em explicar minuciosamente o gabarito de cada questão e, sempre que possível, explicar ou interpretar as opções oferecidas, com o intuito de compreender o objetivo de cada questão.

Além disso, preocupamo-nos em apontar as questões que apresentaram alguma deficiência – seja na construção do enunciado, seja no gabarito, seja na ade-

quação ao nível do estudante avaliado – a fim de revelarmos se houve alguma evolução na construção das questões ao longo dos anos de avaliação das IES.

Por último, contabilizamos as questões selecionadas e demonstramos em gráficos sua distribuição quanto ao tema, evidenciando o resultado de nosso estudo: as questões se inserem menos no perfil pragmático-discursivo – que representa (até a última prova aplicada) perto de 27% do total das questões sobre verbos – do que no perfil da sintaxe – que representa perto de 40% –, apesar de, surpreendentemente, estarem à frente da morfologia, que contou com 12,5%. Compreendemos, no entanto, a importância da sintaxe para a formação do graduando em Letras, tendo em vista a necessidade de se conhecerem as particularidades do tema para a aplicabilidade nos diversos ramos da profissão.

Considerando os questionamentos iniciais deste trabalho (se a tradição sobre a cobrança morfossintática se mantém ou se, por ser um exame direcionado para os futuros profissionais de Letras, volta-se para o aprofundamento da classe no que tange às suas possibilidades discursivas, o que se espera de um profissional da área), a conclusão a que chegamos é que as avaliações progrediram, demonstrando uma preocupação maior, ao longo dos anos, com a perspectiva semântica, além da pretensão de contextualizar melhor os assuntos abordados, não obstante saibamos que o ENADE precise zelar pela abrangência dos exames, tendo em vista a distinção entre os currículos das diversas graduações de Letras do país, o que leva a uma tentativa de unificação dos assuntos por parte dos responsáveis pelo concurso. Nesse avanço das questões, principalmente na comparação entre o ENADE e o ENC, deparamo-nos com perguntas sobre a aplicabilidade dos verbos nos modos de organização discursiva, sobre variação linguística, sobre aspecto e sobre o “poder” de argumentatividade dos verbos.

Esta pesquisa, que não teve o intuito de discutir a pertinência do ENADE, muito menos investigar os resultados obtidos por meio das provas (como quantidade de acertos, comparação entre alunos ingressantes e concluintes etc.), pretendeu analisar e comentar as questões e tentar traçar um perfil do exame, visto que avaliar é “um instrumento diagnóstico” (cf. RABELO, 2009, p. 12), e o ideal é que

possa servir a todo instante como *feedback* para avaliar não só o aluno, seu conhecimento, mas também toda uma proposta de escola, possibilitando, assim, validar e/ou rever o trabalho pedagógico, a cada momento em que isto se fizer necessário. (RABELO, 2009, p. 12)

Para uma contribuição no que se refere à língua portuguesa, objetivamos colaborar para o melhoramento do exame de responsabilidade do INEP, revelando que a prática discursiva deve ocupar cada vez mais espaço na construção das questões, sem excluir o espaço destinado à morfossintaxe, principalmente no que tange à classe que é “a própria síntese da linguagem” (AZEREDO, 2012, p. 13), até porque, de acordo o INEP<sup>33</sup>, o profissional de Letras deve ser:

- I. reflexivo em relação às questões de língua e de linguagem;
- II. sensível às variedades linguísticas e às diferentes manifestações literárias;
- III. crítico em relação ao fenômeno da criação literária e suas relações inter-semióticas;
- IV. receptivo às manifestações da literatura e da língua como prática social em contextos orais e escritos;
- V. observador dos fenômenos linguísticos e discursivos em diferentes contextos de uso;
- VI. ético e ciente da importância de uma formação profissional contínua, autônoma e permanente.”

Por fim, resta dizer que esta pesquisa não se esgota, na medida em que as avaliações continuarão a ser aplicadas. A próxima de Letras ocorrerá neste ano de 2020. Portanto, novos dados estarão disponíveis a fim de que seja possível reavaliar o perfil do ENADE, dos futuros profissionais de Letras e do assunto que ocupou o maior interesse neste trabalho, os verbos do português.

---

<sup>33</sup> O perfil faz parte do “Relatório de Síntese da Área”, publicado pelo site do INEP, no ano de 2017, para a área de Letras-Português (Bacharelado/Licenciatura). Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2017/Letras-Portugues.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2017/Letras-Portugues.pdf)>. Acesso em: 06 de jan. 2020.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Martinz de. *Novos estudos de português*. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1971 *apud* BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lucerna, 1999.
- AGUIAR, Martinz de. *Novos estudos de português*. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1971 *apud* BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lucerna, 2015.
- AGUIAR, Martinz de. *Novos estudos de português*. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1971 *apud* BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lucerna, 2019.
- AGUSTINI, Cármen; RODRIGUES, Eduardo Alves. O conceito de língua em/de Benveniste. *Língua e instrumentos linguísticos*, n. 41, p. 9-30, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao41/artigo1.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].
- AZEREDO, José Carlos de. A palavra e suas classes. *Idioma*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 6-13, 2001. Disponível em: [http://www.institutodeletras.uerj.br/revidioma/21/idioma21\\_a01.pdf](http://www.institutodeletras.uerj.br/revidioma/21/idioma21_a01.pdf). Acesso em: 06 jan. 2020.
- AZEREDO, José Carlos de. *Dicionário Houaiss de conjugação de verbos*. São Paulo: Publifolha: Instituto Houaiss, 2012.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2018.
- AZEREDO, José Carlos de. Percepções do verbo, eixo sintático e semântico do enunciado. In: VALENTE, André (org.). *Língua portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro, Caetés, 2007.
- BARRERA, Sylvia Domingos; MALUF, Maria Regina. Variação linguística e alfabetização: um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental. In: *Psicologia escolar e educacional*, v. 8, n. 1, p. 35-46, 2014.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 2. ed. ampliada e atualizada pelo novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lucerna, 1999.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lucerna, 2015.

*Moderna gramática da língua portuguesa*. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lucerna, 2019.

BEFI-LOPES, Debora Maria; CÁCERES, Ana Manhani; ARAÚJO, Karina de. Aquisição de verbos em pré-escolares falantes do português brasileiro. *Revista CEFAC*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 444-452, out./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcefac/v9n4/01.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BERTOLIN, Júlio C. G.; MARCON, Telmo. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira: das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 105-122, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00105.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 54, de 18 de abril de 1995. *Aprova o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990*. Diário Oficial da União, DF: 1995.

BRASIL. Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996. *Estabelece procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior*. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 1996.

BRASIL. Decreto nº 88.545 de 26 de julho de 1983. *Aprova o regulamento disciplinar para a Marinha e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1983.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1961.

BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. *Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. *Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004.



BRASIL. Marinha do Brasil. Secretaria-Geral da Marinha. SGM-105. *Normas sobre documentação administrativa e arquivamento na Marinha*. 5ª rev. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Tráfego Aéreo. MCA-100-16. *Fraseologia de Tráfego Aéreo*. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. *Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *INEP*. Brasília, DF, 2020. Disponível em <http://www.inep.gov.br/>. (No portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, acessamos as provas do ENADE e seus gabaritos, além de informações gerais sobre o Exame)

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Elementos de Fonética do português brasileiro*. Tese (Livre Docência), Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1987 *apud* SILVEIRA, Francine. *Vogal epentética no português brasileiro: um estudo acústico em encontros consonantais*. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CALLOU, Dinah; MORAES, João; LEITE, Yonne. Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real. In: *DELTA: Documentação de estudos em linguística teórica e aplicada*, 1998, São Paulo, vol. 14. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44501998000300006&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300006&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 06 jan. 2020.

CAMACHO, Roberto Gomes. A relevância social da sociolinguística. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, p. 461-479, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/issue/view/1148>. Acesso em: 06 jan. 2020.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981 *apud* HENRIQUES, Claudio Cezar. *Geo-História do português: estudos sobre a história e a geografia do português na perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1982.

CARROLL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. Trad. Clélia Regina Ramos. Editora Arara Azul: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2002.

CARVALHO, Castelar de. A estilística e o ensino de português. *Cadernos do CNLF*. VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Série 8, n. 12, 2004. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno12-02.html>. Acesso em: 06 jan. 2020.

CARVALHO, Roberto Santos de; KANTHACK, Gessilene Silveira. Uma breve abordagem histórica da classe dos adjetivos. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v.9, n. 2, p. 107-125, 2011. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1160/1001>. Acesso em: 06 jan. 2020.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

CATACH, Nina. *La pontuaction*. Paris: PUF, 1994 *apud* HENRIQUES, Claudio Cesar. *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Literatura brasileira*. São Paulo: Atual, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n59/v16n59a05>. Acesso em: 06 jan. 2020.

CONFORTE, André Nemi. A teoria e a prática do texto argumentativo em Comunicação em prosa moderna, de Othon M. Garcia. *Revista SOLETRAS*, n. 24, p. 257-273, jul./dez. 2012.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. rev. e atual., 2. reimp. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Antônio Sérgio Cavalcante da. Estrutura tópico-comentário, a tradição gramatical e o ensino de redação. *Revista SOLETRAS*, São Gonçalo, RJ ano 10, n. 20, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/viewFile/5164/3787>. Acesso em: 06 jan. 2020.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CRUZ, Marcio Alexandre. Um aspecto da teoria saussuriana que Jakobson teria ignorado ou da relativização do caráter radical da separação entre sincronia e diacronia em Saussure. *Revista do GELNE*, Natal, RN, v. 19, n. esp./Dossiê, p. 248-259, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/13586/9214>. Acesso em: 06 jan. 2020.

- DOMINGUEZ, Michelle G. A. Do sistema à ação, do homogêneo ao heterogêneo: movimentos fundantes dos conceitos de dialogismo, polifonia e interdiscurso. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v.8, n. 1, p. 5-20, 2013. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/13799/11687>. Acesso em: 06 jan. 2020.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer* (1972). Traduzido por Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo, Cultrix, 1977.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário prático da língua portuguesa*: Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FIORIN, José Luiz. Bakhtin e a concepção dialógica da linguagem. In: ABDALA JR., Benjamin. *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1994.
- GARCIA, Nathalia. Bolt inicia tratamento para se garantir nos Jogos Olímpicos. *ESTADÃO*, São Paulo, 02 jul. 2016. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,bolt-inicia-tratamento-para-se-garantir-nos-jogos-olimpicos,10000060598>. Acesso em: 06 de jan. 2016.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Estilística e discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Fonética, Fonologia e Ortografia: conceitos, estruturas e exercícios com respostas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Fonética, Fonologia e Ortografia: conceitos, estruturas e exercícios com respostas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Geo-História do português: estudos sobre a história e a geografia do português na perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e Semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva diacrônica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Ortografia não é língua portuguesa. Ponto final*. Macau, China, 21 set. 2010. Disponível em:

<https://pontofinalmacau.wordpress.com/2010/09/21/%E2%80%9Cortografia-nao-e-lingua-portuguesa%E2%80%9D/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

HONDA, do Botafogo, fura a quarentena e é flagrado comendo na praia. *Meia Hora*, Rio de Janeiro, 27 abr. 2020. Disponível em: <http://upx1.meiahora.com/esportes/botafogo/2020/04/5906342-honda--do-botafogo-fura-a-quarentena-e-e-flagrado-correndo-na-praia.html#foto=1>. Acesso em: 06 jan. 2020.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969 [1960] *apud* MARIANI, Bethania. Por que ler roman jakobson na atualidade. *Polifonia*: Cuiabá, MT, v. 22, n. 31, p. 407-430, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/3145>. Acesso em: 06 jan. 2020.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Textual: uma entrevista com Ingedore Villaça Koch*. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 1, n. 1, ago. 2003. Disponível em: <http://www.revel.inf.br>. Acesso em: 06 jan. 2020.

KURY, Adriano da Gama. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: LISA, 1972 *apud* HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018

LINARES, Anay Batista de Barros; MOREIRA, Tiago; PEIXOTO, Camila Rigon. Apagamento do /r/ em final de palavras: um estudo comparativo entre falantes do nível culto e do nível popular. *In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL*, 8., 2008, Porto Alegre. *Anais...* [S.l.:s.n., 2008]

LOPES, Ana Cristina Macário. Texto e coerência. *In: Revista portuguesa de humanidades*, 2005, Editorial Franciscana, Braga, Portugal. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13423/1/Texto%20e%20coer%c3%aaancia.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

MACIEL, Anna Maria Becker. *O verbo performativo na linguagem legal*. *In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL*, 8., 2008, Porto Alegre. *Anais...* [Porto Alegre: UFRGS, 2008].

MAIA, Gustavo; GULLINO, Daniel. Bolsonaro diz que vai vetar lista tríplice para agências reguladoras. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 jun. 2019. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-vai-vetar-lista-triplice-para-agencias-reguladoras-23760779>. Acesso em: 24 jun. 2019.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERR, Maria Auxiliadora; MACHADO, Anna Raquel. (org.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIANI, Bethania. Por que ler Roman Jakobson na atualidade. *Polifonia*, Cuiabá, MT, v. 22, n.31, p. 407-430, 2015. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/3145>. Acesso em: 06 jan. 2020.

MARQUES, Juracy C. (1976). *A aula como processo*. Porto Alegre: Globo *apud* SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAZUI, Guilherme; GOMES, Pedro Henrique. Brasileiros vindos de Wuhan serão isolados por 18 dias, diz Saúde. *O Globo.com*, Brasília, 03 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/03/brasileiros-vindos-de-wuhan-serao-isolados-por-18-dias-diz-saude.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2020.

MENDES, Ronald Beline. *A gramaticalização de “estar” + gerúndio no português falado*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999 *apud* CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. 4. reimp.. São Paulo: Contexto, 2016.

NAMIUTI-TEMPONI, Cristiane. Diglossia em tempos de mudança? O caso da interpolação em Duarte Galvão, Pero Magalhães de Gandavo, Francisco de Holanda e Diogo do Couto. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 545-572, 2011.

NASCIMENTO, L.; MOTA, J. A ausência do ‘d’ no gerúndio: com base em inquéritos experimentais do projeto *ALIB*: Hyperion Letras: Revista Científica Semestral do Instituto de Letras da UFBA, Salvador, n.7, 2004. Disponível em: [http://www.hyperion.ufba.br/revista\\_7\\_04.htm](http://www.hyperion.ufba.br/revista_7_04.htm). Acesso em: 12 out. 2020.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

PLATÃO. *Crátilo*. Diálogo sobre a Justeza dos Nomes. Tradução: Pe. Dias Palmeira. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1994 *apud* CARVALHO, Roberto Santos de; KANTHACK, Gessilene Silveira. Uma breve abordagem histórica da classe dos adjetivos. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 2, p. 107-125, 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:MMFkHiQebfoJ:estudosdalingua->

gem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/download/195/289+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 06 jan. 2020.

POR US\$ 38 mi, Bill Gates compra rua inteira em cidadezinha da Flórida. *UOL*, 02 jul. 2016. Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/por-us-38-mi-bill-gates-compra-rua-inteira-em-cidadezinha-na-florida/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

PROCURADOR que tentou matar juíza com facada é encontrado morto em SP. *O Globo*, São Paulo, 03 de fev. de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/procurador-que-tentou-matar-juiza-com-facada-encontrado-morto-em-sp-24226894>. Acesso em: 06 jan. 2020.

RABELO, Edmar Henrique. *Avaliação: novos tempos, novas práticas*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Cotexto. *E-dicionário de termos literários*, dez. 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/cotexto/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Charles Bally e Albert Sechehaye (org.) com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein,. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHLEE, Magda Bahia. O ponto de vista no texto acadêmico. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcilia (org.). *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. 6. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

SILVA, Deonísio da. *De onde vêm as palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa*. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

SILVA, José Pereira da. *A nova ortografia da língua portuguesa*. Niterói, RJ: Impetus, 2009.

SILVEIRA, Francine. *Vogal epentética no português brasileiro: um estudo acústico em encontros consonantais*. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89954/243277.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 jan. 2020.

SPINA, Segismundo (org.). *História da língua portuguesa*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. *A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto*. 7. ed. 3 reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

SURCIN, Gisele de Menezes. *Vozes verbais: uma análise acerca de questões de concursos públicos*. 2016. 42 f. Monografia (Especialização em Língua portuguesa) – Liceu Literário Português, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

TOLEDO, Luiz Fernando. PM detém 30 estudantes após desocupar prédio. *Estadão*, 02 jul. 2016. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pm-detem-30-estudantes-apos-reintegracao-de-posse,10000060584>. Acesso em: 06 jan. 2020.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A gramaticalização de verbos. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar; PÉCORA, Alcir. (org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e linguística*. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2003, p. 306-321.

TUROLLO JR., Reynaldo; URIBE, Gustavo. Barroso, do STF, suspende medida de Bolsonaro sobre demarcação de terra indígena. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/barroso-do-stf-suspende-medida-de-bolsonaro-sobre-demarcacao-de-terra-indigena.shtml>. Acesso em: 24 jun. 2019.

VALENTE, André C. Produtividade lexical: criações neológicas. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida L; GAVAZZI, Sigrid C. (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. v. 1, p. 129-143.

VIDOS, Benedek E. *Manual de Linguística Românica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996 *apud* HENRIQUES, Claudio Cezar. *Geo-História do português: estudos sobre a história e a geografia do português na perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

WARAT, Luiz Alberto. *O direito e sua linguagem*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1984 *apud* MACIEL, Anna Maria Becker. O verbo performativo na linguagem legal. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 8., 2008, Porto Alegre. *Anais...* [Porto Alegre]: UFRGS, 2008.

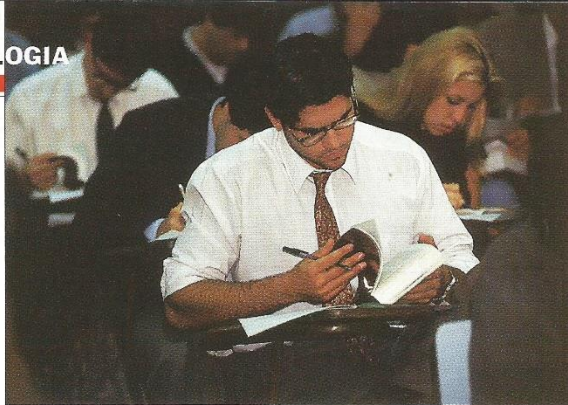
WEINRICH, Heinrich (1964/1968). *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos *apud* CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. 4. reimp.. São Paulo: Contexto, 2016.



ANEXO A – Artigo de Frances Jones sobre o Provão

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Simulado na FMU: professores prepararam teste semelhante ao exame do MEC



CURSOS EM 1998

- Administração, Direito,
- Engenharia Química,
- Engenharia Civil,
- Engenharia Elétrica,
- Matemática, Jornalismo,
- Letras, Medicina
- Veterinária, Odontologia

EDUCAÇÃO

Atrás do prejuízo

Provão cria clima de cursinho em faculdades, que promovem simulados e aulas extras aos alunos

O Provão, como ficou conhecido o Exame Nacional de Cursos, entra no terceiro ano e ainda assusta universidades e faculdades. Não é à toa: os cursos que tiveram avaliação ruim, D e E, poderão até ser descredenciados pelo MEC se não melhorarem sua posição. As instituições estão procurando formas para driblar a ameaça no menor tempo possível. E isso leva, em muitos casos, a distorções. Em São Paulo, por exemplo, estado com maior número de inscritos (37%), algumas faculdades criaram nas últimas semanas cursos de reforço e de revisão dos conteúdos e montaram operações de convencimento para que os alunos resolvam a prova com o maior empenho. A semelhança desses programas com os métodos dos cursinhos preparatórios para o vestibular é óbvia: o conteúdo de vários anos é dado em algumas semanas, simulados e aulas são voltados para uma prova específica – que será realizada por 138.617 alunos do último ano de graduação de todo o país no domingo, dia 7. Pela

primeira vez também participarão formandos de Jornalismo, Letras, Matemática e Engenharia Elétrica.

Nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), de São Paulo, a intenção é clara. Os formandos de Direito (conceito C em 1997) que foram bem no simulado ganharam 1 ponto na nota final. Antes do teste, o diretor Pedro Franco de Campos entrou em todas as salas e pediu aos alunos para não denegrir a imagem da faculdade ao responder o questionário socioeconômico, no qual se manifesta a opinião sobre os cursos. Até em instituições como a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas, graduandos de Odontologia (conceito B na USP e C na Unicamp) tiveram horários reservados para discutir o teste.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, critica os cursinhos de última hora, mas diz que o exame – para o qual foram destinados neste ano R\$ 8,3 milhões – é fundamental para mostrar a necessidade de mudança do sistema de ensino

superior. “O Provão funcionou como um fotógrafo que registrou um cadáver num atropelamento. O corpo estava ali, nós apenas o fotografamos.” Para os que criticam o exame, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), o exame não avalia corretamente e os cursinhos não passam de efeito colateral desse sistema. “O próprio MEC permite que faculdades ruins funcionem. Depois, pune o estudante”, critica Wadson Ribeiro, diretor da UNE, que defende a prova em branco.

O teste é apenas uma das formas que o governo usa para recredenciar as universidades. A polêmica recai sobre a melhor maneira de fazer essa avaliação. Neste ano, por exemplo, os formandos das federais ficaram pelo menos dois meses sem aulas por causa da greve dos professores e, para a UNE, serão prejudicados. Mas, se o exame servir como radiografia da universidade, a situação é preocupante. Em 1997 os cursos de Odontologia, com melhor desempenho entre os seis avaliados, tiveram média de 4,9 (entre 0 e 10). A pior nota ficou com Engenharia Civil: 1,8 – contadas aí as notas 0 de 14% dos alunos, que entregaram a prova em branco.

FRANCES JONES

Foto: Marcelo Abaref/Epoca. Ilustração: Época

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Além do Provão, há outros indicadores de qualidade das instituições\*

- Titulação dos professores, número de horas dedicadas à sala de aula e pesquisa
- Qualidade das bibliotecas, dos laboratórios e do projeto pedagógico
- Auto-avaliação das universidades
- Avaliação do mestrado e do doutorado

\*O recredenciamento dos cursos ocorre a cada cinco anos. Se a instituição não apresentar melhorias, pode perder o credenciamento

Fonte: MEC

PARTICIPAÇÃO MAIOR

Número de cursos avaliados aumenta e porcentagem de provas em branco diminui

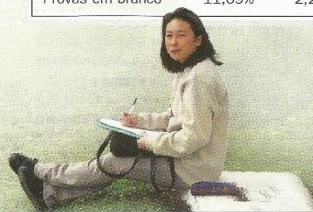
	1996	1997
Inscritos	59.326	92.982
Presentes	55.526	85.575
Provas em branco	11,69%	2,2%

A MÉDIA DO PAÍS

Notas do Provão de 1996 e 1997 numa escala de 0 a 10\*

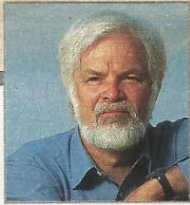
Curso	1996	1997
Administração	3,25	3,87
Direito	5,62	4,10
Engenharia Civil	2,45	1,83
Engenharia Química**	—	2,71
Medicina Veterinária**	—	4,07
Odontologia**	—	4,92

\* Inclui as provas entregues em branco  
\*\* Incluídos apenas em 1997 Fonte: Daes/Inep/MEC





## ANEXO B – Artigo de Claudio de Moura Castro sobre o Provão



## Ponto de vista

Claudio de Moura Castro

## Quem tem medo da avaliação?

**N**a década de 80, tentar avaliar escolas ou alunos era um ato de guerra. Mas as assombrações foram vencidas na década de 90, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Provão (que avalia o desempenho nos cursos superiores) e com Estados começando a avaliar.

Hoje sabemos quais Estados avançaram, quais travaram ou regrediram. Que reputações eram fictícias e que façanhas permaneciam desconhecidas. O véu da ignorância encolheu.

O Provão recompensou os bons cursos com notas A e B. Os descuidados foram punidos com notas ruins e houve uma corrida para melhorar os cursos. Criou-se um gigantesco mercado para mestres e doutores, cuja presença no ensino privado aumentou 37% nos dois anos seguintes ao primeiro Provão.

O Enem é uma prova em que não é preciso decorar currículos imensos, mas sim haver dominado aquilo que é importante aprender. Se vier a substituir os vestibulares amadorísticos e enciclopédicos, permitirá às escolas médias concentrarem-se no que é importante ensinar.

Os remédios que salvam vidas têm sempre efeitos colaterais. Os médicos, pragmaticamente, optam pelo mal menor. Para curar o doente, dão o remédio e lidam, depois, com os efeitos colaterais e com as doenças iatrogênicas, isto é, aquelas que são geradas pelos tratamentos e hospitais.

Os testes são assim, têm também efeitos colaterais e criam as próprias moléstias. Mas note-se, nos países educacionalmente avançados, onde os testes quantitativos fazem parte da vida escolar, toda a acalorada discussão não é para eliminá-los, mas para melhorá-los e para aprender a conviver com suas limitações.

Precisamos igualmente reconhecer seus méritos e lidar criativamente com seus efeitos colaterais. Ademais, o objetivo de tais testes não é agradar a administradores ou estudantes, mas informar os interessados e permitir correções de rumo. Hoje, porém, vemos tanto as explosões emocionais contra os testes quanto tentativas dissimuladas de comer pelas bordas. Há perigo de retrocesso e volta ao obscurantismo.

Os testes quantitativos captam algumas dimensões do desempenho, mas não conseguem lidar com outras. Contudo, lembremo-nos do que já dizia Aristóteles: há algumas coisas que não podemos fazer com números e há outras que não podemos fazer sem eles.

Há excelentes razões para complementar os testes quantitativos com análises qualitativas. Só podem enriquecer nossos frágeis julgamentos. Mas substituir um pelo outro é voltar atrás. As avaliações qualitativas permitem entender como operam as escolas. No entanto, são os testes quantitativos que tornam possível comparar e situar as escolas ou os alunos em um universo mais amplo. Sem tal informação, voltaríamos a patinar nos “achismos” da década de 80.

Quando a educação atinge certos níveis de qualidade, as dimensões não captadas pelos testes (imaginação, valores etc.) adquirem maior relevo. Mas quando os níveis de aproveitamento são muito baixos, o que medem os testes é muito mais central. E quando eles dizem que os alunos não entendem o que lêem, pouco adianta reclamar que não medem outras coisas.

Quase todos os que falam do Provão cometem erros grosseiros de interpretação, pois suas propriedades estatísticas não são intuitivas (por exemplo, o Provão jamais disse quais cursos são bons, apenas quais são melhores ou piores. Igualmente, C representa a pontuação mais frequente e não um resultado ruim). Estudar para o Provão tampouco é pecado, pois os alunos sempre estudam para a prova. Como o Provão é um exame mais bemfeito que os tipicamente preparados de véspera pelos professores, direciona melhor o esforço dos alunos.

Contudo, o Provão tem efeitos colaterais. Um deles é enrijecer os currículos, tirando dos cursos a liberdade de experimentar. Outro é a questão do valor adicionado. Sabemos que 80% dos resultados são determinados por diferenças dos alunos, já no vestibular. Portanto, não podemos execrar um curso que ofereça um ensino correto cujo único pecado é ter alunos mais fracos.

Em suma, não deixemos o acessório engolir o principal e não sejamos presa dos interesses pessoais dos que denunciam os testes por lhes trazerem notícias desagradáveis.

**“Nos países educacionalmente avançados, onde os testes quantitativos fazem parte da vida escolar, a discussão não é para eliminá-los, mas para melhorá-los”**



Claudio de Moura Castro é economista (claudiomc@attglobal.net)



## ANEXO C – Carta do professor Claudio Cezar Henriques sobre o Provão de Letras

### Provão 99 de Letras: algumas melhoras

#### Avaliação

Sem entrar no mérito do aspecto político do “Provão”, cabe-me comentar as questões do exame de ontem e procurar entender o que elas estão fazendo para atingir as insondáveis metas da avaliação oficial.

Os alunos de Letras foram novamente submetidos a uma prova que serve como “antimodelo” de prova, como contribuição para que os futuros professores de Língua e de Literatura pudessem ver “como não se faz uma prova de língua e de literatura”. Paradoxal que seja, essa prova avaliou-os e a seus cursos...

Diferente do ano passado, a Fundação Carlos Chagas disfarçou a “prova colcha-de-retalhos” inserindo textos que serviram para a apresentação de um bloco de perguntas. Apesar disso, as questões continuaram soltas e independentes umas das outras, como se cada pergunta – após a seleção de textos – tivesse sido elaborada sob encomenda por pessoas diferentes, especialistas em gramática, lingüística, literatura brasileira, portuguesa ou teoria da literatura...

A novidade este ano foi a inclusão de um número maior de questões sobre “produção textual”, abordando modalidades diferentes de organização de texto e explorando o conhecimento dos mecanismos de coesão e coerência (como nas questões 11 e 12).

No entanto, reitero minhas críticas às questões lingüísticas, porque continuam prevalecendo os trechos que estão a serviço do “erro”, da “inadequação” (como nas questões 5, 7, 8, 9, 10). E também às questões literárias, porque de novo privilegiou-se a memorização e a simples verificação da leitura (como nas questões 26, 28 e 30) ou o conhecimento de conteúdos informações tipicamente extraídos de algum manual de “dicas” para o vestibular (como nas questões 24, 31 e 36). Além disso, o estabelecimento de uma relação de livros impõe uma camisa-de-força canônica e propicia a proposição de temas generalistas e reducionistas, prejudicando a apresentação de questões que explorem a reflexão e a visão crítica.

Ainda bem que, nas questões discursivas (apenas quatro, duas de língua e duas de literatura – para o candidato escolher apenas uma de cada), poderia finalmente o futuro professor ter algum espaço para dar mostra de sua competência, conhecimento lingüístico-literário e capacidade de argumentação. As duas primeiras permitiram a apresentação de um posicionamento sobre a relação do formando com a gramática e com o ensino; as duas últimas lhe deram a oportunidade de expressar-se sobre aspectos da recepção ao texto literário ou da sua construção.

#### Conclusões

Imaginemos que houvesse unanimidade em torno do Provão como a melhor e a mais decisiva forma de se avaliarem os cursos de Letras. Suponhamos que as IES, em especial as públicas, recebessem das autoridades governamentais o mesmo peso de recursos e incentivos que de pressões e cobranças. Vislumbremos um quadro em que as IES, em especial as particulares, abrissem um número de vagas em que se admitisse o ingresso de estudantes para cursos de Letras diferentes de Português-Literaturas, Português-Inglês e Português-Espanhol.


Ainda assim, após aplicarmos uma prova desse jaez, que poderíamos dizer sobre sua avaliação? Quem milita responsabilmente no ensino de Letras não poderia dizer nada. Absolutamente nada. Os demais, sejam os combatentes da resistência revolucionária, sejam os da adesão iluminista, continuarão em seus campos de batalha, detentores das suas verdades “imexíveis”.

O MEC não conhece os cursos de Letras do Brasil. Neste ano de 1999, vamos outra vez ficar sabendo qual a qualificação dos docentes, a situação dos prédios e das bibliotecas. Mas ainda não será desta vez que o MEC vai conhecer mesmo como estão os cursos de Letras do Brasil.

**Claudio Cezar Henriques**

**Professor Adjunto de Língua Portuguesa  
e Diretor do Instituto de Letras da UERJ**

ANEXO D – Modelo de documento administrativo da Marinha do Brasil<sup>34</sup>

  
**MARINHA DO BRASIL**

**SERVIÇO DE SELEÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA**

321/085.3

Nº 45 Rio de Janeiro, RJ, 19 de junho de 2019.

**COMUNICAÇÃO INTERNA**

Da: 1º Ten (T) GISELE DE MENEZES SURCIN  
À: Chefe do Departamento de Processos Seletivos  
Assunto: Férias 2018.

1. **Submeto** para apreciação desse Departamento alteração do período de férias de 23SET a 02OUT2019 para 18 a 27NOV2019.

GISELE DE MENEZES SURCIN  
Primeiro-Tenente (T)  
Ajudante da Divisão de Elaboração de Provas  
**ASSINADO DIGITALMENTE**

Cópia:  
Arquivo

63130.001204/2019-11

---

<sup>34</sup> Grifo nosso

## ANEXO E – Alfabeto Fonético Internacional

LETRA	PALAVRA	PRONÚNCIA
A	Alfa	<u>AL</u> FA
B	Bravo	<u>BRA</u> VO
C	Charlie	<u>CHAR</u> LI
D	Delta	<u>DEL</u> TA
E	Echo	<u>E</u> CO
F	Foxtrot	<u>FOX</u> TROT
G	Golf	<u>GOLF</u>
H	Hotel	O <u>TEL</u>
I	India	<u>IN</u> DIA
J	Juliett	<u>DJU</u> LIET
K	Kilo	<u>KI</u> LO
L	Lima	<u>LI</u> MA
M	Mike	<u>MAIK</u>
N	November	NO <u>VEM</u> BER
O	Oscar	<u>OS</u> CAR
P	Papa	PA <u>PA</u>
Q	Quebec	QUE <u>BEC</u>
R	Romeu	<u>RO</u> ME O
S	Sierra	SI <u>E</u> RRA
T	Tango	<u>TAN</u> GO
U	Uniform	<u>IU</u> NI FORM
V	Victor	<u>VIC</u> TOR
W	Whiskey	<u>UIS</u> QUI
X	X-ray	<u>EKS</u> REY
Y	Yankee	<u>IAN</u> QUI
Z	Zulu	<u>ZU</u> LU